UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ENGENHARIA DE SÃO CARLOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA
ENGENHARIA AMBIENTAL

RAQUEL DUARTE VENTURATO LANDMANN

**“A ALAGAÇÃO OFENDE”:
A invisibilidade de um desastre relacionado às cheias
atípicas na RESEX Alto Juruá, Acre**

São Carlos - SP

2014

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ENGENHARIA DE SÃO CARLOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA
ENGENHARIA AMBIENTAL

RAQUEL DUARTE VENTURATO LANDMANN

**“A ALAGAÇÃO OFENDE”:
A invisibilidade de um desastre relacionado às cheias
atípicas na RESEX Alto Juruá, Acre**

Tese apresentada à Escola de Engenharia de
São Carlos, da Universidade de São Paulo,
como parte requisito para obtenção do título de
Doutor em Ciências da Engenharia Ambiental

Área de Concentração: Ciências da
Engenharia Ambiental

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Norma Felicidade
Lopes da Silva Valencio

São Carlos - SP

2014

AUTORIZO A REPRODUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO,
POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS
DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

**Ficha catalográfica preparada pela Seção de Tratamento da Informação
do Serviço de Biblioteca – EESC/USP**

L253" Landmann, Raquel Duarte Venturato
"A ALAGAÇÃO OFENDE": A invisibilidade de um
desastre relacionado às cheias atípicas na RESEX Alto
Juruá, Acre / Raquel Duarte Venturato Landmann;
orientadora Norma Felicidade Lopes da Silva Valencio.
São Carlos, 2014.

Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em
Ciências da Engenharia Ambiental e Área de Concentração
em Ciências da Engenharia Ambiental -- Escola de
Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo,
2014.

1. Desastres. 2. Povos e Comunidades Tradicionais.
3. Alto Juruá. 4. Acre. I. Título.

FOLHA DE JULGAMENTO

Candidata: Tecnóloga **RAQUEL DUARTE VENTURATO LANDMANN**.

Título da tese: "A alagação ofende: a invisibilidade de um desastre relacionado às cheias atípicas na Resex Alto Juruá, Acre".

Data da defesa: 22/10/2014

Comissão Julgadora:

Prof. Dra. **Norma Felicidade Lopes da Silva Valência**
(Orientadora)
(Universidade Federal de São Carlos/UFSCar)

Prof. Associado **Frederico Fábio Mauad**
(Escola de Engenharia de São Carlos/EESC)

Prof. Titular **Jose Galizia Tundisi**
(Escola de Engenharia de São Carlos/EESC)

Prof. Dra. **Dulce Consuelo Andreatta Whitaker**
(Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"/UNESP-Araraquara)

Prof. Dra. **Maria Teresa Miceli Kerbauy**
(Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"/UNESP-Araraquara)

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental:

Prof. Associado **Frederico Fabio Mauad**

Presidente da Comissão de Pós-Graduação:

Prof. Associado **Paulo César Lima Segantine**

Resultado:

Aprovado

Aprovado

Aprovado

Aprovado

*Dedico esse trabalho aos Povos
e Comunidades Tradicionais,
por suas lutas diárias e por
serem, eles próprios, os
verdadeiros guardiões da
natureza.*

AGRADECIMENTOS

Não por acaso, deixa-se para escrever os agradecimentos ao final do trabalho. Neste momento, faz-se um exercício de rememorar as histórias vividas ao longo dos quatro anos investidos na pesquisa de doutorado, lembrando pessoas e fatos que contribuíram para que a pesquisa, e eu, chegássemos até aqui.

Minha eterna gratidão ao Cosmos, por me oportunizar viver todas as experiências que tive nesses 32 anos de idade.

Minha sincera gratidão aos moradores das Reservas de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá e Amanã, no Amazonas, que me acolheram em suas casas, me ensinaram as particularidades do modo de vida amazônico e compartilharam comigo, dentre tantas outras experiências, as agruras vividas na alagação de 2008 e na seca de 2010. Foi somente através do conhecimento dessas histórias que pude visualizar um projeto de pesquisa que hoje se concretiza como a tese de doutorado.

Gratidão aos moradores da Reserva Extrativista Alto Juruá, no Acre, por, também, terem me acolhido em suas casas e terem compartilhado comigo as muitas histórias que vivenciaram na alagação de 2008. Gratidão pela disponibilidade em desenhar mesmo quando afirmavam não saberem fazê-lo. As histórias que foram compartilhadas pelo grupo enredam o conteúdo da presente tese de doutorado.

Gratidão à querida amiga Cleide Rezende, Gestora da Unidade de Conservação Parque Nacional da Serra do Divisor, por ter me hospedado em sua casa em Cruzeiro do Sul na oportunidade do trabalho de campo no Acre. Nossas conversas enredaram meu conhecimento acerca da realidade que encontraria em campo. Igualmente, gratidão aos colegas do ICMBio de Cruzeiro do Sul, em especial Urbano Lopes da Silva Junior e Domingos, que oportunizaram a pesquisa na RESEX Alto Juruá e intermediaram meu contato com o barqueiro que me guiaria nas comunidades da RESEX. Gratidão especial, à Dona Clemilda, por ser tão gentil e me conceder seu carinho de mãe.

Gratidão ao Sr. Bastião, que me conduziu às comunidades da RESEX Alto Juruá, dividindo comigo histórias da região e de sua própria vida. Seus relatos alimentaram minha compreensão acerca das histórias desafiantes que viveram, não somente na alagação de 2008, mas também nos tempos dos seringais.

À valorosa orientadora, Norma Felicidade Lopes da Silva Valencio, por estar sempre presente em minha evolução como pesquisadora. Gratidão por sua dedicação, pelas inúmeras reuniões de orientação, pelas correções e, sobretudo, pela amizade sincera que construímos. Ser orientada por ela faz-me crer que enxergo o mundo tal como ele, por vezes, se mostra ser: cruel e injusto com os mais vulneráveis. Norma, sua inquietude e nossa luta não terão sido em vão!

Aos meus queridos pais, Francisco Venturato dos Santos e Lúcia Maria Gama Duarte Venturato dos Santos. À vocês dois, inspirações da minha vida, gratidão ao maior amor do mundo, que nunca poupou esforços para que eu viabilizasse meus sonhos. Acreditaram em mim mesmo quando eu mesma não acreditei. Confiaram que um dia eu alcançaria a realização de uma vida plena, calcada em erros e acertos, em escolhas e conquistas e, sobretudo, na certeza de que um dia eu me tornasse uma pessoa realizada, tal como sou hoje. Gratidão por serem assim, pai e mãe perfeitos que são.

Gratidão a minha querida irmã, Juliana Venturato Ruiz por ser presente em minha vida mesmo quando discordamos em algum aspecto. Ju, você esteve ao meu lado quando eu mais precisei. E, gratidão também ao meu irmão André Duarte Venturato.

Ao meu estimado sogro, Jorge Frederico Magnus Landmann. À você, Goshka, dizer obrigada está muito aquém de todo sentimento que compartilhou comigo nesses dez anos de convivência. Gratidão pelo carinho, pelo amor, pelos ensinamentos, pelas correções, pelas palavras de incentivo, pelas projeções futuras, pelas inúmeras histórias antigas que contou, preenchendo cronologicamente lacunas de meu conhecimento sobre os acontecimentos históricos. É sempre prazeroso estar ao seu lado e muito estimulante fazer parte da família Landmann.

Ao melhor marido do mundo, Oscar Frederico Accioly Venturato Landmann. À você, Tutu, foi difícil sintetizar meus sentimentos em um só parágrafo. Não por não saber o que escrever, mas por ter certeza de que nada do que escrevesse seria capaz de mensurar o bem que você me faz. Gratidão por respeitar minhas decisões mesmo quando discorda; por me apoiar mesmo sabendo que posso estar errada. Gratidão por permitir e aceitar que eu expresse o pior e o melhor de mim. Por transformar nossa relação em muitos sentimentos de amor, peculiar somente a nós dois. Viver ao seu lado e junto as nossas filhas caninas, Cacau e Prima, é um grande privilégio e o maior dos presentes que posso ter desta vida.

Aos instigantes colegas do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED-UFSCar), pela referência profissional que são, pelas lutas empreendidas para dar vez e voz àquelas pessoas que sofrem variadas privações. Em especial, agradeço à Aline Silveira Viana e Juliana Sartori. Meninas, minha eterna gratidão pelas palavras de incentivo, pelos trabalhos construídos em conjunto, pelas histórias vividas, pelas risadas que compartilhamos.

Aos queridos amigos de Lambari, por entenderem minha ausência e por acreditarem que o esforço que eu fazia relacionava-se àquilo que almejava ser adiante. Gratidão pelas palavras de incentivo, pela trajetória partilhada, pela espera de estarmos novamente juntos.

À minha querida amiga Aline Ulrich, que me sensibilizou inúmeras vezes e me acompanha ao longo dessa caminhada acadêmica; sempre presente, carinhosa e muito atenciosa.

Gratidão ao Programa de Pós Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental. Em especial, ao Nelson Emanuel Tessarin e José Luiz Donizete Chiareto, por serem sempre solícitos as inúmeras dúvidas que surgiram ao longo deste percurso. É gratificante poder contar com o apoio e a torcida de vocês.

Gratidão especial à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e ao Conselho Nacional Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelas bolsas concebidas que viabilizaram a pesquisa, a coleta de dados em campo e as viagens realizadas para apresentar os resultados.

Gratidão as meninas do Basquete Feminino do CAASO, da USP de São Carlos. Foi através das bases conceituais do basquete que pude compreender que se posicionar em campo é o mesmo que ter atitude frente aos inúmeros desafios da vida. Raça CAASO!

Por último, não menos importante, minha eterna gratidão à Bárbara Tadzia Trautman Richers, por ter me selecionado, dentre tantos outros candidatos, ao cargo de pesquisadora no Programa de Agricultura Familiar, do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. Foi através da escolha dela que pude ter a experiência mais expressiva de minha vida: de viver por dois anos na Amazônia brasileira. Gratidão!

*“A tarefa não é tanto ver aquilo que ninguém viu, mas pensar o que
ninguém ainda pensou sobre aquilo que todo mundo vê.”
(A. Schopenhauer)*

RESUMO

LANDMANN, R. D. V. (2014). **“A ALAGAÇÃO OFENDE”**: A invisibilidade de um desastre relacionado às cheias atípicas na RESEX Alto Juruá, Acre. 2014. 290 f. Tese (Doutorado) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2014.

A região do Alto Juruá, localizada no Estado do Acre, no Brasil, caracteriza-se por ser o locus que define identidade territorializada de distintos povos tradicionais. Dentre eles, há as comunidades da Reserva Extrativista Alto Juruá que, em suas características ribeirinhas, tem como aspectos do modo de vida a produção do autoconsumo. Ocorre que povos tradicionais dessa região vêm sofrendo desafios em função de circunstâncias ambientais adversas, tais como se deparando com os eventos hidrometeorológicos atípicos, interferindo em seus arcabouços culturais e em suas práticas sociais. Com base nisso este estudo descreve e analisa sociologicamente, no âmbito microssocial, a produção social de desastres invisibilizados e relacionado à cheia atípica de 2008 no contexto dessa porção da Amazônia brasileira. Numa abordagem qualitativa das Ciências Sociais, especificamente na subárea de Sociologia dos Desastres, este estudo adotou os seguintes procedimentos: a revisão bibliográfica, a pesquisa documental e pesquisa de campo de base qualitativa. A problematização inicial dessa investigação parte de três afirmações, quais sejam: 1. O desastre não é meramente factual; 2. O desastre consiste também numa construção discursiva; 3. O desastre é uma relação de poder. Como resultado, podemos dizer que o modo de vida daquelas comunidades, seja em termos das representações sociais, seja em relação às práticas balizadas por essas representações, respondem parcialmente a tais desafios, porque por um lado este modo de vida demonstra certa resiliência e/ou capacidade adaptativa, mas, por outro, o processo de vulnerabilização torna ainda necessárias práticas de reabilitação baseadas no melhoramento da relação com poder público. Diante deste objetivo, o presente estudo empreendeu uma análise exploratória a partir de uma abordagem qualitativa de pesquisa, que toma como centralidade o conceito bourdieusiano de *habitus*.

Palavras-Chave: Desastres, Povos e Comunidades Tradicionais, Alto Juruá, Acre.

ABSTRACT

LANDMANN, R. D. V. (2014). "**The ALAGAÇÃO OFFEND** ": The invisibility of an atypical related to flood disaster in RESEX Alto Juruá, Acre. 2014. 290 f. Tese (Doutorado) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2014.

The region Alto Juruá, in the state of Acre in Brazil, characterized by territoriality of traditional distinct peoples. Among them, there are communities in the Extractive Reserve Alto Juruá that in its riverine characteristics, is representative of the production cycle consumption. Is that traditional peoples of this region have suffered some challenges due to adverse environmental conditions such as atypical hidrometereológicos events, interfering in their cultural frameworks and their social practices. Based on this study describes and analyzes this sociologically, in microsocial context, the social production of disasters related to atypical invisibilizes full 2008 in the context of the Brazilian Amazon. A qualitative approach of Social Sciences, specifically in the area of Sociology of Disasters, this study adopted the following procedures: a literature review, desk research and field research for qualitative basis. Problematization The initial part of this investigation three statements, which are: 1 The disaster is not merely factual; 2 The disaster also is a discursive construction; 3. Disaster is a power relationship. As a result, we can say that the way of life of those communities, whether in terms of social representations, in relation to the practices buoyed by these representations, partially respond to these challenges, because on one hand this way of life shows some resilience and / or adaptive capacity, but on the other, the process of increasing vulnerability makes practices still needed based rehabilitation relationship with government. Given this goal, the current doctoral study undertook an exploratory analysis from a qualitative research approach, which takes as central the concept of *habitus* bourdieudiano.

Keywords: Disasters, Tradicional People and Community, Alto Juruá, Acre.

LISTA DE FIGURAS

Figuras 1, 2 e 3: Registros fotodocumentais do Centro Comercial Beira Rio e do Mercado de Frutas. O Centro Comercial consiste em um galpão setorizado com diferentes produtos destinados à comercialização. Há um local à venda da farinha branca ensacada (50kg); ao lado, balcões para venda de bebidas e alimentos prontos; na parte de fora, muitas cabines de produtos têxteis, eletrônicos, de utilidades domésticas. No Mercado de Frutas as cabines são destinadas à exposição de produtos da agricultura, como frutas, hortaliças, tubérculos, temperos. Ambos Mercados situam-se à margem do rio Juruá, na parte central da cidade de Cruzeiro do Sul/AC.	46
Figuras 4 e 5: Registros fotodocumentais do Mercado do Peixe, local destinado à comercialização diária, das 05hrs às 13hrs, à margem do rio Juruá, na cidade de Cruzeiro do Sul/AC. As caixas de isopor são alocadas lado a lado para que o pescado seja exposto à escolha do freguês.....	47
Figura 6, 7 e 8: Registros fotodocumentais dos arredores a partir do Mercado do Peixe, Mercado Beira Rio e Porto, respectivamente, à margem do rio Juruá, na cidade de Cruzeiro do Sul/AC.....	47
Figura 9: Mapa da rota percorrida e das comunidades visitadas na Reserva Extrativista Alto Juruá, no rio Juruá.	49
Figura 10: Localização das comunidades no rio Juruá. Reserva Extrativista do Alto Juruá/AC.	51
Figura 11: Localização das comunidades no rio Juruá. Reserva Extrativista do RESEX Alto Juruá/AC.....	52
Figura 12 e 13: Registros fotodocumentais da conversa sobre a cheia às margens do Juruá.	56
Figuras 14 e 15: Registros fotodocumentais das conversas realizadas no deslocamento de barco, entre Cruzeiro do Sul e Marechal Thaumaturgo.	62
Figura 16 e Figura 17: Registros fotodocumentais das conversas e pequenas reuniões feitas com os moradores da RESEX Alto Juruá.....	63
Figura 18 e 19: Registros fotodocumentais das conversas e confecções de mapas mentais com moradores da RESEX Alto Juruá.	63
Figura 20: Recursos públicos destinados à redução de desastres no Brasil, Governo Federal.	94
Figura 21: FIDE do município de Estivo, Ceará, como método ilustrativo para analisar o discurso do meio técnico operacional que atua em circunstâncias de desastre.	99
Figura 22: Decreto Municipal de Situação de Emergência de Tarauacá/AC, como método ilustrativo para analisar o discurso do meio técnico operacional que atua em circunstâncias de desastre.....	99

Figura 23: Decreto Estadual do Acre de Estado de Calamidade Pública referente à interrupção de vias terrestres.	101
Figura 24: Portaria de Reconhecimento de Situação de Emergência nos municípios do Estado do Acre em função dos eventos de inundação.....	102
Figura 25: Mapa do Estado do Acre e as Portarias Ministeriais De Reconhecimento de Desastres nos Municípios do lado Leste do Estado do Acre, dentre os anos 2010 - 2014.	112
Figura 26: Blog Arriegua relata o desastre ocorrido no Rio Juruá, em janeiro de 2008.	114
Figura 27: Site Rondônia ao vivo noticia a cheia do Rio Juruá, em janeiro de 2008.	116
Figura 28: Site Rondônia ao vivo noticia a cheia do Rio Juruá, em janeiro de 2008 (continuação).	117
Figura 29: Site Gente de Opinião noticia cheia do rio Juruá, em janeiro de 2008.	119
Figura 30: Site Gente de Opinião noticia cheia do rio Juruá, em janeiro de 2008.	120
Figura 31: Blog Notícias e Fatos noticia a preocupação dos moradores de Marechal Thaumaturgo com a cheia do rio Juruá, em comparação com a cheia de 2008.....	122
Figura 32: Quadro esquemático com os elementos da trama socioambiental que compõe as dimensões dos desastres no imaginário comunitário, expresso na forma de mapa mental.	128
Figura 33: Pirâmide etária Marechal Thaumaturgo, 1991.	132
Figura 34: Pirâmide etária Marechal Thaumaturgo, 2000.	132
Figura 35: Pirâmide etária Marechal Thaumaturgo, 2010.	132
Figura 36: Mapa de Localização da Reserva Extrativista do RESEX Alto Juruá no município de Marechal Thaumaturgo.	134
Figura 37: Pesca de mandim no rio Juruá, junho de 2012.	138
Figura 38: Habilidade para jogar a tarrafa, pesca do mandim.	139
Figura 39: Habilidade para jogar a tarrafa, pesca do mandim.	139
Figuras 40 e 41: Cultivo de feijão e de milho, respectivamente, à margem do rio Juruá. ...	142
Figura 42: Esquema gráfico sobre o Ciclo Hidrossocial, que corresponde a realização de atividades segundo a influência das águas.....	146
Figura 43: Maria Alice Silva de Oliveira, 9 anos – Comunidade Acuriá, RESEX Alto Juruá.	161
Figura 44: Antônio Pereira, 45 anos – Marechal Thaumaturgo.	162
Figura 45: Antônio (Diretor de Escola), 37 anos – Comunidade Acuriá, RESEX Alto Juruá.	163
Figura 46: Eberson, 24 anos – Marechal Thaumaturgo.	164
Figura 47: Milas, 11 anos – Marechal Thaumaturgo.	165
Figura 48: Eliete, 40 anos – Marechal Thaumaturgo.....	166
Figura 49: Paula, 14 anos – Marechal Thaumaturgo.....	167

Figura 50: Antônio Everton Nogueira da Silva, 9 anos – Comunidade Acuriá, RESEX Alto Juruá.....	168
Figura 51: Jesuana, 23 anos – Comunidade Belfort, RESEX Alto Juruá.	169
Figura 52: Naiza, 21 anos – Comunidade Belfort, RESEX Alto Juruá.	170
Figura 53: Adriano Moura de Andrade, 11 anos – Comunidade Acuriá, RESEX Alto Juruá.	171
Figura 54: Alex, 9 anos – Comunidade Acuriá, RESEX Alto Juruá.	172
Figura 55: Antônio Marcelo Pereira Silva, 9 anos – Comunidade Acuriá, RESEX Alto Juruá.	173
Figura 56: Franciele Ferreira de Oliveira, 10 anos – Comunidade Acuriá, RESEX Alto Juruá.	174
Figura 57: Francisca das Chagas, 9 anos – Comunidade Acuriá, RESEX Alto Juruá.	175
Figura 58: Maria Jonaira Nogueira de Holanda, 7 anos – Comunidade Acuriá, RESEX Alto Juruá.....	176
Figura 59: Vanessa Souza Nogueira, 9 anos – Comunidade Acuriá, RESEX Alto Juruá. ..	177
Figura 60: Antônio, 25 anos – Cruzeiro do Sul.....	178
Figura 61: Camila, 6 anos – Comunidade Arenal, RESEX Alto Juruá.	179
Figura 62: Antônia Tainer Silva Batista, 13 anos – Comunidade Acuriá, RESEX Alto Juruá.	180
Figura 63: Michele Silva do Nascimento, 9 anos – Comunidade Acuriá, RESEX Alto Juruá.	181
Figura 64: Jardeir, 18 anos – Comunidade Belfort, RESEX Alto Juruá.	182
Figura 65: Cleidson (Professor), 30 anos – Comunidade Acuriá, RESEX Alto Juruá.	184
Figura 66: Rôndila, 11 anos – Comunidade Acuriá, RESEX Alto Juruá.	185
Figura 67: Jorge, 19 anos – Comunidade Belfort, RESEX Alto Juruá.	186
Figura 68: Manoel Faustino Pinheiro, 43 anos – Comunidade Caipora, RESEX Alto Juruá.	187
Figura 69: Maria Rosália Souza Barros, 31 anos – Comunidade Caipora, RESEX Alto Juruá.	188
Figura 70: Andreia (Professora), 33 anos – Comunidade Caipora, RESEX Alto Juruá.....	189
Figura 71: Antônio da Silva Dantas, 48 anos – Vila Foz do Breu, RESEX Alto Juruá.....	190
Figura 72: Antônio Silva de Souza, 21 anos – Vila Foz do Breu, RESEX Alto Juruá.....	191
Figura 73: César Welgton Nascimento Barbosa, 28 anos – Vila Foz do Breu, RESEX Alto Juruá.....	192
Figura 74: Maria Francisca de Souza Dantas, 16 anos – Vila Foz do Breu, RESEX Alto Juruá.	193
Figura 75: Maria José de Souza Dantas, 21 anos – Vila Foz do Breu, RESEX Alto Juruá.	194

Figura 76: Queline Souza Dantas, 9 anos – Vila Foz do Breu, RESEX Alto Juruá.....	195
Figura 77: Jeicimar Souza Silva, 20 anos – Comunidade Pedra Pintada, RESEX Alto Juruá.	196
Figura 78: Emídio (Professor), 26 anos – Comunidade Belfort, RESEX Alto Juruá.....	197
Figura 79: Maria Sueli de Souza, 38 anos – Vila Foz do Breu, RESEX Alto Juruá.....	198
Figura 80: Charles (filho seu Bastião), 15 anos – Marechal Thaumaturgo.	199
Figura 81: Charlene (filha seu Bastião), 16 anos – Marechal Thaumaturgo.	200
Figura 82: Fátima (filha seu Bastião), 4 anos – Marechal Thaumaturgo.....	201
Figura 83: Maria Antônia (esposa seu Bastião), 49 anos – Marechal Thaumaturgo.....	202
Figura 84: Sebastião Ribeiro (seu Bastião), 50 anos – Marechal Thaumaturgo.	203
Figura 85: Raimunda Fernandes, 57 anos – Comunidade Pedra Pintada, RESEX Alto Juruá.	204
Figura 86: Francisco José Souza – Comunidade Arenal, RESEX Alto Juruá.	205
Figura 87: Gilfânia, 18 anos – Comunidade Belfort, RESEX Alto Juruá.	206
Figura 88: Antônio, 11 anos – Comunidade Acuriá, RESEX Alto Juruá.	207
Figura 89: Jeferson, 23 anos – Comunidade Belfort, RESEX Alto Juruá.....	208
Figura 90: Arleilson Lima de Oliveira, 25 anos – Comunidade Belfort, RESEX Alto Juruá.	209
Figura 91: Maria José Santos, 29 anos – Comunidade Belfort, RESEX Alto Juruá.....	210
Figura 92: Louzanira, 34 anos – Comunidade Belfort, RESEX Alto Juruá.....	211
Figura 93: Jucione, 23 anos – Comunidade Belfort, RESEX Alto Juruá.	212
Figura 94: Roniedson, 19 anos – Comunidade Belfort, RESEX Alto Juruá.	213
Figura 95: José Pailton Souza da Conceição, 23 anos – Comunidade Belfort, RESEX Alto Juruá.	214
Figura 96: Anielton, 18 anos – Comunidade Belfort, RESEX Alto Juruá.	215
Figura 97: Antônio, 19 anos – Comunidade Belfort, RESEX Alto Juruá.	216
Figura 98: Adônis, 28 anos – Comunidade Belfort, RESEX Alto Juruá.	217
Figura 99: Andriele, 12 anos – Comunidade Acuriá, RESEX Alto Juruá.	218
Figura 100: Antônio Everton Nogueira da Silva, 9 anos – Comunidade Acuriá, RESEX Alto Juruá.	219
Figura 101: Raiane Nogueira Maia, 11 anos – Comunidade Acuriá, RESEX Alto Juruá. ...	220
Figura 102: Fredson (Agente de Saúde), 31 anos – Comunidade Belfort, RESEX Alto Juruá.	221
Figura 103: Ivonildo, 20 anos – Comunidade Belfort, RESEX Alto Juruá.	222
Figura 104: Maria Dorisete Alves de Azevedo, 32 anos – Comunidade Belfort, RESEX Alto Juruá.	223
Figura 105: Graciane, 29 anos – Comunidade Belfort, RESEX Alto Juruá.....	224
Figura 106: Alex, 9 anos – Comunidade Acuriá, RESEX Alto Juruá.	225

Figura 107: Mapas mentais femininos, de 01 a 10 anos.	229
Figura 108: Mapas mentais femininos de 11 a 20 anos.	230
Figura 109: Mapas mentais femininos de 21 a 30 anos.	231
Figura 110: Mapas mentais femininos de 31 a 40 anos.	232
Figura 111: Mapa mental feminino de 41 a 50 anos.....	233
Figura 112: Mapa mental feminino de 51 a 60 anos.....	233
Figura 113: Mapas mentais masculinos de 01 a 10 anos.....	234
Figura 114: Mapas mentais masculinos de 11 a 20 anos.....	235
Figura 115: Mapas mentais masculinos de 21 a 30 anos.....	236
Figura 116: Mapas mentais masculinos de 31 a 40 anos.....	236
Figura 117: Mapas mentais masculinos de 41 a 50 anos.....	237
Figura 118: Registros fotodocumentais da alagação de 2008 – comunidades inteiras alagadas. Fonte: Erisberto (SEAPROF/AC).	239
Figura 119: Donativos Distribuídos na alagação de 2008. Fonte: Erisberto (SEAPROF/AC).	240
Figura 120: Registros fotodocumentais de 2008 comparados aos mapas mentais coletados em 2012 (nova rotina familiar).....	241
Figura 121: Registros fotodocumentais de 2008 comparados aos mapas mentais coletados em 2012 (troncos descendo o rio).....	242
Figura 122: Registros fotodocumentais de 2008 comparados aos mapas mentais coletados em 2012 (casas sendo arrastadas).	243
Figura 123: Registros fotodocumentais de 2008 comparados aos mapas mentais coletados em 2012 (luta da mãe para salvar o filho).	244
Figura 124: Registros fotodocumentais de 2008 comparados aos mapas mentais coletados em 2012 (escola alagada).....	245
Figura 125: Registros fotodocumentais de 2008 comparados aos mapas mentais coletados em 2012 (pasto improvisado para o gado).	246
Figura 126: Estratégias de enfrentamento – cabana improvisada para abrigar a família na alagação, pois a casa foi destruída.	257
Figura 127: Famílias que abrigaram outras famílias na alagação de 2008. Fonte: Erisberto (SEAPROF/AC).	258

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Porcentagem de Portarias de Reconhecimento de Desastres por macrorregião brasileira	105
Tabela 2: Número de Desastres reconhecidos por Portaria Ministerial – Região Norte em relação ao Brasil, período de 2004 a 2013.....	107
Tabela 3: Número de Desastres reconhecidos por Portaria Ministerial – Acre em relação à Região Norte e ao Brasil, período de 2004 a 2013	108
Tabela 4: Tipos de agravos sofridos em desastres reconhecidos por Portaria Ministerial, no Estado do Acre de 2010 a 2014.....	110
Tabela 5: População Total, por Gênero, Rural/Urbana e Taxa de Urbanização – Município de Marechal Thaumaturgo/AC.....	130
Tabela 6: Os Tipos de Chuva, segundo os relatos dos moradores da RESEX Alto Juruá (MESQUITA, 2012).....	143
Tabela 7: Natureza e variabilidade dos elementos retratados no desastre relacionado à alagação de 2008, por recorte de gênero.	228
Tabela 8: Natureza e variabilidade dos elementos retratados no desastre relacionado à alagação de 2008, por recorte etário.	229

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: IDH BRASIL – evolução dos últimos 22 anos	66
Gráfico 2: Renda per Capita segundo Índice de Gini – Brasil (1960-2012)	67
Gráfico 3: Desastres reconhecidos por Portaria Ministerial – Brasil, período de 2004 a 2013.	104
Gráfico 4: Desastres reconhecidos por Portaria Ministerial – Regiões brasileiras, período de 2004 a 2013.....	106
Gráfico 5: Fluxo escolar por faixa etária – Marechal Thaumaturgo, 2010.....	133

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Quadro esquemático com informações sobre os documentos científicos consultados.	42
Quadro 2: Distribuição dos Mapas Mentais (MM) confeccionados e Entrevistas Concedidas (Relatos Orais - RO) a partir do recorte etário e de gênero nas comunidades da RESEX Alto Juruá e na cidade de Cruzeiro do Sul (zona de amortecimento da Unidade de Conservação).	60
Quadro 3: Quadro esquemático com os tipos e subtipos de “desastres naturais” de origem hidrometereológica	97

LISTA DE SIGLAS

AVADAN – Avaliação de Danos
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COBRADE - Codificação Brasileira de Desastres
CODAR - Código Ameaça a Desastre e Risco
ECP – Estado de Calamidade Pública
EIRD – Estrategia Internacional para la Reducción de Desastres
EM-DAT – The International Disaster Database
FIDE - Formulário de Informação de Desastre
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
FUNCAP - Fundo Especial para Calamidades Públicas
GEACAP - Grupo Especial para Assuntos de Calamidade Públicas
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IDS – Instituto de Desenvolvimento Sustentável
IPCC – Intergovernmental Panel on Climate Change
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPM – Índice de Pobreza Multidimensional
LA RED - La Red de Estudios Sociales em la Prevención de Desastres em América Latina
MI – Ministério da Integração Nacional
NEPED – Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres
NOPRED - Notificação Preliminar de Desastre
ONU – Organização das Nações Unidas
PCJ – Piracicaba, Capivari e Jundiaí
PIB – Produto Interno Bruto
PNDC – Política Nacional de Defesa Civil
PNPDC – Política Nacional de Proteção e Defesa Civil
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPP – Poder Paridade de Compra
RNB – Renda Nacional Bruta
SE – Situação de Emergência
SEAPROF - Secretaria de Estado de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar
SEDEC – Secretaria Nacional de Defesa Civil
SINDEC – Sistema Nacional de Defesa Civil
SISBIO - Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade
UFSCar – Universidade Federal de São Carlos
UGRH - Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas
UNISDR – United Nations International Strategy for Disaster Reduction
USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	30
1. INTRODUÇÃO	35
OBJETIVOS.....	39
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	40
Revisão bibliográfica	40
Pesquisa documental.....	43
Pesquisa de campo de base qualitativa	44
Nota introdutória sobre a pesquisa de campo	45
Caminhos percorridos – estratégias de deslocamento	45
Estratégias de abordagem – entrevistas semi-estruturadas	53
2. POVOS TRADICIONAIS EM CONTEXTO DE DESASTRE	65
2.1. Desastres a partir da abordagem das Ciências Sociais	65
2.2. A construção social da vulnerabilidade	73
2.3. Povos tradicionais: a fragilidade do modo de vida frente aos desastres	79
3. DESASTRE VISTO DE DENTRO E DISCURSO QUE INVISIBILIZA A PERSPECTIVA DOS GRUPOS AFETADO	84
3.1. A arena de conflitos em torno dos desastres no Brasil	84
3.2. Da definição do termo às regras impositivas – a institucionalização do desastre... ..	87
3.3. O contexto do desastre no Brasil e sua invisibilidade no estado do Acre.....	103
3.4. Outros olhares acerca da invisibilidade dos desastres no estado do Acre	113
4. A INVISIBILIDADE DOS DESASTRES NA RESERVA EXTRATIVISTA RESEX ALTO JURUÁ – ACRE	125
4.1. Reserva Extrativista Alto Juruá – caracterização espacial da área de estudo	129
4.1.1. Localização geográfica e dados demográficos.....	129
4.1.2. Características socioambientais.....	134
4.1.3. Histórico de ocupação – de seringueiros à agricultores: da luta pela posse da terra à criação das Reservas Extrativistas	147
4.1.4. Eventos extremos do clima como fator de ameaça a grupos sociais fragilizados	153
4.2. O desastre visto por dentro, desde o olhar dos grupos afetados	156
4.2.1. A interpretação dos desastres possibilitada pelos mapas mentais.....	157
4.2.2. Considerações acerca do conteúdo dos registros fotodocumentais	238
4.2.3. Desastres segundo a palavra dos moradores, através dos relatos orais.....	247
4.2.4. Estratégias comunitárias de enfrentamento dos desastres	256
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	260

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	263
ANEXOS	276

APRESENTAÇÃO

Não seria exagero dizer que, desde menina, me interesse por questões ambientais. Talvez por ter nascido em Lambari, no interior de Minas Gerais e convivido com os modos de vida tradicionais, cotidianamente estabelecendo vínculos com os ambientes naturais daquela localidade. Ou, talvez, esse interesse possa estar ligado também à educação que recebi de meus pais, professores de geografia e biologia da rede pública do Estado. Acredito eu que o contato com a diversidade cultural, com os mapas, os bichos e as plantas não correspondem apenas às características ambientais que circunscrevem quem eu sou no tempo presente, mas, sobretudo, ao que torna minha vida cheia de sentidos.

Logo no final da década de 1990, meus pais e eu nos mudamos pra São Paulo e pude me relacionar com as coisas do mundo através de outra perspectiva. Em 2002, escolhi a Gestão Ambiental como curso de graduação, pois procurava entender de que maneira poderia estar envolvida na minha vocação pessoal e transformá-la numa oportunidade profissional. Durante a realização da graduação, estagiei em diferentes áreas da Gestão Ambiental, a saber: horta e compostagem, estudos e pesquisas florestais, análises ambientais de áreas contaminadas e gestão e manejo de áreas naturais protegidas (Unidades de Conservação). As distintas e variadas experiências serviram para que eu definisse quais as áreas, dentro da questão ambiental, não me interessariam e quais despertavam mais meu interesse. Em 2006, foi possível aprofundar o conhecimento em questões socioambientais através do ingresso no mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural, da Universidade Federal de São Carlos, Campus de Araras.

Sob a orientação da Professora Norma Valencio, do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres, da Universidade Federal de São Carlos (NEPED/UFSCar), investigamos de que maneira povos e comunidades tradicionais ribeirinhos, mais especificamente, localizados na margem do rio Piracicaba, no Estado de São Paulo, vivenciam os desafios de seu modo de vida da pesca artesanal numa territorialidade comprometida ambientalmente. A Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos correspondente aos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (UGRH – PCJ) está enquadrada na categoria industrial, ou seja, recebe cargas poluidoras de efluentes industriais. O rio Piracicaba é uma das regiões mais expressivamente

impactadas pelo processo de interiorização paulista. Seja pelo crescimento populacional, quanto da indústria, da mineração, da agricultura e barramentos, suas águas encontram-se em estágio avançado de degradação com desdobramentos negativos sobre os estoques pesqueiros, impedindo a pesca artesanal ali inserida de recriar suas modalidades de reprodução material, social e simbólica. Assim, os hábitos e práticas do modo de vida daquela comunidade tradicional do Tanquã enfrentam grandes desafios e desenvolvem mecanismos, segundo seu arcabouço cultural, para seus membros sobreviverem num ambiente degradado. Como resultado, verificamos que os moradores do Tanquã do rio Piracicaba, embora envolvidos a muitas dificuldades para a realização de suas práticas produtivas relacionadas à pesca, constituem ainda um modo de vida particular, nas relações de parentesco e nas regras sociais de vizinhar. Mas, principalmente, essa comunidade produz as regras de consenso e novas estratégias de enfrentamento diante a constante poluição do rio. Esta experiência acadêmica possibilitou que eu apreendesse as bases conceituais das Ciências Sociais de incursão a campo, as estratégias de abordagem de um determinado grupo social e me visse cada vez mais interessada nas questões ambientais relacionadas ao universo da água. Essa interação revelou as diretivas dos caminhos futuros. Ao final do mestrado, em 2008, tive a felicidade de ser contemplada com uma bolsa de pesquisa do CNPq no Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, situado em Tefé, no interior do Estado do Amazonas.

A experiência no IDS Mamirauá foi enriquecedora em diferentes aspectos. A começar pelo convívio com os integrantes do extinto Programa de Agricultura Familiar, os quais me remetem às boas memórias e tenho grande admiração. Nunca havia estado na região Norte do país. Costumo dizer que, dos dois anos que passei no Amazonas, um ano inteiro foi preciso para que eu desaprendesse a racionalidade do Sudeste para depois compreender a racionalidade do Norte. Um trecho do Livro das Ignorâncias, de Manoel de Barros (1994), que diz respeito à uma realidade desconhecida, a um desconhecimento prévio dos conceitos, significados e sentidos, retrata exatamente o que senti e vivi naquele período:

[...] Para apalpar as intimidades do mundo é preciso saber:

- a) Que o esplendor da manhã não se abre com faca
- b) O modo como as violetas preparam o dia para morrer
- c) Por que é que as borboletas de tarjas vermelhas têm devoção por túmulos

- d) Se o homem que toca de tarde sua existência num fagote, tem salvação
 - e) Que um rio que flui entre 2 jacintos carrega mais ternura que um rio que flui entre 2 lagartos
 - f) Como pegar na voz de um peixe
 - g) Qual o lado da noite que umedece primeiro.
 - Etc
 - etc
 - etc
- Desaprender 8 horas por dia ensina os princípios. [...]

Ao longo das vivências nas comunidades, junto aos moradores daquelas localidades, acompanhei muitas atividades do modo de vida tradicional local. Passava semanas em algumas delas, acompanhava as idas das famílias aos seus campos de cultivo, ora em ambientes de várzea, ora em ambientes de terra firme. Aprendi que macaxeira e mandioca não correspondem a mesma planta, que na roça homens e mulheres exercem papéis diferentes; aprendi a plantar os feixes de maniva, a descascar a mandioca com o terçado, a coletar o tucupi, a fazer a farinha de tapioca, a remar o forno, a capinar com as mãos, a semear nas praias, a coletar as frutas dos sítios, a carregar o paneiro cheio, a limpar o peixe, a dormir na rede e até a remar da canoa. Pude compreender a função do fluir natural das águas na realização de atividades ribeirinhas diárias e a importância que esse fluir tem na renovação dos ciclos correspondentes. Como, por exemplo, na agricultura. As praias e várzeas são cultivadas na vazante do rio ou na seca propriamente dita, época do verão amazônico – de junho à novembro –, e seu tempo de cultivo, considerando o plantio, a capina e a colheita, é rigorosamente seguido, respeitando sempre o ciclo da água. A cada cheia, o material sedimentar carregado pelo rio é depositado nas margens. Isso enriquece o solo e, a cada novo ciclo, novas áreas surgem para serem cultivadas. Nessas áreas, cultiva-se mandioca, macaxeira, pepino, jerimum, pimenta, milho, feijão, dentre outras espécies de ciclo curto. Em terra firme as estratégias são diferentes. Estas áreas não são anualmente alagadas, mas também são manejadas de acordo com o regime flúvio-dinâmico, porque os ribeirinhos usam os igarapés que inundam no inverno amazônico – de dezembro a maio – para transportar as mandiocas da roça para a comunidade. As áreas de mata madura, ou áreas que ainda não sofreram corte raso, são as preferidas para o plantio da mandioca, embora realizem também cultivo em capoeiras, que são áreas que foram abandonadas após o seu primeiro ciclo e tornaram a ser cultivadas anos depois.

Naquele ano, em 2008, uma grande cheia alagou extensas áreas das margens do Solimões e, em especial, as várzeas altas e a terra firme, que pouco ou raramente sofrem com alagações anuais. As experiências junto aos povos e comunidades tradicionais das Reservas de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá e Amanã, no âmbito daqueles desafios, me possibilitou visualizar as dificuldades dos moradores na realização de suas tarefas diárias. Desde as dificuldades da criação de pequenos animais, da inviabilidade dos quintais agroflorestais, ao alagamento repentino de suas áreas de cultivo (praia, várzea e até terra firme), e a imersão de suas casas pelas águas revoltas. Me indaguei se aquela cheia atípica agiria de maneira negativa sobre os hábitos tradicionais correspondentes e se suas práticas estavam no limite da capacidade de resiliência daquele modo de vida; ou então se essas condições atípicas fariam com que as comunidades criassem novas relações e hábitos sobre o ambiente afetado, ou, ainda, se essas ameaças interfeririam de maneira inversa, inviabilizando suas práticas cotidianas do modo de vida tradicional.

Em 2010, tive a experiência de vivenciar o outro extremo: a seca que assolou grandes extensões da Amazônia. Outros tantos desafios colocaram à prova os ribeirinhos. Agora, desafios relacionados à seca e as dificuldades que enfrentavam em todas as esferas para conseguir água para o consumo humano e também à criação de animais. Outrossim, dizia respeito às rotas fluviais interrompidas com a seca extrema e a falta d'água completa nos canais fluviais principais, o que também inviabilizava a realização de suas atividades diárias.

O convívio com os ribeirinhos foi muito enriquecedor, não apenas a respeito dos aprendizados que obtive na esfera profissional e pessoal, no convívio com valores e crenças diferentes à minha, mas, sobretudo, por termos construído uma relação de confiança e amizade ao longo do tempo que passei em suas casas, comendo de suas comidas, bebendo de suas águas, dormindo debaixo do mesmo teto, em contato com seus conhecimentos.

Minha bolsa de pesquisa teve fim em novembro de 2010 e, desde então, não voltei mais a Tefé e nem tampouco nas comunidades das Reservas. Mas trouxe comigo, dentre outras experiências, os desafios que os moradores de lá tiveram com relação aos eventos hidrometeorológicos relacionados à seca e à cheia. Como fruto desta interação, submeti um projeto de pesquisa de doutorado, sob a orientação da sempre presente professora Norma Valencio, com intuito de descrever e analisar como as rotinas socioespaciais de grupos tradicionais da Amazônia davam

provimentos aos desafios que enfrentavam com relação aos extremos de cheias. Por questões de interesse institucional, meu projeto de pesquisa submetido ao Instituto Mamirauá foi aceito com ressalvas. Isto significaria que eu precisaria adequar, no âmbito do interesse institucional, os objetivos da pesquisa e também arcar com as despesas de minhas viagens, exceto àquelas dentro da Reserva Amanã. Esses fatos fizeram com que buscássemos outra localidade para realização da pesquisa a fim de que não houvesse mudanças significativas nos objetivos sociológicos da mesma. Assim, submeti o projeto de pesquisa de doutorado ao Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (SISBIO/ICMBio), com a intenção de realizá-la na Reserva Extrativista do Alto Juruá (RESEX Alto Juruá). O projeto de pesquisa foi aceito e novamente embarquei em busca do aprendizado através do desconhecido.

Embora sejam Reservas de Desenvolvimento Sustentável Amanã e Mamirauá e Reserva Extrativista Alto Juruá, considerados Unidades de Conservação em bioma amazônico, estas três localidades, nem sempre, constituem as mesmas relações, paisagens, costumes e hábitos. Não tive a oportunidade de passar na RESEX Alto Juruá, no Acre, os mesmos dois anos que passei nas RDSs Amanã e Mamirauá, no Amazonas. Mas percorri o alto curso do rio Juruá em busca de histórias e memórias que contassem os desafios relacionados aos eventos hidrometeorológicos extremos, nas secas ou nas cheias. As informações contidas na presente tese de doutorado dizem respeito à região da RESEX Alto Juruá e aos enfrentamentos sofridos pelas comunidades desta região no contexto relacionado às mudanças repentinas do regime das águas na época da cheia, mais especificamente, no episódio de 2008, no qual as águas invadiram e levaram embora, em sua correnteza, grande parte do que lá estava.

1. INTRODUÇÃO

O regime de cheias nos mananciais superficiais no contexto amazônico brasileiro é muito potente. O território amazônico, compreendido pela Amazônia Legal, possui alta diversidade socioambiental. Sua extensão territorial é de 7,8 milhões de km², onde estão localizadas 12 microbacias hidrográficas e 158 sub-bacias, subdivididas por 1497 municípios, 68 departamentos/estados/províncias dispostos em oito países da América do Sul: Bolívia (6,2%); Brasil (64,3%), Colômbia (6,2%), Equador (1,5%), Guiana (2,8%) Guiana Francesa (1,1%), Peru (10,1%), Suriname (2,1%) e Venezuela (5,8%). Neste vasto território, vivem cerca de 33 milhões de pessoas, os quais incluem 385 diferentes povos indígenas (WALKER et.al, 2014).

Em termos de volume de água, estima-se que anualmente 27 trilhões de toneladas de água caia sobre a Bacia Amazônica (FAPESP, 2014). Em razão dessa territorialidade grandiosa, com relação a abundância de recursos hídricos, as comunidades locais organizam o seu modo de vida e as suas rotinas da vida cotidiana de forma a saberem lidar com as influências dos extremos de água, tanto em terra firme quanto na várzea, adaptando-se a essas circunstâncias.

Apesar disso, a cultura dessas comunidades, caracterizadas como sendo povos tradicionais, está sendo desafiada por circunstâncias específicas em que o volume das águas é ainda mais acentuado, gerando cheias atípicas. Nessas circunstâncias, as comunidades experimentam novos desafios e sofrem agravos expressivos, conjuntura esta, então, denominada desastre.

O quadro humano dos órgãos de Defesa Civil muitas vezes tem um olhar sobre o desastre que não converge com os saberes e práticas que moldam o modo de vida comunitário dos povos tradicionais da Amazônia brasileira, razão pela qual a situação de conflito e de insuficiência das providências públicas preventivas, preparativas, de resposta e de recuperação aos desastres costuma ser muito frequente.

Em vista desse cenário adverso, cabe uma reflexão a partir de três pilares, a saber: 1. O desastre não é um acontecimento meramente factual; 2. O desastre é uma construção social, na qual se destacam os elementos discursivos; e 3. O desastre está implicado num sistema de poder. Salientemos cada um deles.

Ao afirmarmos que o desastre não é somente um acontecimento factual, queremos dizer que embora ocorram danos e prejuízos aos elementos físicos da paisagem, esses elementos físicos ganham sentidos que são bastante específicos para cada comunidade; dentro de cada comunidade, para cada família; dentro de cada família, para cada pessoa. É fato que eventos hidrometeorológicos severos e extremos podem perturbar a dinâmica do ambiente natural e construído onde a comunidade organiza as rotinas da sua vida prática, que envolve desde a sua casa, de seus pertences pessoais, de seus animais de criação, da agricultura e da pesca. Cada um desses elementos está envolvido na dinâmica da garantia dos mínimos vitais e sociais de cada grupo da comunidade, mas tem a sua especificidade. Daí porque a materialidade dos danos e destruição ainda assim não é expressa por ela mesma, a não ser por meio da interpretação do grupo afetado, isto é, do grupo que pode expressar o quanto se sente prejudicado nessas circunstâncias. É apenas a partir da interpretação de quem enreda esses elementos na rotina da sua vida cotidiana que se pode dimensionar o tipo e grau de afetação de cada comunidade, família e indivíduo. Embora isso seja a vivência, não é essa a visão que os órgãos de Defesa Civil levam em consideração.

Esse primeiro pilar suscita algumas perguntas, tais como: os desastres podem ser descritos apenas pela caracterização dos fenômenos da natureza, ou para falarmos em desastres precisamos ter em consideração a ótica dos grupos sociais afetados? O universo simbólico dos grupos sociais afetados tem sido considerado para descrever as circunstâncias de desastres, levando em conta as especificidades culturais, como é o caso dos povos tradicionais? As ações levadas a cabo pelo meio técnico operacional de defesa civil são pertinentes e suficientes para as comunidades afetadas?

Vejamos a segunda questão. Embora um desastre possa ter elementos concretos assinalados, se destacam os elementos discursivos. Na Teoria Social, Foucault se refere às diferentes formas de estruturar as áreas de conhecimento e práticas sociais, dentre as quais está o discurso. Chamamos de discurso, nesse sentido, a manifestação de formas específicas do uso de linguagem e outras formas simbólicas, para assegurar uma diretiva dominante, como assinalado no livro “*A Ordem do Discurso*”, de 1996:

Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. Em uma sociedade como a nossa, é certo, procedimentos de exclusão [...] o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta o poder pelo qual nós queremos apoderar. (FOUCAULT, 1996, p. 8-10).

O que ocorre no Brasil, regularmente, é que as situações de desastres são interpretadas de maneira unilateral pelo discurso definido pelos órgãos responsáveis nesse tema, no caso, os órgãos de defesa civil. Esse discurso unilateral frequentemente deslegitima as outras interpretações sobre os acontecimentos havidos e os sentidos desses acontecimentos, desautorizando, por exemplo, a interpretação dos grupos sociais afetados. No caso do contexto da Amazônia brasileira, particularmente desautoriza o ponto de vista das comunidades cujos os lugares são constituídos por povos tradicionais.

Lugar é aqui considerado como a integração entre as práticas de territorialização de um dado grupo e a construção simultânea de sua identidade social (ZHOURI; OLIVEIRA, 2010). Logo, como há diferentes discursos em torno dos acontecimentos havidos no lugar, cria-se uma tensão e nesta tensão um discurso se sobrepõe ao outro. O discurso da tecnociência se impõem ao discurso comunitário, e essa sobreposição cria uma relação de poder, legitimando as ações técnicas e deslegitimando as ações respaldadas no saber tradicional o que, portanto, causa uma interferência, de maneira deletéria, na capacidade de resiliência desses povos.

Esse segundo pilar suscita a seguinte pergunta: se para diferentes atores correspondem diferentes definições de desastre, e essas diferentes definições balizam diferentes práticas em vista dos acontecimentos, em que medidas as ações requeridas pela comunidade e as ações deflagradas pelo aparato do Estado vão convergir para solucionar um problema num contexto de desastre?

No terceiro pilar, observamos que a explicação de um desastre está implicada num sistema de poder. Significa dizer que a produção socioambiental da vulnerabilidade está intrinsicamente ligada às insuficiências das políticas públicas que se espelham no campo ambiental, particularmente, no que concerne às políticas públicas voltadas para os povos tradicionais. As ações práticas adotadas pelo meio técnico e operacional tomam um caráter opositivo em relação às práticas rotineiras do grupo social afetado. Ocorre que os saberes comunitários e suas correspondentes

práticas, as quais são deslegitimadas, correspondem à sua vida cotidiana e não à dos técnicos que impõem a visão institucional. Sendo assim, após considerarmos a existência e imposição de um discurso operante, há duas visões práticas em torno dos desastres, que, por um lado envolve os atores técnicos que estão no dispositivo do Estado, influenciados pela racionalidade tecnocientífica e, por outro, pelas comunidades caracterizadas como povos tradicionais, marcadas por suas experiências concretas no lugar.

Esta racionalidade tecnocientífica que define unilateralmente o que é desastre se coloca como uma relação de poder. Ela é a manifestação de uma forma de poder. Por conseguinte, uma forma de violência. Portanto, emerge um conflito, no qual o discurso de uns não serve para evocar uma concepção de mundo que sirva para outros. Serve para inferioriza-lo. Essa configuração de encontro é por si mesma uma relação que não apenas cria desastres, mas intensifica o desastre vivido pelos grupos socialmente inferiorizados.

Para este pilar, algumas perguntas são pertinentes: qual interpretação do desastre está subjacente aos documentos de oficialização da existência desse acontecimento adverso? E porque há circunstâncias em que uma comunidade se sente no contexto de desastre mas esse contexto não é devidamente oficializado pelo Estado?

Em razão desses três diferentes aspectos, o olhar sociológico pode descortinar a complexidade implicada na própria definição de desastre e nos contextos sociopolíticos e socioambientais específicos desde onde os desastres ocorrem.

OBJETIVOS

Dito isso, este estudo tem por objetivo central descrever e analisar sociologicamente a produção social de desastres relacionados a eventos hidrometeorológicos no contexto da Amazônia brasileira, focalizando especialmente o caso da Reserva Extrativista do Alto Juruá (RESEX Alto Juruá), Acre, no ano de 2008.

Como objetivos específicos, este trabalho busca:

1. Descrever as estratégias comunitárias de utilização da água doce nas rotinas de autoconsumo e segurança alimentar;
2. Caracterizar as distinções entre as interpretações que correspondem à ideia de desastre na perspectiva da comunidade local afetada e na perspectiva do olhar institucional e suas correspondentes práticas;
3. Identificar as práticas das comunidades abordadas, no recorte etário e de gênero, relacionadas às técnicas emergenciais que visam garantir as necessidades vitais e sociais em contexto de desastre.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para que a pesquisa alcançasse os objetivos propostos, o trabalho seguiu uma divisão onde fossem evidenciadas as etapas empreendidas em seu curso, que deram origem à organização dos Capítulos. Numa abordagem qualitativa das Ciências Sociais, especificamente na subárea de Sociologia dos Desastres, este estudo adotou os seguintes procedimentos: a revisão bibliográfica, a pesquisa documental e pesquisa de campo de base qualitativa.

Revisão bibliográfica

Na revisão bibliográfica, correspondente ao Capítulo 1, realizamos uma síntese do debate das Ciências Sociais em torno da definição de desastres. O debate centrou-se na nos seguintes autores:

- **OLIVER-SMITH (1998)** – Afetação multidimensional: intensificação da produção industrial; aumento acelerado da população e do uso indevido dos Recursos Naturais; consequências irreversíveis dos danos ambientais; redução da capacidade de resiliência;
- **VALENCIO (2012)** – 3 crises: 1. civilizacional – injustiças sociais; 2. crônica – processo sócio-histórico; 3. aguda – problemas estruturais de segurança humana, inequidade de direitos.
- **GARCIA-ACOSTA (2005) e LAVELL (1993)** – Desastre como resultado de um processo sócio-histórico;
- **QUARANTELLI (2005)** – Contexto sócio-histórico, tempo e espaço devem ser considerados;
- **O'BRIEN (2007)** – expressiva valoração do aparato tecnológico; não se dá devida atenção ao conhecimento das Ciências Humanas e Sociais;

Foi realizada também uma síntese em torno da definição de vulnerabilidade, utilizando os autores:

- **ACSELRAD (2006)** – vulnerabilidade como processo e como relação;
- **O'BRIEN & LIECHENKO (2000)** – não atribuem somente à pobreza, mas também ao modelo de desenvolvimento adotado ligado a fragilidade dos dispositivos territoriais;
- **ADGER & KELLY (2000)** – vulnerabilidade como “ponto final” e como “ponto de partida”;

. A esta síntese foi acrescida uma caracterização do grupo social que é o centro desse estudo sociológico, ou seja, povos tradicionais no contexto da Amazônia, e centra-se, principalmente, no conceito de *habitus*, de Bourdieu.

Para isso, foi preciso recorrer às bases físicas e virtuais como fonte de pesquisa bibliográfica. Dentre essas bases físicas estão as bibliotecas da Universidade de São Paulo, em diferentes *Campi* (Escola de Engenharia de São Carlos; Instituto de Psicologia; Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas; Escola Superior de Agricultura Luís de Queiroz) e Universidade Federal de São Carlos (São Carlos). Já as bases virtuais consultadas foram: Scielo, Elsevier, Jstor, BIRENE, DEDALUS, CITRUS, Periódicos CAPES, Google Acadêmico. As obras que foram lidas, em sua totalidade ou parcialmente, para construir o objeto e a problematização dessa pesquisa estão mencionadas no Quadro 1, abaixo.

CONSULTAS CIENTÍFICAS REALIZADAS DURANTE A PESQUISA DE DOUTORADO	
ANO	AUTORES
...2011	BARROS, 1996; QUEIROZ, 1987; NETO, 1994; CAPLAN, 1990; DUBOIS, 1993; QUIVY; CAMPENHOUDT, 1998; VELSEN, 1987; HALBWACHS, 2006; SILVA, 2004; TURNER et al., 2003; CONFALONIERI, 2002; LITTLE, 2002; LITTLE, 1992; BOURDIEU, 1983; BOURDIEU, 2004; CASTRO, 1998; MAUSS, 1974; BERKES; FOLKS, 1998; WATSON et al., 1997; SAHLINS, 1997; MARENGO et al., 2011; MARENGO et al., 2004; MARENGO, 2008a; MARENGO, 2008b; MARENGO, 2008c; MARENGO; VALVERDE, 2010; MARENGO, 2007; SENNET, 2004; TUAN, 2005; MEEHL et al., 2007; TRENBERT et al., 2007.
2012	BOSI, 1993; TRIPOLDI, et al., 1981; TAYLOR; BORGAN, 1992; ZHOURI; OLIVEIRA, 2010; FOUCAULT, 1996; MARTINS, 2008; BARROS et al., 2007; WANDERLEY, 2006; NASREEN, 2004; QUARANTELLI, 1989; OLIVER-SMITH, 1998; VALENCIO, 2012a; ACSERALD, 2006; ACSERALD et al., 2009; VALENCIO, 2009; QUARANTELLI, 1976; VALENCIO, 2012b; MARTINS, 1998; ALMEIDA, 2004; ALMEIDA, 2006; ALMEIDA, 1992; CARNEIRO DA CUNHA, 2001.
2013	LAVELL, 1993; LAVELL, 1998; GARCIA ACOSTA, 2005; HEWITT, 1983; ALMEIDA, 2008; DIEGUES; ARRUDA, 2001; SANTOS, 1996; MARQUEZ, 2004; CERTEAU, 1994; SIENA, 2012; MARCHEZINI, 2010; CASTRO, 2003; FLORIANI, 2000; MNISTÉRIO CIDADES IPT, 2007; GOERL; KOBIYAMA, 2005; SANTOS, 2008; KIRSCHENBAUM, 2002; PERRY; LINDELL, 2003; IBGE, 2010; ALMEIDA, 1999; 1988.
2014	HIGGINS; PEREIRA, 2013; SACHS, 2003; QUARANTELLI, 2005; O'BRIEN, 2007; BRITTON; LINDSAY, 1995; BULLARD, 1993; ADGER; KELLY, 2000; O'BRIEN et al., 2004; AGAMBEN, 2005; UFSC, 2012; VIVEIROS DE CASTRO, 2002; BERGO, 1993; MESQUITA, 2012; RADAM BRASIL, 1977; SECRETO, 2007; PAULA et al., 2007; ALBUQUERQUE, 2012; PAILHOUS, 1970; LEDRUT, 1973; DOWNS; STEA, 1973; COSSETTE, 1994; GRUBITS, 2003; VALENCIO et al., 2008; CORRÊA, 2007; CARNEIRO DA CUNHA, 2009; LYNCH, 1960; PETCHENICK, 1995; ARCHELA; GRATÃO; TRASTDORF, 2004.

Quadro 1: Quadro esquemático com informações sobre os documentos científicos consultados ao longo dos quatro anos do doutorado.

Fonte: anotações feitas pela pesquisadora ao longo da realização do doutorado (2011-2014).

Pesquisa documental

A síntese da pesquisa documental é contemplada no conteúdo do Capítulo 2, cuja abordagem se refere ao desastre como uma construção social, onde se destacam os elementos discursivos institucional, particularmente, de Defesa Civil. Nessa seção, trataremos da interpretação institucional dos contextos de desastres que acontecem no Brasil e, especialmente, na Amazônia brasileira e no Estado do Acre.

A pesquisa documental caracterizou as ações das instituições envolvidas na prevenção, mitigação, preparação, respostas e de recuperação dos desastres relacionados ao aumento repentino e atípico das águas dos rios. Por meio de documentos oficiais, tais como relatórios técnicos, plano de contingência, entre outros, pudemos ilustrar a importância desse tipo de desastre, o olhar institucional e as práticas técnicas que esse olhar embasa.

Para analisar o número de desastres oficialmente contabilizados foi preciso recorrer a base de dados do Ministério da Integração Nacional (MI), a partir dos Decretos Municipais ou Estaduais seguidos pelas Portarias de Reconhecimento de Desastres, publicados posteriormente no Diário Oficial da União. De posse dessa base de dados, foi possível quantificar e localizar a oficialização dos desastres no Brasil, por região, por data e por evento extremo.

Outros documentos técnicos foram consultados, tais como: IPCC, 2001; IPCC, 2007; EIRD/ONU, 2007; BRASIL, 2011 (Plano de manejo Resex Alto Juruá); BRASIL, 2009; BRASIL, 2007 (Decreto 6040); INCRA, 1987 (Portaria 627); BRASIL, 1988 (Constituição); UNISDR, 2004; EIRD/ONU, 2004; ATLAS DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2013; DECLARAÇÃO UNIVERSAL DIVERSIDADE CULTURAL, 2007; BRASIL, 2012; PNUD, 2014; PNUD, 2013; PNUD, 2010; WORLD BANK, 2014; IPEA, 2013;

Pesquisa de campo de base qualitativa

A pesquisa de campo, correspondente ao Capítulo 3, teve um caráter exploratório, uma vez que visou coletar, sistematizar e analisar dados originais obtidos em campo e, a partir disso, problematizar o tema, que envolve a organização social e dinâmica da territorialidade em contexto de desastres de um dado grupo, em torno do qual não há literatura disponível. O grupo estudado é formado por comunidades ribeirinhas da RESEX Alto Juruá, cujas características socioespaciais serão abordadas adiante.

A pesquisa de campo teve como finalidade coletar informações que evidenciasse a produção social do desastre desde os processos de vulnerabilização socioespacial das comunidades ribeirinhas tradicionais. Assim, focalizou o modo de vida dos moradores da RESEX Alto Juruá frente aos eventos de cheia como centralidade.

Sobretudo, a pesquisa de campo deu-se a partir da inserção na RESEX Alto Juruá, e apoiou-se nos argumentos de Bosi (1993, p. 283):

[...] quanto mais o pesquisador entra em contato com o contexto histórico preciso onde viveram seus depoentes, cotejando e cruzando informações e lembranças de várias pessoas, mais vai-se configurando a seus olhos a imagem do campo de significações já pré-formada nos depoimentos.

Portanto, a metodologia utilizada debruçou-se sobre a perspectiva do depoente, dando enfoque à vocalização de quem testemunhou os desafios. A partir da perspectiva das Ciências Sociais, é possível ter o testemunho dos desafios em torno das rotinas da casa, da criação de animais e da plantação, bem como das circunstâncias em que esses elementos da vida cotidiana são destruídos e colocam as angústias de viver no desastre. E, portanto, o sujeito que vivencia essa situação é o único capaz de produzir novos repertórios de sentido, não apenas em torno do sofrimento, mas das formas de enfrentamento.

Nota introdutória sobre a pesquisa de campo

No que concerne à pesquisa de campo, focalizaremos especialmente o desastre ocorrido na RESEX Alto Juruá no ano de 2008.

Em termos técnicos, a terminologia utilizada para definir o referido desastre, é “enchente brusca” e, portanto, associado a eventos hidrometeorológicos extremos. Todavia, como a pesquisa de campo busca visibilizar a perspectiva das comunidades ribeirinhas tradicionais, que foram os grupos afetados nesse desastre, essas comunidades interpretam aqueles acontecimentos com a sua própria terminologia. E, no seu repertório de conhecimento, interpretam-no com o uso do termo “alagação”. Daí porque, na valorização da perspectiva desse saber e dessa experiência intensa e de sofrimento a que igualmente nos referiremos, especialmente no terceiro capítulo, adotando o termo “alagação” e legitimando essa interpretação das comunidades locais.

A coleta de campo pautou-se no uso de um conjunto de técnicas (coleta de relatos orais, mapas mentais, e da observação direta acrescidas ao diário de campo e fotodocumentação) que serão detalhadas mais adiante. Essas informações dizem respeito aos enfrentamentos e desafios vivenciados na alagação de 2008, a qual representou um momento de grandes rupturas no funcionamento da vida cotidiana comunitária.

Caminhos percorridos – estratégias de deslocamento

Para que a pesquisa fosse viabilizada, foi preciso solicitar, junto ao Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (SISBIO/ICMBio), autorização prévia. A pesquisa foi autorizada, e possui o número de licença 32661.

A pesquisa de campo focalizou nas comunidades da RESEX Alto Juruá, localizada no município de Marechal Thaumaturgo. Para entender a dinâmica urbana que permeia esse modo de vida comunitário ribeirinho, empreendi coleta também na sede dos municípios de Marechal Thaumaturgo e Cruzeiro do Sul, concernentes À

dinâmica urbana que dá suporte à vida comunitária ribeirinha, bem como na coleta de informações gerais que serviram a essa pesquisa.

A viagem para a coleta de campo se deu no período de 27 de maio à 27 de junho de 2012. Em Cruzeiro do Sul, cidade polo do Oeste acreano, foi possível coletar informações na Secretaria de Estado de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar (SEAPROF); na Fundação Nacional do Índio (FUNAI); nos mercados municipal e do peixe, o porto da cidade e os moradores de bairros margeantes do Rio Juruá. Os registros fotodocumentais de alguns dos locais citados estão expressos nas Figuras 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8.

Figuras 1, 2 e 3: Registros fotodocumentais do Centro Comercial Beira Rio e do Mercado de Frutas. O Centro Comercial consiste em um galpão setorizado com diferentes produtos destinados à comercialização. Há um local à venda da farinha branca ensacada (50kg); ao lado, balcões para venda de bebidas e alimentos prontos; na parte de fora, muitas cabines de produtos têxteis, eletrônicos, de utilidades domésticas. No Mercado de Frutas as cabines são destinadas à exposição de produtos da agricultura, como frutas, hortaliças, tubérculos, temperos. Ambos Mercados situam-se à margem do rio Juruá, na parte central da cidade de Cruzeiro do Sul/AC.

Fonte: Raquel Venturato, maio/2012.

Figuras 4 e 5: Registros fotodocumentais do Mercado do Peixe, local destinado à comercialização diária, das 05hrs às 13hrs, à margem do rio Juruá, na cidade de Cruzeiro do Sul/AC. As caixas de isopor são alocadas lado a lado para que o pescado seja exposto à escolha do freguês.

Fonte: Raquel Venturato, maio/2012.

Figura 6, 7 e 8: Registros fotodocumentais dos arredores a partir do Mercado do Peixe, Mercado Beira Rio e Porto, respectivamente, à margem do rio Juruá, na cidade de Cruzeiro do Sul/AC.

Fonte: Raquel Venturato, maio/2012.

Após a coleta em Cruzeiro do Sul, direcionei a investigação à área da RESEX Alto Juruá. O trecho feito de Cruzeiro do Sul à Marechal Thaumaturgo, onde se localiza a RESEX, foi realizado de barco. O barqueiro, que é conhecido como Sr. Bastião, foi indicado pelo gestor da RESEX Alto Juruá, e serviu também de guia a essa pesquisadora no contato preliminar com as várias comunidades.

Antes de seguir para a RESEX Alto Juruá, mas ainda na sede do município de Marechal Thaumaturgo, coletamos informações na Secretaria Municipal de Defesa Civil, que havia sido instalada há pouco tempo (primeiro semestre de 2012). A principal informação documental disponibilizada foi o Plano de Contingência para Enchentes e Queimadas Florestais do referido município (documento em anexo). Houve também a coleta de informação junto à SEAPROF que disponibilizou informações fotodocumentais do desastre de 2008, cujos registros puderam, então, serem comparados com os registros dos mapas mentais coletados pela pesquisadora na ocasião das incursões a campo, no ano de 2012.

Algumas dessas situações fotografadas em 2008 foram reproduzidas, em 2012, pelos moradores, através dos mapas mentais que eles produziram para a pesquisa. Isso enriqueceu ainda mais os relatos dos moradores, pois foi possível confrontar as fotografias de 2008 com os registros dos mapas mentais realizados em 2012, permitindo ver as semelhanças e diferenças entre esses registros.

Terminada a coleta de informações na sede do município de Marechal Thaumaturgo, seguimos rumo à montante do rio Juruá, na área da RESEX Alto Juruá, a fim de coletar informações com os moradores residentes de sete comunidades, a saber: Acuriá; Pedra Alta; Belfort; Arenal; Caipora; Pedra Pintada e Vila Foz do Breu, esta última já na divisa com as Terras Indígenas Ashaninka e Kashinawa e da fronteira com o Peru (Figura 9).

Figura 9: Mapa da rota percorrida e das comunidades visitadas na Reserva Extrativista Alto Juruá, no rio Juruá.
 Fonte: Mapa Político, (BRASIL, 2011), adaptado pela autora, 2014.

A sequência de figuras a seguir (Figuras 10 e 11) representa a rota percorrida de Cruzeiro do Sul à Marechal Thaumaturgo, e de lá ao Alto curso do rio Juruá, já na divisa com o Peru. Para tanto, aproveitou-se o registro fotográfico do desenho que Emerson (técnico agrícola SEAPROF) fez na lousa da escola da comunidade Acuriá, referindo-se às comunidades existentes a margem do rio Juruá. Desta forma, a foto que delimita os nomes das comunidades é pano de fundo da paisagem que a ilustra. As denominações A B e C identificadas nas fotos correspondem às características das comunidades que visitamos, de forma ilustrativa: A. aspectos sociais; B. aspectos produtivos e C. aspectos da paisagem.

RIO JURUÁ – Rota Percorrida de Cruzeiro do Sul à Marechal Thaumaturgo. Em seguida, comunidades visitadas na Reserva Extrativista do Alto Juruá

Figura 10: Localização das comunidades no rio Juruá. Reserva Extrativista do Alto Juruá/AC.
Fotos: Raquel Venturato, junho/2012.

Figura 11: Localização das comunidades no rio Juruá. Reserva Extrativista do RESEX Alto Juruá/AC.
Fotos: Raquel Venturato e Sebastião Ribeiro, junho/2012.

Para o deslocamento entre comunidades, foi utilizado uma canoa com motor de popa, rumo a montante do rio Juruá, abordando grupos de pessoas em diferentes faixas etárias e recorte de gênero, as quais já sofreram ou sofrem com eventos extremos relacionados à água. Iniciamos a escolha das localidades por meio do conhecimento prévio que o barqueiro Sr. Bastião tem por residir, conhecer e frequentar a região.

A seleção das comunidades da RESEX Alto Juruá levou em consideração as localizadas, inicialmente, em ambientes de várzea. Acreditou-se que as características quanto à posição geográfica e os atributos ambientais circunvizinhos dos referidos ambientes forneceriam uma rica descrição dos enfrentamentos que têm frente aos extremos hidrometeorológicos, tal como o fechamento dos canais dos rios, inviabilizando deslocamentos regulares; o isolamento geográfico perante outras comunidades, bem como dos centros urbanos, dentre outros desafios na seca. Ou, também, no caso da cheia, o abandono às pressas das áreas domesticadas alagadas, o aumento repentino do nível das águas, invadindo os espaços do lar e dos cultivos agrícolas. Geograficamente, as comunidades que paramos, num primeiro momento, estão localizadas em várzeas baixas, portanto, mais suscetíveis às alagações anuais. Posteriormente, paramos também em localidades mais altas, pois são locais escolhidos por moradores que já sofreram com uma grande alagação.

Estratégias de abordagem – entrevistas semi-estruturadas

Durante a subida do rio Juruá, foram apreendidas, no diálogo com as comunidades da RESEX Alto Juruá, questões sobre as histórias daquela região incorporadas, após isso, nas abordagens individuais ou coletivas subsequentes. Tive o privilégio de conhecer algumas dessas histórias de vida, tão expressivas, como a de Sr. Bastião. Ele, um jovem senhor de 50 anos, pai de 22 filhos com duas mulheres diferentes, nasceu e cresceu às margens do rio Tejo, um dos principais afluentes do Juruá. Seu pai era cearense, soldado da borracha¹. Aprendeu, ainda menino, os

¹ Soldado da borracha foi o termo utilizado, entre os anos de 1945 e 1946, para designar o migrante, grande parte do Nordeste, que ocupou extensas áreas de seringa no Estado do Acre. Motivados pela Segunda Guerra

ofícios de um seringueiro. Cresceu no meio do seringal, nas colocações, nas casas de defumação, nos barracões. Nas muitas das histórias que contava figuravam também seu irmão Gabriel e seu pai. Na medida em que o tempo passava, entendia que Sr. Bastião era mais uma revelação surpreendente da viagem. Ele não somente conhecia as belezas da região, como também vivenciou muitas agruras. E tinha gosto de contar histórias, ora engraçadas, ora tristes, todas minuciosamente detalhadas.

Conforme assinala Mintz (1984), existe uma fase de estranhamento entre entrevistador e entrevistado, durante uma abordagem científica, que pode dificultar o diálogo. O contexto de recursos financeiro limitados da pesquisadora, e, talvez da oportunidade única, poderia corresponder a uma investida frustrada. O distanciamento agiria de forma prejudicial, sobre o ponto de vista da comunicação. Mas, como um anfitrião, Sr. Bastião não só me apresentava às pessoas com muita delicadeza como também, nas ocasiões iniciais, reformulava, no regionalismo acreano, minhas perguntas. Com o tempo, as minhas abordagens ficaram cada vez mais adaptadas à cultura local, até que eu fosse melhor compreendida.

Passado o primeiro desafio, outro constrangimento teve que ser rompido, agora sobre a vergonha que as pessoas sentiam ao relatar seus desafios relacionados aos desastres vividos para estranhos. E, na medida em que Sr. Bastião relatava as experiências e os desafios que ele próprio tinha vivenciado, as pessoas entrevistadas aos poucos iam contando também as suas experiências. Esse método, elaborado subitamente por Sr. Bastião, se repetiu muitas vezes e, ao longo da viagem, bastasse que olhássemos um para o outro para que soubéssemos as formas de puxar o assunto, bem como o momento certo para registrar as imagens de nossas interações com as diversas comunidades visitadas.

Embora não seja um estudo comparativo entre RESEX Alto Juruá e Unidades de Conservação do Médio Solimões, é necessário registrar que as localidades em que passamos na RESEX Alto Juruá relatam não terem sofrido tanto com a seca (tal como a seca havida no ano de 2005) quanto sofrem com a alagação:

[...] a seca não ofende tanto que nem faz a alagação, não. Aqui a gente tem cacimba, fica sem poder andar por aí tudo, mas não dura muito, não; e se a canoa for pequena e não tiver carregada, dá pra ir, topando e arrastando a canoa, mas vai. Mas sem água de bebe e banhá, não fica não, tem muita cacimba por aí tudo. Já a alagação, hum, essa

Mundial, o Governo brasileiro incentivou milhões de brasileiros a se mudarem para a Amazônia e, então, através da indústria de borracha, serem grandes exportadores da matéria prima.

ofende. Ofende porque a gente ainda não sabe como lidar com ela, sai arrastando tudo, acaba com a plantação, os bichos morre tudo e não sobra nada. Depois é só tristeza nessas várzea tudo, as plantação tudo doente, os bicho num para vivo (relato de Seu Bastião).

Ou seja, as situações desafiantes que os relatos apontam são para eventos de alagação no rio, pois na seca as pessoas possuem cacimbas², ou minas d'água, que brotam de lugares específicos. Cada comunidade tem um conjunto de cacimbas. Nas comunidades que passamos, registramos no máximo quatro e no mínimo uma cacimba por comunidade.

Os repousos noturnos, para descansar entre uma jornada de coleta e outra, se dava no uso de rede individual, e tais repousos ocorriam conforme se chegava a cada comunidade. As pernoites foram nas escolas das comunidades Pedra Alta, Caipora e Vila Foz do Breu, respectivamente.

Quanto às refeições, essas eram realizadas segundo a disponibilidade de horário e de lugar para o preparo. Normalmente, por estarmos em alguma comunidade, sempre éramos convidados para almoçar junto a alguma família. Ajudávamos a incrementar as refeições com nossos alimentos, trazidos na viagem. Esses momentos eram especialmente informativos, pois muitas histórias eram contadas durante as refeições.

O consumo de água era tanto por nossa conta (andávamos com os galões d'água), como também tomávamos nas casas onde passávamos. No entanto, na última noite, depois de um dia cansativo e muito ensolarado, chegamos à Vila Foz do Breu, já quase anoitecendo. Ao desembarcar nossas bagagens da canoa até as dependências da Escola da comunidade, onde passaríamos a noite, os galões d'água que transportávamos, foram sorrateiramente furtados de nossa canoa, o que nos obrigou a tomar água da torneira proveniente do rio, sem qualquer tipo de tratamento.

Muitas paradas foram realizadas também em situação de reencontro, à margem do rio, o que suscitava muitas conversas interessantes (Figuras 12 e 13). Tal como uma prosa em torno das condições de pescaria; das técnicas de capturas em

² **cacimba:** *s.f.* (1575) **1** cova aberta em terreno úmido ou pantanoso, para recolher a água presente no solo que nela se acumula por ressumação **2** buraco que se cava até atingir um lençol de água subterrâneo; poço, cisterna **3** *B N.E.* escavação, semelhante a um poço, em local baixo e úmido ou em leito seco de rio, onde a água do solo se acumula **4** *B S.* olho-d'água, fonte de água potável; vertente ◉ ETIM quimb. *kixima* 'poço' ◉ HOM *cacimba* (fl.cacimbar). HOUAISS, 2009.

diferentes épocas do ano; das floradas das árvores que indicavam se iria chover muito no inverno ou se no verão haveria muita temporada (vento); das limitações em seu modo de vida quando em situações da alagação; das atividades da vida cotidiana; dos causos sobre os seres míticos da floresta, como a Caipora, dentre outros assuntos.

Figura 12 e 13: Registros fotodocumentais da conversa sobre a cheia às margens do Juruá. Fotos: Raquel Venturato e Sebastião Ribeiro, junho/2012.

Inicialmente, a amostra por comunidade foi definida por meio de uma base evolutiva, denominada “bola de neve” (TAYLOR; BORGAN, 1992). Este método escolhe, preliminarmente, uma pessoa denominada “piloto” ou “guia”, que fornecerá diversas informações sobre a constituição do modo de vida de sua comunidade, bem como outras questões contidas no roteiro de entrevistas. Em seguida, indicará mais duas pessoas para passar pelo mesmo procedimento. O tamanho da amostra não é definido antecipadamente, pois isso ocorre naturalmente no momento em que as informações obtidas em campo se repetem e nada de novo é acrescentado à narrativa (TRIPOLDI, et al., 1981). Tal procedimento é denominado de saturação teórica, pois as principais questões sobre o assunto já foram levantadas.

Em todas as comunidades que paramos, procurávamos os “pilotos” nos dirigindo, portanto: à casa do Presidente/Representante da comunidade; à Escola; ao Posto de Saúde; à casa do representante religioso. Se presente, as pessoas eram entrevistadas e, em seguida, outras pessoas eram indicadas para serem entrevistadas, assim como sugerido pelo método bola de neve. No entanto, ao lado do método bola de neve, foi necessário utilizar uma coleta aleatória alternativa, porque muitas pessoas que foram indicadas estavam em suas áreas de roçado, pescando,

cuidando do gado, ou realizando outras atividades que não em casa, e isso dificultou a sua localização.

Assim que estabelecido o primeiro contato, as etapas da abordagem metodológica qualitativa corresponderam à:

- a) Entrevistas semi-estruturadas na coleta de relatos orais (QUEIROZ, 1987) com auxílio de um gravador, quando possível, a fim de capturar aspectos da memória social do grupo (BOSI, 1993);
- b) Coleta de Mapas Mentais (LYNCH, 1960; PETCHENICK, 1995; KOZEL; NOGUEIRA, 1999; ARCHELA, GRATÃO; TRASTDORF, 2004) quando possível;
- c) Escrita de um diário de campo; bem como o uso da fotodocumentação (DUBOIS, 1993; MARTINS, 2008);
- d) Grupo Focal (CAPLAN, 1990).

Para Neto (1994, p. 57), a entrevista, “não significa uma conversa despretensiosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada”. Isto é, a técnica de entrevista semi-estruturada foi empregada porque, conforme sugerem Quivy e Campenhoudt (1992, p. 193), ela possibilita

[...] a análise do sentido que os atores dão às suas práticas e aos acontecimentos com os quais se vêm confrontados: os sistemas de valores, as referências normativas, as interpretações de situação conflituosas ou não, as leituras que fazem da própria experiência.

O roteiro semi-estruturado de entrevista teve a finalidade de abordar três aspectos referentes a situações desafiantes que tenham sofrido e considerou: a) as interações sociais, nos âmbitos público e privado; b) as dimensões psicossociais, o tipo e o grau de afetação; c) o universo simbólico, a cosmogonia, a leitura da compreensão que liga ao outro no mundo. De um modo geral, objetivou investigar em que medida os desastres desafiam o *habitus*; em que medida os povos respondem a esses desafios e mantêm o *habitus*, mas, quando cabível, o reinventam. A memória social, nesses termos, consiste na essência do conhecimento coletivo, de forma que seu conhecimento seja determinado por um grupo social balizado por um determinado contexto (BOSI, 1993). Assim como afirma Pollak (1992), a memória corresponde a uma construção social e individual, as quais estão ligadas a um sentimento de

identidade.

Durante a abordagem, as pessoas eram indagadas sobre a disponibilidade de expressarem suas vivências com relação às situações que presenciavam através da confecção de mapas mentais, os quais detalhavam nos relatos os desafios enfrentados. Estimulava-se, assim, com papel A4 e canetinhas (pincel) coloridas, a confecção de mapas mentais sobre o imaginário social de crianças e adultos, de ambos os gêneros, que levantasse aspectos referentes a acontecimentos relacionados às cheias ou secas que tivessem sido atípicas e que, por seguinte, tivessem marcado as suas vidas. Dentro das Ciências Sociais, o conceito de desastre está atrelado a um acontecimento adverso socioambiental, sociocultural e sociopolítico geograficamente demarcado, um evento coletivo ruim, trágico e não rotineiro. Segundo o entendimento coletivo, a alagação de 2008 foi identificada como momento de ruptura do mundo como eles o entendiam e, por esse motivo, todos os desenhos coletados retrataram a referida alagação.

Essa técnica de pesquisa é definida por Archela, Gratão e Trastdorf (2004, p. 127) como Mapa Mental. Os autores explicam tratar-se de uma expressão gráfica da representação do lugar, dando enfoque ao significado daquele lugar, como espaço vivido, socializado:

Mapas mentais são imagens espaciais que as pessoas têm de lugares conhecidos. As representações espaciais mentais podem ser do espaço vivido no cotidiano, como por exemplo, os lugares construídos do presente ou do passado; de localidades espaciais distantes, ou ainda, formadas a partir de acontecimentos sociais, culturais, históricos e económicos, divulgados nos meios de comunicação.

Antes disso, a autora Petchenick (1995) já afirmava que os mapas mentais representam a interpretação da realidade que existe ao redor, fornecendo elementos da paisagem para expressar o que de real existe, como elemento tácito. O autor afirma que mapas mentais referem-se ao espaço vivido, àquilo que é indivisível no mundo real, que está para além da racionalidade afetiva, mas no mundo palpável. E, portanto, analisar mapas mentais a partir de um tema específico é poder dizer mais sobre o espaço vivido.

Os mapas mentais coletados durante a viagem retrataram os desafios enfrentados na ocasião da grande alagação, ocorrida em 2008. Já os relatos complementares, cada qual com seu correspondente mapa mental, revelaram através

da palavra a recuperação daquilo que foi desenhado como perdido: criação de animais, plantação, casa, barco, entre outros. De todas as pessoas que conversamos, nem todas decidiram participar desenhando, embora tenham relatado sofrer situações desafiantes na alagação de 2008. E, outro evento extremo que ocorreu há mais tempo, na década de 1960, foi lembrado por duas pessoas com mais de 50 anos. Foram coletados mapas mentais e relatos orais de oito localidades diferentes, são elas: 1. Acuriá; 2. Belfort; 3. Arenal; 4. Caipora; 5. Pedra Pintada; 6. Vila Foz do Breu; 7. Marechal Thaumaturgo, e 8. Cruzeiro do Sul (zona de amortecimento da Unidade de Conservação). Ao todo, sessenta e cinco (65) mapas mentais foram feitos, 32 por homens e 32 por mulheres (um menino fez dois desenhos), e 22 relatos orais foram analisados, ambos com recorte etário diversos, como representado no quadro a seguir (Quadro 2):

LOCALIDADES																	
Acuriá			Belfort		Arenal		Caipora		P. Pintada		F. Breu		Thaum.		Crz Sul		
MM		RO	MM	RO	MM	RO	MM	RO	MM	RO	MM	RO	MM	RO	MM	RO	
SEXO/ IDADE	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
0-10	4	7	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-	
11-20	2	4	-	-	6	1	-	-	-	-	1	-	-	1	2	-	
21-30	1	-	-	1	5	5	1	-	1	-	2	-	-	1	-	-	
31-40	1	-	1	-	1	2	1	-	-	1	-	2	1	1	-	1	
41-50	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	-	1	-	
51-60	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	
61-70	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-	
71-80	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	

Quadro 2: Distribuição dos Mapas Mentais (MM) confeccionados e Entrevistas Concedidas (Relatos Orais - RO) a partir do recorte etário e de gênero nas comunidades da RESEX Alto Juruá e na cidade de Cruzeiro do Sul (zona de amortecimento da Unidade de Conservação).

Fonte: Sistematização a partir dos mapas mentais e relatos orais coletados pela pesquisadora, junho de 2012.

Após cada entrevista e/ou reunião, foi redigido um diário de campo, o qual fosse capaz de servir como uma ferramenta para melhor compreender as informações obtidas, bem como não permitir que nenhum detalhe da rica trama de informações se perdesse em definitivo, sobretudo aquelas derivadas de relatos orais, da observação direta das práticas dos informantes e das demais linguagens, gestuais e corporais e aspectos do ambiente que os circundam.

O diário de campo foi empregado para registrar as impressões acerca das experiências vivenciadas, dos relatos coletados, dos lugares percorridos, das situações desafiantes, das histórias interessantes, das memórias compartilhadas. Conforme a análise situacional, proposta por Velsen (1987, p. 360),

[...] registros de situações reais e de comportamentos específicos têm sido transportados dos diários de campo do pesquisador para as suas descrições analíticas, não como ilustrações aptas das formulações abstratas do autor, mas como parte constituinte da análise.

O uso da fotodocumentação fundamentou-se segundo a necessidade de visualizar e ajudar a compreender o espaço socializado e inteligível, bem como o universo privado para além dos relatos. A fotografia, para as particularidades da Sociologia, revela as insuficiências dos relatos como documento da representação social. A imagem fotográfica, tal como documento social, representa os mesmos desafios quando na utilização de relatos orais como referência sociológica (MARTINS, 2008, p. 11). Mas, tal como os relatos, são insubstituíveis.

Desta forma, os registros fotodocumentais foram realizados com intuito de fornecer novos elementos para a análise das estruturas da vida cotidiana comunitária, nas esferas pública e privada; os hábitos do modo de vida, com suas práticas e técnicas tradicionais relacionadas à pesca e a agricultura. As pessoas fotografadas nitidamente foram previamente informadas, as quais autorizaram verbalmente a utilização das imagens para fins científicos.

Pretendeu-se, ainda, utilizar-se o método da Memória social coletiva (BOSI, 1993; HALBWACHS, 2006), uma vez que foram também trabalhadas as lembranças dos tempos passados e dos desafios vivenciados na ocasião pela comunidade. Deu-se especial atenção à memória de distintos depoentes, de forma que possibilitasse uma riqueza de detalhes e olhares acerca de um mesmo fenômeno, como afirma Bosi (1993, p. 281)

A Memória, é sim um trabalho sobre o tempo, mas sobre o tempo vivido, conotado pela cultura e pelo indivíduo [...] O tempo não flui uniformemente, o homem tornou o tempo humano em cada sociedade. Cada classe o vive diferentemente, assim como cada pessoa. Existe a noite serena da criança, a noite profunda e breve do trabalhador, a noite infinita do doente, a noite pontilhada do perseguido.

Em outro trecho, a autora continua: “se a Memória é, não passividade, mas forma organizadora, é sim importante respeitar os caminhos que os recordadores vão abrindo na sua evocação porque são o mapa afetivo e intelectual da sua experiência e da experiência de seu grupo (1993, p. 283)”. Desta forma, por mais que existisse um roteiro de entrevistas, em certas ocasiões, como nos almoços e nas viagens de barco, as memórias eram evocadas sem que precisasse haver uma pergunta inicial. Tratava-se de rememorar o desastre sobre a perspectiva de cada indivíduo (Figuras 14 e 15).

Figuras 14 e 15: Registros fotodocumentais das conversas realizadas no deslocamento de barco, entre Cruzeiro do Sul e Marechal Thaumaturgo.

Fotos: Raquel Venturato, junho/2012.

Pode-se fazer uso, também, do método Grupo Focal (Figuras 16, 17, 18, 19), organizando reuniões coletivas e colocando em questão o assunto sobre os desafios enfrentados perante fatores de ameaça relacionados à água. Para Caplan (1990), os grupos focais são “pequenos grupos de pessoas reunidos para avaliar conceitos ou identificar problemas”. Essas lembranças são fruto de uma construção social e de um intenso processo de disciplina que confere coesão ao grupo.

Figura 16 e Figura 17: Registros fotodocumentais das conversas e pequenas reuniões feitas com os moradores da RESEX Alto Juruá.
Fotos: Sebastião Ribeiro, junho/2012.

Figura 18 e 19: Registros fotodocumentais das conversas e confecções de mapas mentais com moradores da RESEX Alto Juruá.
Fotos: Raquel Venturato, junho/2012.

O uso de múltiplos procedimentos metodológicos na pesquisa de campo de base qualitativa favoreceu ao entendimento maior acerca das reais circunstâncias de desastres que tiveram que enfrentar. O uso de métodos variados expõe diferentes níveis de afetação e as muitas especificidades com relação à interação no modo de vida e com os recursos naturais locais.

Desta forma, objetivou-se com as informações de campo interpretá-las à luz da revisão bibliográfica e documental. Principalmente porque, como veremos mais adiante, no Estado do Acre, segundo dados oficiais, os desastres relacionados aos eventos hidrometeorológicos não são tidos como uma crise crônica, embora que na perspectiva das comunidades, há uma certa persistência nesses acontecimentos. Ademais, há desastres que a comunidade vivencia como tal, mas que não são oficialmente contabilizados, como o havido no ano de 2008. Assim, nessa pesquisa, deu-se visibilidade a interpretação dos acontecimentos pelas dimensões

socioculturais dessas comunidades locais, entendendo a sua relação por vezes antagônica com os agentes institucionais envolvidos e clarificando os processos de vulnerabilização mais persistentes.

2. POVOS TRADICIONAIS EM CONTEXTO DE DESASTRE

Este capítulo centra-se na definição do conceito de desastres, dentro da perspectiva da Ciências Sociais. Para tanto, trata também do conceito de vulnerabilidade, o qual permite entender a trama complexa da produção social dos desastres. Especificamente, aborda como esse acontecimento trágico é vivenciado desde a especificidade de um grupo social em particular, no caso, comunidades tradicionais.

2.1. Desastres a partir da abordagem das Ciências Sociais

Para falarmos em desastre, é preciso partir da concepção de que este acontecimento corresponde a uma crise na esfera social. Isso significa que o desastre é construído anteriormente ao impacto do fator de ameaça, ao longo do processo histórico das injustiças sociais, e quando frente a uma nova ameaça resulta em agravos de grande monta às rotinas de vida. Assim, partimos da abordagem histórica acerca das injustiças sociais no Brasil, que corresponde aos fatores antecedentes da crise denominada desastre. Para tanto, vamos situar as injustiças sociais no contexto brasileiro.

O Produto Interno Bruto (PIB) corresponde historicamente uma ferramenta utilizada pela macroeconomia para mensurar a atividade econômica de um país, e pode e depois ser desagregado a nível estadual e municipal. Em contraponto a esse indicador, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento, foi criado o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Embora o cálculo do IDH não compreenda aspectos como democracia, participação social, equidade e sustentabilidade, ele é baseado em três pilares sociais para o desenvolvimento humano (saúde, educação e renda).

Por saúde entende-se uma vida longa e saudável, medida através da expectativa de vida. O acesso ao conhecimento, ou educação, é medido por duas variáveis: 1) média de anos de educação de adultos e 2) expectativa de anos de

escolaridade para crianças na idade de iniciar a vida escolar. Por último, o padrão de vida, ou renda, é medido pela Renda Nacional Bruta (RNB) per capita expressa em poder de paridade de compra (PPP) (PNUD, 2014).

O Brasil é, atualmente, a 7º economia mundial. Seu IDH é de 0.73 (Gráfico 1) e ocupa a 79ª posição entre os 187 países.

Gráfico 1: IDH BRASIL – evolução dos últimos 22 anos
Fonte: PNUD, 2014

Mas, a elevação do IDH não significa que o país esteja livre da pobreza. Houve um aumento significativo, de 1980 à 2010, nesse índice, seguido de um aumento pouco representativo, ainda que tenha avançado algumas posições com relação a outros países. Em 2010, o IDH introduziu ao cálculo o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), que tem como objetivo fornecer um retrato mais amplo sobre o contingente de pessoas que vivem com certas privações. As três dimensões do IPM também estão ligadas à educação, saúde e padrão de vida. No entanto, se subdividem em dez indicadores, a saber: nutrição e mortalidade infantil (saúde); anos de escolaridade e crianças matriculadas (educação); gás de cozinha, serviços sanitários, água, eletricidade, pavimento e bens domésticos (padrões de vida).

O IPM corresponde a um indicador complementar, projetado com a finalidade de acompanhar o desenvolvimento humano e mensura a pobreza que está para além da questão econômica, através da pobreza multidimensional que considera as variáveis das privações de direitos sociais (PNUD, 2010). Quanto maior o IPM,

maior será o nível de pobreza multidimensional. No Brasil, 8,5% da população vive em pobreza multidimensional, e 13,1% estão em risco de entrar nessa mesma condição. Para a última década, o país registrou que 20,2% dos habitantes do território nacional vivem, ao menos, uma grave privação em educação; 5,2% relataram que vivem privações na saúde; e 2,8% de privações no padrão de vida (PNUD, 2010). Isto sugere que, cerca de um terço da população brasileira vive com certas privações. Dentre outras consequências, estão os desafios no âmbito da educação no Brasil. Significa dizer que um cidadão que possui menos acesso à educação de qualidade terá maiores dificuldades para se posicionar no mercado de trabalho. Essa relação pode ser feita também no âmbito da infraestrutura e saúde, onde, quanto menos for investido em saneamento básico, mais recursos deverão ser destinados para sanar as necessidades com relação à saúde remediativa. Ou seja, a grande dificuldade no Brasil, em termos de equidade de direitos civis, reside na arena das injustiças sociais (WORLD BANK, 2014).

Embora tenha havido uma queda da pobreza no Brasil, nos últimos cinquenta anos, de acordo com Índice de Gini – onde 1 equivale ao nível máximo de desigualdade – ainda assim o país apresenta um índice de desigualdade social elevado (Gráfico 2).

Gráfico 2: Renda per Capita segundo Índice de Gini – Brasil (1960-2012)
Fonte: IPEA, 2013.

A queda da desigualdade social em dados numéricos não significa que o Brasil seja um país pobre tão somente, mas, sim, que sua distribuição de renda é

injusta. Entre a década de 1960 e o Plano Real, o índice da desigualdade na distribuição de renda foi elevada, e manteve-se elevada mesmo com a estabilização da economia brasileira, a qual evidenciou a fragilidade do tipo de desenvolvimento adotado, baseado no consumo irresponsável dos recursos naturais e no baixo investimento em saúde, moradia, educação, dentre outros direitos civis que sejam de qualidade (CACCIAMALI, 2002, p. 23).

Políticas governamentais como os Programas de transferência de renda condicionada, tal como adotada pelo Brasil (Bolsa Família), representam significativa redução da pobreza, sobretudo em territórios rurais (HIGGINS; PEREIRA, 2013). No entanto, apenas 1% da população brasileira mais rica detém o equivalente de renda total dos 50% mais pobres (BARROS, et al., 2007). Ou ainda, como apontado por Cacciamali (2002), “no Brasil a renda das famílias 10% mais ricas é cerca de 19 vezes maior do que a renda das famílias 20% mais pobres.” Há uma elevada concentração de renda de poucos habitantes, enquanto essa iniquidade de distribuição favorece às variadas formas de exclusão econômica e social, como a inacessibilidade de maneira igualitária à educação, à saúde, ao saneamento básico, ao emprego, a um sistema de transporte justo, dentre outros direitos (WANDERLEY, 2001; WORLD BANK, 2014).

Sachs (2003) associa essa desigualdade como subdesenvolvimento social. Para o autor, a injustiça é incompatível com o conceito de desenvolvimento humano, que supõe o acesso a todos os direitos aos cidadãos, dentre os quais estão os direitos econômicos, sociais e culturais. Isto é, o desenvolvimento igualitário e justo está implicado numa cidadania universal efetiva. No entanto, no caso brasileiro, o autor (SACHS, 2001, p. 3) faz menção aos avanços avessos do país, tal como segue o trecho a seguir:

- Promover uma agricultura moderna de grãos nas frentes pioneiras do Oeste, que prescinde quase inteiramente de mão-de-obra;
- Realizar uma colonização socialmente capenga e ambientalmente predatória na Amazônia;
- Jogar milhões de refugiados do campo nas favelas, engrossando o exército de boias-frias e deixando centenas de milhares de famílias sem-terra e sem perspectiva de urbanização efetiva, que passa pelo acesso a moradia e decentes.

Ou seja, podemos atribuir que as injustiças sociais estão imbricadas na condição de vulnerabilidade no Brasil através de um processo sócio-histórico, pois seu crescimento econômico esteve atrelado a atender os interesses econômicos de concentração do setor financeiro, produtivo, das especulações imobiliárias, da adesão

ao agronegócio. Como enfatiza Herculano (2006), há no Brasil a injustiça ambiental. Tal conceito está associado à injustiça social, e diz respeito ao mecanismo de distribuição desigual dos passivos ambientais negativos oriundos da vida econômica e social. O subproduto ou resultado disso corresponde aos danos, que recai sobre os grupos sociais fragilizados de trabalhadores, população de baixa renda, grupos raciais discriminados, populações marginalizadas e, portanto, os grupos mais vulneráveis.

No que concerne aos recentes e frequentes eventos severos e extremos do clima, o Relatório Stern – que trata dos enfrentamentos das distintas populações aos riscos associados à essa conjuntura climática – enfatiza que as medidas a serem adotadas devem estar combinadas com a melhoria das condições de vida das comunidades em geral, mas, em especial, daquelas consideradas vulneráveis socioambientalmente para que as mesmas tenham condições de lidar com as adversidades oriundas de impactos de fatores de ameaça de origem natural. O'Brien e Leichenko (2000) denominam os desafios como *dupla exposição*, pois além do contexto de desigualdade social, populações são postas em situação de injustiça ambiental. Isso porque as ameaças advindas de eventos extremos poderão agudizar a vulnerabilidade daquelas populações que já possuem uma relação assimétrica de direitos sociais.

Assim, tendo em vista que a vulnerabilidade é uma condição social de desigualdade e também acumulativa, admite-se a crescente geração de ameaças socioambientais, levando à necessidade de enfatizar a noção de risco associado a desastre. Oliver-Smith (1998) faz referência à construção social e tecnológica das condições da vulnerabilidade como uma dimensão do aspecto processual do desastre e, ao mesmo tempo, define a vulnerabilidade como a integração de forças político-econômicas e ambientais que se explica com base no risco construído em termos sociais e biofísicos. O autor faz ainda valioso apontamento quando enumera as causas dos desastres, as quais, segundo ele, situações anteriores de susceptibilidade já estavam instauradas no corpo social frágil, a saber: 1) por meio da intensificação da produção industrial, que cresce vertiginosamente rumo ao ganho econômico concentrado e não de desenvolvimento social equânime; 2) o aumento populacional acelerado e dependente dos recursos naturais; 3) a consequente degradação ambiental em resposta aos processos produtivos adotados; e, 4) a redução da

capacidade de resiliência dos povos (OLIVER-SMITH, 1998). Quando essas condições encontram um fator de ameaça, o desastre é socialmente produzido.

Desde aí, a concepção do termo desastre está intrínseca à desarrumação da vida cotidiana de um dado lugar. Esta desarrumação pode ser entendida como desastre porque gera agravos multidimensionais na vida dos afetados, inclusive, irreversíveis. Para UNISDR (2004), o desastre corresponde a uma série de rupturas no funcionamento da comunidade ou sociedade, como consequência estão as perdas humanas, econômicas e ambientais, que estão para além da capacidade de resiliência³ dos afetados em responder a esses desafios por meio de seus próprios recursos. Quarantelli (1989) e Nasreen (2004) corroboram ao salientar que o desastre pode significar desde uma circunstância desafiadora coletiva, com substanciais rupturas das práticas sociais numa determinada base biofísica, a uma crise social crônica, enraizada no bojo da sociedade.

De acordo com Valencio (2012b, p. 11) o desastre está associado a três crises concomitantes que ocorrem nas esferas pública e privada, quais sejam: crise civilizacional, crise crônica e crise aguda. A crise civilizacional reside no plano global, através da preponderância de uma racionalidade que está ligada ao modo de produção capitalista, de concentração econômica e de injustiças sociais. A crise crônica consiste em um processo sócio-histórico regional de injustiças socioambientais, as quais dão corpo à crise aguda, isto é, a crise crônica está intrinsicamente ligada aos problemas estruturais de segurança humana, à inequidade de direitos e a toda ordem de privações sociais dos serviços públicos. Assim, com base nesse processo sócio-histórico de ausência de validação de direitos sociais, a crise aguda se instaura num ambiente onde grupos sociais estão fragilizados, e ocorre no plano local, no qual se manifesta num cenário susceptível a se desestruturar.

Oliver-Smith (1998) defendeu que o desastre consiste na relação de diversos processos e eventos – sociais, ambientais, culturais, políticos, econômicos, físicos, tecnológicos –, de forma que sua manifestação seja tida como um evento totalizante e multidimensional, ou seja, afetando diferentes esferas da vida cotidiana por diferentes fatores convergentes. Assim, considera-se que os desastres são processos historicamente construídos, produto da acumulação de riscos e

³ [...] a expressão resiliência é entendida como a capacidade de um sistema, comunidade ou sociedade, potencialmente exposta a ameaças, para adaptar-se, resistindo ou modificando, com o fim de alcançar ou manter um nível aceitável em seu funcionamento e estrutura (EIRD/ONU, 2004, p. 18).

vulnerabilidades relacionados com e derivados do tipo de sociedade e de economia. Portanto, sob um consenso mínimo da sociologia, o desastre não pode ser considerado “natural”, devido sua inserção num contexto sócio-histórico, subjacente as ações e relações inerentes ao meio social (QUARANTELLI, 2005).

Ou seja, apesar desta elevada frequência de desastres oficialmente reconhecidos, eles não são, necessariamente, nem fenômenos naturais (embora possam estar associadas a) e nem tão pouco inevitáveis. Os estudos sociais sobre os desastres vêm sendo realizados nas últimas décadas em contraponto ao paradigma fiscalista da inevitabilidade (LAVELL, 1993; 1998). Dentre estas frentes está a LA RED (La Red de Estudios Sociales en la Prevención de Desastres em América Latina), principal rede de investigadores latinos americanos, que vem consolidando a reflexão de que desastres não são naturais. Para Garcia Acosta (2005, p. 17) deve-se compreender os desastres não como eventos, mas sim como processos que são criados ao longo do tempo. Garcia Acosta (2005) corrobora com Lavell (1993, p. 199) quando afirma que os desastres são o resultado de processos sociais, históricos e territorialmente circunscritos. Assim, considera que a ameaça ou o evento extremo não constitui o único agente ativo do desastre. O peso analítico no tema deveria estar na produção social do risco e não no produto que materializa sua existência. Desde aí deriva a necessidade de analisar de maneira conjunta os efeitos da ameaça e dos elementos que formam o risco, dentre eles, a vulnerabilidade (GARCIA ACOSTA, 2005).

La magnetud y severidad de las vulnerabilidades sociales y economicas acumuladas, asociadas con la presencia de una determinada amenaza, resultan en eventos desastrosos producto de procesos que como tales, deben ser entendidos y aprehendidos⁴ (IDEM, 2005, p. 18).

Hewitt (1983, p. 116) afirmou que a racionalidade técnica tem por procedimento usual, interpretar os desastres a partir de eventos de dada magnitude de impactos a um certo meio físico, ao invés de considerar as causalidades sociais e históricas relacionadas aquele acontecimento.

⁴ Tradução: “A magnitude e severidade das vulnerabilidades sociais e econômicas acumuladas, associadas com a presença de uma determinada ameaça, resultam em eventos de desastres, produto de processos que como tais, devem ser entendidos e apreendidos” (GARCIA ACOSTA, 2005, p. 18. Tradução livre).

Assim, sob esta perspectiva, os desastres não podem ser compreendidos como tais sem que pessoas estejam envolvidas. Um fator de ameaça como um terremoto ou um furacão, por exemplo, obviamente são condicionantes necessários para que exista o desastre, mas não são em si mesmos um desastre. Necessariamente, devem ter um impacto em um território caracterizado por uma estrutura social vulnerável a seus impactos (HEWITT, 1983, p. 119). O tempo e espaço social devem ser considerados no processo, já que “a resposta à situação de emergência e medidas de proteção seriam consideravelmente aprimoradas” (QUARANTELLI, 2005, p. 339) a partir das experiências já vividas, se estas já estiverem na equação do problema.

Os desastres são fenômenos multidimensionais e, como tal, não se comportam como uma unidade, com fases bem definidas e delimitadas. Um desastre muda no decorrer do tempo e com base naquilo que existe em seu entorno. É necessária uma visão dinâmica e não estática das suas consequências e, portanto, para suas formas de atuação deve-se encontrar as especificidades da localidade afetada. Para encontrar as respostas reconstrutivas é preciso que não se siga um modelo ou roteiro fechado. Para diferentes comunidades afetadas, um “mesmo” desastre terá duração e prioridades diferentes. A partir disso, há muitas implicações para o planejamento das ações recuperativas, que demandam soluções complexas e contínuas.

Segundo os apontamentos de O'Brien (2007), as ações protetivas de defesa civil costumam não atender as especificidades socioculturais dos grupos afetados, pelo contrário, há expressiva valorização dos aparatos tecnológicos, o que promove, entre outras consequências, o distanciamento entre as partes que atendem e são atendidas no contexto do desastre ocorrido. A ausência da representação da comunidade científica perita das Ciências Humanas e Sociais no debate público acerca do tema desastre, fortalece as relações hierárquicas que ocorrem no plano político de discussão sobre as medidas a serem adotadas. A ausência dessa abordagem não estimula formas alternativas de entender o problema e as relações entre os grupos sociais envolvidos, que são complexas. Para a autora, não há um detalhamento efetivo das necessidades sociais, variáveis em cada desastre específico. Pelo contrário, cultiva-se uma distância cada vez maior das orientações pertinentes para a construção de uma política melhor no tema. Tais fatores agudizam

as circunstâncias de desastres, pois aqueles que sofrem os agravos nos desastres ainda precisam lidar com os distanciamentos criados pelos diferentes discursos de poder.

A presença cada vez maior e frequente de ameaças de origem natural não é a razão em si mesma do desastre, mas é esse processo sócio-histórico que não está sendo bem conduzido no contexto sociopolítico que o produz. O processo sócio-histórico que produz os sujeitos que estão mais suscetíveis aos desastres corresponde a um tempo longo e esse tempo só é possível entender desde a compreensão do processo e da relação de vulnerabilidade.

2.2. A construção social da vulnerabilidade

Tendo em vista a discussão acima, a apresentação dos perigos relaciona-se aos desastres quando ocorrem, encontram o grupo social sujeito àquelas condições socialmente de fragilidade (VALENCIO, 2012b).

As circunstâncias de desastres no Brasil associam-se a duas dificuldades: a de considerar a vulnerabilidade como um processo e a condição de vulnerabilidade como uma relação (ACSELRAD, 2006). Salientemos cada uma delas.

O processo de vulnerabilização está associado a três fatores: individuais, político-institucionais e sociais (ACSELRAD, 2006). As definições usuais caracterizam que a condição de vulnerabilidade é posta nos sujeitos sociais e não nos processos que os tornam vulneráveis e susceptíveis. Significa dizer que o foco da análise se desloca da relação social para a concepção do indivíduo enquanto ator e responsável pelo seu sucesso ou fracasso de uma forma isolada. O Movimento de Justiça Ambiental dos Estados Unidos define que pessoas vulneráveis são vítimas de uma proteção desigual, ou seja, “põe-se foco no déficit de responsabilidade do Estado e não no déficit de capacidade de defesa dos sujeitos” (BULLARD, 1993, p. 23). Sendo assim, as ações protetivas deveriam ser orientadas sobre os mecanismos que tornam os sujeitos vulneráveis e não sobre a sua condição de destituídos da capacidade de defender-se.

Para Acselrad (2006), a proteção aos cidadãos é da inteira responsabilidade dos Estados nacionais, ou na relação político-institucional, e sua construção está imbricada na relação que as duas partes (de quem atende e quem é atendido) estabelecem:

[...] se a vulnerabilidade é decorrência de uma relação histórica estabelecida entre diferentes segmentos sociais, para eliminar a vulnerabilidade será necessário que as causas das privações sofridas pelas pessoas ou grupos sociais sejam ultrapassadas e que haja mudança nas relações que os mesmos mantêm com o espaço social mais amplo em que estão inseridos (IDEM, 2006, p. 2).

Significa dizer que avaliar os mecanismos de distribuição de proteção do Estado e reduzir as injustiças sociais entre os diferentes grupos é essencial para encontrar formas de respostas eficientes para diminuir o processo de vulnerabilização e, por conseguinte, minorar as circunstâncias de desastres.

Neste cenário, o processo de vulnerabilização tem a ver com sua territorialidade precária e de um corpo social fragilizado como uma relação com a saúde ambiental, ou seja, pelas condições sociais historicamente forjadas. A vulnerabilidade se expressa através das injustiças sociais, da precariedade das moradias nos terrenos mais susceptíveis, com o material utilizado na construção que é mais frágil. Então o processo de vulnerabilização torna o espaço de moradia, de convivência, de trabalho susceptíveis ou predispostos à sofrerem agravos caso encontrem um fator de ameaça, que para eles se manifesta como um perigo.

Em vista disso, é importante distinguir dois aspectos:

1. Não é porque ocorre um fenômeno da natureza severo ou extremo que ele é necessariamente um indício de desastre. Ele se constrói socialmente como perigo em função das condições espaciais, materiais, simbólicas e do próprio corpo, como condições antecedentes;

2. É esta predisposição antecedente de certos grupos sociais a sofrer os agravos que torna o encontro com esses fenômenos um perigo e, desde aí surtem efeitos nas escalas da experiência humana, do seu espaço, ambiente de vivência e de trabalho e no próprio corpo.

Então, quando dizemos que o desastre acontece como processo, queremos dizer que existe um processo de vulnerabilização que sucede no interior das relações sociais. O desastre constitui processos multidimensionais e multifatoriais, resultado da associação entre as ameaças e determinados

condicionantes de vulnerabilidade que se constroem e reconstroem com o passar do tempo (OLIVER-SMITH, 1998).

Não é um fenômeno natural o que permite deflagrar os desastres. São as condições pré-existentes que aquele evento extremo encontra. O que o deflagra é a produção social de uma espacialidade precária do ambiente, da casa, dos meios produtivos, e até do próprio corpo. O que o deflagra são as relações sociais. Desastre nessa configuração de encontro com meio social, desorganiza as rotinas da vida cotidiana. Mas ele só desorganiza as rotinas da vida cotidiana porque havia algo intrinsecamente fragilizado nessas rotinas que permitiu que ela se desorganizasse (VALENCIO, 2012ab).

É também um processo histórico. E, como processo histórico, o grupo social vulnerável vai construindo uma relação que resulta ao longo do tempo uma condição mais enfraquecida de lidar com os desafios da sua vida, da sua sobrevivência, da sua reprodução. Incluído os desafios relacionados às ameaças que são produzidas por outras escalas de espaço que interferem em sua espacialidade da vida cotidiana (MARTINS, 1998). Essa é uma relação que tem efeitos na vida prática, na produção dos meios e modos de vida, do sujeito que, nessa relação, se vê continuamente fragilizado, de tal forma que a vida que se apresenta pra ele, por sua fragilização construída nessa relação, está cada vez mais cheia de perigos.

Isto quer dizer que, se considerarmos os diferentes tipos de afetação advindos do impacto dos fatores de ameaça severos ou extremos, como nos eventos de chuva nas regiões Norte e Sul, ou as secas que atingem as regiões Nordeste e Norte, podemos dizer que as populações sofreram tipos de agravos diferentes em decorrência de sua condição anterior de vulnerabilidade (SACHS, 2001). Apesar disso, os autores O'brien e Liechenko (2000) não atribuírem a condição de vulnerabilidade somente à dimensão da pobreza. Eles consideram que as populações mais expostas são aquelas residentes dos países em desenvolvimento, ou subdesenvolvidos, como prefere denominar Sachs (2001). Mas o que ambos autores dizem é que a vulnerabilidade social está intrínseca à fragilidade estrutural dos dispositivos territoriais, dos serviços públicos precários, das injustiças sociais cometidas à todas as populações que sofrem com privação de direitos, em escalas e intensidades diferentes.

Desta forma, a vulnerabilidade não está associada somente à exposição aos riscos, através dos processos (perturbações e tensões), mas também reside na arena político-econômica (TURNER et al., 2003; VALENCIO, 2009), como relação. Determinados grupos expostos a dados fatores de ameaça não podem antecipar, resistir e recuperar-se dos impactos de eventos excepcionais tampouco deflagrar alternativas, por não possuírem situação econômica privilegiada (CONFALONIERI, 2003). Assim, medidas do Estado são requeridas para que o direito à proteção dessas comunidades seja garantido e sejam, ainda, capazes de se fazer ouvir na esfera pública (ACSELRAD, 2006).

Desde aí podemos compreender a vulnerabilidade como relação, a qual está associada à uma construção histórica de injustiça. Parte-se do entendimento de que há anteriormente uma exposição aos riscos, a qual está implicada à maior ou menor susceptibilidade de sofrerem algum tipo particular de afetação. Neste caso, a vulnerabilidade decorre de uma relação histórica, que foi estabelecida entre diferentes segmentos sociais. Em outras palavras, o aparato governamental instituído junto aos afetados é que constituem a relação de vulnerabilidade, uma vez que os grupos socialmente menos favorecidos tendem a se conformar com medidas paliativas e pouco ou nada efetivas, em grande medida. Medidas essas que estão atreladas ao racismo ambiental, à desocupação das áreas de encostas, às remoções compulsórias, dentre tantas outras formas de exclusão do outro para fora do mundo. Isso porque são fortemente destituídos tanto de recursos materiais, como de recursos simbólicos, o que inclui sua capacidade de vocalização política. Tais relações produzem o que Acselrad (2006) denomina de “superposição de carências”. Assim, a vulnerabilidade decorre de formas específicas de relações políticas interinstitucionais e não uma “carência” que precisa ser suplantada, no âmbito das respostas. Conforme salienta Acselrad (2006, p. 3), “sabemos que os grupos sociais convivem com horizontes e expectativas de vida distintas: quanto mais estreito for o arco das expectativas, maior a propensão a aceitar condições, em outras circunstâncias, momentos e lugares, inaceitáveis”.

No que diz respeito à modificação do ambiente em decorrência do impacto de fatores de ameaça, Adger e Kelly (2000) indicam que os estudos sobre a vulnerabilidade poderiam ser resumidos em duas abordagens teóricas e

metodológicas, quais sejam: vulnerabilidade como “ponto final” e vulnerabilidade como “ponto de partida”.

A perspectiva da vulnerabilidade como “ponto final” tem o propósito do estudo da dimensão natural e física das mudanças climáticas, tais como as projeções futuras de emissões de gases do efeito estufa e cenários climáticos de impactos biofísicos. Assim, o grau de vulnerabilidade é calculado a partir dos impactos dos eventos físicos que agem como fatores de ameaça aos agravos sofridos, de tal forma que toda atenção às ações de resposta e de antecipação estão voltadas ao monitoramento da frequência e intensidade do fator de impacto e as respostas adaptativas a ele associadas (ADGER; KELLY, 2000). Os autores afirmam que a abordagem “ponto final” não gera resoluções dos problemas. Pelo contrário, cria-se um estado de incerteza e de insegurança e um distanciamento entre as partes.

O'Brien et al. (2004) corroboram a observação feita pelos autores Adger e Kelly (2000) sobre a abordagem ponto final, os quais atribuem a essa perspectiva de análise o diagnóstico dos eventos extremos relacionados às mudanças do clima. No geral, as ações estão concentradas em redução ou mitigação dos gases do efeito estufa, monitoramento de eventos climáticos, tais como chuvas, secas, etc. Assim, os autores (O'BRIEN et al., 2004) entendem que a definição de vulnerabilidade usada na perspectiva do IPCC (2001, 2007b) é a partir da proximidade com a abordagem “ponto final”, na medida em que ambos priorizam os aspectos biofísicos da vulnerabilidade em detrimento dos aspectos estruturais do sistema social.

Diferentemente da primeira abordagem, que compreende a vulnerabilidade a partir da intensidade do fator de ameaça e da capacidade de adaptação das populações atingidas, a vulnerabilidade como “ponto de partida” põe foco em avaliar a vulnerabilidade a partir do processo (ADGER; KELLY, 2000), tal como sugerido por Acsehrad (2006). O ponto inicial da análise está em avaliar a sensibilidade do sistema, como condição anterior àquela confrontada com os agravos das circunstâncias de desastres. Este caminho, de acordo com os autores, constitui a premissa para qualquer análise de impacto. Todavia, pode-se dizer que a exposição, as privações de direitos ou a susceptibilidade são um dos principais determinantes da vulnerabilidade e, embora sejam autônomos, não existe um sem o outro. Desta forma, a vulnerabilidade corresponde à capacidade dos indivíduos se adaptarem, habilitando mecanismos resilientes que garantem sua permanência no território afetado (ADGER;

KELLY, 2000). Assim, a vulnerabilidade deverá ser definida pelo estado existente e não por aquilo que pode ocorrer no futuro (ADGER; KELLY, 2000).

Adger & Kelly (2000) creditam às relações a nível institucional à responsabilidade com as estruturas políticas formais, as regras do jogo, as normas sociais e culturais. Decorre disso, a necessidade de compreender a “arquitetura dos direitos”, os fatores sociais, econômicos e institucionais de um sistema, na medida em que estes influenciam, em grande medida, na promoção ou restrição das opções para adaptação.

Diante deste processo de injustiças sociais e, portanto, de vulnerabilidades, as medidas protetivas por parte do Estado deveriam variar conforme o contexto e o grupo social, em função do baixo nível de conhecimento das reais circunstâncias de desastres nos rincões do Brasil por parte do Estado. Essas medidas protetivas adotadas para pensar a gestão dos desastres pelo meio técnico são embasadas a partir de quatro fases: a prevenção, a preparação, a resposta e a recuperação; que serão adiante detalhadas. No entanto, ela é definida a partir de um ponto de vista em detrimento de outro, validando a visão tecnocientífica em função do conhecimento tradicional. Essa arena de disputas sobre a denominação do termo desastre, bem como seu arcabouço que será utilizado para agir nessas circunstâncias, será tratada, mais especificamente, no Capítulo 2, quando analisaremos o discurso operante do meio tecnocientífico, responsável pelas ações protetivas de segurança humana.

O que se quer focalizar aqui é que a desigualdade e as injustiças socioambientais comprometem a capacidade dos mais vulneráveis livremente expressar sua vontade, assim como podem agir como um fator impeditivo de exercer suas habilidades e desenvolver sua capacidade de resiliência. Isto não quer dizer que os grupos fragilizados contam com a própria sorte para desenvolverem sua capacidade adaptativa, mas, tão somente, que as ações institucionais devam estar coadunadas às reais necessidades desses grupos. E só é possível fazer isso a partir do conhecimento prévio que possuem os afetados, sobre aquilo que lhes faltam em sua segurança no plano concreto, para que a sua capacidade de resiliência esteja à altura dos desafios que enfrentam. Essa crise social que acontece no tempo social se dá a partir de um processo que é cronologicamente muito amplo e que envolve uma tessitura de perturbação da rotina de uma dada comunidade, não só dos sujeitos que estão envolvidos no cenário de danos e prejuízos, mas na relação desses sujeitos

afetados com alguns sujeitos fora dele, tais como os sujeitos institucionais que, após o impacto do fator de ameaça, vem com suas práticas e técnicas operacionais implantar seus protocolos de atendimento emergencial que, na verdade, não cessam os danos dos desastres. O desastre perdura por mais tempo do que nessa relação sociopolítica institucional, e atinge a porção da população que menos tem acesso aos direitos sociais e mais sofre conjunções de privações.

2.3. Povos tradicionais: a fragilidade do modo de vida frente aos desastres

Dentre os grupos sociais mais expostos aos riscos de desastres, estão os povos e comunidades tradicionais. Isso porque o seu modo de vida é uma tessitura com a dinâmica ecossistêmica na produção do seu processo de territorialização. Caracterizaremos, então, o conceito a respeito dos povos tradicionais para entendermos o significado da sua produção social do lugar.

Sob o ponto de vista jurídico, Povos e Comunidades Tradicionais saíram da invisibilidade política e foram, recentemente, reconhecidos por meio do Decreto nº 6040, de 2007 (BRASIL, 2007). Antes disso, sociedades que historicamente dependem dos recursos naturais para reproduzir seu modo de vida não possuíam nenhuma diretiva protetiva, apenas de maneira fragmentada, através da definição e garantia de proteção a certas categorias sociais, tais como a Lei nº 6001, de 1973, que versa sobre as normas de proteção aos Povos Indígenas, e, anos depois, na publicação da Portaria INCRA no 627, de 1987, que “integra o homem às peculiaridades naturais e culturais de cada região, viabilizando o equilíbrio ambiental e a racionalização do uso dos recursos naturais”.

O recente processo de democratização, com a Constituição Federal de 1988 (CF/88), levou o Governo Federal a estruturar elementos de uma nova política destinada à inclusão de outras formas de organização social que não estão plenamente representadas, que não é o caso dos quilombolas e dos povos indígenas. Paulatinamente, reconhece-se a necessidade de se repensar conceitos atinentes às noções de desenvolvimento, propriedade e uso dos recursos naturais, de forma que os mesmos passem a incluir princípios mais adequados às realidades diferenciadas

de povos e comunidades tradicionais que fazem uso dos recursos naturais para a produção de seu modo de vida. Prevê-se nos Artigos 215 e 216, que versam sobre a detenção do Brasil ser um país Pluriétnico e Pluricultural, respectivamente, o asseguramento de suas formas de expressão (Inciso I) e os modos de criar, fazer e viver (Inciso II).

Para Almeida (2008), o modo de vida está intrinsicamente ligado ao ambiente ao qual esses grupos sociais ocupam, evidenciando que a categoria povos e comunidades tradicionais

[...] reconhece modalidades distintas e combinadas de uso comum de florestas, recursos hídricos, campos e pastagens, envolvendo diferentes atividades produtivas exercidas por unidades de trabalho familiar, tais como o extrativismo, a agricultura, a pesca, a caça, o artesanato e a pecuária. Incluem indígenas, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas, seringueiros, vazanteiros, quebradeiras-de-coco, castanheiras, entre outros (ALMEIDA, 2008).

Os direitos dos povos e comunidades tradicionais estão previstos na Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, de 2002. O referido documento institui que a cultura deve ser entendida como um conjunto de hábitos distintos, bem como suas formas intelectuais e afetivos, que os caracterizam como uma sociedade ou um grupo social que abrangem os modos de vida, os sistemas de valores, as tradições ancestrais e suas cosmogonias.

Assim, o conceito de povos e comunidades tradicionais pode ser compreendido por um conjunto de hábitos diferenciado, o qual reproduz historicamente as particularidades de seu “modo de vida, de forma mais ou menos isolada, com base na cooperação social e relações próprias com a natureza” (DIEGUES, 2000; DIEGUES, 2002; DIEGUES; ARRUDA, 2001). Os atores revelam que um aspecto relevante de seu modo de vida diz respeito a existência de sistemas de manejo dos recursos naturais marcados pelo respeito aos ciclos naturais. Em função disso, os povos e comunidades tradicionais planejam e elaboram formas menos prejudiciais aos usos que fazem dos recursos genéticos, observando a capacidade de recuperação das espécies animais e recursos florestais utilizados. Os sujeitos que adotam esses sistemas não objetivam explorar exaustivamente os recursos disponíveis, pelo contrário. Tais sujeitos desenvolveram um complexo conjunto de conhecimentos adquiridos pelas tradições herdadas das gerações passadas, sobretudo conhecimentos relacionados a modos particulares de existência,

adaptados a nichos ecológicos. Esses povos possuem características e especificidades socioculturais no que se refere à forte identidade com o local que habitam, às formas de apropriação e de usos do território e de seus recursos naturais (DIEGUES, 2000, p. 16-26).

Little (2002, p. 23) atribui o conceito de povos tradicionais tanto a uma dimensão empírica, de saberes e modos de fazer, quanto a uma dimensão política, na legitimação de seus regimes de propriedade comum e das leis que os fundamentam. Já o termo “tradicional”, inevitavelmente, remeteria, segundo o referido autor, a associação com concepções de imobilidade histórica e atraso econômico. Todavia, nesta tese, o conceito de tradicional tem mais afinidade com o uso dado por Sahlins (1997) quando mostra que as tradições culturais se mantêm e se atualizam mediante uma dinâmica de constante transformação, as quais são ajustadas segundo sua capacidade de adaptação.

Nessa organização social particular, o manejo dos recursos naturais é mediado por códigos morais, relações de parentesco e vizinhança, e está estritamente relacionada à história das comunidades e ao lugar de moradia. A produção do espaço é condicionada pelo movimento, constituindo-se como um lugar exercitado, algo presente nas muitas dimensões do cotidiano (CERTEAU, 1994). As ações, experiências dos seres humanos constroem o que compreendemos por espaço, dentro de uma perspectiva conceitual que “abriga uma multiplicidade de sentidos” (SANTOS, 1997, p. 44). Sentidos esses que são relacionáveis as experiências cotidianas de diferentes sujeitos sociais, aos modos de vida, hábitos, práticas, valores, crenças.

Dessa forma, povos e comunidades tradicionais em questão são caracterizados pelo modo de vida camponês, entendido como aquele “constituído a partir de relações pessoais e imediatas, estruturadas em torno da família e de vínculos de solidariedade, de parentesco, tendo como unidade social básica a comunidade” (MARQUES, 2004).

Essa interação do modo de vida tradicional com a dinâmica ecossistêmica particular do seu território é dada a partir de uma peculiaridade de seu *habitus*. O sociólogo Pierre Bourdieu elaborou o conceito de *habitus* segundo o embasamento em autores como Erwin Panofsky e Robert Marichat, os quais partem da premissa de

que o *habitus* é resultado de uma escolha e a expressão de uma estratégia. Ou ainda, que se configura em:

[...] um sistema de disposições duráveis e transitórias, integrando todas as experiências passadas, os quais funcionam em cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações, e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças a transferência analógica de esquemas que permitem resolver os problemas de modo semelhante e graças as correções incessantes dos resultados obtidos, dialeticamente produzidos por estes resultados. (BOURDIEU, 1983, p. 53)

O *habitus*, como sistema de disposições duráveis, imprime à vida prática uma ação organizadora da própria vida, que é repassada de geração em geração, através das relações sociais constituídas e constituintes. Significa dizer que as relações sociais são estabelecidas segundo suas interações com o meio ambiente ao qual estão circunscritos, e os desdobramentos a ele associados.

Em outro trecho, encontra-se a seguinte afirmação:

As estruturas constitutivas de um tipo particular de meio (as condições de classe), que podem ser apreendidas empiricamente sob a forma de regularidades associadas a um meio socialmente estruturado, produzem *habitus*, sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípios geradores e estruturados das práticas e representações que podem ser objetivamente <reguladas> e <regulares> sem ser o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expreso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente” (BOURDIEU, 1983, p. 60-1).

Em outra obra (BOURDIEU, 2004, p. 158), o autor retoma a discussão sobre o conceito e conclui que “o *habitus* é ao mesmo tempo um sistema de esquemas de produção de práticas e um sistema de percepções e apreciação das práticas. E nos dois casos, suas operações exprimem a posição social em que foi construído.”

Mauss (1974) atribui sentido cognitivo ao conceito de *habitus*:

Habitus não designa os hábitos metafísicos, ou a memória misteriosa. Variam não apenas com os indivíduos e suas intimações, mas, sobretudo com as sociedades, as educações, as convivências e os modos e prestígios. É preciso encará-lo como técnica e como elaboração da razão prática coletiva e individual, onde vulgarmente não se vê senão a alma e as suas faculdades de repetição.

Os sistemas naturais se referem aos processos biológicos e biofísicos, enquanto os sistemas sociais, ou *habitus* para indivíduo, o corpo socializado, são constituídos por regras e instituições que media o uso humano dos recursos, bem como sistemas de conhecimento e ética, que interpretam sistemas naturais a partir de uma perspectiva humana (BERKES; FOLKE, 1998).

No contexto destes sistemas, resiliência refere-se à magnitude do distúrbio que pode ser absorvida, assim como a capacidade de se auto-organizar e se ajustar às novas circunstâncias. Assim, rupturas nos sistemas que regulam as funções ecossistêmicas podem desestruturar as formas de entendimento deste mesmo mundo entendido por estes povos tradicionais e a capacidade de se inserir nessa racionalidade. Tais rupturas exigem, portanto, a reelaboração das organizações em outros patamares e o equilíbrio da dinâmica ecossistêmica dos fenômenos ambientais implica na capacidade de ajustamento ou de resiliência desses povos, sendo este um fator condicionante à reprodução social.

O processo de vulnerabilização estaria, assim, associado à interferência de fatores de ameaça quaisquer sobre os aspectos reprodutivos dos modos de vida susceptíveis (WATSON et al., 1997). Neste contexto, povos e comunidades tradicionais, precisam lidar com o impacto de ameaças excepcionais diante as quais o seu repositório da cultura tradicional tem que fazer ajustes entre o já sabido e experimentado e as novas circunstâncias, as quais exigem a produção de novas estratégias num ritmo mais acelerado do que essas podem emanar. Tais ameaças podem exercer pressões sobre o *habitus* de tais grupos, desorganizando sua rotina bem como as estruturas sociais delas dependentes e rompendo os quadros de referência socioculturais, incluindo os que norteiam a espacialização da moradia e demais atributos de seu território. Episódios de elevação extrema da disponibilidade de água, que impõem os vários desafios relacionados ao modo de vida, como a ameaça a segurança alimentar de sucessivas comunidades ao longo de uma bacia hidrográfica resultam num nível tal de susceptibilidade que pode representar, de fato, sob a perspectiva da comunidade, a vivência de um desastre.

3. DESASTRE VISTO DE DENTRO E DISCURSO QUE INVISIBILIZA A PERSPECTIVA DOS GRUPOS AFETADO

Após discorrermos sobre a definição de desastres, diante o olhar das Ciências Sociais, partimos para a pesquisa documental. Mas não sem antes abordarmos a arena de conflitos, que enredam as divergências dos discursos e o papel da tecnociência em validar as relações de poder do Estado. Vai daí a definição oficial e a institucionalização dos desastres, trazendo o aparato legal que impõe sua visão em detrimento de outra. Assim, analisaremos a seguir o confronto entre a oficialização institucional e a invisibilidade dos desastres não oficializados, de tal forma que, ao fazermos apontamentos sobre a invisibilidade dos desastres no Estado do Acre, traremos à luz elementos que mostrem o olhar institucional e outros olhares a respeito do referido problema.

3.1. A arena de conflitos em torno dos desastres no Brasil

A certidão de nascimento do discurso institucional sobre um dado desastre, no âmbito do aparato estatal, é a oficialização da existência dessa ocorrência a partir de Decreto Municipal seguido de Portarias de Reconhecimento do Ministério da Integração Nacional. Neste documento oficial, publicado pelo Diário Oficial da União, há características espaciais e temporais sobre o desastre, desde essa perspectiva institucional.

Partindo da concepção das Ciências Sociais, os discursos não só refletem ou representam entidades e relações sociais conflituosas: eles constroem-nas ou constituem-nas e articula o linguístico com o social e o histórico” (CAREGNATO; MUTTI, 2006, p. 680). Neste caso, a linguagem é estudada não apenas enquanto forma linguística, como também enquanto forma material da ideologia.

O conceito foucaultiano de **dispositivo** usado por Agamben (2005) é parâmetro para entender a produção social de um certo tipo de racionalidade de um caso concreto. O autor denomina, literalmente, o termo dispositivo “qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar,

modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes” (AGAMBEN, 2005, p. 13).

Conforme isso, um dos aspetos do dispositivo é o discurso, que se constrói por meio das leis, das proposições de segurança, das proposições filosóficas. Mas o dispositivo também significa a proposição de uma forma de interação que se revela como meio de controle social. Pois, é por meio de dispositivos que são instituídas as formas de atuação e das práticas que serão adotadas. “O dispositivo é, na realidade, antes de tudo, uma máquina que produz subjetivações, e só enquanto tal é uma máquina do governo” (AGAMBEN, 2005, p. 15).

O conceito de dispositivo pode ser dividido, segundo Agamben (2005, p. 9) em três frentes, a saber:

[...] 1) corresponde a um conjunto heterogêneo, que inclui virtualmente qualquer coisa, linguístico e não-linguístico no mesmo título: discursos, instituições, leis, medidas de segurança, proposições filosóficas; 2) O dispositivo tem sempre uma função estratégica concreta e se inscreve sempre em uma relação de poder; 3) É algo como uma rede, porque inclui episteme, que, para Foucault é aquilo que em uma certa sociedade permite distinguir o que é aceito como um enunciado científico daquilo que não é científico.[...]

Ou seja, o dispositivo é um tipo de discurso, de práticas e de relações que tecem a trama de uma racionalidade da tecnociência. Então, parte-se da concepção que essa relação da racionalidade da tecnociência (dispositivo) é dada a partir da construção do discurso dos agentes, e depois das práticas desses agentes. Foucault (1996, p. 36-7) faz referência à essas práticas segundo a concepção de ritual, que age como a regra do jogo. Isto é, “o ritual define a qualificação que devem possuir os indivíduos que falam; define os gestos, os comportamentos, as circunstâncias e todo conjunto de signos que deve acompanhar o discurso.”

No discurso das tecnociências, Floriani (2000, p. 31) ressalta que essa racionalidade não é neutra, uma vez que ela opera sobre as decisões em torno dos rumos do desenvolvimento, para propiciar uma resolução assimétrica dos conflitos políticos. Isto é, validando as relações de poder.

“A análise do discurso assim entendida não desvenda a universalidade de um sentido; ela mostra o jogo da rarefação imposta, com um poder fundamental de afirmação” (FOUCAULT, 1996, p. 66). Os discursos, as práticas e as interações que são forjadas pelas instituições que atuam nos desastres, principalmente os órgãos de

defesa civil, se constituem no âmbito de uma racionalidade de tecnociência. Nessa racionalidade e no contexto brasileiro, os desastres são percebidos como um tipo de acontecimento deflagrado por fatores de ameaça de origem natural. A referida concepção de que esses fatores de ameaça de origem natural, tal como fenômenos hidrometeorológicos severos e extremos, são o principal elemento que constrói o cenário de riscos, danos e prejuízos, e acabam se tornando um discurso que respalda certo tipo de ações que serão impostas para a sociedade. Isso gera tensões com meio social afetado nos desastres, e tensões essas que agravam as crises relacionadas aos danos e prejuízos sofridos. Ou seja, ao legitimar o discurso de que os desastres estão implicados substancialmente aos fatores de ameaça de origem natural, automaticamente legitima-se as ações manipuladoras que são impostas. Essa tensão gera um conflito social de grandes proporções. Isso porquê as ações que serão impostas, tanto anteriormente quanto após o impacto, nada têm de participativa, sob o ponto de vista de quem vivencia situações de desastres. É por meio do aparato unilateral dos órgãos de defesa civil que as ações são definidas, delimitadas e impostas, diante uma situação que seria melhor aproveitável se fosse construída ao longo do tempo e de forma cooperativa, levando em conta o posicionamento das pessoas afetadas pelos desastres.

Santos (2008, p. 59) considera que “a ciência e a tecnologia têm vindo a revelar-se as duas faces de um processo histórico em que os interesses militares e os interesses econômicos vão convergindo até quase à indistinção”. Isto é, há um discurso operante respaldado por interesses econômicos e, sobretudo, de cunho militarizado. Isso porque, acredita o autor, a razão pela qual privilegiamos na atualidade uma forma de conhecimento, que se assente na previsão e no controle dos fenômenos, nada tem de científico. Corresponde, apenas, a um juízo de valor. Desta forma, o autor conclui que a ciência é, pois, autobiográfica. E esta está a serviço dos interesses maiores sob o respaldo legal do Estado brasileiro.

Veremos, a seguir, como se constrói, a partir do discurso institucional, a tessitura dos demais dispositivos, que são as leis e as medidas mais padronizadas e as insuficientes desses dispositivos frente aos olhares de outros atores.

3.2. Da definição do termo às regras impositivas – a institucionalização do desastre

Historicamente, as Constituições Federais promulgadas ao longo da história brasileira foram importantes instrumentos para ordenar o Estado, e relacionam, teoricamente, a segurança humana ou proteção civil em suas diretivas. Embora não tenha sido instituída por meio de um órgão específico, a primeira Constituição no Brasil (Brasil Império) data 24 de março de 1824, em seu artigo 179, versa sobre a garantia dos primeiros socorros em circunstâncias desafiantes. Cerca de sessenta anos depois, já no Brasil República, o artigo 5º dizia que “[...] incumbe à União prestar socorros ao Estado que, em caso de calamidade pública, os solicitar [...]”. Adiante, na Constituição de 1934, em seu artigo 5º, na então Segunda República, defende que o Estado deve “[...] organizar defesa permanente contra os efeitos da seca nos Estados do Norte [...]”, bem como versa, em seu artigo 7º que o mesmo Estado deve “[...] prover a expensas próprias, às necessidades de sua administração, devendo, porém, a União prestar socorro aos Estados que, em caso de calamidade pública, os solicitar”. Ainda sobre esta Constituição de 1934, em seu artigo 113º, ressalva que “[...] a casa é o asilo inviolável do indivíduo. Nela ninguém poderá penetrar, de noite, sem consentimento do morador, senão para acudir a vítima de crimes ou desastres, nem de dia, senão nos casos e pela forma prescritos na lei [...]” (UFSC, 2012). Ou seja, as Constituições realizadas até então diziam respeito à proteção da vida humana no pós impacto do fator de ameaça, desde que afetada por algum fator externo ameaçador, e não como medida protetiva anterior às consequências desses desastres.

Em meados de 1940, motivados pelo “Civil Defense Service” do governo britânico, o governo brasileiro aderiu à defesa de seu território, criando o Serviço de Defesa Antiaérea, através do Decreto-Lei n. 4.716, de 1942. Ano seguinte, esse mesmo órgão foi transformado em Serviço de Defesa Civil, por meio do Decreto-Lei n. 5861/1943. Nessa conjuntura, a defesa civil estava atrelada a um contexto de guerra. Tanto é que, três anos depois, esse serviço foi desativado, por julgarem não haver necessidade, uma vez que a Guerra havia findado (MARCHEZINI, 2010; SIENA, 2012; UFSC, 2012). Num contexto geral, a Defesa Civil consiste em um

conjunto de ações de cunho preventivo, de socorro, atendimento assistenciais e recuperativas, afim de restabelecer a normalidade social causada por alguma interferência, natural ou artificial.

Anos mais tarde, em 1960, uma grande seca assolou o sertão nordestino e, por meio da Lei 3742/1960, o governo reconheceu a necessidade de ressarcir prejuízos causados pelo impacto do fator de ameaça representado pela seca. Nesse momento, o Estado Federal depois de dar enfoque às questões oriundas do contexto de guerra, passou a direcionar suas ações protetivas aos problemas decorrentes dos desastres tidos como naturais, como a seca no nordeste. Inclusive, tal seca foi grande motivadora de migrações no Brasil (SIENA, 2012; UFSC, 2012), tal como ocorreu com os nordestinos que saíram de suas terras, principalmente do Ceará e Maranhão, em busca de novas oportunidades nos seringais acreanos (SIMONI, 2009). Abordaremos, especificamente esse caso, mais adiante, quando falarmos do histórico de ocupação da Amazônia acreana, no Capítulo 3.

Ainda sob o contexto dos denominados “desastres naturais” que ocorriam em 1966, uma grande cheia atingiu o Sudeste do Brasil e, a partir do Decreto n. 59124/1966, foi instituído um salário mínimo regional para dar assistência à população afetada. Foi então que o antigo Estado da Guanabara, hoje Rio de Janeiro, através do Decreto 1373/1966 instituiu a Comissão Central de Defesa Civil do Estado, e representou o primeiro Estado a dispor de uma Defesa Civil. Somente em 1969, o Governo Federal atinou à necessidade de organizar ações protetivas monetárias de resposta através do Fundo Especial para Calamidades Públicas (FUNCAP). Posteriormente, em 1970, a FUNCAP virou Grupo Especial para Assuntos de Calamidade Públicas (GEACAP) e, nove anos adiante, Secretaria Nacional de Defesa Civil (SEDEC), criada pelo Decreto-Lei n. 83839/1979 (UFSC, 2012). A função da SEDEC era coordenar ações de “medidas preventivas, assistenciais e de recuperação dos efeitos produzidos por fenômenos adversos de quaisquer origens” (UFSC, 2012, p. 13).

Em 1988, o Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC), por meio do Decreto n. 97274/1988, foi criado. Hierarquicamente, o SINDEC é composto por vários órgãos, sendo a SEDEC o órgão responsável, dentro deste sistema, por coordenar ações de proteção e defesa civil em território nacional.

Feito o histórico de formação do órgão responsável pela segurança humana em contexto de desastre no Brasil, partimos para as definições usadas para atuar nessas circunstâncias de desastres. Para tanto, definimos, segundo o arcabouço tecnocientífico, o termo desastre.

A ocorrência e oficialização de desastres está dividida em duas escalas de afetação à vida humana: Situação de Emergência (SE) e Estado de Calamidade Pública (ECP). Os desastres de nível I (SE) são reconhecidos pelo “poder público, quando acometidos por um desastre, e causam danos suportáveis à comunidade afetada” (BRASIL, 2007, p. 9). São caracterizados quando há ocorrência de pelo menos dois tipos de danos (humanos e materiais, humanos e ambientais ou materiais e ambientais). Consiste numa situação anormal, decretada em razão de desastre, que embora não excedendo a capacidade inicial de resposta do município ou do estado atingido, requer auxílio complementar do estado ou da União para as ações de socorro e de recuperação. Os desastres de nível II (ECP) são reconhecidos pelo “poder público numa situação anormal, provocada por desastre causando sérios danos à comunidade afetada, inclusive à incolumidade ou à vida de seus integrantes” (BRASIL, 2007, p. 9). São caracterizados quando há ocorrência de dois ou três danos associados (humanos, materiais ou ambientais). Consiste numa situação anormal, que em razão da magnitude dos danos, requer auxílio direto e imediato do Estado ou da União para as ações de socorro e de recuperação.

Esse contexto histórico forjou ao longo do tempo um desenho institucional que produziu a seguinte definição de desastre, a de que são “eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema vulnerável, causando danos humanos, materiais e ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais” (BRASIL, 2007, p. 8). Segundo essa definição, a intensidade de um desastre depende da interação entre magnitude do evento adverso e a vulnerabilidade do sistema. A quantificação dos desastres é em função de danos e prejuízos

No ano de 1995, foi instituída uma Política Nacional de Defesa Civil (PNDC) tendo no topo do sistema a Secretaria Nacional de Defesa Civil (SEDEC), que dizia respeito a uma efetiva institucionalização da Defesa Civil no Brasil como sistema para pensar práticas padronizadas do meio técnico operacional, a qual age nas circunstâncias de desastres em quatro diferentes âmbitos, a saber: **prevenção, preparação, resposta e reconstrução**.

Por prevenção compreende-se duas variáveis: avaliação de risco e redução de risco. O estudo dessas áreas, tidas como “área de risco, permite a elaboração de bancos de dados e de mapas temáticos sobre ameaças, vulnerabilidades e riscos de desastres” (BRASIL, 2007, p. 15). A prevenção dos riscos de desastres dá-se por meio de medidas estruturais e não estruturais, balizadas segundo o conhecimento tecnocientífico das ciências naturais, as quais estejam integradas para minimizar ameaças e/ou vulnerabilidades (BRASIL, 2007, p. 16). As ações governamentais de prevenção estão concentradas em mapeamento e em remoções compulsórias das populações que habitam as ditas áreas de risco.

A fase preparação tem o intuito de promover melhorias nas ações preventivas, atuando através do

[...] desenvolvimento institucional, de recursos humanos, científicos e tecnológico; mudança cultural; motivação e articulação empresarial; monitoramento, alerta e alarme; informações e estudos epidemiológicos sobre desastres; planejamento e operacional e de contingência; planejamento e proteção de populações contra risco de desastres focais; mobilização e aparelhamento e apoio logístico (BRASIL, 2007, p. 17).

As ações de Resposta se referem ao socorro prestado, assistência às populações vitimadas e reabilitação do cenário do desastre. A fase do socorro é dividida em pré-impacto (intervalo entre o prenúncio e o desastre), impacto (momento em que efetivamente ocorre o desastre) e limitação de danos (abrangência dos danos). A fase de assistência às populações vitimadas compreende as atividades de logística dos víveres necessários, assistenciais e de promoção da saúde. Já a fase de reabilitação do cenário compreende as

[...] atividades de avaliação dos danos, a vistoria e elaboração dos laudos técnicos, desmontagem de estruturas danificadas, desobstrução e remoção de escombros; sepultamento, limpeza, descontaminação, desinfecção e desinfestação do ambiente; reabilitação dos serviços essenciais; recuperação de unidades habitacionais de baixa renda (BRASIL, 2007, p. 18).

A fase de reconstrução tem por finalidade restabelecer “os serviços públicos, a economia da área, o moral social e o bem-estar da população” (BRASIL, 2007, p. 19). De acordo com o Decreto 7257/2010 são ações de caráter definitivo destinadas a restabelecer o cenário destruído pelo desastre, como a reconstrução ou recuperação de unidades habitacionais, infraestrutura pública, sistema de

abastecimento de água, açudes, pequenas barragens, estradas vicinais, prédios públicos e comunitários, cursos d'água, contenção de encostas, entre outras estabelecidas pelo MI.

Essa definição de desastre, os termos técnicos utilizados nessas circunstâncias e os mecanismos de atuação empregados pela PNDC, retrata os desastres como se essas perdas e danos causados por ele, mensuráveis pelas ciências físicas e materiais, fossem apenas passíveis de serem contabilizadas. E, uma vez contabilizadas estão sujeitas ao processo de reposição material, seja reposição as custas dos próprios sujeitos afetados pelo desastre em si, seja reposição por medidas reparadoras e compensatórias por parte do Estado. No entanto, quanto do que é perdido não entra na contabilidade institucional? Podemos citar as relações sociais, os sujeitos sociais que sofrem essas perdas de bens materiais de valor simbólico, o sentimento de prostração e de incapacidade de lidar com as adversidades que se apresentam em meio àquela crise socioambiental, dentre outras tantas perdas não contabilizáveis.

Sob a perspectiva das Ciências Sociais, as quatro distintas fases (prevenção, preparação, resposta e reconstrução) têm significados mais complexos. Para Kirschenbaum⁵ (2002) apud Venturato et al. (2014), o conceito de prevenção (*preparedness*) aponta quatro fatores determinantes para pensar os desastres, a saber: (1) as provisões, que refere aos víveres necessários à sobrevivência humana; (2) o nível de habilidade, que está associada à habilidade e conhecimento para reduzir injúrias e mortes; (3) o planejamento, no âmbito da organização comunitária familiar para atuar como uma unidade; e (4) a proteção, entendida como a disponibilidade de meios físicos para reduzir, amenizar ou neutralizar os efeitos dos agravos sofridos. Segundo o autor, a junção desses quatro fatores é aplicável à maioria das situações de desastres e deve ser adaptado para cada caso a partir de seu significado. Acserlrad (2006) faz valioso contraponto à visão tecnocientífica respaldado também pela perspectiva da Ciências Sociais, que vê a fase de prevenção como um mecanismos que deveria ser elaborado em conjunto com as ações de planejamento público e urbano, viabilizando acesso digno e igualitário a toda infraestrutura pública de segurança humana, incluindo a proteção aos direitos do meio social e redução do

⁵ KIRSCHENBAUM, A. **Disaster Preparedness: A Conceptual and Empirical Reevaluation.** *Internacional Journal of Mass Emergencies and Disasters*, Março/ 2002, Vol.20, No.1, p. 5-28.

processo de vulnerabilização através do combate antecipado às injustiças sociais, políticas e ambientais.

A preparação consiste no processo de planejamento, treinamento e exercício, os quais estão associados à aquisição de equipamentos e aparelhos destinados a apoiar a ação de emergência (PERRY; LINDELL, 2003). Essa medida é válida quando o conhecimento local da população sobre os reais desafios a enfrentar seja sobreposto ao conhecimento técnico, trabalhando para a garantia dos direitos da pessoa humana. No que diz respeito à preparação para emergências deve-se fazer uso de uma jurisdição política para reagir construtivamente às ameaças do ambiente, com intuito de minimizar as consequências negativas do impacto para a saúde pública, para a segurança das pessoas, para a integridade social e para o funcionamento das estruturas físicas e dos sistemas de objetos daquela localidade. Ao invés disso, a gestão de emergência através das iniciativas impostas de planejamento urbano, inadvertidamente, expõe as pessoas as variadas formas de risco, como por exemplo, o risco de ficarem sem suas moradias, ou longe de seu local de trabalho por terem sido compulsoriamente removidas (BRITTON; LINDSAY, 1995). Ações políticas estão baseadas na violência simbólica⁶, através da tecnificação do discurso operante nestas circunstâncias e das práticas empregadas no âmbito institucional para destituir pessoas de qualquer poder sobre o destino de seu lugar de vivência e, sobretudo, de seu próprio destino, incluindo a imposição de deslocamentos compulsórios (ACSELRAD et al., 2009; VALENCIO, 2009).

Ainda sobre as ações institucionais, Quarantelli (1976) afirma que o planejamento não deve ser baseado somente em um desastre emblemático, nem também no caso mais recente, nem ao menos num conjunto de casos similares. O planejamento para a resposta e reconstrução daquilo que foi perdido deve estar associado ao pensamento de desastres em geral, reais sob o ponto de vista de quem sofre e não ideais sob perspectiva das práticas tecnocientíficas. Deve-se pautar no tempo futuro e não no passado. Embora seja preciso conhecer as experiências passadas, é insuficiente basear as ações somente neste repertório. Mas, no entanto, ações com essa característica costuma ser a tendência dos planejamentos em segurança humana no Brasil. Deve-se ter ciência que as novas tecnologias que a

⁶ Violência Simbólica, segundo Bourdieu, consiste numa forma de coação que se apoia no reconhecimento de uma imposição determinada, seja econômica, social ou simbólica.

sociedade introduz em seu cotidiano produzem novos desafios e, por conseguinte, novas ameaças de um desastre, e, ainda, a recorrência desses desastres transformados em catástrofes. Medidas simples de planejamento podem parecer superficiais, mas se ignorados, agudizarão as consequências e trarão respostas não satisfatória à gestão das circunstâncias de desastres (QUARANTELLI, 1998). O que ocorre em situações referentes às circunstâncias de desastres no Brasil é que as ações de planejamento pelo meio técnico perito, não consideram a participação das pessoas cuja vida sofrerão com possíveis rupturas estruturais e simbólicas. Assim, as ações respaldadas pelos órgãos responsáveis pela segurança humana, em termos dos quatro pontos abordados (prevenção, preparação, resposta e reconstrução), seriam melhores geridas a partir das considerações do contingente comunitário, ou seja, os ajustes necessários deveriam seguir o caminho inverso, onde os planos são ajustados às pessoas cujas vidas precisam preservar ou retomar suas rotinas.

É importante destacar que essa primeira visão institucional da PNDC, de 1995, sobre desastres e, portanto, suas diretrizes, foi feita por Antônio Luiz Coimbra de Castro (*1931 - † 2004), um General de Divisão⁷ Médico do Exército Brasileiro, o que influenciou que aspectos da concepção hierárquica militar e altamente tecnológica, influísse nessa instituição civil. Para atender a um aumento de frequência e magnitude dos desastres em várias regiões do país, houve uma atualização da antiga Política, que passou a ser denominada de Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), instituída pela Lei n. 12608/2012, e que abrange ações de **prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação**.

A Figura 20, a seguir, traz informações sobre a compilação dos gastos investidos para tratar os desastres no Brasil, seguindo a divisão por setor, a saber: prevenção (obras estruturais); mapeamento (das áreas de risco); monitoramento (estruturação da rede nacional) e resposta (socorro, assistência e reconstrução). Os valores somados são da ordem de 18,8 bilhões de reais.

⁷ General de divisão é o posto intermediário entre General de Brigada e General de Exército. São chamados informalmente de "generais de 3 estrelas" (WIKIPEDIA, 2014).

Figura 20: Recursos públicos destinados à redução de desastres no Brasil, Governo Federal.

Fonte: Plano Nacional de Gestão de Riscos e Respostas a Desastres Naturais, 2014.

Em comparação com a PNDC de 1995, houve a inclusão da palavra mitigação e a substituição da palavra reconstrução por recuperação. No entanto, embora tenha havido essa atualização, a racionalidade usada para definir o termo desastre continua sendo a mesma. Isto é, a conceituação empregada para definir o que é desastre e para atuar nessas circunstâncias manteve-se o mesmo usado na PNDC de 1995. Ambas Políticas consistem num sistema de codificação de desastres pré-dado, isso significa que os Municípios, Estados e o Governo Federal só podem enxergar o desastre tal como foi descrito e oficializado dentro do código oficial, segundo o enquadramento da realidade simplificado pela tecnociência. Isto significa

que a trama social e complexa dos acontecimentos dos desastres agora só pode ser representada por meio de um enquadramento do repertório técnico classificatório ainda mais restrito, onde os agentes institucionais enxergam cada vez menos a realidade do plano concreto das comunidades que são afetadas por circunstâncias de desastres. Ou seja, o desastre não é tido como um evento totalizante e multidimensional que tenham a sua especificidade, sobretudo, em termos ambientais, como sugeriu Oliver-Smith (1998). Nem tão pouco tem sido considerado o arcabouço teórico das Ciências Humanas e Sociais, como recomendou O'Brien (2007). Pelo contrário, cada vez mais há um reducionismo na definição do termo desastre e um distanciamento da realidade social que se opera no plano concreto, da vida cotidiana das pessoas afetadas, também apontado por O'Brien (2007).

Ao longo desse processo, de 1995 à 2012, houve uma visão mais redutivista das classificações dos tipos de desastres. O método para designar a circunstância de desastre continua sendo o mesmo, através do reconhecimento de SE ou ECP. Com a Lei 12608/12, as providências tomadas para a liberação dos recursos destinados à SE e ECP foram otimizadas, com intuito de reduzir o tempo de encaminhamento do Decreto. Com isso, reduziu-se também o discurso institucional em torno da complexidade do acontecimento, de forma que a trama imbricada dos fatos fosse ainda menos considerada. Cabe ao agente local de Defesa Civil subsidiar o Prefeito Municipal a construir esse discurso sobre a realidade local, a partir dos termos técnicos encontrados na Classificação e Codificação Brasileira de Desastres (COBRADE)

Neste documento, (COBRADE), por definição técnica do termo, desastres estão estruturados em duas categorias, quais sejam: Naturais e Tecnológicos. Dentre essas categorias, há a subdivisão entre Grupos, Subgrupos, Tipos e Subtipos de desastres. Na Categoria 1, que corresponde ao tipo "Natural" de desastres, há diversos Grupos, dentre os quais os desastres de origem Hidrológicos, onde se destacam os tipos: inundações, enxurradas e alagamentos; e subtipos: inundações ou enchentes graduais ou bruscas, respectivamente. Essa classificação, segundo a Defesa Civil (CASTRO, 2003) considera as funções da magnitude (excepcionais, de grande magnitude, normais ou regulares e de pequena magnitude) e do padrão evolutivo (inundações graduais, inundações bruscas, alagamentos e inundações litorâneas).

Segundo o COBRADE, há distinção entre as definições Inundações, Enxurradas e Alagamentos, embora haja similaridade terminológicas entre elas, tal como segue a descrição técnica:

1 Tipo: Inundações (código 1.2.1.0.0) ou enchentes correspondem à “submersão de áreas fora dos limites normais de um curso de água em zonas que normalmente não se encontram submersas. O transbordamento ocorre de modo gradual, geralmente ocasionado por chuvas prolongadas em áreas de planície”. De acordo também com o Ministério das Cidades/IPT (2007), as inundações, enchentes ou cheias são definidas pela elevação do nível da água no canal de drenagem devido ao aumento da vazão, ultrapassando a cota máxima do canal.

1a. Subtipo: segundo CASTRO (1998), as inundações graduais são caracterizadas pela elevação das águas de forma paulatina e previsível, mantendo-se em situação de cheia durante algum tempo, seguida pelo escoamento gradual. Em inundações graduais, segundo Mendiando (2005), a causa mais provável do transbordamento do rio é o resultado de prolongada e profusa precipitação sobre uma grande área, comumente ocorrido em inundações fluviais de grandes rios localizados em trópicos úmidos.

1b. Subtipo: as inundações bruscas são provocadas por chuvas intensas e concentradas, caracterizam-se por produzirem súbitas e violentas elevações dos caudais, os quais escoam de forma rápida e intensa, sendo o fenômeno circunscrito a uma pequena área. Nessas condições, ocorre um desequilíbrio entre o leito do rio e o volume caudal, provocando transbordamento (CASTRO, 1998). Por ocorrer em um período de tempo curto, este fenômeno costuma surpreender por sua violência e menor previsibilidade, provocando danos materiais e humanos mais intensos do que as inundações graduais (GOERL; KOBAYAMA, 2005).

2 Tipo: Enxurrada (código 1.2.2.0.0) corresponde ao “escoamento superficial de alta velocidade e energia, provocado por chuvas intensas e concentradas, normalmente em pequenas bacias de relevo acidentado. Caracterizada pela elevação súbita das vazões de determinada drenagem e transbordamento brusco da calha fluvial.” Apresenta grande poder

destrutivo devido a força que as águas e materiais orgânicos atingem com o deslocamento de massa.

- 3 Tipo: Alagamento (código 1.2.3.0.0) refere-se a “extrapolação da capacidade de escoamento de sistemas de drenagem urbana e consequente acúmulo de água em ruas, calçadas ou outras infraestruturas urbanas, em decorrência de precipitações intensas”. Os alagamentos caracterizam-se pelas águas acumuladas no leito das ruas e nos perímetros urbanos decorrentes de fortes precipitações pluviométricas, em cidades com sistemas de drenagem deficientes, podendo ter ou não relação com processos de natureza fluvial (MIN. CIDADES/IPT, 2007).

Podemos ver de maneira sintética dessas definições no quadro 3 esquemático abaixo.

Quadro 3: Quadro esquemático com os tipos e subtipos de “desastres naturais” de origem hidrometeorológica

Nestas situações de desastre, o órgão de Defesa Civil do Município, Estado ou Distrito Federal, deverá emitir uma avaliação do cenário, de forma a contabilizar danos humanos, materiais e ambientais, seguindo os critérios estabelecidos pela Instrução Normativa n.1, de 24 de agosto de 2012. O registro de ocorrência corresponde ao Formulário de Informações de Desastre (FIDE), que recentemente substituiu o Avaliação de Danos (AVADAN) e o Notificação Preliminar de Desastre (NOPRED). No FIDE deverão conter: 1) a identificação do município; 2) a tipificação do desastre segundo o COBRADE; 3) a data da ocorrência; 4) a área afetada e o tipo de afetação; 5) causas e efeitos do desastre; 6) danos humanos, materiais e ambientais; 7) prejuízos econômicos públicos e privados; 8) instituição informante; 9) instituições informadas. Caso atinja mais de um município, quem deve preencher o FIDE é o Governador, com auxílio do Coordenador de Defesa Civil dos municípios afetados. Segundo o SINDEC, o FIDE trouxe maior agilidade no processo, dentre os

pontos positivos levantados pela instituição estão: a substituição de um formulário manual por outro em formato digital, que pode ser encaminhado com mais agilidade; a simplificação do preenchimento do formulário e a eliminação de campos não utilizados. Nota-se aqui também a redução da complexidade dos desastres, não com intuito de apenas reduzir o tempo de Reconhecimento, mas, principalmente, dar menor visibilidade a uma crise que está instaurada na sociedade brasileira, como crise crônica que se manifesta oficial e extraoficialmente a cada evento hidrometeorológico.

Assim, após o preenchimento do FIDE pelo Coordenador de Defesa Civil do município junto ao Prefeito, é baixado um Decreto Municipal (ou Estadual, caso atinja mais de um município) com as características do desastre e o enquadramento correspondente (SE ou ECP). Em seguida, após publicado no Jornal local do município afetado, esse Decreto é enviado ao Governo Federal, que autoriza (ou não) a liberação de recursos extraordinários, através da Portaria de Reconhecimento de Desastre, publicado posteriormente no Diário Oficial da União.

Para ilustrar os documentos citados (FIDE, Decreto e Portaria de Reconhecimento), trazemos exemplos destes. O FIDE anexado a esta tese diz respeito ao município de Estivo, no Ceará, e traz a descrição do evento estiagem prolongada e suas características quanto a intensidade. Isso porque não foi possível ter acesso a um FIDE da região do Alto Juruá. Neste documento, é possível notar que há menção das perdas e danos ocasionados pela estiagem na área rural do município, que faz apontamentos sobre perdas na produção agrícola total e também na pecuária. Fato este ocorrido em 28 de agosto de 2012, que obrigou os pecuaristas venderem seus rebanhos por preços irrisórios. Copiamos, a seguir, parte da caracterização do desastre, descrito no documento (Figura 21), bem como anexamos o documento completo:

5 – Causas e efeitos do Desastre - Descrição do Evento e suas Características

O desastre decorre da escassez de chuvas no período de janeiro a julho, quando historicamente se considera em quadra chuvosa no município, tendo se registrado no período apenas 120mm, bem abaixo (-82,40%) da média histórica, que é de 682mm, conforme dados da Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (FUNCEME), em anexo. Em consequência disso verificou-se uma perda na produção agrícola total do município de 87%, conforme relatório da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATERCE), em anexo. Como também registraram-se perdas consideráveis na atividade pecuária, provocando a venda de rebanhos de bovinos, ovinos e caprinos e outros a preços irrisórios, devido à falta de água e alimentação para os animais. Registrou-se também a redução das águas do açude Rio da Fonte, que abastece o Município, a qual se encontra com apenas 14% de sua capacidade e já se encontra com a água imprópria para consumo humano, segundo dados da Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos (COGERH), que monitora o reservatório. O baixo nível do lençol freático dificulta também a captação de água dos poços profundos.

Figura 21: FIDE do município de Estivo, Ceará, como método ilustrativo para analisar o discurso do meio técnico operacional que atua em circunstâncias de desastre.

Fonte: Site Defesa Civil do Estado do Ceará, disponível em: http://www.defesacivil.ce.gov.br/index.php?option=com_phocadownload&view=category&id=72:&download=567:p-p&Itemid=15.

Em seguida, apresentamos um modelo de Decreto Municipal de Situação de Emergência (retificação emitida pelo Prefeito de Tarauacá/AC), desta vez do Estado do Acre referente a inundações/alagamentos/movimentos de massas. O documento data 24 de abril de 2014 e não especifica o tipo de afetação causada por tal evento (Figura 22).

156	Quinta-feira, 24 de abril de 2014	Nº 11.290	DIÁRIO OFICIAL
TARAUACÁ		ESTADO DO ACRE MUNICÍPIO DE TARAUACÁ	
<p>ESTADO DO ACRE MUNICÍPIO DE TARAUACÁ</p> <p>Retificação: Decreto nº 41.2014, de 17.04.2014, publicado no D.O.E. de nº 11.287, do dia 16.04.2014.</p> <p>No texto inicial, do Decreto nº 11.287, de 16.04.2014, onde se lê "DECLARA EM SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA COMO SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA, NAS ÁREAS DO MUNICÍPIO DE TARAUACÁ AFETADAS, DIRETA OU INDIRETAMENTE, POR DESLIZAMENTO, conforme IN/MI 01/2012."</p> <p>Leia-se:</p> <p>DECLARA EM SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA COMO SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA, NAS ÁREAS DO MUNICÍPIO DE TARAUACÁ AFETADAS, DIRETA OU INDIRETAMENTE, POR INUNDAÇÕES/ALAGAMENTOS/MOVIMENTOS DE MASSAS, conforme IN/MI 01/2012</p> <p>Onde se lê</p> <p>Art. 1º. Fica declarada Situação de Emergência nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como Deslizamento, conforme IN/MI nº 01/2012.</p> <p>Leia-se</p> <p>Art. 1º. Fica declarada Situação de Emergência nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como Inundações/alagamentos/movimentos de massas, conforme IN/MI nº 01/2012</p> <p>(...)</p> <p>Tarauacá-Acre, 23 de Abril de 2014, 126º da República, 112º do Tratado de Petrópolis, 53º do Estado do Acre e 101º do Município de Tarauacá.</p> <p>Rodrigo Damasceno Catão PREFEITO DE TARAUACÁ</p>		<p>PORTARIA Nº 033/2014 DE 14 DE MARÇO DE 2014</p> <p>O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TARAUACÁ, Estado do Acre, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 795/2014;</p> <p>R E S O L V E</p> <p>Art. 1º - NOMEAR o Senhor o DEUGILSON DO NASCIMENTO SILVA, para Exercer o Cargo em Comissão de Assessor Especial I, da Casa Civil do Prefeito, referência CEC-3, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Tarauacá.</p> <p>Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 05 de março de 2014.</p> <p>Tarauacá-Acre, 14 de março de 2014, 126º da República, 112º do Tratado de Petrópolis, 53º do Estado do Acre e 101º do Município de Tarauacá.</p> <p>Rodrigo Damasceno Catão PREFEITO DE TARAUACÁ</p>	
		<p>ESTADO DO ACRE MUNICÍPIO DE TARAUACÁ</p> <p>PORTARIA Nº 035/2014 DE 14 DE MARÇO DE 2014</p> <p>O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TARAUACÁ, Estado do Acre, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 795/2014;</p> <p>R E S O L V E</p> <p>Art. 1º - NOMEAR a Senhora SARA DO NASCIMENTO SOUZA para Exercer o Cargo em Comissão de Coordenadora de Processos Administrativos, da Casa Civil do Prefeito, referência CEC-2, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Tarauacá.</p> <p>Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 05 de março de 2014.</p> <p>Tarauacá-Acre, 14 de março de 2014, 126º da República, 112º do Tratado de Petrópolis, 53º do Estado do Acre e 101º do Município de Tarauacá.</p> <p>Rodrigo Damasceno Catão</p>	

Figura 22: Decreto Municipal de Situação de Emergência de Tarauacá/AC, como método ilustrativo para analisar o discurso do meio técnico operacional que atua em circunstâncias de desastre.

Fonte: Diário Oficial do Estado do Acre, disponível em: <http://www.diario.ac.gov.br/>

Trazemos também, a seguir, um Decreto emitido pelo Estado do Acre, portanto, pelo Governador do Estado Acre, referente ao Estado de Calamidade Pública devido à interrupção da BR 364, por ser a única via terrestre de acesso aos municípios do Estado do Acre, vindos de Rondônia. O Decreto de Estado de Calamidade Pública, publicado em 07 de abril de 2014, faz menção aos riscos que as populações estão expostas com a interrupção das vias terrestres, tais como o

abastecimento de combustível, alimentos e outros itens básicos para a manutenção das atividades públicas (Figura 23).

ESTADO DO ACRE

DECRETO Nº 7.308 DE 7 DE ABRIL DE 2014

Decreta Estado de CALAMIDADE PÚBLICA no âmbito do Estado do Acre, em virtude do desabastecimento ocasionado pelo fechamento da BR-364.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 78, inciso XXI, da Constituição Estadual; e, com base nas Leis Federais nos 12.608, de 10 de abril de 2012 e 12.340 de 1º de dezembro de 2010 e ainda o Decreto Federal nº 7.257, de 4 de agosto de 2010;

Considerando as intensas e extraordinárias precipitações ocorrentes no território boliviano e do Estado de Rondônia, o que levou ao transbordamento em níveis históricos do rio Madeira, superando em mais de 2 (dois) metros a maior cheia anteriormente registrada;

Considerando que as inundações ocasionadas pelas águas do rio Madeira atingiram a BR-364, sendo que, em alguns trechos, a lâmina d'água chegou a ultrapassar 1,50m, impedindo o tráfego de veículos;

Considerando que o bloqueio da BR-364, única via de ligação terrestre do Estado do Acre com o resto do país, tem provocado o desabastecimento gradual e crescente de itens básicos para manutenção das atividades públicas e privadas no Estado, em especial alimentos, combustíveis, medicamentos, insumos hospitalares, insumos para o tratamento de água, além de outros;

Considerando que desde a decretação da situação de emergência pelo Estado do Acre, por meio do Decreto Estadual nº 7.093, 26 de fevereiro de 2014, a situação se agravou em decorrência da interrupção de tráfego na Rodovia BR-364;

Considerando competir ao Estado a preservação do bem-estar da população e das atividades socioeconômicas, bem como a adoção imediata de medidas que se fizerem necessárias, para, em regime de cooperação, combater e atenuar as situações anormais;

Considerando que apesar de todas as ações adotadas pelo Estado, os danos e prejuízos decorrentes do comprometimento do transporte pela única via de acesso terrestre ao Estado do Acre há mais de 30 (trinta) dias superam a capacidade de resposta do Estado, havendo necessidade de mobilização e da ação das diversas esferas de governo, inclusive da cooperação internacional para viabilização de novas rotas de acesso de suprimentos ao Estado.

Considerando que o transporte fluvial demora em média 30 (trinta) dias entre os Estados de Rondônia e Acre e que a redução do nível do Rio Acre dificulta a navegação de embarcações de grande porte;

Considerando que a situação de desabastecimento afeta diretamente toda a população do Estado do Acre, acarretando riscos à saúde pública, tratamento de água, obras da construção civil, distribuição de combustíveis e ensino;

Considerando que as medidas emergenciais para manutenção dos serviços públicos, da economia e de amparo à população são urgentes e necessárias,

Considerando que o Parecer da Coordenadoria de Defesa Civil relatando a ocorrência do desastre é favorável à decretação de Estado de Calamidade;

D E C R E T A:

Art. 1º Fica decretado ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA no Estado do Acre, nos termos do art. 7º, inciso VII, da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012, em decorrência de desastres relacionados a transporte rodoviário de produtos perigosos e não perigosos decorrentes da inundação do Rio Madeira, classificados como 1.2.1.0.0, 2.2.4.1.0 e 2.5.1.0.0 – Classificação e Codificação Brasileira de Desastre - COBRADE.

Art. 2º Para efeito de cumprimento das atividades públicas vinculadas ao Estado de Calamidade Pública decretada, fica estabelecido que a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil – CEDEC/Acre será a unidade gestora orçamentária, podendo ordenar despesas atinentes a créditos abertos para atender atividades de Defesa Civil, bem como movimentar contas bancárias ou fundos específicos.

Parágrafo único. Todas as Secretarias de Estado e Órgãos Estaduais deverão igualmente manter-se em alerta, priorizando as ações e atividades requeridas ou solicitadas pelas CEDEC/Acre.

Art. 3º Os Órgãos do Sistema Nacional de Defesa Civil – SINDEC, sediados no território do Estado, ficam autorizados a prestar apoio suplementar às regiões afetadas, mediante articulação com a CEDEC/Acre.

Art. 4º Os procedimentos administrativos devem ser agilizados e priorizados para o atendimento do Estado de Calamidade Pública, observando-se, no que couber, o art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Parágrafo único. Deverão ser mantidos, pelos órgãos envolvidos nas atividades de defesa civil, os documentos necessários à futura prestação de contas, em especial:

I - pesquisa de preço, justificado;

II - prévio empenho;

III - notas fiscais devidamente atestadas;

IV - indicação e comprovação de destinação final dos bens e serviços.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor pelo prazo de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado por igual período em decisão fundamentada pela Defesa Civil.

Rio Branco-Acre, 7 de abril de 2014, 126º da República, 112º do Tratado de Petrópolis e 53º do Estado do Acre.

Tião Viana

Governador do Estado do Acre

Figura 23: Decreto Estadual do Acre de Estado de Calamidade Pública referente à interrupção de vias terrestres.

Fonte: Diário Oficial do Estado do Acre, disponível em: <http://www.diario.ac.gov.br/>

Por fim, apresentamos a Portaria de Reconhecimento de Situação de Emergência do Estado do Acre que data 27 de fevereiro de 2014. No documento, há especificação do número do Decreto pelo Estado, o qual reconhece as áreas afetadas por eventos de inundação. Nota-se na Figura 24 que não há menção dos danos causados, muito menos a complexidade social acometida por tais impactos.

PORTARIA Nº 69, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014

Reconhece situação de emergência por procedimento sumário em municípios do Estado do Acre.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, com base no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, Art. 7º, § 3º, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, e Considerando o Decreto nº 7.093, de 26 de fevereiro de 2014, do Estado do Acre,

Considerando ainda as demais informações constantes no processo nº 59050.000193/2014-60, resolve:

Art. 1º Reconhecer a situação de emergência, por procedimento sumário, nas áreas do Estado do Acre afetadas por inundações - COBRADE: 1.2.1.0.0.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADRIANO PEREIRA JÚNIOR

Figura 24: Portaria de Reconhecimento de Situação de Emergência nos municípios do Estado do Acre em função dos eventos de inundação.

Fonte: Diário Oficial do Estado do Acre, disponível em: <http://www.diario.ac.gov.br/>

Com base nesses exemplos, verificamos que o discurso operante do meio institucional, as circunstâncias dos desastres são entendidas assim: que a chuva **causou** danos e prejuízos nas esferas econômicas, sociais e ambientais. Por prejuízos econômicos entende-se as afetações nos aparatos de infraestrutura, de pontes danificadas, malha asfáltica corrompida, interrupções de estradas e rodovias, dentre outros. Por danos e prejuízos sociais entende-se pessoas afetadas, moradias destruídas, escolas danificadas, número de mortos, dentre outros prejuízos de ordem material. E, por danos e prejuízos ambientais entende-se por áreas e mananciais contaminados, queda de barreiras, contenção de encostas, dentre outros.

Embora a chuva e as inundações bruscas ou graduais efetivamente sejam fatores relacionados aos desastres, e os elementos elencados no discurso institucional efetivamente sejam elementos que se pode objetivamente ver os danos e prejuízos materiais, o fator de quantificação que se prepondera corresponde a

contagem das escolas afetadas, das moradias danificadas, das toneladas de grão perdidos, dos quilômetros de rodovias danificados, da elevação do nível dos rios. Embora tudo isso seja factível e seja comprovado, esses discursos são reduzidos à essas afetações materiais. Não há um diálogo com o micronível social, de forma que sua construção seja elevada a outro nível de relação socioambiental. Nem tão pouco é expressa a complexidade das afetações à pessoa humana nessas circunstâncias, inclusive psicológicas. As rotinas da vida prática que se constrói no cotidiano são afetadas por esses elementos, de tal forma que esses acontecimentos desorganizam a vida privada, a vida comunitária e em certa medida gera até um processo de desfiliação social e se torna um processo desaglutinador em termos comunitários, da família e de como ela se entende na vida prática, do sujeito e da sua identidade do saber fazer que opera na vida prática.

Isso não quer dizer que a descrição do desastre pelos órgãos de defesa civil seja pobre em termos de informação, pelo contrário, há grande riqueza de informações sobre os danos e prejuízos causados pelos desastres. No entanto, essa racionalidade da tecnociência tem uma visão que se esgota nela mesma. Essa racionalidade não dialoga desde o macronível para o micronível comunitário, familiar e das pessoas onde efetivamente os desastres deixam suas marcas, e, de fato, esses desastres são vividos como uma grande crise multidimensional nesse nível microsocial.

A seguir veremos como o Estado brasileiro apresenta esse desastre no plano concreto, trazendo o contexto brasileiro, o contexto amazônico e em especial, o contexto do Acre.

3.3. O contexto do desastre no Brasil e sua invisibilidade no estado do Acre

Num recorte temporal de dez anos, de 2004 à 2013, analisamos as Portarias de Reconhecimento dos desastres no contexto brasileiro. Este banco de dados está disponível no portal eletrônico do Ministério da Integração Nacional (<http://www.integracao.gov.br/web/guest/reconhecimentos-realizados>). O referido banco de dados traz informações concernentes à oficialização das Portarias de

Reconhecimento de Desastres no Brasil. De 2004 à 2006, apenas dados reduzidos estão disponíveis neste banco de dados, tais como a identificação do Estado; o número de Municípios que decretaram SE ou ECP; o número de Reconhecimentos; e a categoria correspondente (SE ou ECP). De 2007 em diante, é possível consultar as tabelas em Excel®, clicando sobre o Estado de interesse. Essas planilhas em Excel® dispõe de informações referentes a: o Estado da federação; o código do IBGE; o município; o número do Decreto; a data do Decreto; o tipo de desastre; a categoria (SE ou ECP); o número da Portaria; a data da Portaria; o número do Diário Oficial da União e a data da publicação no Diário Oficial da União. Assim, com base no recorte temporal desses dez anos (de 2004 à 2013), analisamos a frequência das Portarias de Reconhecimento dos Desastres no Brasil. E, no recorte temporal de seis anos (de 2007 à 2013), analisamos as especificidades dos desastres, em especial com relação ao Acre.

No período de dez anos, de 2004 à 2013, foram oficializados **19.413** Portarias de Reconhecimento de Desastres, em forma de Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública. A média anual, para esse mesmo período, de Reconhecimentos de Desastres é de 1941,3 Portarias de Reconhecimento de Desastres. Os anos de 2010, 2012 e 2013 apresentam valores muito maiores no número de Portarias de Reconhecimento de Desastres no Brasil. Vejamos a seguir, no Gráfico 3:

Gráfico 3: Desastres reconhecidos por Portaria Ministerial – Brasil, período de 2004 a 2013.

Fonte: Gráfico gerado a partir dos dados existentes no site da Defesa Civil e do Ministério da Integração Nacional. Acesso em 20 de março de 2014.

Se distribuirmos as informações pelas macrorregiões do Brasil, verificamos que as Regiões Centro-Oeste e Norte correspondem aos menores valores de Portaria de Reconhecimento de desastre, na esfera federal. Enquanto os estados da macrorregião Nordeste contam com 53,47% das oficializações dos desastres. A média anual e a porcentagem dos desastres oficializados, no período de 2004 à 2013 são: Centro-Oeste – média anual 41,9, com 2,16% do total; Norte – média anual 58,1, com 3% do total; Sudeste – média anual 256, com 13,19% do total; Sul – média anual 574,2, com 28,19% do total; Nordeste – média anual 1038,1, com 53,47% do total. Vejamos na Tabela 1 e Gráfico 4.

Tabela 1: Porcentagem de Portarias de Reconhecimento de Desastres por macrorregião brasileira

REGIÃO	PORCENTAGEM
CENTRO-OESTE	2,16%
NORTE	3%
SUDESTE	13,19%
SUL	28,19%
NORDESTE	53,47%

Fonte: Tabela gerada a partir dos dados existentes no site da Defesa Civil e do Ministério da Integração Nacional. Acesso em 20 de março de 2014.

Gráfico 4: Desastres reconhecidos por Portaria Ministerial – Regiões brasileiras, período de 2004 a 2013.

Fonte: Gráfico gerado a partir dos dados existentes no site da Defesa Civil e do Ministério da Integração Nacional. Acesso em 20 de março de 2014.

Mas, em relação ao Brasil, qual a participação dos Estados do Norte? O número de Portarias de Reconhecimento de no contexto brasileiro com relação à Região Norte (581), é consideravelmente menor se comparado ao número de Portarias de Reconhecimento de Desastres no Brasil (**19.413**), como podemos analisar os elementos da Tabela 2, a seguir:

Tabela 2: Número de Desastres reconhecidos por Portaria Ministerial – Região Norte em relação ao Brasil, período de 2004 a 2013

REGIÃO	ANO	NORTE	TOTAL
	2004	7	1760
	2005	73	1683
	2006	16	991
	2007	37	1615
	2008	21	1502
	2009	19	1292
	2010	194	2765
	2011	52	1282
	2012	102	2776
	2013	60	3747

Fonte: Tabela gerada a partir dos dados existentes no site da Defesa Civil e do Ministério da Integração Nacional. Acesso em 20 de março de 2014.

É possível notar que há uma elevada frequência de reconhecimento de desastres no Brasil, por meio das Portarias Ministeriais publicadas. Mas também existe uma regularidade dessas oficializações nos Estados da região Norte, embora não seja tão volumoso em número de Reconhecimentos como no Nordeste, por exemplo.

Se aproximarmos ainda mais da unidade federativa Acre em relação a média de Portarias emitidas em outras unidades federativas do Brasil no mesmo período, de 2004 à 2013, veremos que o Acre, em relação ao Brasil, é infinitamente menor. Das 20.738 Portarias De Reconhecimento de Desastres no período de dez anos no Brasil, apenas 24 são referentes ao Estado do Acre para o mesmo período (Tabela 3).

Tabela 3: Número de Desastres reconhecidos por Portaria Ministerial – Acre em relação à Região Norte e ao Brasil, período de 2004 a 2013

REGIÃO\ANO	NORTE	ACRE	TOTAL
2004	7	0	1760
2005	73	0	1683
2006	16	1	991
2007	37	0	1615
2008	21	0	1502
2009	19	0	1292
2010	194	1	2765
2011	52	2	1282
2012	102	12	2776
2013	60	8	3747

Fonte: Tabela gerada a partir dos dados existentes no site da Defesa Civil e do Ministério da Integração Nacional. Acesso em 20 de março de 2014.

Mas, isso quer dizer que no Acre não ocorre desastres? Para que possamos visualizar os desastres que ocorrem no Acre é preciso sair do nível macrossocial e adentrar escalas menores de análise, através dos níveis estadual, regional, municipal, da Reserva Extrativista do RESEX Alto Juruá até chegar ao nível comunitário e das pessoas propriamente dita.

As informações disponíveis parecem indicar que não há suscetibilidade a tal desbalanço na parte oeste do estado do Acre. Os motivos dessa resiliência poderiam ser variados. Uma hipótese seria a que certos eventos (como enchentes) não ocorressem naquela região; outra hipótese, a que esses eventos não se manifestassem na forma de perigos devido à existência de uma política de segurança humana plenamente compatível com as demandas socioambientais preventivas. Sendo estas hipóteses passíveis de descarte – tanto pelo histórico de altos volumes precipitados na região, contribuindo para os elevados volumes hídricos superficiais, quanto pelo histórico de abandono social por que passam as comunidades locais – outras hipóteses podem ser lançadas. Uma delas, sobre a qual nos debruçaremos, é a de que na referida região oeste acreana tenha ocorrido a invisibilização institucional de desastres. Isto significa dizer que: (a) eventos como enchentes de considerável magnitude estejam ocorrendo; (b) efetivamente, tais eventos se manifestem como

perigos; (c) diante dos mesmos, a comunidade esteja suscetível; (d) a capacidade de atendimento do meio técnico-operacional local seja precária; mas que, apesar desses fatores, (e) haja uma comunicação oficial da ocorrência que esvazie a compreensão e o sentido da crise que está sendo vivenciada no território. Valencio (2010b) designa essa hipótese como a de *desastres silentes*, caracterizados por uma situação em que o agente pode nomeá-lo oficialmente e publicamente, respaldando as providências urgentes para minimizar as adversidades ali surgidas no cotidiano do grupo social afetado – e não o faz. Assim como ocorre em várias localidades do país, também no oeste acreano pode haver desastres silentes que destroem os meios de vida e as rotinas comunitárias; e ocorrem a despeito do discurso de reconhecimento da emergência e das práticas técnicas de resposta. No ano de 2008, na Regional do Juruá, um desastre desenrolou-se em paralelo às estatísticas oficiais de ocorrências de Situação de Emergência ou de Estado de Calamidade Pública, conforme o que ocorreu no município de Marechal Thaumaturgo.

Analisar a ocorrência de desastres no Brasil na escala macrossocial nacional como nas microescalas sociais como uma pequena comunidade no interior da Amazônia não é tarefa fácil. Há uma invisibilização desses fenômenos. Por um lado, o estado brasileiro não difunde a ideia de que vivemos uma crise crônica em torno do desastre, que atinge com grande regularidade aproximadamente cerca de 30% dos municípios brasileiros todos os anos. Esse fato não gera no Brasil um debate pertinente que considere a retomada das discussões acerca do conceito de desastre e das práticas balizadas pelo conhecimento tecnocientífico. Nesses parâmetros, temos a impressão de que no Brasil não há desastres e, mesmo quando contabilizados, representam valores ínfimos perto da magnitude de outras regiões do planeta. Comparação que pode ser feita também com estado do Acre, que, em relação ao Brasil, não corresponde nem 1% do total de desastres oficialmente contabilizados, a partir de Portarias de Reconhecimento de Desastres. Por outro lado, mesmo quando as estatísticas vêm à tona por um grupo seleto de pesquisadores brasileiros que estudam essa temática, parece que a proporção dos desastres em diferentes escalas (federal, estadual e municipal) são também pífios. Ainda mais se considerarmos o estado do Acre, que é tido como um estado que tem menos desastres se comparados a outras regiões do Brasil e que, portanto, pode ser considerado como um estado modelo, que adota estratégias sustentáveis, pois oficialmente seu número de

desastres é pequeno e, esse pequeno, bem resolvido pelos provimentos do governo estadual e federal. Assim, a estatística torna essa invisibilidade em uma perniciosa arquitetura discursiva de que naquela localidade lida-se bem com as circunstâncias de desastres e, principalmente, porque não há um debate pertinente dentro dessa questão.

Se verificarmos a descrição dessas Portarias de Reconhecimento de Desastre, emitida pelo Governo Federal em relação ao estado do Acre, veremos que a caracterização do tipo de desastres está relacionada a água, seja pelo estresse hídrico, seja pelo abundante descontrolado volume de água (Tabela 4).

Tabela 4: Tipos de agravos sofridos em desastres reconhecidos por Portaria Ministerial, no Estado do Acre de 2010 a 2014.

TIPOS DE DESASTRES	ACRE			
	2010	2011	2012	2013
Doenças infecciosas virais	0	0	0	2
Enchente	1	0	10	0
Enxurrada	0	0	1	0
Estiagem	0	0	1	5
Inundação	0	0	0	1

Fonte: Tabela gerada a partir dos dados existentes no site da Defesa Civil e do Ministério da Integração Nacional. Acesso em 20 de março de 2014.

Neste caso, é preciso reiterar que nos anos anteriores à 2010, não há registros de desastres no banco de dados do Ministério da Integração Nacional, com relação à descrição dos agravos oficializados no Estado do Acre. Particularmente, chama atenção o maior número de Portarias de Reconhecimento de Desastres serem das enchentes. Isso porque o povo ribeirinho sempre viveu no ritmo natural das águas e, hoje, vê-se susceptível à uma dinâmica natural que sempre esteve atrelado ao seu modo de vida. Mas como, então, torna-se desastres? Tornam-se desastres porque os repertórios de sentidos outrora usados para lidar com o fluir natural dos rios, tem sido, em caráter emergencial, considerados suficientes e, de certo modo precários, para responder aos desafios decorrentes dos eventos hidrometeorológicos, como os eventos de alagação.

Fazendo o recorte dos últimos quatro anos (2010 à 2013) as Portarias de Reconhecimento de Desastres emitidas pelo Ministério da Integração Nacional relativas aos desastres na unidade federativa Acre, estão relacionadas aos nove municípios do lado Leste, referente às Regionais do Baixo Acre, Alto Acre e Purus. Os municípios correspondentes estão identificados por um quadrado preto, conforme dispostos no mapa a seguir (Figura 25).

Figura 25: Mapa do Estado do Acre e as Portarias Ministeriais De Reconhecimento de Desastres nos Municípios do lado Leste do Estado do Acre, dentre os anos 2010 - 2014.

Fonte: <http://www.ac.gov.br/wps/portal/acre/Acre/estado-acre/municipios>

Isso significa que não haja desastres na parte Oeste do Estado do Acre? Não, significa que as autoridades não realizaram nenhuma oficialização dos desastres no lado Oeste do Estado do Acre. Então, os desastres naquelas localidades estão completamente invisíveis no olhar institucional. E são essas estatísticas que vem para esvaziar de sentido a importância dos desastres naquela porção do Estado. O processo pelo qual a exposição da informação ou conteúdo da descrição quantitativa, que esvazia em certo sentido o acontecimento, também é uma forma de discurso, a invisibilidade de um acontecimento também é uma forma de discurso. A lógica operativa do governo nacional quer invisibilizar os acontecimentos no Brasil, como se eles fossem poucos ou irrelevantes. Portanto há outros olhares que podem dizer, mesmo às margens do Estado, que esses desastres existem.

3.4. Outros olhares acerca da invisibilidade dos desastres no estado do Acre

Ao fazermos uma busca na Internet, sobre os eventos de cheia no ano de 2008, podemos verificar que a mídia regional e a sociedade local registraram alguns casos. No Blog Arriegua (Figura 26), faz-se menção a um desastre ocorrido no município de Cruzeiro do Sul, no dia primeiro de janeiro de 2008. Segundo o registro, a cheia do rio Juruá chegou a 14 metros, desabrigando e desalojando mais de duzentas e oitenta famílias. Na ocasião, cinco bairros margeantes ao rio Juruá sofreram com a alagação.

Figura 26: Blog Arriegua relata o desastre ocorrido no Rio Juruá, em janeiro de 2008.

Fonte: http://www.arriegua.blogspot.com.br/2008_01_01_archive.html

Já no site Rondônia Ao Vivo (Figuras 27 e 28), faz-se menção ao desastre ocorrido no vale do rio Juruá e também no vale do rio Acre, em 17 de janeiro de 2008. Naquele período, em Marechal Thaumaturgo, no vale do Juruá, a cada três horas de chuva, o rio subia 30 cm. A cota de inundação (11,80) já havia sido ultrapassada, chegando à 12,28 metros. O Referido blog cita ainda que os Bombeiros procuravam preencher o Relatório de Danos, com intuito de Decretar Situação de Emergência no município de Marechal Thaumaturgo. É possível verificar a fala de um morador de um dos bairros margeantes pelo rio Juruá que havia sido alagado, que disse que por precisar montar vigília na casa alagada, não pôde sair para trabalhar, interrompendo a fonte de renda da família.

A fala do narrador atribui o desastre às mudanças climáticas, bem como ao aumento do nível do mar. Afirma também que por ter chovido muito, não houve tempo hábil para que a água vazasse jusante à baixo. As ações de resposta, segundo o registro, foram realizadas através da doação de 3 toneladas de comida, distribuídas em diferentes comunidades do rio Juruá. Assim como também diz que foram enviados 4 barcos e 4 equipamentos para a casa de farinha ao vale do Juruá, somando uma quantia investida de 67 mil reais.

O ALTO JURUÁ: x Acre x www.rondoniaaovivo.com x Turismo e Meio x Turismo e Meio x Enchente desab: x (65 não lidos) - x Reconheciment x DOU 29/04/201 x

www.rondoniaaovivo.com/noticias/acre-cheia-do-rio-juruá-pode-afetar-cruzeiro-do-sul/35930#.Uz1q6PldXUU

Acre – Cheia do rio Juruá pode afetar Cruzeiro do Sul

Quinta-Feira, 17 de Janeiro de 2008 / 07:13

g+ 0

0

Enviar por e-mail Imprimir página Enquete Comentar Notícia 0 comentário(s)

Em Cruzeiro do Sul o rio Juruá está subindo 30 centímetros a cada três horas, situação que deixou a Defesa Civil em estado de total alerta. A preocupação é maior porque em Marechal Thaumaturgo, no alto Juruá, o volume das águas tem se mantido estável, porém a enchente que atingiu centenas de casas na cidade está descendo em direção à segunda maior cidade do estado. Lá o rio já ultrapassou a cota de alerta, que é de 11,80 metros, e no final da tarde de ontem o nível era de 12,28m. O comandante do Corpo de Bombeiros na região, tenente Jameslei Silva, trabalha na elaboração do relatório de danos que deve ser enviado à capital até amanhã. É justamente essa avaliação da situação em que se encontram as cidades atingidas pela cheia, que o governo do estado aguarda para enviar à Defesa Civil Nacional, comunicando sobre o quadro da enchente no Acre. Com a decretação do estado de emergência em Jordão e Marechal Thaumaturgo, o governo espera receber apoio nacional para auxiliar as famílias atingidas pelas águas. Além de Jordão e Thaumaturgo, no interior acreano, em Sena Madureira o rio Yaco já provoca tensão. Ontem, o nível era de 13,32m, bem próximo da cota de alerta, de 13,50m. Já na capital o sinal de vazante do rio Acre afastou temporariamente o risco de inundação. As águas recuaram de 12,54m para 11,44m. Outra boa notícia é a vazante também em Xapuri, onde o nível do rio baixou 1,10m nas últimas 24 horas. Com esse monitoramento, a Defesa Civil estadual tem mantido o governador Binho Marques e o vice-governador César Messias, que está acompanhando os trabalhos das equipes no Juruá, informados sobre o "comportamento" dos rios nesse período. Até agora, nas cidades do Vale do Acre não houve registro de nenhuma família atingida pela enchente. Tião Viana propõe mutirão O senador Tião Viana (PT-AC), vice-presidente do Senado, manifestou ontem, em Rio Branco, sua solidariedade às populações do Vale do Juruá e das cabeceiras do rio Tarauacá, incluindo o município do Jordão, que vêm sendo atingidas pelas cheias dos rios da região. Falando em cadeia de rádio durante o programa do radialista Washington Aquino, da Difusora Acreana, o senador disse que vai recorrer ao governo federal para ajudar as populações das regiões alagadas inclusive com a distribuição de alimentos e para a criação de um mutirão de socorro às vítimas. "A gente sabe que quem tem a casa alagada, quem é obrigado a passar noites e noites em vigília ao pouco que tem, não tem condições de trabalhar e, portanto, de garantir o sustento da família. É por isso que vamos ao governo federal em busca de cestas de alimentos para socorrer esses nossos irmãos", disse o senador. "A gente sabe que, no Juruá, o rio já está acima de 12 metros do seu leito normal – e ao chegar aos 13 metros já causa inundação – o bairro da Lagoa, um dos mais pobres de Cruzeiro do Sul, já está atingindo muitas casas; o Miritizal e o bairro da Várzea são dois bairros também ameaçados, e é por isso que há muita preocupação de nossa parte em relação a essas populações", disse o senador. "Nós tivemos chuvas nos últimos dias na região de Marechal Thaumaturgo e o governador Binho Marques e o vice-governador César Messias passaram a executar um programa de socorro às vítimas, com o envio de três toneladas de alimentos para Marechal Thaumaturgo, Porto Walter – para cada município – e eu me coloquei à disposição, com o vice-governador César Messias, para que a Defesa Civil nacional, fazendo a dimensão das necessidades, possa ajudar no socorro. Eu irei pedir à Defesa Civil nacional para que possa enviar alimentos através de aviões da Fab para as populações do Juruá. Nós estamos acompanhando com preocupação esse movimento que é consequência de um

Publicidades

Trevo Contabilidade
- Atendimento especial
- Micro e pequenas empresas
- Profissionais liberais
- Imposto de renda
- Pessoa física e jurídica
- Contabilidade e assessoria
Contadora responsável
Anilza Salvaterra
Rua da Beira 488A, Bairro do Roque
(69) 3223-0852 / 9239-6129

STOK
Máquinas e Ferramentas
PROMOÇÃO
FURADEIRA DE IMPACTO FDV16 COM MALETA
R\$: 189,00
6x no cartão sem juros
(69) 3225-9348 / 3222-1518

InterAção
CONCURSOS
O que + aprova em concursos
138 ALUNOS APROVADOS NO ÚLTIMO CONCURSO
AULAS DE SEGUNDA A DOMINGO + SIMULADOES
08 DE ABRIL

15:47

Figura 27: Site Rondônia ao vivo noticia a cheia do Rio Juruá, em janeiro de 2008.

Fonte: <http://www.rondoniaaovivo.com/noticias/acre-cheia-do-rio-juruá-pode-afetar-cruzeiro-do-sul/35930>

Em Cruzeiro do Sul o rio Juruá está subindo 30 centímetros a cada três horas, situação que deixou a Defesa Civil em estado de total alerta. A preocupação é maior porque em Marechal Thaumaturgo, no alto Juruá, o volume das águas tem se mantido estável, porém a enchente que atingiu centenas de casas na cidade está descendo em direção à segunda maior cidade do estado. Lá o rio já ultrapassou a cota de alerta, que é de 11,80 metros, e no final da tarde de ontem o nível era de 12,28m. O comandante do Corpo de Bombeiros na região, tenente Jameslei Silva, trabalha na elaboração do relatório de danos que deve ser enviado à capital até amanhã. É justamente essa avaliação da situação em que se encontram as cidades atingidas pela cheia, que o governo do estado aguarda para enviar à Defesa Civil Nacional, comunicando sobre o quadro da enchente no Acre. Com a decretação do estado de emergência em Jordão e Marechal Thaumaturgo, o governo espera receber apoio nacional para auxiliar as famílias atingidas pelas águas. Além de Jordão e Thaumaturgo, no interior acreano, em Sena Madureira o rio Yaco já provoca tensão. Ontem, o nível era de 13,32m, bem próximo da cota de alerta, de 13,50m. Já na capital o sinal de vazante do rio Acre afastou temporariamente o risco de inundação. As águas recuaram de 12,54m para 11,44m. Outra boa notícia é a vazante também em Xapuri, onde o nível do rio baixou 1,10m nas últimas 24 horas. Com esse monitoramento, a Defesa Civil estadual tem mantido o governador Binho Marques e o vice-governador César Messias, que está acompanhando os trabalhos das equipes no Juruá, informados sobre o "comportamento" dos rios nesse período. Até agora, nas cidades do Vale do Acre não houve registro de nenhuma família atingida pela enchente. Tião Viana propõe mutirão O senador Tião Viana (PT-AC), vice-presidente do Senado, manifestou ontem, em Rio Branco, sua solidariedade às populações do Vale do Juruá e das cabeceiras do rio Tarauacá, incluindo o município do Jordão, que vêm sendo atingidas pelas cheias dos rios da região. Falando em cadeia de rádio durante o programa do radialista Washington Aquino, da Difusora Acreana, o senador disse que vai recorrer ao governo federal para ajudar as populações das regiões alagadas inclusive com a distribuição de alimentos e para a criação de um mutirão de socorro às vítimas. "A gente sabe que quem tem a casa alagada, quem é obrigado a passar noites e noites em vigília ao pouco que tem, não tem condições de trabalhar e, portanto, de garantir o sustento da família. É por isso que vamos ao governo federal em busca de cestas de alimentos para socorrer esses nossos irmãos", disse o senador. "A gente sabe que, no Juruá, o rio já está acima de 12 metros do seu leito normal – e ao chegar aos 13 metros já causa inundação – o bairro da Lagoa, um dos mais pobres de Cruzeiro do Sul, já está atingindo muitas casas; o Miritizal e o bairro da Várzea são dois bairros também ameaçados, e é por isso que há muita preocupação de nossa parte em relação a essas populações", disse o senador. "Nós tivemos chuvas nos últimos dias na região de Marechal Thaumaturgo e o governador Binho Marques e o vice-governador César Messias passaram a executar um programa de socorro às vítimas, com o envio de três toneladas de alimentos para Marechal Thaumaturgo, Porto Walter – para cada município – e eu me coloquei à disposição, com o vice-governador César Messias, para que a Defesa Civil nacional, fazendo a dimensão das necessidades, possa ajudar no socorro. Eu irei pedir à Defesa Civil nacional para que possa enviar alimentos através de aviões da Fab para as populações do Juruá. Nós estamos acompanhando com preocupação esse movimento que é consequência de um fenômeno natural de alteração climática, com o maior volume de chuvas na região amazônica com o aquecimento do mar. Além de estarmos preparados para isso, nós temos que ser muito solidários com as populações – homens, mulheres e crianças fortemente atingidos pelas forças da natureza", disse o senador. Tião Viana afirmou ainda que é preciso o poder público ficar cada vez mais atento porque o volume de água do rio Moa também é preocupante. "Em todo o Acre, os rios estão mostrando sua força; o Muru, em Tarauacá, o Amônia e todos os demais rios das nossas cabeceiras estão com água alta. Então, temos que a presença do poder público e a solidariedade à comunidade. É por isso que estarei indo lá, inclusive numa visita aos índios Yanawá, para tentar ajudar aos nossos irmãos que sofrem neste momento", afirmou Tião Viana. Na aldeia dos Yanawá, às margens do rio Gregório, em Tarauacá, no próximo dia 22, o senador participa da solenidade de entrega de quatro barcos e quatro equipamentos para o funcionamento de casas de farinha – tudo no valor de R\$ 67 mil, um convênio mantido entre a Secretaria de Assistência Técnica e Extensão Florestal (Seaprof) e governo federal. Os recursos são oriundos do Ministério do Desenvolvimento Agrário e o gabinete local do senador Tião Viana, através da assessora Silvia Monteiro, funcionou como articulador dos interesses dos índios. 30 centímetros a cada três horas. essa é a velocidade em que sobe o nível do rio Juruá. *VEJA TAMBÉM * Acre - Cheia de rios atinge mais de 3 mil famílias * Defesa Civil fica em alerta com subida do rio Madeira

DEFESA CIVIL - MI Reconhecimentos e... Big Farm Funny pictures Hot Game Moda feminina TopSuper.net: Não ... Presépios « Wish - S... Facebook lightningnewtab Empréstimo entre Bi...

Enviar por e-mail Imprimir página Enquete Comentar Notícia 0 comentário(s)

Contabilidade e assessoria
Contadora responsável
Anilza Salvaterra
Rua da Beira 488A, Bairro do Roque
(69) 3223-0852 / 9239-6129

STOK
Máquinas e Ferramentas
PROMOÇÃO
FURADEIRA DE IMPACTO FDI16 COM MALETA
R\$: 189,00
6x no cartão sem juros
(69) 3225-9348 / 3222-1518

InterAção
CONCURSOS
O que + aprova em concursos
138 ALUNOS APROVADOS NO ÚLTIMO CONCURSO
AULAS DE SEGUNDA A DOMINGO + SIMULADÕES
Início das aulas: 08 DE ABRIL
A vista DESCONTO ESPECIAL R\$ 380,00
APRÓS 3X de R\$ 133,00
Rua Iratá Capelli, 64 - Próximo ao Shopping Cidade
www.souinteracao.com.br

SISTEL
PROTEJA SEU

15:47

Figura 28: Site Rondonia ao vivo noticia a cheia do Rio Juruá, em janeiro de 2008 (continuação).
Fonte: <http://www.rondoniaaovivo.com/noticias/acre-cheia-do-rio-juru-a-pode-afetar-cruzeiro-do-sul/35930>

O site Gente de Opinião, publicou em 25 de janeiro de 2008 (Figuras 29 e 30), que cerca de 1000 pessoas já estavam desabrigadas em Cruzeiro do Sul, no Vale do Juruá. Segundo o registro, os bairros mais atingidos em Cruzeiro do Sul são: Lagoa, Buritizal, Cobal, Foz do Moa, Várzea, Cruzeirinho e Olivença. O nível da água no rio Juruá já estava 14 metros, três metros acima da cota de inundação. Cerca de 810 famílias atingidas foram levadas para abrigos provisórios, nas escolas da rede pública do Estado. O evento da alagação afetou ainda as comunidades rurais, destruindo as plantações e matando o gado. O programa de saúde da família percorreu os alojamentos distribuindo soro hidratante para as crianças e instruindo os adultos a usar o cloro, para evitar doenças infectocontagiosas. As ações da defesa civil foram definidas como preventivas pela Assistente Social.

Figura 29: Site Gente de Opinião noticia cheia do rio Juruá, em janeiro de 2008.
 Fonte: <http://www.gentedeopinioao.com.br/lerConteudo.php?news=29614>

Figura 30: Site Gente de Opinião noticia cheia do rio Juruá, em janeiro de 2008.
 Fonte: <http://www.gentedeopinioao.com.br/lerConteudo.php?news=29614>

Na imagem a seguir (Figura 31), trazemos uma publicação do blog Notícias e Fatos que data janeiro de 2010. No entanto, em seu conteúdo, encontra-se a narrativa de que em 2008, na região do Alto Juruá, a maior cheia das últimas décadas foi registrada, a qual interferiu negativamente no modo de vida ribeirinho local, com desdobramentos deletérios na agricultura e na criação de animais.

Figura 31: Blog Notícias e Fatos noticia a preocupação dos moradores de Marechal Thaumaturgo com a cheia do rio Juruá, em comparação com a cheia de 2008.

Fonte: <http://noticiaefatos.blogspot.com.br/2012/01/enchente-do-rio-jurua-preocupa.html>

A narrativa da mídia regional traz elementos que confirmam a ocorrência de desastres, ainda que não tenham sido oficialmente reconhecidos. Nota-se que os relatos trazem os desafios vividos pelos moradores que foram afetados pela cheia do rio. Inclusive, referente a angústia de não poderem trabalhar em função de terem que fazer vigília aos pertences de sua casa, com receio de que em sua ausência os pertences sejam levados pela correnteza do rio, ou por ser passível de furto. Assim, através de outros discursos extraoficiais, é possível pensar os múltiplos desastres dentro dos desastres. Não somente aqueles amparados nas perdas econômicas e quantificáveis de bens materiais. Mas, sobretudo, pautadas no sofrimento de quem relata suas memórias.

Esse contexto fica ainda pior se pensarmos que, mesmo dentro de uma Unidade de Conservação de uso sustentável, como é o caso das Reservas Extrativistas (RESEX), cujo aparato foi criado pelo próprio governo federal, estas pessoas não estão seguras de suas vidas. As áreas protegidas correspondem a um tipo de território dentro de uma racionalidade instrumental do Estado, pois fora criado por ele mediante decretos e leis. Essas áreas protegidas são regradas por planos de manejo que especificam as atividades permitidas (LITTLE, 2002). Em suma, as áreas protegidas representam o lado desenvolvimentista baseada nas noções de controle e planejamento do Estado (LITTLE, 1992). Portanto, por se tratar de uma outra territorialidade, que é dita sustentável, deveria corresponder a uma ordem que não pudesse ser solapada por esses elementos, pois se está sobre a vigília do Estado, deveria também estar também sobre seus cuidados.

Assim, há uma resistência do ente oficial de visibilizar os desastres em outros níveis da vida cotidiana. Isso porquê por um lado o aparato institucional diz que os desastres, na forma de Situação de Emergência e Estado de Calamidade Pública (SE e ECP), significam estar além da capacidade local de superar as perdas e danos, de sua capacidade de suporte, e que necessitam de auxílio para lograr êxito na reconstrução no âmbito macrossocial. Por outro lado, para a vida cotidiana das comunidades locais, no recorte microsocial da vida individual das comunidades, eles estão tendo perdas e danos humanos, materiais e simbólicas de grande monta e com difícil capacidade de recuperação, mas na visão do sistema, em termos políticos-institucional, são vistos como perdas e danos suportáveis. Isso porque o Estado se atém mais o aspecto dos elementos espaciais públicos, como a danificação de pontes,

pavimentação asfáltica, interrupção circunstancial de energia, ou da captação de água potável, e que tudo isso são serviços públicos com capacidade de reparar, dentro das condições orçamentárias normais e de prestação de serviços públicos num determinado cronograma. No entanto, isso não significa que na vida concreta das pessoas, que implica as rotinas da vida privada associadas as suas rotinas da vida pública – principalmente do trabalho – ele não tenha tido perdas, danos e prejuízos com difícil capacidade de reposição. Mas, então, será que para quem está no centro dessa situação realmente o olhar institucional sobre o problema e o olhar institucional sobre a solução para o problema, tal como acima apresentados, são suficientes para a população? Para responder esse questionamento, é importante que além do olhar do ente público que vê o desastre desde esse sistema político institucional mais abrangente, é preciso entrar com o olhar microssociológico para entender desde o ponto de vista dos indivíduos, das famílias e das comunidades afetadas, para, então, entender desde a esfera privada até essa esfera pública da coletividade da comunidade, como sua vida cotidiana sofreu embaraços. E, para adentrarmos essa questão, vamos trazer esse olhar do indivíduo, da família e das comunidades através de três elementos, quais sejam: mapas mentais, relatos orais e registros fotodocumentais, distribuídos e apresentados no Capítulo 3, sobre o Alto Juruá.

4. A INVISIBILIDADE DOS DESASTRES NA RESERVA EXTRATIVISTA RESEX ALTO JURUÁ – ACRE

Para o entendimento do que seja o modo de vida das comunidades tradicionais no contexto da Amazônia, partimos da explicação de três complexidades, a saber: 1) as complexidades em termos das rotinas da vida de um indivíduo e da família na esfera privada; 2) da sua coletividade pública que é a comunidade e 3) a dinâmica ecossistêmica do lugar. Aprofundemos cada uma delas.

O ambiente privado constitui-se do universo da intimidade dos membros da família, através de seus hábitos alimentares, suas rotinas domésticas do cuidado com o espaço do lar, a escolha e plantio das espécies vegetais presentes nos quintais agroflorestais, a criação de pequenos animais. Esfera esta que está para além da realização familiar, pois, sobretudo, envolve o trabalho realizado pelas mulheres, também complexo, embora historicamente invisibilizado.

O universo público é caracterizado pelo convívio comunitário, onde emergem regras de uso ao espaço comum em água e em terra firme. Corresponde também aos afazeres com relação ao trabalho, as técnicas de pesca, de caça, a relação com o mercado na comercialização de produtos que foram gerados por excedentes, bem como as crenças religiosas e os rituais que religam sentidos da vida do indivíduo à sua coletividade.

Por dinâmica ecossistêmica entende-se as relações criadas para dar sentido a sua existência, através dos ciclos naturais correspondentes. Isto significa que as atividades realizadas nos distintos âmbitos, público e privado, só o são com relação à dinâmica do ecossistema que lhes são peculiares. Isso porque, na corporeidade, o indivíduo cria sua própria territorialidade, pois ele só é como sujeito em uma situação. O sujeito modifica conforme o ambiente que habita, tornando-se sujeito adaptado àquela territorialidade. A inspiração gera outra pessoa, que só foi possível formar-se diante os desafios do ambiente.

Lugar não significa apenas uma posição territorial, mas sim a animação da expressão sobre quem o sujeito é segundo o território que habita (INGOLD, 2000). Assim, a identidade coletiva, que é todo dia produzida, é reafirmada com sua

cosmogonia, seu universo simbólico, e faz com que haja uma interpenetração da esfera privada e pública.

Esta relação entre comunidades e elementos ecossistêmicos reside nas práticas diárias dos afazeres públicos e privados, através da realização das técnicas de pesca, de caça, dos plantios agrícolas, dos cuidados com o lar, dentre outras especificações com relação às atividades correspondentes ao modo de vida produzido em ambientes naturais da Amazônia brasileira. Elas se enredam muito e esse entendimento, que significa dizer que o indivíduo, a família, a comunidade, tem um nível muito grande de entrosamento para construir seu modo de vida e, ao mesmo tempo, é um modo de vida situado no ritmo da floresta, nos elementos ecossistêmicos da floresta. Então, os povos tradicionais da floresta não se entendem identitariamente sem a floresta e a floresta corresponde a um elemento de sua identidade, assim como também é produzida por essa configuração social.

Estamos falando de povos que tem uma tessitura muito singular com o ambiente, de uma mútua dependência que se reproduzem simultaneamente. Seu modo de vida é dependente dos ciclos hidrológicos, de forma que sua fluência dita as práticas que empreenderão na água e na terra. Então, quando acontece o desastre, tal como descrito no Capítulo 1, ele se configura como uma crise socioambiental que ao mesmo tempo desorganiza as rotinas da vida cotidiana num nível maior de sofrimento para uma comunidade que depende do ecossistema que também ficou fora de seu ritmo normal.

Quando falamos de Amazônia, queremos dizer que os povos tradicionais daquela localidade são acostumados a suas cheias, vazantes, secas, ou seja, ciclos que denominam os ecossistemas locais. Mas as cheias que são atípicas, ou que estejam para além do arcabouço cultural de como lidar com suas consequências, desorganizam seu modo de vida que era muito dependente não de um ambiente que tinha uma constância rígida, mas a um ciclo correspondente, e do modo de vida sabia lidar com esse ciclo. Então, o ambiente era fluído e o modo de vida também.

Assim, quando sobrevém um evento extremo, há uma desestruturação do modo de vida e ambos sistemas são perturbados. Isso significa que as atividades que os povos tradicionais precisam realizar para reproduzir seu modo de vida ficam condicionadas ao ambiente, pois é a partir dos mecanismos dessa interação que a reprodução social acontece. O desastre já tem uma complexidade própria, e quando

ocorre com comunidades tradicionais, como no contexto amazônico, as perturbações são ainda mais graves. Isso porque todo seu entendimento de mundo no que concerne sua reprodução social é dependente do ambiente que fora impactado. A especificidade dos modos de vida tradicionais faz com que o seu sofrimento e suas estratégias de enfrentamento também sejam muito específicas. Assim, destacamos que os povos tradicionais têm suas singularidades que precisam ser consideradas no planejamento de ações de mitigação e resposta aos desastres (Figura 32), e estão divididos no universo “humano, construído e ambiental”.

Figura 32: Quadro esquemático com os elementos da trama socioambiental que compõe as dimensões dos desastres no imaginário comunitário, expresso na forma de mapa mental.
Fonte: Raquel Venturato

4.1. Reserva Extrativista Alto Juruá – caracterização espacial da área de estudo

Para adentrarmos ao caso concreto da ocorrência de desastres em comunidades tradicionais em contexto amazônico, apresentamos antes uma caracterização da área desse estudo. Trata-se da Reserva Extrativista RESEX Alto Juruá, circunscrita no município de Marechal Thaumaturgo. Ao contrário do senso comum, pautado pela ideologia do vazio demográfico, a Amazônia brasileira é povoada. Há um ambiente genuinamente social em meio às florestas: as casas nas beiras dos rios, a vida cotidiana ribeirinha de seus moradores, a dedicação das mulheres para os cuidados com os objetos do lar e também as aventuras de viver num ambiente multidiversificado. Nessas localidades ribeirinhas amazônicas, a pesca artesanal representa uma atividade importante, e a agricultura de subsistência também contribui para o modo de vida local. Começemos a descrever esse modo de vida a partir da caracterização geográfica e demográfica dessa área de estudo.

4.1.1. Localização geográfica e dados demográficos

A população do município de Marechal Thaumaturgo é de 14.227 habitantes, dos quais 27,90% residem em território urbano e 72,10% residem em território rural. De 2000 a 2010, a população apresentou uma taxa média de crescimento anual de 5,11%. Na década anterior, de 1991 a 2000, a taxa média de crescimento anual foi de -0,75%. Em relação ao Estado do Acre, estas taxas foram de 1,03% entre 2000 e 2010 e 1,03% entre 1991 e 2000, isto é, o Estado do Acre apresentou a mesma taxa média de crescimento anual para as duas décadas (90 e 2000). Diferente do que ocorreu em Marechal Thaumaturgo, que apresentou uma queda na década de 90 e um aumento significativo na década seguinte. Já o Brasil, a taxa média de crescimento anual foi de 1,01% entre 2000 e 2010 e 1,02% entre 1991

e 2000. A taxa de urbanização do município de Marechal Thaumaturgo cresceu 786,21% (Tabela 5) (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2013).

Tabela 5: População Total, por Gênero, Rural/Urba e Taxa de Urbanização – Município de Marechal Thaumaturgo/AC.

População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
População total	9.244	100,00	8.642	100,00	14.227	100,00
População residente masculina	4.762	51,51	4.547	52,62	7.463	52,46
População residente feminina	4.482	48,49	4.095	47,38	6.764	47,54
População urbana	291	3,15	985	11,40	3.969	27,90
População rural	8.953	96,85	7.657	88,60	10.258	72,10
Taxa de Urbanização	-	3,15	-	11,40	-	27,90

Fonte: PNUD, IPEA e FJP apud ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2013.

A seguir, apresentamos a pirâmide etária das últimas duas décadas do município de Marechal Thaumaturgo. Os três gráficos dos anos de 1991, 2000 e 2010, apresentam a distribuição por gênero segundo os grupos de idade. Na Figura 33, referente ao ano de 1991, foram registrados nascimentos em maior número do sexo feminino, em detrimento dos nascimentos do sexo masculino. Em Marechal Thaumaturgo, a esperança de vida⁸ ao nascer aumentou 7,8 anos nas últimas duas décadas, passando de 60,7 anos em 1991 para 63,2 anos em 2000, e para 68,6 anos em 2010. No ano de 2000 houve um acentuado crescimento, e a base da pirâmide etária aumentou em relação aos nascidos homens, bem como a expectativa de vida para esse gênero (Figura 34). Em 2010, última contagem realizada, verifica-se que a taxa de nascimento reduziu em relação à década passada, no entanto, a taxa de expectativa de vida da meia idade aumentou (Figura 35). A mortalidade infantil (mortalidade de crianças com menos de um ano) em Marechal Thaumaturgo reduziu

⁸ A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM).

21%, passando de 41,6 por mil nascidos vivos em 2000 para 32,5 por mil nascidos vivos em 2010. Segundo os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, a mortalidade infantil para o Brasil deve estar abaixo de 17,9 óbitos por mil em 2015. Em 2010, as taxas de mortalidade infantil do estado e do país eram 23,0 e 16,7 por mil nascidos vivos, respectivamente (PNUD, 2013).

1991

Figura 33: Pirâmide etária Marechal Thaumaturgo, 1991.
Fonte: PNUD, 2013.

2000

Figura 34: Pirâmide etária Marechal Thaumaturgo, 2000.
Fonte: PNUD, 2013.

2010

Figura 35: Pirâmide etária Marechal Thaumaturgo, 2010.
Fonte: PNUD, 2013.

Quanto à escolaridade, no período de 2000 a 2010, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola cresceu 204,24% e no de período 1991 e 2000, 1.794,49%. A proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental cresceu 446,03% entre 2000 e 2010 e 0,00% entre 1991 e 2000. A proporção de jovens entre 15 e 17 anos com ensino fundamental completo cresceu 147,30% no período de 2000 a 2010 e 0,00% no período de 1991 a 2000. E a proporção de jovens entre 18 e 20 anos com ensino médio completo cresceu 204,04% entre 2000 e 2010 e 0,00% entre 1991 e 2000 (Gráfico 5) (PNUD, 2013). Ou seja, a partir da década de 2000, houve significativo aumento em todas as áreas do ensino básico e médio para a região de Marechal Thaumaturgo, ainda que não tenha atingido o mesmo patamar do estado do Acre e do país.

Gráfico 5: Fluxo escolar por faixa etária – Marechal Thaumaturgo, 2010.
Fonte: PNUD, 2013.

O município de Marechal Thaumaturgo abrange uma área de 7.743,83 km², localizado no extremo oeste acreano. Desse território, 5.061,86 km², ou seja, 65% do território compreende a Reserva Extrativista Alto Juruá (Figura 36). A RESEX Alto Juruá, foi criada pelo [Decreto n° 98.863 de 23 de janeiro de 1990](#), e faz fronteira ao sul com o Peru, na mesma bacia hidrográfica com áreas indígenas, sendo a oeste

com a tribo Kampa do Rio Amônia, ao norte com a tribo Jaminawa-Arara, ao sul com a tribo Kampa do Rio Breu e Kaximinaua e a leste com a tribo Kaximinaua, todas em território brasileiro, que faz divisa com um Assentamento do INCRA e parte do Parque Nacional da Serra do Divisor (BRASIL, 2011).

Figura 36: Mapa de Localização da Reserva Extrativista do RESEX Alto Juruá no município de Marechal Thaumaturgo.

Fonte: IBAMA, CNPT, Cruzeiro do Sul, 2002.

O acesso à área da RESEX Alto Juruá pode ser por via aérea, saindo de Cruzeiro do Sul até o município de Marechal Thaumaturgo e de lá, seguir de barco até as comunidades da RESEX. Ou então, é possível chegar de barco a Marechal Thaumaturgo, partindo da cidade de Cruzeiro do Sul, pelo rio Juruá, que poderá durar de três a quatro dias de barco comum com motor de centro, ou um dia de barco com motor de popa, do tipo “voadeira”.

4.1.2. Características socioambientais

Segundo o Censo realizado pelo Cadastro Geral de Moradores, em junho de 2005, foram identificadas na área da RESEX Alto Juruá 1.270 famílias residentes, com uma população de aproximadamente 8.000 pessoas. Essa população, no geral, divide-se em 83 comunidades, distribuídas em seis rios principais, que são eles: Amônia (6 comunidades), Arara (4 comunidades), Bajé (10 comunidades), Juruá (33 comunidades), São João (4 comunidades) e Tejo (26 comunidades), sem contar as pessoas que vivem isoladamente, próximos a outros cursos d'água, como os lagos e igarapés. Nestas localidades há também as Terras Indígenas, que não estão neste cômputo. As famílias utilizam os rios para os deslocamentos, bem como ainda se beneficiam de trilhas e varadouros para comunicação entre as casas, como na época dos seringais, através das estradas de seringa, tal como será descrito mais adiante (BRASIL, 2009; BRASIL, 2011).

O modo de vida tradicional na RESEX Alto Juruá não se resume a um modelo único de atividade, mas no conjunto de várias atividades associadas. Dentre essas atividades podemos destacar a caça e a pesca tradicional de subsistência, agricultura tradicional e pequenos extrativismos vegetais. Salientemos os mais expressivos deles.

4.1.2.1. A caça

A caça consiste em uma atividade rotineira para os moradores da RESEX Alto Juruá, bem como representa o alimento mais apreciado, junto ao caldo de peixe e a farinha de mandioca. Esses alimentos formam a dieta básica dos moradores. Para que a satisfação alimentar seja alcançada, é preciso que a refeição, seja no almoço, no jantar ou mesmo no café da manhã, contenha pelo menos um desses itens. A preferência é sempre pela carne de caça, e o abate de algum animal de criação (galinha, porco, carneiro, gado) só é empreendido quando não logram êxito na caçada. A caça é mais facilitada durante o inverno, ou no período chuvoso, pois com o solo encharcado as pegadas ficam mais evidentes, bem como realizam captura de algumas caças durante sua travessia, de uma margem para a outra.

Os animais caçados para a finalidade de alimento são divididos em duas categorias: caças e embiarias. As caças correspondem os animais de porte grande, sendo os mais apreciados o veado, queixada, anta, caititu e paca. As embiarias correspondem a animais de menor porte, dentre eles macacos de cheiro, quatipuru, cotia, nambu, dentre outros. Outro animal bastante apreciado pelos moradores da região é a tartaruga jaboti, mais conhecida como jabota.

No geral, o caçador divide sua caça com os vizinhos, ou também com seus familiares. Em algumas situações, apenas o convidam para o almoço ou jantar, em que será servido a caça. Mas, também pode ocorrer de dividirem partes delas antes do preparo. Nesse caso, o caçador toma cuidado ao dar sua caça para outras famílias, evitando dividi-la com quem já possui uma má sorte nas caçadas, pois seu compartilhamento com o azarado pode causar-lhe *panema* (má sorte na caçada e na pesca). A divisão de sua caçada está implicada à confiança que se tem com o vizinho ou familiar, porque o mau manuseio da carne de caça também pode trazer-lhe o azar e a infelicidade de não mais conseguir caçar. Trata-se, portanto, de um vínculo muito forte de confiança, pois a felicidade da caçada está associada ao respeito pela Caipora, mãe da mata que zela pelos animais da floresta. E o descuido ou mau manuseio com a carne de caça é tido como um desrespeito à Caipora; nesse caso, o caçador é praguejado por ela. Por isso o cuidado de destinar corretamente a carne da caça ao vizinhar. Quinta-feira, segundo os moradores da RESEX Alto Juruá, é o dia em que a Caipora está solta nas matas e a caça evitada para não confrontar com os desejos de proteção da caça pela Caipora. Bem como domingo, que é tido como um dia de descanso (BRASIL, 2011).

A limpeza da caça também segue um ritual cerimonial, onde as vísceras são retiradas ainda no local da caçada e somente depois a caça é levada pra casa. A pele deve ser retirada também pelo caçador, já nas dependências da casa. Já o trato para o preparo é realizado pela mulher da casa, respeitando sempre seu ciclo menstrual da mulher. Quando nessa situação, a mulher jamais deve pular ou passar por cima da caça, muito menos tratá-la. Atividades essas devem ser seguidas para evitar a *panema* e o praguejamento da Caipora (BRASIL, 2011).

O ofício de caçador começa ainda na meninice, quando aprende-se junto aos mais velhos as técnicas usuais para caçar certos tipos de presa, o apetrecho necessário para lograr êxito, bem como também a época certa do ano para se caçar

esse ou aquele animal. As experiências são iniciadas no quintal de casa, com a baladeira (estilingue) e seguem sempre a orientação dos adultos, no geral, representado pela figura masculina.

4.1.2.2. A pesca ou marisco⁹

Pescar ou mariscar, como denominam os moradores locais, consiste em capturar espécimes de peixe preferencialmente na época do verão, quando os rios estão com água reduzida e a captura é facilitada. Essas atividades envolvem homens, mulheres e crianças e podem ser realizadas tanto nos paranãs, nos rios, nos lagos e também nos igarapés. Para cada ambiente distinto marisca-se diferentes espécimes de peixe. A pesca ou marisco de mandim nos rios corresponde a uma atividade de grande mobilização. No verão ou na seca, os cardumes se deslocam rio a montante em busca de locais mais profundos, como os lagos. Nessa época, os moradores da RESEX Alto Juruá se organizam comunitariamente para realizar a pesca do mandim. Em alguns casos as mulheres participam da pesca, seja na captura ou no comando do barco, como destaca a foto a seguir (Figura 37).

⁹ “Este item é baseado em Carneiro da Cunha; Iglesias, M.P.; Aquino, T.V. de ; Araújo, G. ; Lima, E. C. ; Mendes, M. K. . Mariscar. In: Carneiro da Cunha, M; Almeida, M.B. 2002, v. , p. 337-357. No texto em questão encontram-se mais detalhes, especialmente sobre a alimentação dos peixes e as técnicas de pesca praticadas no RESEX Alto Juruá.” Orientação bibliográfica referente à descrição feita no Plano de Manejo da Reserva Extrativista Alto Juruá, de 2011 (BRASIL, 2011).

Figura 37: Pesca de mandim no rio Juruá, junho de 2012.

Fonte: Raquel Venturato, junho de 2012.

Os apetrechos de pesca utilizados variam conforme os espécimes que serão capturados. São eles: linha e anzol, tarrafa, manga, zagaia, espinhel e malhadeira (BRASIL, 2011). Durante a pesquisa de campo, foi registrado a pesca de mandim, através do petrecho de pesca tarrafa, como mostram as fotos a seguir, demonstrando a habilidade do pescador em armar e jogar a tarrafa no cardume de mandim de cima da canoa (Figuras 38 e 39).

Figura 38: Habilidade para jogar a tarrafa, pesca do mandim.
Fonte: Raquel Venturato, junho de 2012.

Figura 39: Habilidade para jogar a tarrafa, pesca do mandim.
Fonte: Raquel Venturato, junho de 2012.

Mariscar consiste em uma atividade de subsistência e somente o excedente é comercializado pelos moradores. Para que a pesca capturada dure mais tempo, eles realizam a salga da mesma e a consomem aos poucos, seja dentro de casa, seja repartindo com familiares e vizinhos, seja nas atividades de caça.

4.1.2.3 A agricultura

A atividade agrícola é praticada pelas comunidades como provedora da soberania alimentar, de forma que eles decidem quando e o que plantar. Grande parte da produção é destinada à subsistência e uma pequena parte excedente é destinada à comercialização. A cultura de maior relevância é a da mandioca, da qual se tiram vários subprodutos, tais como a farinha, a goma, a tapioca, o beléu (pé-de-moleque), o buba (bolo de massa) dentre outros produtos que é possível fazer a partir do plantio, colheita e beneficiamento da mandioca.

A mandioca corresponde à principal cultura agrícola do estado do Acre, e representa 18% do volume e 48% em valor bruto de produção total (BERGO, 1993; SIVIERO et al., 2007¹⁰ apud VELTHEM; KATZ, 2012). Em 2010, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), os municípios pertencentes ao vale do Juruá (Rodrigues Alves, Mâncio Lima, Cruzeiro do Sul, Marechal Thaumaturgo e Porto Walter) produziram 307.202 toneladas deste tubérculo. A farinha branca pura ou misturada ao coco ralado, assim como a farinha de tapioca representam grande importância na soberania alimentar de cerca de 92.000 habitantes que vivem nos municípios de Marechal Thaumaturgo (14.227 habitantes) e Cruzeiro do Sul (78.507 habitantes) (IBGE, 2010¹¹ apud VELTHEM; KATZ, 2012).

Assim, a dieta acreana nas moradias da RESEX Alto Juruá é baseada no consumo da farinha, junto à carne de caça e à pesca do peixe da época. As áreas de roçado em terra firme, onde se cultiva a mandioca, são preparadas a partir do método da coivara, que consiste no corte raso da floresta (brocar), seguido do fogo (coivara).

¹⁰ SIVIERO, A.; CAMPOS FILHO, M. D.; CAMELI, A. C. S.; OLIVEIRA, T. J.; SÁ, C. P.; LESSA, L. Competição de cultivares de mandioca para farinha no vale do Juruá. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE MANDIOCA, 13., 2007, Paranavaí. Anais... Paranavaí: SBM, 2007. v. 13, p. 34-37.,

¹¹ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo demográfico. 2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 12 jan. 2012.

Após a primeira queima, faz-se a junta, que corresponde à junção do material pirolenhoso não queimado e ateia-se fogo novamente. Esse método é utilizado há muitas gerações. Em ambiente de mata madura, ou seja, locais onde a floresta nunca sofreu um corte raso, a produtividade em termos de volume é maior. Os tubérculos ficam mais espessos e maiores. Já o cultivo em área de capoeira, ou seja, locais onde já houve o corte raso e que em seguida foi abandonada para o plantio posterior, as batatas ficam mais ramificadas, embora a produção ainda seja volumosa. O preparo do roçado inicia-se na época do verão, na seca. A partir do mês de agosto, as áreas são preparadas para o plantio, com a derrubada das árvores maiores. Passado algum tempo, ainda no mesmo mês, realiza-se o corte das árvores menores. No mês de setembro, faz-se a junta do material derrubado e ateia-se fogo (coivara). Assim, ao final do mês de setembro, antes do início das chuvas de inverno, em meados de outubro, a área está pronta para ser cultivada. O plantio é feito através dos feixes de maniva (caule da planta que serve como muda), adquiridos de outros anos ou trocados entre vizinhos. O ciclo de cultivo da mandioca leva de seis meses a um ano, dependendo da área que foi cultivada. No geral, as famílias possuem dois roçados, um prestes a ser colhido (maduro) e outro ainda na fase de preparo (botar). Desta forma, o ano todo há produção de mandioca, por conseguinte, de farinha e outros derivados.

O plantio de mandioca é quase sempre associado a outros plantios, como é o caso do milho e da banana. Durante o cultivo do milho, é feita duas colheitas: uma referente ao milho verde, destinado ao consumo de subsistência com o preparo da canjica; e outro já maduro, destinado à criação de pequenos animais, principalmente aves, como galinhas e patos.

Mas há também aquelas famílias na margem do rio Juruá que compram farinha em Marechal Thaumaturgo, pelo fato de preferirem se dedicar a outros cultivos, como é o caso do cultivo de feijão e de tabaco, destinados também à comercialização.

As áreas de várzea comportam cultivos de ciclos curtos, como é o caso do feijão, do pepino, da pimenta e de algumas espécies de macaxeira (Figuras 40 e 41).

Figuras 40 e 41: Cultivo de feijão e de milho, respectivamente, à margem do rio Juruá.
Fonte: Raquel Venturato. Rio Juruá, junho de 2012.

Nessas áreas da RESEX Alto Juruá, a renda familiar atualmente é proveniente da venda do excedente das plantações beneficiadas e das criações (mandioca, farinha, milho, tabaco, aves, suínos e bovinos). O artesanato aparece em pequena escala nas atividades remuneradas, de forma casual com a confecção de peneiras, balaios e outros utensílios domésticos para a agricultura. A maior produtividade advindo da agricultura familiar é proveniente das comunidades do rio Juruá, que se posicionaram à margem do rio logo após a queda do preço da borracha. Atualmente, os principais recursos utilizados são a caça e a pesca de subsistência, madeira para as edificações familiares e comunitárias (casas, igrejas e centros comunitários), a água para consumo (das cacimbas) e o solo (para os plantios agrícolas), em ambos ambientes de várzea e terra firme (BRASIL, 2009).

4.1.2.4. Os atributos naturais

A área da RESEX Alto Juruá apresenta diferentes tipos de florestas tropicais de terra firme, aprovando sua heterogeneidade (BRASIL, 2011). O fluxo dinâmico das águas da região é muito marcado pelas chuvas que apresentam total anual acima dos 2.200 mm, sendo os meses de dezembro, janeiro e fevereiro o trimestre mais chuvoso (inverno) e junho, julho e agosto o mais seco (verão).

Na pesquisa de doutorado de Erika Mesquita, defendida em 2012, sobre a orientação de Mauro Almeida da UNICAMP, há uma representação social dos moradores das comunidades do rio Juruá sobre os tipos de chuva que cai na região (Tabela 6). Há pelo menos 14 ou 15 diferentes tipos de chuva, que vão desde as chuvas mais intensas e concentradas até as chuvas menos regulares e intensas. O volume depende da estação do ano, bem como de sua forma, delimitada segundo o período do dia. As chuvas responsáveis pela alagação são àquelas cuja intensidade e frequência são maiores, como por exemplo, as denominadas: chuva; chuva violenta ou rápida; chuva pesada (principalmente, porque é a anunciação do início do inverno); chuva de inverno; temporal ou tempestade (esta última chuva vem acompanhada da temporada, ou seja, acompanhada de ventos fortes).

Tabela 6: Os Tipos de Chuva, segundo os relatos dos moradores da RESEX Alto Juruá (MESQUITA, 2012)

TIPOS DE CHUVA	COMO/QUANDO OCORREM
Chuva	Aquela que cai e fica um dia inteiro ou mais, ocorria mais no inverno, chuva molha a terra, se não molha não é chuva
Chuvinha ou chuvisco	É aquela que cai metade de um dia
Chuva violenta ou rápida	É aquela que não dá tempo de formar, cai logo
Chuva pesada	Acontecia final do mês de setembro e começo de outubro com pingos grossos, avisando começo de inverno
Puagem ou garoa	Chuva bem fininha que costuma cair no verão pra trazer friagem
Neve	Chuva bem fininha que costuma cair no verão no período noturno até uma da manhã, são gotículas que não se vê nada pela frente
Sereno	Chuva bem fininha mesmo, mais que a neve. Cai na madrugada avisando chuva
Chuva de friagem	É mais fria chega de madrugada e traz vento frio com ela, vem sem raio e sem trovão
Chuva de inverno	Não vem com friagem vem molhada mesmo, cai com raios e refresca, mas não fica frio não, é diferente da chuva de verão que vem com friagem, “antigamente essa chuva caía todo o tempo agora dá pedaços que fica só as nuvens e até com sol”
Neblina	É chuva fina que cai a qualquer momento do dia, geralmente quando tá muito calor e sem vento

Chuva de manga	Chovia no bagé por exemplo e na vila não chovia, era chuva que dava no verão, agora tá dando todo tempo
Chuva é de friagem quando cai reta	Quando não é cai do lado que ela vem, que ela se formou
Chuva com trovejo	É chuva de molhar a terra não é friagem quando dá no verão, tem essa diferença
Temporal ou tempestade	É aquela chuva forte com vendaval, costuma derrubar árvores na mata e tem curta duração

Fonte: moradores da RESEX ALTO JURUÁ, de Marechal Thaumaturgo e caderno de campo da pesquisadora Erika Mesquita, 2012.

Apesar desse detalhamento da interpretação comunitária sobre os diferentes tipos de chuva que a pesquisa de Mesquita (2012) identificou, uma em específica não foi mencionada por ela. Trata-se da chuva grossa, presente em muitos relatos orais coletados na presente pesquisa durante a coleta de campo, com a finalidade de compor esta tese de doutorado. Tal denominação corresponde a uma chuva contínua, ininterrupta e muito volumosa. É importante considerar, por um lado, que nem toda chuva é desastre, e o foco desta nossa investigação é em relação aos desastres. Por outro lado a inundação gradual nem sempre corresponde a chuva que caiu na comunidade, pois a inundação gradual diz respeito também a chuva que pode ter caído na cabeceira do rio, de forma que sua intensidade tenha feito com que o volume caudal tenha sido elevado repentinamente.

Com relação ao relevo, este é caracterizado por duas formações principais, que correspondem à terra firme e a várzea. A terra firme configura-se numa área marcada pelo processo erosivo sobre a Formação Solimões¹². A várzea é constituída pelas planícies aluvionares e terraços da bacia de sedimentação do rio Juruá. A predominância dentro da área da Reserva Extrativista do RESEX Alto Juruá é a terra firme. Já a várzea se estende pelo rio Juruá e em alguns pontos do rio Tejo. No quesito geomorfologia, a terra firme é caracterizada por sucessivas elevações – colinas, cristas e tabuleiros (terraços), enquanto que a várzea corresponde a uma planície de deposição sedimentar recente, às margens dos rios (planície de inundação) (BRASIL, 2011).

¹² “A Formação Solimões é descrita com abundância de dados sobre o Alto Rio Juruá (no trecho Cruzeiro do Sul - Foz do Breu) por RADAMBRASIL (1977, pp. 48-54). Uma nova síntese dos dados geológicos foi elaborada pela divisão de geologia do IBGE e publicada em 1994 (IBGE e IPEA 1994). O Projeto de Pesquisa e Monitoramento - USP/UNICAMP realizou estudos geológicos e geomorfológicos de 1994 a 1996.” (BRASIL, 2011).

Os rios que formam a Bacia do Juruá são sinuosos e possuem poucos trechos retilíneos. Na denominação dos moradores da Reserva, segundo seus conhecimentos tradicionais, sinuoso e retilíneo correspondem, respectivamente à *voltas* e *estirões* (BRASIL, 2011). Outro regionalismo é usado para designar os leitos dos rios: *espraiados* ou *de praias* e os *paranãs*.

O primeiro tipo, característico dos rios principais como Tejo e Juruá, são leitos de corte retangular, marcados pelas *praias* onde predomina a sedimentação, em uma margem; e o *barranco* na outra margem, onde predomina a erosão. Nesse tipo de rio também ocorrem os trechos de *estirão*. Durante o período das secas o fundo do leito fica bastante raso e de difícil navegação por essa característica aplainada, porém também é marcado pela existência de canais mais profundos, próximos às margens em erosão. Já os “paranãs” são rios cujos leitos tem corte mais abaulado, ocorrendo sobre uma região de rochas da Formação do Solimões. Nos paranãs os barrancos são altos e por vezes, nas cheias maiores, grandes regiões de floresta são inundadas (BRASIL, 2011, p. 19).

O ambiente de várzea também recebe subdenominações, segundo o conhecimento tradicional. A várzea baixa corresponde às áreas que são inundadas durante o inverno, no período chuvoso. Enquanto que a várzea alta é designada aos terraços recentes, antigas planícies aluvionares. Os baixos são as planícies de inundação de igarapés menores, localizados dentro das florestas (BRASIL, 2011).

4.1.2.5. O Ciclo Hidrossocial

São inúmeras as atividades que as comunidades tradicionais realizam ao longo do ano. De forma gráfica, a seguir (figura 42), apontamos a realização de algumas dessas atividades, com relação ao fluir natural das águas, à pesca e à agricultura. Para tanto, dispomos os meses em um círculo e distribuímos as atividades realizadas ao longo do ano.

No aspecto do fluir das águas, existem quatro fases: enchente, cheia, vazante e seca. A enchente inicia em novembro, com as primeiras chuvas que começam a cair. A cheia ocorrerá a partir do final de dezembro, e o nível da água pode ser elevado em até 18 metros acima do leito do rio. A partir de abril é dado início à vazante, para, então, agosto vir a seca, propriamente dita.

Assim, com base no esquema gráfico a seguir, é possível afirmar que nos meses de agosto e setembro, na seca, os roçados estão sendo preparados para o plantio. Assim que é dado início ao período de chuva, meados de outubro, as manivas são plantadas. Durante a cheia, final de dezembro e começo de janeiro, são realizadas as capinas, bem como, nessa mesma época, há grande mobilização comunitária para a pesca do mandim. A partir de meados de abril, as primeiras mandiocas podem ser arrancadas e, em seguida, beneficiadas.

Figura 42: Esquema gráfico sobre o Ciclo Hidrossocial, que corresponde a realização de atividades segundo a influência das águas.

Fonte: Raquel Venturato, novembro de 2014.

A realização das atividades produtivas, sejam pesqueiras ou agrícolas estão intrinsicamente ligadas ao fluir natural das águas do rio, de maneira que sua elevação ou diminuição nos caudais dita as regras do manejo que deve ser empreendidas.

4.1.3. Histórico de ocupação – de seringueiros à agricultores: da luta pela posse da terra à criação das Reservas Extrativistas

A história de consolidação do estado do Acre esteve muito atrelada às lutas políticas por territórios. Ainda no século XIX, no início do primeiro ciclo da economia da borracha, migrantes nordestinos chegaram às vastas florestas do Estado do Acre, impulsionados pela era Vargas, através do plano de colonização de algumas regiões do Brasil, dentre elas a Amazônia, denominada “Marcha para o Oeste” (SECRETO, 2007). Essa expansão da produção de látex, que suscitou a vinda de milhares de trabalhadores nordestinos, implicou em aprisionamentos e regimes de escravidão nos seringais do Acre, de pessoas estas fugidas das condições ambientais adversas do sertão nordestino, como a Grande Seca de 1877, e as estiagens prolongadas e em busca de novas chances de refazer a vida (PAULA et al., 2013).

Nessa época, disputas territoriais entre os governos brasileiro, boliviano e peruano ocorriam na região fronteira (ALMEIDA, 2004). “Desde então, a geopolítica da fronteira amazônica entremeava-se com a biogeografia econômica” (ALMEIDA, 2004, p. 36). Em território peruano, o látex vegetal, pertencente ao gênero *Castilloa*, denominado *caucho*, era extraído a partir do corte raso da planta, o que implicava em deslocamentos periódicos, influenciavam o nomadismo dos caucheiros. Já em território brasileiro, a floresta era rica em seringais, com árvores de diferentes espécies e pertencentes ao gênero *Hevea* (EMPERAIRE; ALMEIDA, 2002¹³ apud ALMEIDA, 2004, p. 36). Essa característica permitiu a fixação de moradias e a extração a partir de um processo contínuo e renovável, o que, de certa forma, gerava cobiça entre os caucheiros, isto é, suscitou relações de poder e violência em meio ao grupo.

A instalação das colocações¹⁴, estrategicamente posicionadas próximo aos seringais, com espécies do gênero *Hevea* e não da *Castilloa*, no final do século XIX, possibilitou a ocupação dessas áreas fronteiriças, de forma que, a partir de então, seringueiros brasileiros passaram a ocupá-las como território, expulsando os

¹³ EMPERAIRE, Laure & ALMEIDA, Mauro W. B. (2002), “Seringueiros e seringas”, in M. Carneiro da Cunha e Mauro W. B. Almeida (orgs.), A enciclopédia da floresta. O Alto Juruá: práticas e conhecimentos das populações, São Paulo, Cia. Das Letras, pp. 285-309.

¹⁴ Área que cabe a cada família. A casa do extrativista e as plantações de subsistência ficam no centro, rodeadas pela floresta. Cada colocação é formada por no mínimo três estradas de seringa.

indígenas das margens dos rios. Em 1903, foi assinado o tratado Brasil-Bolívia e, no ano de 1909, o tratado Brasil-Peru reconheceu a titularidade brasileira, ainda que não tenha instituído a posse da terra aos seringueiros.

De 1890 a 1910, o estado do Acre viveu o primeiro ciclo do auge da economia da borracha. A produção anual de borracha bruta, entre o período de 1912 a 1914, chegou a 42 mil toneladas. Nesta mesma época, a Malásia investiu no plantio de florestas exóticas de seringueiras para competir mundialmente com o mercado brasileiro. E, em 1920, a produção anual da Malásia chegou a 400 mil toneladas e a preços inferiores que a borracha brasileira (ALMEIDA, 2004).

Com a queda da economia da borracha no Brasil, período que foi de 1920 a 1936, os seringais foram abandonados à própria sorte. A essa altura, “os seringueiros já haviam sido liberados para usar a floresta em lavouras alimentares, ou obter da caça e da pesca sua alimentação” (ALMEIDA, 2004, p. 38). Nesse novo quadro, de crise econômica regional, os seringais tornaram-se unidades econômicas quase auto-suficientes sob o ponto de vista alimentar, reduzindo ao mínimo a quantidade de mercadoria que precisavam adquirir fora de suas colocações (ALMEIDA, 2004).

Almeida (2004, p. 38) analisa a emergência de “economias duais” em seringais brasileiros a partir de três autores, em diferentes contextos e épocas, são eles: Boeke, na Indonésia, em 1953; Celso Furtado, no Brasil, em 1959 e Keith Hart, no continente africano, em 1982:

Esse tipo de economia continha um setor exportador e um setor de subsistência. Durante as crises de mercado, ocorria a contração do primeiro e, conseqüentemente, a expansão do segundo; em períodos de preços favoráveis, dava-se justamente o contrário, retração do setor de subsistência e ampliação do setor exportador. Um traço característico de tais sistemas é que podem sobreviver indefinidamente, mantendo a estrutura invariante, mas regulando suas proporções existentes entre suas partes.

A emergência das economias duais – produção de alimento para autoconsumo e a venda do excedente aos mercados regionais – consolidou o modo de vida dos seringueiros, de forma a agregar atividades de extração e manejo de recursos naturais – vegetais, caça, pesca –, cultivo agrícola e relações com o mercado.

No segundo ciclo, período que vai de 1940 até meados de 1980, o trabalho escravo fora recriado na Amazônia brasileira pelo próprio Estado, com o apoio financeiro norte-americano. Isso se deu devido à demanda por adquirir borracha de seringais nativos, os quais ainda detinham grande volume da produção de borracha com a finalidade de alimentar a indústria da Segunda Guerra Mundial (ALMEIDA, 1999). No entanto, nem mesmo os incentivos fiscais e as relações trabalhistas inspiradas na escravidão foram suficientes para que os seringueiros produzissem o montante que outrora fora exportado. Ficava claro, portanto, que os migrantes do primeiro ciclo da borracha viviam estritamente condicionados às atividades de extração do látex. Ambiente muito diferente que os migrantes do segundo ciclo encontraram nos seringais (ALMEIDA, 2004). A partir da queda do primeiro ciclo e do início do segundo, os seringais mantinham a economia familiar baseada nas florestas-camponesas. Significa dizer que,

[...] formalmente, ele [seringueiro] trabalhava como um trabalhador autônomo em estradas de seringa pelas quais pegava renda em produto-borracha; no restante da semana, trabalhava como caçador ou em seus roçados. Esse regime durava cerca de nove meses; nos demais meses do ano, a família dedicava-se a cultivar os roçados, ou a outras atividades (ALMEIDA, 2004, p. 39).

Portanto, não havia mais dedicação exclusiva à extração do látex, reduzindo consideravelmente a produção nacional. A incorporação de atividades direcionadas à subsistência das unidades familiares promoveu a multifuncionalidade do modo de vida nos seringais, validando as resistências e firmando ainda mais o objetivo de suas lutas territoriais.

Outrossim, pode-se fazer referência à presença feminina nos seringais. Nesse território reforçam-se também as demarcações de gênero, em que o espaço da floresta associado à caça e a extração do látex, principalmente, é representada como sendo masculino, e a casa e o quintal, feminino (ALBUQUERQUE, 2012). Entretanto, nos depoimentos coletados por Cristina Wolff (2011), referente às várias localidades do Juruá, as mulheres apresentaram altos níveis de conhecimento sobre a floresta, além de verificar que as mulheres ribeirinhas realizavam também atividades tidas como masculinas.

Sobre suas formas de resistência e os mecanismos de inserção criados por eles próprios, Almeida (2004, p. 40) conclui que

[...] os seringueiros acreanos sobreviveram ao colapso do primeiro ciclo da borracha anterior à Primeira Guerra Mundial, atravessaram o período entre as guerras tornando-se camponeses e resistiram às tentativas de re proletarizá-la sob o comando norte-americano no período posterior à Segunda Guerra Mundial.

A resistência do modo de vida nos seringais e mesmo nas comunidades que surgiram posteriormente à época dos seringais, associou-se não somente aos atributos do território ocupado, mas também ao processo identitário com que as lutas sociais foram empreendidas.

Adiante, em meados da década de 1970, a Amazônia brasileira foi palco de um vasto movimento de ocupação conduzido pela ditadura militar, que teve como objetivo tanto incorporar seus recursos naturais na economia capitalista nacional e internacional como resolver o problema agrário do sudeste e do nordeste do país (ALMEIDA, 2004). A expansão da fronteira agropecuária, associada à extração exploratória de madeira, passou a ser uma ameaça constante e desafiadora em toda Amazônia. Por um lado, os governos militares incentivaram, através da ideologia do vazio demográfico, a ocupação e exploração da região, e por outro, essas ocupações passaram a dar início ao processo de expulsão dos seringueiros, extermínio dos indígenas e a ocupação dos territórios por fazendeiros e grileiros. “A estrutura amazônica de capitalismo selvagem tomava o lugar dos velhos seringais decadentes. Esse processo foi visto pelos moradores como a chegada dos maus patrões e a depredação das estradas de seringa.” (ALMEIDA, 2004, p. 40).

Tais ações suscitaram uma resposta imediata do movimento, cujo contra-ataque foi fundamentado a partir de uma base unida e organizada. Em 1977, criou-se uma rede de sindicatos rurais que, aliados à ação da Igreja Católica, canalizaram a resistência dos seringueiros contra expulsões. A luta contra a derrubada das florestas ficou conhecida como “empates” – termo derivado do verbo empatar, atrasar, obstruir – liderados originalmente pelo presidente do Sindicato do Trabalhador Rural de Brasília, o sindicalista Wilson Pinheiro e, posteriormente por Chico Mendes (ALMEIDA e CARNEIRO DA CUNHA, 2001). Os empates deram visibilidade às lutas pelo direito ao território e à valorização da floresta em pé. Como resposta ao movimento de expulsão, na década de 1980, foi fundado o Conselho Nacional dos Seringueiros, que propôs uma reforma agrária diferenciada, tal como as terras indígenas; isto é, não haveria lotes individuais, e sim grandes áreas protegidas, as

reservas extrativistas, em que se realizariam um manejo comunitário dos recursos naturais de forma a garantir sua capacidade de resiliência.

A estratégia geral consistia, por um lado, fortalecer a organização (sindical e cooperativa) e as lutas locais (“empates”); por outro, alcançar a meta da criação das reservas extrativistas com a desapropriação das florestas “griladas”, das quais fazendeiros procuravam expulsar os moradores. Quando Chico Mendes foi assassinado por fazendeiros em dezembro de 1988, o movimento dos seringueiros tinha adquirido um novo perfil de organização – uma combinação de sindicatos (formalmente confederados na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG) com uma organização (Conselho) que contava com aliados ambientalistas e que tinha recursos próprios. As lideranças eram as mesmas, mas a atuação do CNS tornava possível aos seringueiros atuar em um campo mais amplo de discussão (ALMEIDA, 2004, p. 45).

Como resultado dos empates, os seringueiros foram reconhecidos também como posseiros, de acordo com o Estatuto da Terra, recebendo por suas benfeitorias, mesmo quando expulsos da floresta. Não se tratava somente de impedir os desmatamentos desenfreados, mas sim o de consolidar uma luta que passou a ser de um grupo específico pelo direito à territorialidade legalizada, aliada à luta pelas questões socioambientais, as quais só fazem sentido naquele determinado território. Como decorrência dessas lutas, os seringueiros conseguiram ter suas demandas socioambientais próprias incorporadas pelos órgãos estatais. Tais demandas foram transformadas em políticas públicas, com o apoio de assessorias especializadas do meio científico e outras.

A criação das reservas extrativistas implica, necessariamente, numa demanda, ou numa reivindicação, advinda dos próprios povos tradicionais ao CNPT¹⁵, os quais se organizam em associações. O Plano de Utilização dos recursos naturais é produto de reuniões que definem as regras de uso econômico e social das atividades implantadas na Reserva Extrativista. Tais regras são expressas em Portarias pelo IBAMA e publicadas em Diário Oficial da União. Ademais, idealmente, os moradores administram e fiscalizam o funcionamento da reserva extrativista e monitoram seus projetos. Através do Núcleo de Base, os diversos grupos de liderança, representam e

¹⁵ Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado de Populações Tradicionais, órgão do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), que nasceu com a função precípua de gerenciar, executar assessorar e monitorar os programas dessa unidade de manejo sustentável, a partir das demandas das próprias populações tradicionais e em trabalho conjunto.

discutem os problemas que os afetam, ampliando a participação das comunidades no processo gestonário (ALMEIDA, 1999), o que, no plano prático, nem sempre se dá, pois são racionalidades distintas que, por vezes, se entrechocam.

Neste contexto, a participação política é fundamental para a consolidação de reservas extrativistas, como a articulada pelos seringueiros, pois é por meio destas expressões socioespaciais que os povos tradicionais, como os da RESEX Alto Juruá, podem alimentar as suas identidades sociais, em especial na Amazônia brasileira, abrigando o grupo doméstico, a moradia, o trabalho e o lazer. Representa, também, um espaço de sociabilidade própria, marcada por relações de parentela, de vizinhança e compadrio. Em seu interior realizam-se festas, mutirões e formas de cooperações variadas (ALMEIDA, 1988). O desejo pela terra (pela floresta, pelos rios) que os povos tradicionais inerentemente têm, abriga tanto a necessidade de assegurar as condições ecológicas para a produção dos elementos materiais para a sobrevivência, como sua cosmogonia, os espaços sagrados e as formas próprias de convivência.

Em conformidade com a concepção original dessa unidade de manejo, há de se considerar a lógica de apropriação do espaço e dos recursos naturais presente no sistema tradicional desses povos, pautado na observação rigorosa da natureza, de seus ciclos e movimentos, assim como os mecanismos culturais de controle ecológico existentes em sua própria sabedoria tradicional (ALMEIDA, 1988). Portanto, distúrbios nessa relação, como através de eventos críticos do clima, podem expor o processo de vulnerabilização socioespacial dos referidos grupos sociais, posto que o repositório da cultura tradicional tem que fazer ajustes entre o já sabido e experimentado e as novas e excepcionais circunstâncias, as quais exigem a produção de novas estratégias num ritmo mais acelerado do que as condições materiais, por vezes, pode permitir.

Por conta da influência anual das águas do rio, os povos tradicionais da região desenvolveram mecanismos adaptativos à essas condições, os quais permitem que suas atividades produtivas, bastante diferenciadas no território comunitário, sejam elas agrícolas ou pesqueiras, fiquem umbilicalmente ligadas ao fluir natural das águas do Juruá. Para cada período do na eles buscam na interatividade com o ritmo das águas, atividades produtivas que sejam capazes de suprir suas necessidades, como será detalhado mais adiante.

No entanto, estiagens severas ou secas assim como cheias extremas, como acontecimentos ainda ímpares na dinâmica ecossistêmica regional, podem gerar efeitos adversos na rotina e até mesmo a quebra na cotidianidade em ambas as esferas do referido modo de vida, da esfera pública (relação com mercado, trabalho na pesca e na agricultura) e privada (hábitos alimentares, cuidados com a casa e com os filhos), desorganizando o *habitus* comunitário, isto é, as práticas sociais territorializadas usuais e o entendimento de si no mundo (identidade e dever). Tais circunstâncias evidenciam que, mesmo num modo de vida tão flexível e sintonizado com o movimento integrado dos sistemas bióticos e abióticos regionais, um processo de vulnerabilização pode ser identificado e envolve tais comunidades até que emanem no corpo de sua cultura e na relação com o Estado, estratégias de superação. Como ocorreu na cheia do ano de 2009 e na seca do ano de 2010 da região da RESEX Alto Juruá, sobre os quais alguns cientistas se detiveram (MARENGO et al., 2011).

4.1.4. Eventos extremos do clima como fator de ameaça a grupos sociais fragilizados

Na última década, estudos de Marengo et al. (2004), Marengo (2008a; 2008b; 2008c), Marengo e Valverde (2010) e Marengo et al., (2011), apontam para uma intensividade nas ocorrências relacionadas a eventos extremos do clima. Por desastre sucedido de ameaças naturais, entende-se o fenômeno que ocorre na biosfera e pode resultar em eventos nocivos à vida, causando morte ou lesões, danos materiais, modificações e interrupções de atividades econômica e social e degradação ambiental (EIRD/ONU, 2007).

Dentre muitos métodos usados na atualidade para acompanhar as modificações e medir os níveis de afetação dos efeitos das mudanças climáticas, O Quarto Relatório Científico do IPCC AR4 (TRENBERTH et al., 2007; MEEHL et al., 2007) “apresenta evidências que esses eventos podem afetar significativamente o planeta, especialmente nos extremos climáticos, com maior rigor nos países menos desenvolvidos na região tropical”.

Ocorrências que levam aos impactos de fatores de ameaça no Brasil estão associadas às instabilidades atmosféricas severas, que são responsáveis pelo desencadeamento de inundações, vendavais, tornados, granizos e escorregamentos (MARENGO, 2007). Segundo os resultados apresentados no III Simpósio Internacional de Climatologia organizado pela Sociedade Brasileira de Meteorologia (2009), as regiões mais vulneráveis a esses impactos relacionados a eventos naturais extremos no Brasil são o Sul, Nordeste e Norte, por serem as mais afetadas pelo aumento na frequência e intensidade de eventos extremos. Em Marengo (2008b, p. 13) encontra-se a afirmação de que a situação na Amazônia é preocupante.

Em 2005, uma forte estiagem – a maior dos últimos 103 anos – atingiu o Leste do Amazonas, quando alguns rios chegaram a baixar seis centímetros por dia. Milhões de peixes apodreceram e morreram nos leitos de afluentes do Amazonas que serviam de fonte de água, alimentos e meios de transporte para comunidades ribeirinhas. [...] As chances de ocorrerem períodos de intensa seca na região da Amazônia podem aumentar dos atuais 5% (uma forte estiagem a cada vinte anos) para 50% em 2030 e até 90% em 2100.

Em outro trecho (p. 15), o autor revisa diversos trabalhos sobre precipitação na Bacia Amazônica, onde afirma que:

Na Amazônia e no Nordeste, ainda que alguns modelos climáticos globais do IPCC AR4 apresentem reduções drásticas de precipitações, outros modelos apresentam aumento. A média de todos os modelos, por sua vez, é indicativa de maior probabilidade de redução de chuva em regiões como o Leste e o Nordeste da Amazônia como consequência do aquecimento global.

E continua (p. 17):

[...] o Brasil é vulnerável às mudanças climáticas atuais e mais ainda às que se projetam para o futuro, especialmente quanto aos extremos climáticos. As áreas mais vulneráveis compreendem a Amazônia e o Nordeste do Brasil, como mostrado em estudos recentes. O IPCC AR4 mostra reduções de chuva no Norte e no Nordeste do Brasil durante os meses de inverno JJA (junho, julho, agosto), o que pode comprometer a chuva na região Leste do Nordeste, que apresenta o pico da estação chuvosa nessa época do ano [...].

Com efeito, no outro extremo, a elevação extrema e atípica do nível das águas durante as cheias exerce um impacto negativo e prolongado no modo de vida local, resultando em problemas com a saúde e danos na economia das cidades. Problemas graves de saúde estão entre as grandes preocupações, “como a

ocorrência de casos de leptospirose e de doenças transmitidas pela água, danos à infraestrutura e às propriedades e, quanto à educação, crianças e professores ficaram incapacitados de chegar à escola. A biodiversidade da Amazônia foi igualmente afetada e muitas espécies ameaçadas de extinção atingiram o ponto crítico.” (MARENGO et al., 2011, p. 23). De comum acordo, os autores fazem uma revisão acerca de eventos extremos sazonais na Amazônia, com dados das secas de 2005 e 2010 e enchentes de 2009.

A seca de 2005 teve efeitos devastadores sobre as populações humanas ao longo do principal canal do Rio Amazonas e seus afluentes, tanto a oeste quanto a sudoeste: o Rio Solimões (também conhecido como Rio Amazonas em outros países amazônicos) e o Rio Madeira, respectivamente. Os níveis dos rios atingiram os menores valores observados em sua história e a navegação ao longo dos canais teve que ser suspensa. A queda nos níveis dos rios e a seca dos lagos das planícies aluviais levaram à alta mortalidade de peixes, o que afetou as populações para as quais a pesca constitui um meio de subsistência. A seca de 2005 foi mais grave nesse aspecto do que aquela associada ao El Niño de 1997/1998, porque as condições meteorológicas subjacentes favoreceram a evaporação mais intensa, aumentando a dessecação dos lagos.

Mais adiante (p. 24), os autores concluem:

Em suma, a Região Amazônica passou por dois períodos de extrema seca em apenas cinco anos. No mesmo período, a população também teve de enfrentar a enchente recorde de 2009. A Amazônia está periodicamente sujeita a enchentes e secas, mas esses exemplos recentes destacam a vulnerabilidade das populações humanas e dos ecossistemas dos quais elas dependem aos atuais eventos climáticos extremos.

Esse impacto causado pelos fatores de ameaça, num corpo social já fragilizado historicamente pelos processos e relações de vulnerabilidade, pode produzir desastres e a recorrência desses eventos resultar em grandes catástrofes sociais. Conforme assinala Sennet (2004), em situações de desastres, a ordem social ou o conjunto de *habitus* é interrompido, o qual age como fator de dissolução e de desorganização da capacidade de autoconfiança das entidades sociais. Ao Estado cabe o papel de culpabilização¹⁶ dos afetados ou a naturalização dos desastres, o qual não atribui à ineficiência de suas práticas mitigadoras, remediativas e preventivas a desastres sociais.

¹⁶ Culpabilizar é uma forma de desresponsabilizar a sociedade civil os deveres do Estado Político.

A este último, cabe complementar com Tuan (2005), suas considerações sobre o entendimento do Estado perante as situações de emergência e do estado de calamidade pública; bem como sua posição frente a preconceituosa atitude perante os afetados, a quem atribui sentido de perdedores (*loser*). Afetados por desastres são tidos como desajustados do mundo contemporâneo, desadaptados dos atributos modernos de morada, sem a devida inserção econômica privilegiada que é inacessivelmente justa. No entanto, seu *status* não pode desaparecer por completo, pois seu insucesso é parâmetro de apontamento sobre as impropriedades sociais.

Para lidar com a crise que o desastre proporciona na esfera social, é preciso conhecer as inúmeras organizações sociais; as formas de sociabilidade; o exercício das responsabilidades; a convergência entre interesses públicos e privados para que, então, se possa elaborar medidas para preencher os hiatos dos direitos civis (SENNET, 2004).

Assim, historicamente, os povos tradicionais na região do Alto Juruá, que tanto lutam por seus territórios, veem-se em tais desafios que os colocam em risco iminente. Isso porque seu território tem sofrido agravos advindos dessa configuração de encontro, os quais podem agir de maneira deletéria sobre as práticas e hábitos do modo de vida tradicional peculiar, em especial do Alto Juruá. Dito isso, não somente os cientistas afirmam que os eventos hidrometeorológicos correspondem a grandes desafios a vida humana, mas, sobretudo, como veremos a seguir, a vocalização daqueles que vivem tais desafios, diante de um território que tem pouca visibilidade quanto aos enfrentamentos, por vezes improvisados, do modo de vida local com relação à suas formas de reprodução social.

4.2. O desastre visto por dentro, desde o olhar dos grupos afetados

Neste item, vamos nos deter especificamente ao desastre relacionado a grandes inundações ocorrido na RESEX Alto Juruá no ano de 2008 e de três diferentes tipos de informações coletadas e sistematizadas serão, a seguir, descritas e analisadas.

A primeira diz respeito aos Mapas Mentais, ou registros iconográficos, os quais, a partir da vocalização de crianças, jovens e adultos, dentro de um recorte etário

e de gênero, explicitam suas memórias, com relação aos desastres que enfrentaram com a alagação de 2008. Em seguida, fazemos uso dos registros fotodocumentais cedidos pelo técnico do SEAPROF para visualizar de que forma o ente público, representado pelo olhar de seu servidor, enxerga o problema denominado desastre. Com o uso interpretativo dessas mesmas imagens feitas em 2008, pudemos confrontar algumas delas com os mapas mentais confeccionados pelos moradores também da RESEX Alto Juruá. Tal estratégia possibilitou que saíssemos da escala macro de um acontecimento trágico e não rotineiro e passássemos a visualizar as circunstâncias dos desastres em escalas menores, desde a fala física e simbólica do afetado. Por último, trazemos os registros dos relatos orais referentes a alagação de 2008, coletados pela própria autora na ocasião do trabalho de campo em 2012, que em suas memórias se configuram como desastre.

Somente indo da escala do macrossocial ao microssocial que podemos ter arcabouço suficiente para dizer do que se trata um desastre. Pois, o desastre não se configura no discurso do ente público que contabiliza seus prejuízos, mas, sobretudo, na fala de quem sofre seus agravos. Deste modo, a presente pesquisa traz o quão complexo, intenso e quanto sofrimento existe em circunstâncias de desastre pela fala do afetado. Somente abrindo para a fala do outro, mudando de escala para o nível mais intenso, mais micro, que esse outro passa a ter voz, a ter existência e a ter história. A singularidade dele em escalas maiores não aparece: ele está invisível frente as escalas de discussão sobre o tema. Não é só o desastre que está invisibilizado, os sujeitos estão invisibilizados, nas suas particularidades. Somente quando essas pessoas que sofreram os agravos dos desastres deixam de aparecer nas estatísticas como número e passam a ser consideradas como sujeito passível de sofrimento, é possível entender o desastre de fato. Através da mudança de escala e procedimento metodológico, aparece o verdadeiro desastre, assim como o mergulho nesse universo material e simbólico também justifica o procedimento metodológico – o campo, os mapas mentais, a interpretação das imagens, os relatos orais. Somente com o aparecimento do outro é que se pode descortinar o campo dos conflitos.

4.2.1. A interpretação dos desastres possibilitada pelos mapas mentais

O estudo de mapas mentais pode ser entendido através da ideia de comportamento territorial (TOLMAN, 1948¹⁷ apud FISCHER, 1997). Através dos resultados de duas pesquisas, sobre os mapas cognitivos de homens e ratos, pode-se chegar a reflexão de que o território tem grande influência sobre o comportamento dos seres, tanto de animais como de humanos, o que podem ser denominados de “instinto territorial”. Lynch (1960), anos depois, realizou uma pesquisa que revelou como os habitantes de Boston, Nova Jersey e Los Angeles representavam mentalmente suas cidades, racionalizando seus usos através dos desenhos. Ao identificar as áreas particulares e públicas, ao longo dos territórios municipais, definiam também seus usos, suas trajetórias, seus hábitos com relação à cidade.

At every instant, there is more than the eye can see, more than the ear can hear, a setting or a view waiting to be explored. Nothing is experienced by itself, but always in relation to its surroundings, the sequences of events leading up to it, the memory of past experiences (1960, p. 51)¹⁸.

Segundo ele, a imagem criada pelos cidadãos serve de referência, que organiza as atividades, as crenças e os conhecimentos do cidadão. Conhecer a cidade implica em dominar o ambiente, ter pontos de identificação, e são estes elementos que permitem a concepção e a memorização de uma cidade racionalmente organizada.

Na década de 1970, pensadores franceses tiveram grande influência na importância dada à psicologia do espaço/ambiente. Podemos citar Pailhous (1970), que fez sua pesquisa sobre as experiências vividas de um motorista de taxi em Paris; Ledrut (1973), que pesquisou sobre as imagens da cidade de Toulouse, dando ênfase à questão antropológica como cerne de sua pesquisa; e Downs & Stea (1973), que se atentaram a pesquisar cartografias mentais através dos mapas cognitivos, onde afirmaram que “o mundo cognitivo tal qual nós imaginamos depende de nossas

¹⁷ TOLMAN, E.C. Cognitive Maps in Rats and Men, *Psychological Review*, 4, p. 189-208, 1948

¹⁸ Tradução: A todo instante, há mais do que o olho pode ver, mais do que o ouvido pode ouvir, uma definição ou uma visão esperando para ser explorado. Nada é experimentado por si mesmo, mas sempre em relação ao seu entorno, as sequências de eventos que a antecederam, a memória de experiências passadas.

capacidades sensoriais, de nossa idade, de nossa experiência, de nossas atitudes e de nossos vieses” (p. 28)

O método passou a ganhar destaque em outros campos de trabalho diferentes ao da psicologia, interessando também áreas da sociologia, antropologia, da geografia e da arquitetura e urbanismo. Com isso, duas vertentes surgiram: uma a partir das representações acerca da própria interpretação a respeito das experiências dos outros, usados em ambientes mais empresarias, tal como afirma Cossette (1994, p. 15):

[...] um mapa cognitivo é uma representação gráfica da representação mental que o pesquisador se faz de um conjunto de representações discursivas enunciadas por um sujeito a partir de suas próprias representações cognitivas, a respeito de um objeto particular.

E outra, o uso dos mapas mentais a partir da construção do conhecimento, embasadas pela função e pelo valor do lugar ao qual se reproduzem. Assim, a abordagem dada por essa base conceitual está atrelada não somente ao comportamento individual, mas, sobretudo, à relação existente entre homem e ambiente. Dentro desta perspectiva, destaca-se a importância dos mapas mentais a partir de sua relação com as características do mundo real. Isto significa que, esses mapas não são representações imaginárias, fictícias, pelo contrário, são representações construídas por sujeitos históricos do mundo real, de forma que lugares reais aos quais foram vividos, produzidos e construídos materialmente são representados por esses mapas (KOZEL & NOGUEIRA, 1999).

Desta forma, os autores chegam à reflexão que todo espaço é pleno de cultura, bem como varia segundo a sociedade, os sistemas de valores e os processos de sociabilidade. Eles concluem que as situações vivificadas são simbolicamente, reescritas de acordo com a importância e o valor que os indivíduos dão àquilo que os cercam. Isto é, ao falar dos espaços socializados, as pessoas falam delas mesmas, através dos significados e dos signos criados por elas próprias.

Para a análise dos desenhos infantis, a literatura aponta que, por meio dessa análise etária, há a identificação dos elementos contidos na cena, os quais se configuram como relevantes no meio ao qual estão circunscritos. A forma espontânea de que são munidas expõe os valores subjacentes a sua existência, da mesma forma que incluem no desenho os elementos da paisagem local (GRUBITS, 2003, p. 98-9).

O desenho (...) representa um compromisso entre suas intenções narrativas e seus meios (...) A criança não toma cuidado com a aparência visual que permite reconhecer o objeto. Fiel, antes de tudo, à sua preocupação com o significado, ela faz igualmente uso de procedimentos que vão ao encontro do realismo visual. Se um detalhe invisível permite fazer um reconhecimento melhor do objeto, ele será representado contra toda a aparência (...) o valor narrativo do desenho tem, sobretudo, um significado simbólico. Ele nos mostra a maneira como a criança, através das coisas, vive os significados simbólicos que ela lhes atribui.

Assim, para a criança, a representação daquilo que viveu em um pedaço de papel traz muito além de suas experiências, mas, sobretudo, àquilo que ela deseja que se saiba sobre seus enfrentamentos. De acordo com a visão piagetiana, a criança desenvolve funções simbólicas mais sofisticadas a partir dos dez anos de idade. Entre os onze e doze anos, a criança passa ao denominado estágio operacional, cujo raciocínio está na lógica dedutiva, que permite melhor percepção dos espaços, do tempo e das causalidades (VALENCIO et al., 2008).

“As formas simbólicas tornam-se simbólicas espaciais quando constituídas por fixos e fluxos, isto é, por localizações e itinerários, apresentando, portanto, os atributos primeiros da espacialidade” (CORREIA, 2007, p. 8-9). Assim, utilizamos da interpretação dos mapas mentais feitos segundo a visão dos moradores da RESEX Alto Juruá sobre a alagação de 2008, que em seu arcabouço cultural denominaram como desastre. Os mapas trazem elementos concernentes aos enfrentamentos provenientes da grande cheia de 2008 no rio Juruá, que desorganizou as rotinas socioespaciais do grupo focalizado.

Para a pesquisa desta tese, os Mapas Mentais foram divididos em sete grupos, com intuito de destacar a predominância das informações contidas nos desenhos. São elas: 1) casas que foram amarradas e arrastadas pelos moradores, com a ajuda de um barco, com objetivo de resguardar seus bens materiais; 2) as famílias fugindo da alagação, junto aos seus pertences; 3) a escola da comunidade alagada; 4) elementos da natureza e elementos construídos, sendo ambos arrastados pelo rio; 5) animais e cultivos agrícolas padecendo na alagação; 6) pessoas em apuros na alagação; 7) desenhos que mostram o nível que a água alcançou nas casas.

Os relatos que acompanharam a explicação dos mapas mentais trazem revelações dos desafios que enfrentaram, a nomeação dos elementos da cena e também ricos detalhes das estratégias de enfrentamentos. Essas informações

aparecerão enquanto é feito a descrição dos mapas mentais, bem como num momento futuro, quando falaremos também dos relatos orais, mais especificamente.

- 1) Casas que foram amarradas e arrastadas pelos moradores, com ajuda de um barco, com objetivo de resguardar seus bens materiais.

No desenho da Maria Alice, de 9 anos (Figura 42), o pai e o irmão, a partir de canoas com motores de popa, estão arrastando a casa que fora arrancada de seu esteio para que pudesse ser fixada em outro lugar. Pode-se notar que a casa está no meio do rio, enquanto as árvores representadas pelos coqueiros estão às margens do rio, que foram totalmente alagadas.

Figura 43: Maria Alice Silva de Oliveira, 9 anos – Comunidade Acuriá, RESEX Alto Juruá.

No desenho de Antônio de 45 anos, a seguir (Figura 43), é possível perceber que há duas canoas puxando a casa, com intuito de amarrá-la em algum lugar seguro.

Figura 44: Antônio Pereira, 45 anos – Marechal Thaumaturgo.

Para esse conjunto de desenhos, podemos analisar que as perdas centrais havidas têm a ver com a moradia, de forma que o esforço da família objetivou salvar a casa por meio de seu arraste e amarra em local seguro. A morada, no modo de vida tradicional, bem como em outras culturas, representa o espaço sagrado da reprodução familiar. No âmbito da casa do referido modo de vida, estão as decisões familiares com relação à produção, a sua destinação quando gera um excedente, à mão de obra para empreender esse ou aquele cultivo agrícola, as decisões com relação as técnicas e apetrechos de pesca. É no interior da casa que a família se reúne e faz as decisões importantes quanto a sua reprodução social do lugar. Perder a casa implica em padecer no desastre, pois perdem também sua identidade, seus pertences, seu entendimento de mundo e de reunião familiar. Implica também na desproteção de suas vidas, a insegurança de não saber quando e como poderão retornar as suas rotinas, seja na produção, seja nos afazeres domésticos.

2) As famílias fugindo, junto aos seus pertences, da alagação.

Para o Antônio, de 37 anos, (Figura 44) nuvens carregadas de chuva ilustra o cenário. Desenhou casas sendo alagadas, outras levadas pela força das águas. As plantações ficaram encobertas e foram destruídas. Os animais agonizam a pedido de socorro, e padecem na alagação. Na canoa retrata a fuga da família em busca de um lugar seguro, clamando pela ajuda de Deus.

Figura 45: Antônio (Diretor de Escola), 37 anos – Comunidade Acuriá, RESEX Alto Juruá.

No desenho de Eberson, de 24 anos (Figura 45), sua família sai às pressas de casa, já com água pela cintura, levando o pouco que consegue em balaios improvisados, carregados sobre a cabeça, e deixam pra trás objetos que são parte da memória da família. Nota-se que o jovem desenha também outra família na mesma situação, fugindo da alagação. No meio do rio, há outra casa completamente submersa pela inundação, a qual foi carregada pela força da água. É possível notar também a presença de nuvens carregadas de chuva.

Figura 46: Eberson, 24 anos – Marechal Thaumaturgo.

Milas, de 11 anos, também desenha (Figura 46) sua família saindo de casa. Nota-se que a água já chegou ao telhado da casa, encobrindo-a. Nos elementos naturais, Milas desenha nuvens carregadas de chuva e um grande volume caudal dos rios.

Figura 47: Milas, 11 anos – Marechal Thaumaturgo.

Dona Eliete, de 40 anos, desenha (Figura 47) a fuga de sua família, que sai da casa com as duas canoas cheias de pertences familiares. Nota-se no desenho que uma das canoas perde um desses pertences, que, segundo o relato, correspondiam às roupas que apressadamente Dona Eliete conseguiu juntar antes que a casa fosse completamente alagada. Ao sair às pressas, a canoa topou em algum obstáculo, o que fez com que esses pertences caíssem na água. A água chega ao barrote da casa, ou seja, inunda o seu esteio, o que a faz ficar susceptível à força da água. Como pano de fundo, é possível notar que há a presença de uma grande árvore, que também fica submersa pela alagação.

Figura 48: Eliete, 40 anos – Marechal Thaumaturgo.

Paula, de 14 anos, desenha (Figura 48) além de sua família, outra família fugindo de suas casas. No detalhe do desenho é possível perceber que as casas já estão alagadas e as famílias levam nas canoas os poucos pertences que possuem. É possível notar, igualmente, que há a presença de nuvens carregadas de chuva.

Figura 49: Paula, 14 anos – Marechal Thaumaturgo.

Para esse conjunto de desenhos, as famílias quiseram enfocar a perda de seus pertences, de forma que os elementos que ilustra trazem a tentativa familiar de salvar aquilo que é possível. Os pertences familiares não dizem respeito somente ao apego sentimental, mas, sobretudo, à memória e às histórias da família, seja de luta pela conquista desses pertences, seja de recordação de algum ente querido que já partiu, seja de presente de casamento, aniversário ou qualquer outra circunstância que tenha motivado guarda-lo esse pertence. O desastre, para essas pessoas, corresponde à falta que sentem daquilo que tinha como rotineiro em sua vida e do fluir natural das águas, que ora fortifica o solo da várzea, ora facilita a pescaria. Mas que, dentro desta configuração, se apresenta como perigo, por não possuírem arcabouço cultural e histórico capaz de decifrar os atuais desafios oriundos da alagação atípica. Nesse conjunto de desenhos, os elementos principais contidos dizem respeito aos pertences familiares, que são importantes para a reprodução social de rotina do grupo.

3) A escola da comunidade alagada.

Antônio, de 9 anos, deu especial atenção (Figura 49) à alagação e destruição da escola da comunidade Acuriá. No entanto, destacou a presença não somente de nuvens carregadas de chuva, mas também de raios. A marca d'água mostra que a escola ficou submersa. O sol desenhado tem uma expressão preocupada, embora carregue um sorriso misterioso. A árvore desenhada representa, segundo ele, um Jambeiro, bastante utilizada no quintal doméstico das comunidades.

Figura 50: Antônio Everton Nogueira da Silva, 9 anos – Comunidade Acuriá, RESEX Alto Juruá.

Jesuana, de 23 anos, também desenhou (Figura 50) a escola da comunidade Belfort, que fora alagada durante a cheia de 2008. Em seu desenho há a presença de nuvens carregadas de chuva. No relato de Jesuana, os alunos não ficaram sem aula porque a alagação ocorreu no mês de janeiro, mas ficou inviável usar a escola para as atividades extracurriculares, como a reunião dos alunos para discutir algum assunto relacionado ao aprendizado. Após a água vazar, a escola precisou ser limpa na “baldeada”, ou seja, encheram baldes e jogaram no assoalho para limpar. Para tanto, foi feito um mutirão de limpeza, ou adjunto, como denominado por eles próprios.

Figura 51: Jesuana, 23 anos – Comunidade Belfort, RESEX Alto Juruá.

Naiza, de 21 anos, também desenhou (Figura 51) a Escola da comunidade Belfort. No desenho dela é possível notar a presença de nuvens carregadas de chuva e o nível que a água atinge.

Figura 52: Naiza, 21 anos – Comunidade Belfort, RESEX Alto Juruá.

Para o conjunto de desenhos desta seção, a escola da comunidade foi o enfoque principal. Isso porque, para essas pessoas, sendo um garoto de 8 anos e duas jovens de vinte e poucos anos, ficar sem a escola implica que sua rotina como estudante precisa ser interrompida, mesmo que não seja num período de aula. Perder a referência da escola em ambiente ribeirinho significa que ficarão sem aula e, sobretudo, que não poderão repô-las, uma vez que há grandes distâncias de uma comunidade a outra e, no geral, essas pessoas possuem apenas uma canoa para a família e outras atividades produtivas que também precisam ser empreendidas diariamente. Ademais, são poucas as comunidades que contam com transporte escolar público, de forma a destinar diariamente alunos de outras comunidades às escolas da região. Essa limitação, aos olhos dos estudantes, configura-se como desastre, pois não sabem quais os mecanismos hábeis são passíveis de serem adotados para lidarem com essas adversidades.

- 4) Elementos da natureza e elementos construídos sendo ambos arrastados pelo rio.

No imaginário social de Adriano (Figura 52), de 11 anos, a cheia de 2008, que afetou severamente a região do RESEX Alto Juruá, arrastou casas e barcos, destruiu plantações, matou animais e pessoas. O desenho dele retrata que durante aquele período (final de janeiro de 2008) houve muita chuva na região, árvores, barcos, casas e até uma pessoa foram arrastados pela correnteza do rio. Até o sol tem uma expressão de surpresa e espanto. Pode-se notar que os elementos da região estão retratados de forma coesa, as árvores, pássaros, barcos, animais, casas, embora não estejam em tamanhos proporcionais, o que não impede a observância do garoto quanto aos elementos do ambiente.

Figura 53: Adriano Moura de Andrade, 11 anos – Comunidade Acuriá, RESEX Alto Juruá.

O desenho de Alex (Figura 53), de 9 anos, também indicou que durante a alagação de janeiro de 2008 choveu muito. Deu especial atenção à sua casa na comunidade Acuriá, que fora levada pelo rio, bem como desenhou que o barco de sua família ficou submerso. No leito do rio percebe-se também que há troncos indicando forte correnteza com a formação de pequenas ondulações, chamados de banzeiro na região.

Figura 54: Alex, 9 anos – Comunidade Acuriá, RESEX Alto Juruá.

O desenho do Antônio (Figura 54), de 9 anos, retrata nitidamente a forte presença de nuvens carregadas de chuvas e raios. Enfatizou que não somente a casa dele submergiu, mas como também outras casas da mesma comunidade. Ainda que não tenha desenhado sua família dentro do barco, relatou que no dia da alagação, no período noturno, precisaram sair às pressas de casa, deixando tudo para trás.

Figura 55: Antônio Marcelo Pereira Silva, 9 anos – Comunidade Acuriá, RESEX Alto Juruá.

No desenho de Franciele (Figura 55), de 10 anos, as nuvens carregadas de chuvas aparecem em destaque, bem como árvores, barco e animais (cobra) sendo carregados pela força das águas. Da janela da casa, uma pessoa observa a alagação. O desenho destacou ainda o nome das pessoas que moravam na casa (ao todo 12 pessoas).

Figura 56: Franciele Ferreira de Oliveira, 10 anos – Comunidade Acuriá, RESEX Alto Juruá.

No desenho de Francisca (Figura 56), de 9 anos, nuvens carregadas de chuva é uma imagem bastante presente. Nota-se que a força da água invadiu sua casa, bem como encobriu a roseira de sua mãe e derrubou a árvore que, segundo ela, era um jambeiro. O barco está estrategicamente posicionado em frente à casa, pois foi por ele que a família fugiu da alagação. É possível notar ainda que os animais, representado pelo pato em amarelo do lado esquerdo do desenho, padeceram na alagação. A casa ficou submersa.

Figura 57: Francisca das Chagas, 9 anos – Comunidade Acuriá, RESEX Alto Juruá.

No desenho de Maria Joinara (Figura 57), de 7 anos, também apresenta a presença nuvens carregadas de chuva e a presença de raios. O sol aparece no canto do desenho, porém não há expressão. Pode-se notar que a água invadiu o espaço do lar, bem como derrubou e carregou árvores e plantações (como a bananeira representada à direita do desenho). Há uma pessoa dentro do barco, o qual segundo ela, é o pai salvando a família da alagação.

Figura 58: Maria Jonaira Nogueira de Holanda, 7 anos – Comunidade Acuriá, RESEX Alto Juruá.

No desenho de Vanessa (Figura 58), de 9 anos, há presença de nuvens carregadas de chuva. Ela enfatizou ainda as árvores que foram arrastadas pela força da água, bem como a água do rio invadindo sua casa de dois pisos (dois andares). Sobre o objeto representado por uma forma oval vermelho, quando indagada, a menina respondeu ser o motor de pequena embarcação do tipo “rabeta” que o pai havia perdido na alagação, que nem havia sequer terminado de quitar a compra.

Figura 59: Vanessa Souza Nogueira, 9 anos – Comunidade Acuriá, RESEX Alto Juruá.

O desenho de Antônio (Figura 59), de 25 anos, traz elementos do ambiente físico, como as nuvens carregadas e os raios que caíram durante a torrente chuva. No rio é possível reparar que há troncos de árvores que foram carregados, bem como é possível avistar um peixe (bodó) na correnteza.

Figura 60: Antônio, 25 anos – Cruzeiro do Sul.

O desenho de Camila (Figura 60), de 6 anos, trouxe como elementos dominantes da paisagem, como as árvores alagadas pelo rio, bem como sua casa sendo invadida pela força da água.

Figura 61: Camila, 6 anos – Comunidade Arenal, RESEX Alto Juruá.

No desenho de Antônia (Figura 61), de 13 anos, os elementos da região que são retratados, são as árvores, pássaros, barcos e casas à beira do rio. A proporção que Antônia dá aos elementos de seu desenho designa a importância dos mesmos. Nota-se que o pássaro, bem maior proporcionalmente aos outros elementos, segundo seu relato, esteve presente durante a alagação. Acredita que ele também tenha perdido sua casa, pois ficara em cima do telhado observando a água alagar as árvores. O desenho trouxe ainda reflexões sobre as casas da família dela e de outras pertencentes à comunidade, sendo destacadas de um lado e de outro da margem, às quais também sofreram com a alagação de 2008. Nota-se que árvores e barcos são arrastados pela força da correnteza do rio. A chuva e as nuvens carregadas também fazem parte do cenário.

Figura 62: Antônia Tainer Silva Batista, 13 anos – Comunidade Acuriá, RESEX Alto Juruá.

Michele, de 9 anos, desenhou (Figura 62) a alagação de forma mais romanceada. Para ela os peixes estão sorrindo, bem como o sol, rodeados de coraçõezinhos. Há também a presença de borboletinhas, a árvore com flor, a roseira da mãe e um pequeno beija-flor. Nota-se também que há uma geladeira flutuando fora de casa que, segundo ela pertencia a mãe e a correnteza levou.

Figura 63: Michele Silva do Nascimento, 9 anos – Comunidade Acuriá, RESEX Alto Juruá.

Para esta seção, os desenhos apresentaram elementos que retrataram as adversidades vividas por conta da alagação. Foi possível notar que as pessoas desenharam aquilo que elas consideram como atípico e que se configurou como desastre, pois foram situações que elas não sabiam como lidar. A solução foi fugir de suas casas, enquanto assistiam os animais e os plantios padecerem nas águas. Sob a perspectiva de quem sofreu com a alagação, ficar sem os elementos que compõem o modo de vida ribeirinho é, literalmente, viver um desastre. Desenharam não somente as perdas materiais, mas, sobretudo, as simbólicas, constituídas pelas novas rotinas elaboradas para lidar com as adversidades da alagação.

5) Criação e plantação padecendo na alagação.

O desenho de Jardeir (Figura 63), de 18 anos, ilustra que a casa ficou só com o telhado de fora. Nota-se também que o pé de Jambeiro, segundo ele, ficou submerso, e o mesmo sobreviveu à alagação. No detalhe da área de plantio ilustra-se que ela fora totalmente alagada de forma imprevisível, não dando tempo da família realizar a colheita. Em cima da canoa está a representação dele, que luta para salvar a vida dos familiares.

Figura 64: Jardeir, 18 anos – Comunidade Belfort, RESEX Alto Juruá.

O desenho de Cleidson (Figura 64), de 30 anos nos revela, dentre outras, uma história de resistência, que depois foi confirmada com os registros fotodocumentais que foram feitos em janeiro de 2008. Registros estes que foram cedidos pelo técnico da Secretaria Agrícola de Produção Familiar (SEAPROF), em junho de 2012. A primeira marca d'água registra o nível que a água comumente chega aos meses de janeiro (considerado como inverno), de forma que o cultivo seja efetuado na margem do rio, como detalhado no desenho. A segunda marca corresponde ao nível que a água chegou na alagação atípica de 2008, cobrindo todo o plantio realizado na margem do rio. A celeridade da alagação não permitiu que houvesse colheita. O homem deu especial importância à memória social expressa pela lembrança do indivíduo dos desafios que a família enfrentou, que fora se acomodar, da forma que podia na cumeeira do telhado: tal acontecimento marcou com uma ruptura severa a rotina da vida cotidiana familiar. É possível perceber que os quatro integrantes da família (dois de cada lado) perpassam por dentro da casa por entre o telhado. Do lado direito do desenho, pode-se notar também que houve uma tentativa de salvar as criações, no detalhe do boi no pasto improvisado próximo a casa, num terreno mais elevado, e galinhas e patos dentro da canoa, os quais também foram removidos para um pequeno pasto improvisado. Segundo os relatos, apenas o boi sobreviveu à alagação; os pequenos animais morreram de doença. Nota-se, também, no desenho que há muitas nuvens carregadas de chuva.

Figura 65: Cleidson (Professor), 30 anos – Comunidade Acuriá, RESEX Alto Juruá.

O desenho de Rôndila (Figura 65), de 11 anos, chama atenção a chuva que cai em toda direção, representando sua intensidade. Ela dá especial importância para o cultivo agrícola em ambiente de praia que fora alagado com a cheia repentina do rio. Árvores são carregadas rio abaixo, bem como a representação de sua casa está prestes a ficar submersa.

Figura 66: Rôndila, 11 anos – Comunidade Acuriá, RESEX Alto Juruá.

No desenho de Jorge (Figura 66), de 19 anos, contém elementos do ambiente local: a presença do barco, da casa ribeirinha e das árvores frutíferas no quintal doméstico. Faz referência, ainda, à presença de nuvens carregadas de chuva, bem como do nível da água está acima da cota de inundação, invadindo o espaço do lar.

Figura 67: Jorge, 19 anos – Comunidade Belfort, RESEX Alto Juruá.

O desenho de Manoel (Figura 67), de 43 anos, enfocou a sua casa alagada, bem como representou em maior proporção o único boi que ele tinha, expondo a importância que ele dava ao animal, tido como uma possibilidade de poupança viva. O boi não sobreviveu após a alagação e morreu de doença.

Figura 68: Manoel Faustino Pinheiro, 43 anos – Comunidade Caipora, RESEX Alto Juruá.

O desenho de Maria Rosália (Figura 68), de 31 anos, deu especial importância ao terreno alto que destinaram aos animais de criação. Nota-se que patos, galinhas, gado e até o gato dividem um pequeno espaço, longe da casa, num terreno mais elevado. Já a casa encontra-se alagada pela inundação, onde evidenciou a marca d'água subindo pelas paredes.

Figura 69: Maria Rosália Souza Barros, 31 anos – Comunidade Caipora, RESEX Alto Juruá.

O registro feito por Antônio (Figura 70), de 48 anos, evidencia onde a água comumente chega nas temporadas de inverno anualmente, representadas pela primeira marca d'água, em azul. Em seguida, pontua onde a água chegou durante a alagação de 2008, inundando plantios de milho no quintal doméstico e que submergiu sua casa.

Figura 71: Antônio da Silva Dantas, 48 anos – Vila Foz do Breu, RESEX Alto Juruá.

O desenho de Antônio, de 21 anos (Figura 71), enfatiza que foram perdidos tanto criações de pequenos animais, como galinhas e patos, como também os pés de coqueiro em seu quintal doméstico. Ainda, destacou o nível que a água atingiu, encobrendo as janelas e a porta e alagando sua casa por inteiro.

Figura 72: Antônio Silva de Souza, 21 anos – Vila Foz do Breu, RESEX Alto Juruá.

O desenho de César (Figura 72), de 28 anos, destacou o nível que a água alcançou, invadindo sua casa. Deu especial atenção ao plantio de banana e milho que foram perdido na alagação, bem como a criação de pequenos animais, que também padeceram nas águas do rio.

Figura 73: César Welgton Nascimento Barbosa, 28 anos – Vila Foz do Breu, RESEX Alto Juruá.

O desenho de Maria Francisca (Figura 73), de 16 anos, enfatizou a alagação de sua casa, representada pela marca d'água em vermelho, e também a perda do plantio de milho e banana no quintal doméstico e a criação de pequenos animais, como patos, galinhas e bode.

Figura 74: Maria Francisca de Souza Dantas, 16 anos – Vila Foz do Breu, RESEX Alto Juruá.

O desenho de Maria José (Figura 74), de 21 anos, também deu especial atenção à altura que a água chegou em sua casa, bem próxima ao telhado. Enfatizou os plantios perdidos com a subida repentina da água, que não teve tempo hábil para colher. Dentre as culturas de destaque estão a mandioca, o milho e a bananeira. Bem como também deu ênfase à perda de animais de criação, como as galinhas, que morreram afogadas. Já o pato e a ovelha foram deslocadas a tempo para um terreno mais elevado, mas não sobreviveram à alagação devido a doença que se deu após vazar a água.

Figura 75: Maria José de Souza Dantas, 21 anos – Vila Foz do Breu, RESEX Alto Juruá.

Queline, de 9 anos, enfocou (Figura 75) a altura que o nível da água atingiu e invadiu sua casa. No quintal doméstico, deu atenção aos cultivos alagados, como a macaxeira e o milho.

Figura 76: Queline Souza Dantas, 9 anos – Vila Foz do Breu, RESEX Alto Juruá.

O desenho de Jeicimar (Figura 76), de 20 anos, mostra que o nível da água atingiu sua casa, adentrando por entre as janelas. No detalhe do cultivo da praia, nota-se que o plantio ficou submerso, bem como o pé de açaí e jambeiro.

Figura 77: Jeicimar Souza Silva, 20 anos – Comunidade Pedra Pintada, RESEX Alto Juruá.

O desenho de Emídio (Figura 77), elucida o nível que a água atingiu, invadindo sua casa. No detalhe, enfatiza ainda as nuvens carregadas de chuva, bem como o espaço de cultivo na praia alagado. No canto direito é possível visualizar uma outra casa que não fora alagada durante a cheia de 2008. Esta corresponde à casa da comunidade Belfort, que fora construída em um terreno mais elevado que as outras casas, e por isso não alagou.

Figura 78: Emídio (Professor), 26 anos – Comunidade Belfort, RESEX Alto Juruá.

As perdas associadas a essa seção dizem respeito ao modo de vida que fora impactado. Isso porque os plantios, criação de pequenos animais são atividades que compõem o modo de vida tradicional das localidades amazônicas. Com essas perdas, as famílias precisaram comprar a farinha do núcleo municipal, na cidade de Marechal Thaumaturgo, bem como levarão cerca de um ano para reconstituírem suas criações e seus plantios. O desastre, nessa perspectiva, se configura como desafiador, uma vez que as adversidades oriundas da alagação foram repentinas e, portanto, não dispunham de mecanismos imediatos para lidar com tais desafios. Na configuração do modo de vida amazônico, o qual se baseia na agricultura e na pesca de subsistência, ficar sem esses recursos obriga os moradores a desenvolverem

mecanismos próprios de enfrentamento, tais como a improvisação do alimento através da compra da farinha, bem como das tentativas de lograr êxito na caçada e na pescaria, mesmo que sob essas circunstâncias a pesca seja dificultosa. Viver sob essas condições, para quem experienciou esses desafios, consiste em padecer sob o desastre.

6) Pessoas em apuros na alagação.

O desenho de Maria Sueli (Figura 78), talvez carregue o mais emocionante relato. Nota-se que a criança no centro do desenho está amparada pela mão de sua mãe, que ligeiramente o socorre de ser levada pela correnteza da água. Numa atitude desesperadora, ao juntar os pertences da casa em pouco tempo, num descuido momentâneo, o bebê escapa de seu campo de visão e segue em direção à porta da cozinha, onde fica o jirau (tapiri) da casa. E um banzeiro (onda de barco no rio) forte, derruba o bebê na água. A mãe, apanha o bebê e o resgata de um fim trágico. No desenho é possível observar também que a criação de pequenos animais, como porcos e galinhas, bem como o plantio de espécies agrícolas como milho, mandioca e jambo são alagados pela força da água.

Figura 79: Maria Sueli de Souza, 38 anos – Vila Foz do Breu, RESEX Alto Juruá.

O desenho de Charles (Figura 79), de 15 anos, mostra que sua mãe Maria ficou dentro da casa até o último instante, pois ainda queria salvar seus objetos pessoais. A memória do menino de 15 anos diz respeito ao medo que sentiu de perder a mãe, enquanto ele e os outros irmãos aguardavam em um terreno mais elevado, próximo à casa, seus pais voltarem.

Figura 80: Charles (filho seu Bastião), 15 anos – Marechal Thaumaturgo.

O desenho de Charlene (Figura 80), de 16 anos, também registrou sua mãe dentro de sua casa. Bem como também desenhou a si própria pedindo que a mãe saísse de dentro de casa e os acompanhasse para fora de casa.

Figura 81: Charlene (filha seu Bastião), 16 anos – Marechal Thaumaturgo.

O desenho de Fátima (Figura 81), de apenas 4 anos, recorda sua memória, a qual esteve ao lado da mãe o tempo todo, mesmo com a casa sendo alagada pela água.

Figura 82: Fátima (filha seu Bastião), 4 anos – Marechal Thaumaturgo.

O desenho de Maria Antônia (Figura 82), de 49 anos, mostra que enquanto esperava por seu marido para salvar as crianças, lutou bravamente, junto à sua família, para manterem-se juntos. No entanto, como a água subiu rapidamente, retirou os filhos, um a um e os levou a um terreno mais elevado, próximo à casa da família. A cada vez que retornava, via-se com maior dificuldade para retirar seus pertences, salvar a criação de galinhas e dar provimento à própria segurança. Deu especial atenção a subida da água, mostrando os níveis que foram atingindo até sair pela última vez de casa.

Figura 83: Maria Antônia (esposa seu Bastião), 49 anos – Marechal Thaumaturgo.

Os desenhos contidos nessa seção revelam que o desastre, nessa configuração de encontro, não corresponde apenas aos prejuízos materiais e simbólicos, através das perdas de seus pertences, materiais de trabalho, objetos de valores sentimentais e históricos. Mas, sobretudo, representam o medo que sentiram de perderem o que de mais valor existem em vossas vidas, suas próprias vidas e de seus entes queridos. Impulsionada pelo medo, a mãe, naquele momento, decidiu manter os filhos unidos dentro de casa à espera do marido. O desastre para essas famílias corresponde as tentativas de saírem ilesas desse desafio, da multidimensão de afetação que sofreram para resgatar quem precisou de auxílio. O medo faz parte

do desastre, de forma que ele pode ser paralisador ou agir como força propulsora para lutarem pela vida.

- 7) Desenhos que mostram o nível que a água alcançou nas casas junto a alguns elementos da paisagem.

O desenho de Sebastião (Figura 83), de 50 anos, enfatiza o nível que a água chegou em sua casa. No canto esquerdo ele elucida ainda quanto tempo passou para baixar (vazar) a água: 4 dias.

Figura 84: Sebastião Ribeiro (seu Bastião), 50 anos – Marechal Thaumaturgo.

O desenho de Raimunda (Figura 84), de 57 anos, também seguiu o mesmo padrão, e apontou o nível que a água alcançou gradualmente em sua casa.

Figura 85: Raimunda Fernandes, 57 anos – Comunidade Pedra Pintada, RESEX Alto Juruá.

O desenho de Francisco (Figura 85), de 55 anos, trouxe o mesmo elemento: o nível que a água chegou em sua casa.

Figura 86: Francisco José Souza – Comunidade Arenal, RESEX Alto Juruá.

O desenho de Gilfânia (Figura 86), de 18 anos, também enfocou o nível que a água atingiu sua casa.

Figura 87: Gilfânia, 18 anos – Comunidade Belfort, RESEX Alto Juruá.

O desenho de Antônio (Figura 87), de 11 anos, ilustrou com a caneta marrom o nível que a água comumente chega nos invernos anuais e depois, com a caneta azul, o nível que a água alcançou na alagação de 2008, a qual encobriu sua casa.

Figura 88: Antônio, 11 anos – Comunidade Acuriá, RESEX Alto Juruá.

O desenho de Jeferson (Figura 88), de 23 anos, enfocou o nível que a água atingiu em sua casa. Por ser localizada em uma parte mais elevada da comunidade, a água atingiu apenas o barroto, ou esteio da casa.

Figura 89: Jeferson, 23 anos – Comunidade Belfort, RESEX Alto Juruá.

O desenho de Arleilson (Figura 89), de 25 anos, enfatiza como fator principal a submersão de sua casa. A árvore de jambeiro que fica próxima a casa também foi retratada.

Figura 90: Arleilson Lima de Oliveira, 25 anos – Comunidade Belfort, RESEX Alto Juruá.

O desenho de Maria José (Figura 90), aponta o nível que a água alcançou, bem como o pé de jambeiro que fica no quintal de sua casa.

Figura 91: Maria José Santos, 29 anos – Comunidade Belfort, RESEX Alto Juruá.

Louzanira, de 34 anos, desenhou (Figura 91) sua casa alagada pela água, bem como as árvores de seu quintal também alagadas.

Figura 92: Louzanira, 34 anos – Comunidade Belfort, RESEX Alto Juruá.

Jucione, de 23 anos, desenhou (Figura 92) o nível que a água alcançou em sua casa, encobrindo, inclusive, a margem do rio. Também desenhou nuvens carregadas de chuva.

Figura 93: Jucione, 23 anos – Comunidade Belfort, RESEX Alto Juruá.

Roniedson, de 19 anos, seguiu o mesmo padrão para o desenho que fez (Figura 93), sobre os desafios que enfrentou, junto sua família, na alagação de 2008, enfocando o nível que a água chegou em sua casa e as nuvens carregadas de chuva.

Figura 94: Roniedson, 19 anos – Comunidade Belfort, RESEX Alto Juruá.

No desenho de José Railton (Figura 94), há nuvens carregadas de chuva e a marca de onde a água chegou em sua casa.

Figura 95: José Pailton Souza da Conceição, 23 anos – Comunidade Belfort, RESEX Alto Juruá.

No desenho de Anielton (Figura 95), de 18 anos, há elementos da paisagem, como as nuvens carregadas de chuva e a árvore de jambeiro. Também desenhou o nível que a água chegou, encobrindo sua casa.

Figura 96: Anielton, 18 anos – Comunidade Belfort, RESEX Alto Juruá.

O desenho de Antônio (Figura 96), de 19 anos, traz a presença de nuvens carregadas de chuva, bem como o nível que a água chegou.

Figura 97: Antônio, 19 anos – Comunidade Belfort, RESEX Alto Juruá.

O desenho de Adônis (Figura 97), de 28 anos, também elucida nuvens carregadas de chuva. A casa foi colorida exatamente da mesma cor de sua casa, inclusive mantendo-se a antena parabólica. O nível da água chegou a encobrir a casa.

Figura 98: Adônis, 28 anos – Comunidade Belfort, RESEX Alto Juruá.

No desenho de Andriele (Figura, 98), de 12 anos, há a presença de nuvens carregadas de chuva e de raios, os quais compreendem grande parte da situação retratada, bem como dá especial importância à gradativa subida da água, chegando a alagar a casa por completo na última instância. Nota-se também a presença de coraçõezinhos, que denotam que a luta que vivera em família esteve aliada ao amor.

Figura 99: Andriele, 12 anos – Comunidade Acuriá, RESEX Alto Juruá.

Antônio, de 9 anos, deu destaque em seu desenho (Figura 99) às nuvens carregadas de chuva, embora não tenha apontado com clareza o nível que a água chegou. É possível observar também a presença de duas árvores, que, segundo ele, são de Jambeiro, cujas espécies não existem mais no local, devido ao “mal da planta”¹⁹ que deu depois da alagação. Diferente do que aconteceu com outras árvores de Jambo.

Figura 100: Antônio Everton Nogueira da Silva, 9 anos – Comunidade Acuriá, RESEX Alto Juruá.

¹⁹ “Mal da planta” significa que a planta ficou doente e por conta dessa doença morreu.

O desenho de Raiane (Figura 100), de 11 anos, representa nuvens carregadas de chuva. No detalhe em caneta azul, a marca da água que invadiu o espaço do lar, fazendo com a casa ficasse submersa. As árvores do quintal também foram alagadas.

Figura 101: Raiane Nogueira Maia, 11 anos – Comunidade Acuriá, RESEX Alto Juruá.

O desenho de Fredson (Figura 101), de 31 anos, elucida nuvens carregadas de chuva, bem como sua casa alagada pela água barrenta do rio. Segundo os relatos dele, ele e a esposa tiveram que sair pela janela.

Figura 102: Fredson (Agente de Saúde), 31 anos – Comunidade Belfort, RESEX Alto Juruá.

O desenho de Ivonildo (Figura 102), de 20 anos, faz menção às nuvens carregadas de chuva, bem como enfatizou o nível que as águas do rio atingiram, que alagou sua casa.

Figura 103: Ivonildo, 20 anos – Comunidade Belfort, RESEX Alto Juruá.

Maria Donisete, de 32 anos, desenhou (Figura 103) nuvens carregadas de chuva, bem como o nível que a água atingiu, alagando sua casa e seu quintal doméstico.

Figura 104: Maria Dorisete Alves de Azevedo, 32 anos – Comunidade Belfort, RESEX Alto Juruá.

Graciane, de 29 anos, desenhou (Figura 104) o nível da água subindo. Sua casa não foi alagada devido a sua localização ser posicionada em uma parte elevada da comunidade.

Figura 105: Graciane, 29 anos – Comunidade Belfort, RESEX Alto Juruá.

Por fim, o desenho (Figura 105) do espirituoso Alex, de 9 anos, desenha a Arca de Noé com a igreja da comunidade dentro. Segundo o relato de Alex, ele desenhou a Arca porque acreditava ser o fim dos tempos.

Figura 106: Alex, 9 anos – Comunidade Acuriá, RESEX Alto Juruá.

Nessa seção, foram apresentados os desenhos que correspondem também aos enfrentamentos que os moradores das comunidades atingidas tiveram que superar. De maneira geral, trouxeram elementos simples, que enfatizaram o nível que a água chegou e o motivo, segundo eles, pela alagação atípica, representada pelas nuvens carregadas de chuva. Em alguns desses desenhos houve também a menção de raios e elementos da natureza e construídos, como árvores, animais, cultivos agrícolas e casas. Na concepção de quem sofreu os agravos, o desastre corresponde a desesperança de não saber se a chuva que cai dos céus será a mesma que causará a alagação, bem como corresponde a sua impossibilidade de salvar todos os seus pertences, de habitar suas casas enquanto a água sobe repentinamente.

Os mapas mentais coletados na ocasião do trabalho de campo, foram analisados à luz de uma perspectiva sociológica, de forma que os apontamentos utilizados pelos narradores traziam elementos da natureza e construídos que foram direto ou indiretamente afetados pela alagação de 2008. Assim, as análises feitas consideraram o ponto de vista de quem vivenciou esses desafios, bem como mesclou sua narrativa que memorava os agravos sofridos, que vão desde a perda de seus pertences (a casa, os apetrechos de pesca, os materiais de trabalho, os objetos de valores simbólicos) até a perda de seus meios de subsistência (a roça, o quintal, a criação de animais).

Sobretudo, as análises dos mapas mentais se basearam na memória social dos grupos sociais afetados por um evento trágico profundamente intenso que marcou uma ruptura severa na vida cotidiana. Os mapas mentais trazem a impressionante e vívida de como os elementos gráficos e discursivos se constituem e mostram, nessa memória intensa, o quanto aquele acontecimento é marcado na lembrança da comunidade, sobretudo por via do sofrimento que esses indivíduos tiveram na sua relação na família, na relação com a comunidade, na sua interação com a casa, no sofrimento relacionado à perda dos objetos, meios de trabalho e na aguda percepção da dinâmica ecossistêmica. Relação esta que está não somente com a presença do rio, mas no rio como suporte de vida, devido à presença dos peixes nos desenhos relacionados, bem como a presença das nuvens que precipitam, que são consideradas pelo grupo social pertencente ao ciclo hidrológico. Outrossim, faz-se necessário enfatizar a presença do sol, figurado de forma antropomórfica como se estivesse observando os acontecimentos.

Pode-se atribuir também, de acordo com os mapas, que a casa do modo de vida ribeirinho é devido ao trabalho familiar empreendido para construí-la, a partir de um esforço intelectual no âmbito público de viabilizar tal morada, à uma força física no âmbito da vida privada, que busca e seleciona a melhor madeira na floresta para produzi-la. Então, mais que perder sua morada, perde-se também o fruto de seu esforço, que por sua vez tem um significado maior de pertence ligada a efetividade do processo de produção familiar. Bachelard (1974, p. 200) afirma que “a casa é o nosso canto no mundo. Ela é nosso primeiro universo. É um verdadeiro cosmos. Um cosmos em toda a acepção do termo. Até a mais modesta habitação, vista intimamente, é bela”. E continua (p. 201):

O passado, o presente e o futuro dão à casa dinamismos diferentes, dinamismos que frequentemente intervêm, às vezes se opondo, às vezes estimulando-se um ao outro. A casa, na vida do homem, afasta contingências, multiplica seus conselhos de continuidade. Sem ela, o homem seria um ser disperso. Ela mantém o homem através das tempestades do céu e das tempestades da vida. Ela é corpo e alma. É o primeiro mundo do ser humano. Antes de ser atirado ao mundo, como professam os metafísicos apressados, o homem é colocado no berço da casa. [...] A vida começa bem; começa fechada, protegida, agasalhada no seio da casa.

A casa corresponde ao elo entre o mundo real e os devaneios do indivíduo. É onde cada um pode ser o que quiser, instituir a regra que mais lhe couber referência e também se expressar da maneira mais coerente ao seu modo de vida. Sobre os benefícios da casa ao indivíduo, Bachelard (1974, p. 201) afirma que “se nos perguntassem qual seu benefício mais precioso, diríamos que a casa abriga o devaneio, a casa protege o sonhador, a casa nos permite sonhar em paz.” E conclui (p. 202 e 206):

É graças a casa que um grande número de nossas lembranças estão guardadas e se a casa se complica um pouco, se tem porão ou sótão, cantos e corredores, nossas lembranças tem refúgios cada vez mais bem caracterizados. Voltamos a eles durante toda a vida em nossos devaneios [...] além das lembranças, a casa natal está fisicamente inscrita em nós. Ela é um grupo de hábitos orgânicos.

Portanto, a perda da casa implica não somente em danos materiais, mas, sobretudo, em afetação significativa no mundo simbólico, da representação no mundo inteligível dos que ali habitam. A casa está para além do indivíduo, agindo de forma integrativa entre àqueles que dela desfrutam, sob o esteio não apenas da madeira, dos barrotes como são chamadas, mas no alicerce da força da família, da união como uma unidade que se apoia, se motiva e exprime as mais tenras relações. A casa compreende a extensão de seu habitante, o devaneio de suas lutas, a conquista de sua rotina. A casa é onde se pode reafirmar o valor da família, e nela se reafirmar como indivíduo e como unidade familiar.

Em seguida, apresentamos os mesmos desenhos, mas num recorte etário e de gênero, com a finalidade de identificar padrões de interpretações com relação a essas variáveis. Essa estratégia busca mostrar as similaridades ou diferenças que existe entre esses recortes, tal como, por exemplo, a distribuição da variabilidade dos

elementos nos mapas mentais, de acordo com a natureza dos mesmos (ambiental, material e humano). Os elementos ambientais que aparecem nos desenhos são: o rio, o sol, a nuvem, a chuva, o raio, o pássaro, o peixe, a árvore, a borboleta e a flor. Os elementos materiais são: a casa, a escola, a canoa, a antena parabólica, o saco de roupas, a corda, a geladeira, a cerca. Os elementos humanos são: a pessoa, a pessoa relacionada à mãe, a pessoa relacionada ao familiar, a criação de animais (pato, galinha, boi), os cultivos agrícolas (o milho, o feijão, a mandioca, o coqueiro, a bananeira, a seringueira, a graviola, a laranjeira, o café, o abacate). Assim, de acordo com os desenhos, o desastre consiste em um acontecimento dinâmico e não estático. Os elementos existentes nos desenhos enredam uma história de um acontecimento trágico, que desorganizou a vida cotidiana daqueles que vivenciaram seus desafios. E, o elemento humano está sempre central no meio desse processo.

Assim, com base nessa dimensão, nota-se que o elemento material apareceu em todos os desenhos, seja feminino ou masculino, seguido dos elementos ambientais, que apareceram em todos os desenhos femininos e em 26 dos 33 desenhos masculinos. Por último, mas não menos importante, os elementos humanos, que apareceram em 10 dos 32 desenhos femininos e 6 dos 33 desenhos masculinos, como segue a Tabela 7 abaixo.

Tabela 7: Natureza e variabilidade dos elementos retratados no desastre relacionado à alagação de 2008, por recorte de gênero.

NATUREZA ELEMENTO	VARIABILIDADE DE ELEMENTOS	
	FEMININO	MASCULINO
Ambiental	32	26
Material	32	33
Humano	10	6

A tabela a seguir (Tabela 8) apresenta, por faixa etária, como se distribui a variabilidade dos elementos, de acordo com a natureza dos mesmos (ambiental, material e humano). Tais dados indicam a alta variabilidade dos elementos materiais (65 desenhos) e ambientais (56 desenhos) no recorte etário. Por último, aparece o elemento humano, mas, no entanto, isso não significa que sua ausência não tenha importância, mas sim que do ponto de vista de quem sofreu seus agravos, representar o impacto no meio ambiental e material diz respeito às experiências que tenham

sofrido como seres humanos. Portanto, representativamente, sua presença física está implícita na cena, mesmo que não apareça efetivamente.

Tabela 8: Natureza e variabilidade dos elementos retratados no desastre relacionado à alagação de 2008, por recorte etário.

NATUREZA ELEMENTO	VARIABILIDADE ELEMENTOS					
	01-10	11-20	21-30	31-40	41-50	51-60
Ambiental	13	17	15	8	3	0
Material	15	18	18	8	5	1
Humano	3	6	2	3	2	0

Mapas Mentais femininos de 01 a 10 anos

Na Figura 106, a seguir, estão os Mapas Mentais femininos de 01 à 10 anos de idade. Observa-se que os elementos trazidos correspondem à natureza do território amazônico, com referência ao volume caudal do rio, as casas à beira do rio, as árvores dos quintais domésticos. Trazem informações quanto aos desafios que tiveram que superar, como, por exemplo, a casa sendo arrastada, a água invadindo as casas, o plantio ficando submerso. Há também a presença de nuvens carregadas de chuva em metade dos desenhos apresentados. Em todos os mapas a casa foi retratada: mesmo com pouca idade, os desafios que enfrentaram estavam diretamente ligados a afetação que sofreram no âmbito familiar e o medo da possibilidade de ficarem sem suas moradas.

Figura 107: Mapas mentais femininos, de 01 a 10 anos.

Mapas mentais femininos de 11 a 20 anos

Na Figura 107, a seguir, estão os Mapas Mentais femininos de 11 à 20 anos. Por meio dessa seção é possível observar que todos os nove desenhos mostram as casas alagadas, em dois deles fazem referência à perda dos plantios agrícolas, outros dois relacionam a precisão da família em sair de casa carregando o pouco que podem e em seis deles pode-se notar a presença de nuvens carregadas de chuva. Os desenhos apontam que os desastres, nesse recorte etário e de gênero, correspondem às perdas materiais e imateriais do modo de vida tradicional e fazem alusão ainda as estratégias de enfrentamento das famílias.

Figura 108: Mapas mentais femininos de 11 a 20 anos.

Mapas mentais femininos de 21 a 30 anos

Na Figura 108, a seguir, estão representados os desenhos correspondentes ao universo feminino, num recorte etário de 21 a 30 anos. É possível notar que os desenhos trazem também elementos da natureza, como é o caso do rio, e elementos construídos, como as casas na beira do rio. Dos seis desenhos dessa seleção, um menciona a presença do plantio agrícola e da criação de pequenos animais. Todos os desenhos relacionam no centro da ilustração, a casa. Isso denota que para as mulheres dessa idade, assim como presente também nos desenhos das outras faixas etárias, a casa corresponde o local onde as relações familiares são

estabelecidas e as decisões são tomadas, e onde se pode ter a tranquilidade e a segurança de ter um abrigo.

Figura 109: Mapas mentais femininos de 21 a 30 anos.

Mapas mentais femininos de 31 a 40 anos

Para as mulheres da faixa etária de 31 a 40 anos, representados pelos desenhos da Figura 109, a casa continua no centro do desenho, o que remete a preocupação corrente da situação desafiante, tendo como perigo iminente a perda da casa e de sua relação segura no âmbito familiar. Nota-se que dos seis desenhos, quatro deles fazem menção ao plantio de cultivos agrícolas dos quintais domésticos e a criação de animais, atividades essas que estão ligas às atividades de subsistência que a mulher exerce no âmbito familiar e que ficam em perigo quando o desastre se consolida.

Figura 110: Mapas mentais femininos de 31 a 40 anos.

Mapas mentais femininos de 41 a 50 anos

Nessa faixa etária foi possível coletar apenas um desenho (Figura 110), mas que é também muito significativo. Nota-se que a família permanece unida, mesmo que sob um perigo iminente, que é a subida repentina da água. Nessa ocasião, segundo o relato, até que a mãe decidisse sair com um a um de seus filhos, a família permaneceu unida à espera do marido que estava fora, a trabalho. Quando viu que não havia mais tempo hábil, a moradora da casa, chefe de família na ausência do marido, assumiu o perigo de retirar os filhos sozinha e levá-los pra um local mais alto, portanto mais seguro com relação à alagação. Dentro dessa perspectiva, o desastre se configura como uma incapacidade de defender seus filhos e a si própria dos perigos adversos.

Figura 111: Mapa mental feminino de 41 a 50 anos.

Mapas mentais femininos de 51 a 60 anos

Essa seção também traz somente um desenho (Figura 111), que corresponde, de maneira simples, o nível que a água chegou em sua casa, e invadiu os espaços domésticos, levou os pertences familiares e deixou um rastro de lama fétida (pixé²⁰, no regionalismo local).

Figura 112: Mapa mental feminino de 51 a 60 anos.

Mapas mentais masculinos de 01 a 10 anos

Dos cinco registros dos mapas mentais masculinos (Figura 112), no recorte etário de 01 à 10 anos, quatro apresentam nuvens carregadas de chuva, e dois a presença de raios. Um desenho faz a alusão à Arca de Noé, com uma igreja dentro,

²⁰ [...] “todo mundo está de acordo que depois dessas horríveis refeições de carne de humanos os Kachinaua exalam de longe um fedor insuportável, o que fez com que os Paranauá lhes aplicassem o apelido de Pichinaua, os fedorentos, reservado aos Kurina pelos Kashinaua” [...] (CARNEIRO DA CUNHA, 2009, p. 170). Portanto, suponho eu que o termo pixé é oriundo da abreviação de um regionalismo histórico.

a qual significa que na ocasião da alagação o garoto pensou ser o final dos tempos. Um dos desenhos traz ainda a escola como objeto central do desenho. Em todos os mapas dessa seleção, a centralidade foi a casa ou a escola, cuja definição, na concepção do ribeirinho, corresponde ao local onde ele encontra segurança. É no âmbito da casa que ele, ao reconhecer a iminência de um perigo, vira-se para a casa com intuito de resguardar-se.

Figura 113: Mapas mentais masculinos de 01 a 10 anos.

Mapas mentais masculinos de 11 a 20 anos

Dos nove mapas desta seção (Figura 113), cinco trazem nuvens carregadas de chuva. Isso demonstra que o motivo da alagação, para essas pessoas, está atrelado a quantidade de chuva que caiu. Em todos os desenhos a centralidade também é a casa, que corresponde o local onde há a primeira preocupação do perigo iminente de desastre. Dois desenhos trazem a representação de si próprio no desenho, os quais querem dizer que os desafios enfrentados estão para sempre na memória daqueles que o vivenciaram.

Figura 114: Mapas mentais masculinos de 11 a 20 anos.

Mapas mentais masculinos de 21 a 30 anos

Nos doze desenhos desta seção (Figura 114), a centralidade do desenho também enfocou a casa. Em todos os desenhos, as casas estão submersas pelas águas do rio Juruá. Em cinco desses desenhos aparecem os plantios agrícolas que foram perdidos na ocasião da alagação de 2008. Em quatro deles, há a presença de nuvens carregadas de chuva. Em dois desses desenhos representam a si próprio, na canoa em rota de fuga da alagação. Ou seja, os desenhos retratam os elementos da paisagem, bem como retratam os desafios que vivenciaram.

Nos quatro registros do recorte etário de 41 a 50 anos (Figura 116), os homens fizeram uma relação às perdas havidas no desastre, sendo que um deles desenhou em grande escala o boi que morreu na alagação, animal este que era tido como uma poupança viva, isto é, uma garantia de dinheiro futuro que pode ser advindo com a venda tanto do animal vivo quanto do animal abatido. Outro desenho faz referência à tentativa de arrastar e amarrar a casa que fora arrancada de seu esteio (barrote). Já em outro, está a relação dos cultivos perdidos na alagação. E, por último, está o nível gradual que a água subiu, até chegar a cumeeira da casa, encobrindo o telhado.

Figura 117: Mapas mentais masculinos de 41 a 50 anos.

A decisão por separar por recorte etário e de gênero os mapas mentais permitiu que visualizássemos a presença ou ausência de relações entre eles. Assim, ao apontarmos essa divisão, ficou claro que por faixa etária e por recorte de gênero houve um padrão de interpretação, ainda que pequeno, que consistiu na similitude da presença da casa ou escola no centro dos mapas, cuja significação está associada à importância que essas construções têm na vida do ribeirinho amazônico do Alto Juruá, ora representada pela invasão repentina da água, ora sendo puxada por canoas para não se perder nas águas do rio, ora abrigando a família dos desafios.

4.2.2. Considerações acerca do conteúdo dos registros fotodocumentais

A seguir, serão apresentados os registros fotodocumentais da alagação de 2008. Tais registros, como mencionado, foram realizados pelo técnico da SEAPROF, o qual representou, naquela viagem específica, o ente da Defesa Civil responsável por averiguar a situação da cheia e distribuir cestas básicas e colchões aos afetados. Na ocasião desta expedição, foram realizados registros, em 2008. E, em 2012 esses mesmos registros foram compartilhados com a pesquisadora na ocasião do trabalho de campo.

Dividimos a apresentação dos registros fotodocumentais em duas categorias, que são: 1) registros de comunidades inteiras alagadas; 2) registros dos donativos distribuídos. Em seguida fizemos uma relação entre os registros fotodocumentais da alagação de 2008 cedidos pelo técnico do SEAPROF com os mapas mentais colhidos na pesquisa de campo pela autora. Essa estratégia não apenas apontou mais uma prova da veracidade dos relatos como também trouxe à tona as memórias concernentes aos agravos sofridos naquela ocasião.

Nota-se, no entanto, que os registros fotodocumentais apresentados a seguir possuem um olhar institucional do problema e, como tal, se posiciona a agir da maneira que lhe é interpretável. Sendo assim, as ações remediativas realizadas com intuito de sanar o problema denominado desastre, pelo ente público estão concentradas em registrar a ocorrência de tal acontecimento e distribuir algumas centenas de cestas básicas, ou sacolão, como denominam os próprios moradores da região. E, quando utilizamos os mesmos registros sob o olhar do afetado, trazendo seus mapas mentais e relatos, podemos aprofundar ainda mais nosso conhecimento acerca dos enfrentamentos e do que se trata, de fato, um desastre. Tal como segue:

1) Registros fotodocumentais de comunidades inteiras alagadas:

Os registros a seguir (Figura 117) retratam as condições que as comunidades ficaram na ocasião da alagação de 2008. Nota-se que as casas ficaram submersas e muitas foram arrastadas e/ou danificadas.

Figura 118: Registros fotodocumentais da alagação de 2008 – comunidades inteiras alagadas. Fonte: Erisberto (SEAPROF/AC).

2) Registros fotodocumentais dos donativos distribuídos:

Na figura a seguir (FIGURA 118), estão os registros dos donativos que foram distribuídos na cheia de 2008. Dentre esses donativos, foi mandado “matar um boi”, na Vila Foz do Breu e distribuídos suas partes aos moradores da comunidade:

Figura 119: Donativos Distribuídos na alagação de 2008. Fonte: Erisberto (SEAPROF/AC).

Agora, apresentaremos os registros fotodocumentais de 2008 comparados aos mapas mentais que foram coletados na pesquisa de campo de 2012, de forma a evidenciar que as distintas linguagens podem ser usadas para contar as mesmas histórias de enfrentamento dos agravos advindos da alagação de 2008.

A primeira relação feita trata do registro fotodocumental acerca da moradia que ficou afetada pela água, cujos moradores tiveram que habitar a cumeeira do

telhado para garantir que seus bens móveis fossem resguardados. Segue mapa mental desenhado por quem viveu esse desafio (Figura 119).

Figura 120: Registros fotodocumentais de 2008 comparados aos mapas mentais coletados em 2012 (nova rotina familiar).

Outros registros sobre a danificação das casas foram feitos e confrontados com os mapas mentais. Neste em específico, a casa está encoberta pelos troncos que foram carregados pela água, e no mapa mental, troncos são carregados pela correnteza na alagação de 2008, tal como segue a figura 120 a seguir:

Figura 121: Registros fotodocumentais de 2008 comparados aos mapas mentais coletados em 2012 (troncos descendo o rio).

Da mesma forma, o registro fotodocumental traz a casa suspensa pela força da água, a qual foi arrastada pela alagação de 2008. E, no mapa mental, nota-se que casas foram arrastadas pela força do rio, tal como na Figura 121 a seguir:

Figura 122: Registros fotodocumentais de 2008 comparados aos mapas mentais coletados em 2012 (casas sendo arrastadas).

O registro a seguir (Figura 122) traz um momento descontraído entre mãe e filho e o mapa mental correspondente traz o episódio onde a mãe pega o filho que cai do jirau da cozinha pela perna e o salva de um fim trágico.

Figura 123: Registros fotodocumentais de 2008 comparados aos mapas mentais coletados em 2012 (luta da mãe para salvar o filho).

Outro registro pode ser comparado aos mapas mentais, agora com relação à escola da comunidade que fora alagada, tal como segue a figura 123:

Figura 124: Registros fotodocumentais de 2008 comparados aos mapas mentais coletados em 2012 (escola alagada).

Como não poderia faltar, o registro fotodocumental feito dos animais confinados em pequenos pastos improvisados também foi apontado nos mapas mentais, tal como a Figura 124 a seguir:

Figura 125: Registros fotodocumentais de 2008 comparados aos mapas mentais coletados em 2012 (pasto improvisado para o gado).

Como vimos, cruzarmos a interpretação dos registros fotodocumentais com os mapas mentais, confere ao grupo coesão com relação àquilo que viveram na ocasião da alagação. Mostra ainda que o recorte microssocial da análise pode revelar para além do que é oficialmente contabilizado. As particularidades do desastre sobre o olhar de quem vive seus agravos está na fala do sujeito historicamente invisibilizado.

Em seguida, mais um método é usado para dar veracidade aos desafios e agravos sofridos por esses que não tem vez nem voz no campo das discussões sobre o que seja o desastre no Brasil.

4.2.3. Desastres segundo a palavra dos moradores, através dos relatos orais

Neste subitem traremos os relatos de quem vivenciou o desastre. Para tanto, dividimos essas falas em distintas categorias de afetação, as quais têm como finalidade abarcar a multidimensão dos agravos sofridos em circunstâncias de desastres. São elas: 1) ineditismo dos acontecimentos; 2) perdas e enfrentamentos dos perigos; 3) perdas materiais e natureza variada; 4) perdas simbólicas que aludem; 5) enfermidades que apareceram após alagação; 6) provimentos institucionais. Salientemo-nos cada uma, tal como segue:

1) Ineditismo dos acontecimentos – Esse subitem traz a reação surpresa com que o fato se deu. Os relatos desta seção aludem a um acontecimento trágico e não rotineiro, portanto, são acontecimentos que não estão no imaginário social daquelas pessoas. Essa situação inédita de sofrer agravos sem antecedentes favorece uma relação de medo com o desconhecido, no sentido de não saberem como proceder frente a tais desafios.

M 40 - "Eu nunca tinha visto uma alagação desse tanto. Mamãe conta que teve uma outra, mas eu não lembro".

H 50 - "Alagação desse jeito ofende! Ofende porque a gente ainda não sabe como lidar com ela..."

H 37 - "Nunca vi uma alagação como aquela, quando eu tava com uns dez anos vi uma, mas não como a de 2008"

M 28 - "Nunca tinha visto desse jeito. Tenho pra mim que isso é final dos tempos..."

H 29 - "Desse tanto que alagou eu tô pra ver. Essa alagação de 2008 foi pra dá com o pau."

H 31 - "Alagação assim igual a de 2008 nunca vi, não"

M 27 - "Desse jeito que ficou a alagação de 2008 teve não, eu nunca tinha visto. A mata ficou deitada, toda arriada"

M 63 - "Fia, vou te contar que há uns cinquenta anos pra trás eu vi uma alagação assim, que ofendeu que nem essa de agora."

M 26 e H 33 - "Daqui pra trás nunca que tinha visto uma alagação assim que nem essa que deu em 2008... Ficou tudo derretido por aí, a terra foi caindo do barranco tudo"

M 28 e H 31 - "Alagação de 2008 teve muito grande, não tinha visto assim..."

H 27 - "Dos vinte e sete anos que moro aqui nunca que tinha visto uma alagação assim"

M 31 - "Alagação como aquela tô pra ver ainda..."

H 61 e M 57 - "Em 1973 vimos uma chuva grossa como essa, também era janeiro"

M 34 - "Moro na beira do rio e nunca vi uma alagação que nem aquela."

H 34 - "Alagação feia essa, viu..."

H 52 e M 48 - "Alagação de 2008? Não tinha visto nada igual"

H 80 - "Em 1965, se me alembro bem, teve uma alagação forte assim. No dia 13 de dezembro é o dia de Santa Luzia, dia que faz a experiência pra ver se vai chover, e se ficar melada os meses do inverno é porque vai chover e se não ficar é porque o inverno vai ser fraco. "

H 25 - "Aqui no Cruzeiro não tinha visto ainda uma alagação como a de 2008..."

Dentre as particularidades dos relatos, duas pessoas fizeram referência à ofensa de sofrerem com uma alagação. Neste caso, sentem-se ofendidos porque não sabem lidar com as situações adversas advindas da alagação, sentem-se enganados por não esperarem um acontecimento como esse. Ofensa no sentido restrito da palavra, de serem lesados frente uma situação atípica, uma vez que o fluir natural das águas faz parte de seu arcabouço cultural e não saber ou não ter mecanismos para lidar com tais adversidades faz deles susceptíveis a sofrer os agravos e, portanto, ofendidos.

Outro relato emblemático deste recorte refere-se à característica que a mata de várzea tomou após a alagação baixar: deitado ou arriado e melado. Deitado ou arriado significa dizer que a força da água foi tamanha que a vegetação da várzea foi suprimida; e melado significa dizer que os locais de uso comum ficaram cobertos de lama, inviabilizando as moradias e os poucos pertences que resistiram à alagação.

Nota-se ainda que a alagação de 2008 foi historicamente lembrada, tanto em termos de devastação quanto em termos de comparação a outras alagações, sendo a maior de todas elas.

Por último, faz-se necessário analisar o experimento de Santa Luzia, a qual corresponde a uma simpatia para descobrir se no verão ou no inverno as águas serão

em abundância. Essa simpatia foi relatada por mais de uma pessoa, em diferentes contextos e é feita pelas pessoas mais velhas e experientes.

2) Perdas e enfrentamentos dos perigos – Os relatos a seguir trazem os enfrentamentos que tiveram que passar para continuarem vivos. Trata-se de relatos que rememoram as agruras daquele inverno amazônico. A conotação da chuva grossa enfatizada três vezes faz alusão ao volume de água que despencou do céu. Nas localidades do Alto Juruá e, particularmente também no Médio Solimões, a repetição das palavras significa a agudização do fenômeno. Isso significa, então, que a chuva foi ininterrupta e muito volumosa, fatores esses que contribuíram para a alagação repentina.

Um dos relatos traz a particularidade da florada de um certo tipo de vegetação. Essa observação somente pode ser feita por quem conhece as particularidades da região. É preciso saber ler e interpretar os signos da composição ambiental, de forma que seus significados possam ser empregados para decifrar os elementos dos recursos naturais e as formas de interação com os seres vivos daquele modo de vida específico. E, somente o caboclo ribeirinho tem condições de ler tais signos.

Notou-se também que houve duas chuvas, uma em dezembro com um volume de água acima do normal, que já inundou localidades que pouco sofrem com alagações; e outra em janeiro, que agudizou a alagação anterior. No entanto, entre uma alagação de outra, coisa de um mês, no máximo, a água não vazou. Significa dizer que em outra ocasião a água de dezembro vazaria, dando tempo hábil para as águas de janeiro chegarem sem que causasse transtornos. Não foi o que aconteceu. Isso fez com que ambas águas tenham se encontrado e exercido uma força maior de destruição naquelas comunidades.

M 40 - "Quando deu seis horas da tarde a água já estava pela cintura, daí quando deu sete horas a água já estava cobrindo aqui (o pescoço), e choveu só dois dias, grossa grossa grossa. Daí chovendo, alagando, ia passando o dia e não vazava nada. Aí teve uma hora que não chovia grossa, mas chovia todo tempo. Deu duas alagação, uma mais pequena, daí quando deu um mês veio a mais forte. Só foi um mês de uma pra outra. A primeira cobriu o assoalho, aí veio a segunda e cobriu tudo. A primeira foi em dezembro e depois a segunda em janeiro."

H 50 – "Aí passou um homem por aí, que chama Irmão José, aí eu ouvi ele dizendo que não fizesse casa alta mas também ele dizia que não fizesse casa no caminho da água. Eu teimei e fiz, que essa beirada aqui é caminho da

água, né? Levou tudo tudo tudo, pintou a saracura. Depois que passou a alagação cê não via mais casa na beira do rio, não. Era longe longe longe, taca lá por cima das terra, tava era com medo."

H 37 – "Choveu noite e dia sem parar, daí quando foi seis da tarde a água já tinha subido o jirau, daí pra frente foi rápido. Acho que foi por causa da chuva, e depois que torno a enche sem vaza, já lá pra janeiro".

M 28 - "Choveu três dias sem parar, daí passou mais dois chovendo dia inteirinho. Daí encheu, não vazou, passou o mês de dezembro todinho e voltou a encher e daí alagou tudo. Não vazou nada...era água pra todo canto"

H 29 - "A chuva grossa caiu por três dias direto, sem parar, não deu um trovão, só chuva chuva chuva chuva. Daí passou a chuva mas não vazou. Aí veio a chuva de novo, grossa grossa grossa. As seis da tarde começou a cobrir a casa quando deu 11 da noite já tava tudo debaixo d'água. Aí não deu jeito, encheu de vez e alagou as coisas tudo".

H 31 - "Chuva que dava o dia todo, aquela chuva grossa, passou bem uns três dias chovendo tempo todo, dia todinho."

M 27 - "Chuva chuva chuva chuva, que não parava nem pra fazer barulho de trovão. Passou três dias chovendo direto direto direto. Daí parou, mas não vazou. Passou foi tempo até começar a chover de novo, mas aí o rio que não vazou começou a encher de novo e foi só dois dias de chuva grossa pra ficar daquele jeito."

M 63 – "Um chuvaral medonho, passou tempo chovendo, nem me alembro tanto. Daí torno encher e nada de vazar. Foi isso que deu a alagação, chuva chuva chuva..."

M 26 e H 33 - "Choveu dia inteirinho, passou bem uns três dias chovendo. Daqui pra todo canto era só chuva chuva chuva... E mesmo quando deu aquela parada pensa que vazou? Vazou foi nada, tornô a enchê de novo, foi que alagou."

M 28 e H 31 – "A mutamba e o mulateiro quando fica carregado de flor é porque o inverno vai ser pesado. Aí quando foi 2008, que nem, deu três dias de chuva forte, choveu dia todinho, não parou um minuto. Passou tempo e não vazou, torno a chove e aí encheu com força, mesmo"

H 27 – "Muita chuva, né. Mas não é dessa chuva que cai e passa, não. É chuva grossa mesmo, de chover três dias direto... E também não vazou nada, só fez chover mesmo".

M 31 - "Começou a chover uma da tarde, passou três dias chovendo todo tempo..."

H 61 e M 57 - "Começou a chover uma hora e não parou por três dias. E o tremor de terra, né. Quando dá assim, pode saber que vem chuva forte, Irmão José, o Zé da Cruz, que falou uma vez. Ah, e cigarra quando desce cedo é porque o verão (seca) vai ser forte"

M 34 - "choveu de dia, de tarde, de noite, chuva grossa grossa grossa..."

H 34 - "choveu dia e noite todo tempo, não vazava por nada. Quando deu de encher de novo aí alagou. Passou oito dia alagado. Tenho pra mim que é porque não tem mais mata na beira do rio, né? A água vai pra donde? Pra cima do barranco mesmo"

H 52 e M 48 - "chuva grossa, tenho pra mim que foi isso. Passou bem uns três dias chovendo assim..."

H 80 - chuva grossa que não vazava, aí encheu mais e aí alagou. Assim que enche, o igarapé logo vaza, dessa vez passou cinco dias sem vazar. Cada ano que passa tá mudando. Os bicho sabe das coisa, de primeiro os bicho de casco (tartaruga) botava ovo em agosto, agora hunft, nem ela mais sabe quando é agosto..."

H 25 - "Acho que foi muita chuva lá pra cima, e também não vazava de jeito nenhum. O jeito foi encher daquele tanto mesmo"

3) Perdas materiais e natureza variada – Nesta parte dos relatos, separamos os mais expressivos quanto às perdas havidas. Desde os pertences pessoais, roupas, calçados, utensílios domésticos, dentre outros, à criação de animais e materiais da agricultura. Nesta parte pode-se ter uma pequena ideia dos enfrentamentos que os comunitários tiveram que passar com relação às dificuldades em se manterem não somente enquanto a alagação durou, mas principalmente dos dias que seguiram. Dentre os relatos está um que enfatizou a grande dificuldade do ano subsequente, visto que a criação de animais e o provimento do alimento oriundo da agricultura não foram usufruídos. Isto significa que o desastre perdurou não somente naquele momento, mas por um tempo longo, causando rupturas maiores do que apenas materiais.

M 40 – “Foi embora as coisinhas nossa tudo, fogão, roupa, macarrão, televisão.”

H 50 – “Ficamos sem fogão, sem roupa, calçado só mesmo aquela sandália de borracha, colchão tivemos que jogar tudo fora, cheio de lama. . Nas coisas que ficaram em casa ficou cheio de lama, areia, tinha de tudo. Tivemos que colocar tudo pra fora. As roupas pegava assim e resgava tudinho. As galinhas? Hunf, morreu tudinho tudinho. As que se salvaram nas beiradinha do jirau, vinham esses marginalzinho e roubava”

H 37 - "Lá em casa as galinha, quem foi que foi atrás de galinha, quero saber de galinha.... A mulher: ah, pega as galinha! Que coisa nenhuma, nós escapando minha velha com os menino é o que basta! Bora procurar um rumo. Depois nós faz de novo, né? Não tinha canto pra ir, daí levar galinha, cachorro, gato, morre tudo por aí mesmo, né? Bora escapar nossa vida! Os pé de fruta que tinha em casa, coqueiro, limão, jambo, morreu tudo."

M 28 - "Perdemo tudo tudo tudo, o gado que salvemo adoeçou e depois morreu tudo, sobrou pouco pasto pra eles. Deu praga da lagarta na mandioca, as tarrafa foi tudo na alagação. A casa qual culá salvemo pouca coisa, não teve jeito de tirar, a água levou tudo."

H 29 - "Perdemo foi tudo, cama, colchão armário, de um tudo. Plantação, então, a mata ficou deitada. Galinha, porco, se perderam tudo por aí mesmo"

H 31 - "Perdeu pasto, gado, galinha. As galinha ficaram num meleiro só, morreu tudo na lama mesmo. Perdeu as coisa da casa tudo, não deu tempo de tirar nada, foi de repentinha. Perdeu plantação de milho, feijão, mandioca"

M 27 - "Os plantio a gente perdeu tudo, no quintal de casa os pé de fruta, planta de raíz foi tudo. As galinha não sobrou uma pra conta a história. As coisa da casa mesmo até que deu pra salvar uma coisinha, mas muita coisa apodreceu também"

M 63 – “Perdemo plantio de milho, roça, banana, feijão, foi tudo embora com a água. Perdeu as galinha, os pato, porco. Aqui em casa graças a Deus é alto, não perdemo nada de casa. Mas as coisa na baixa perdeu foi tudo."

M 26 e H 33 - "Roça, galinha, feijão, banana. Foi de um tudo. Aqui em casa, porque é alto, né, chegou a alagação, não. Mas aí pra fora tudo a alagação tomou."

M 28 e H 31 - "Perdemo o plantio todo, roça, banana, feijão. A gente que morava lá do outro lado, ficamo sem nada, casa a água levou no peito, levantou barrote e foi toda. Ainda conseguimo saí de lá antes, graças a Deus."

H 27 - "Cada um foi salvando o que podia, O bananal ficou aterrado, perdeu roça, banana e até uns pezinho de feijão que tinha pra aculá. "

M 31 - "Faltou três palmos pra água subir no assoalho. Não tinha como sair de casa pra procurar o que comer, no plantio e na criação perdeu tudo, teve que comprar farinha, foi o jeito..."

H 61 e M 57 - "no plantio a gente perdeu a banana, a roça e o milho. As galinhas e os patos morreram na lama, as que ficaram morreram depois de doença."

M 34 - "Perdemo um pucado de coisa, a roça, a banana, o milho as galinhas e os patos não perdemos na alagação, mas morreram tudinho depois com o mal..."

H 34 - "Perdeu milho, banana, roça, as coisa da casa da gente, galinha, pato, foi tudo"

H 52 e M 48 - "Plantio de milho, roça, banana, fruteira, tudo. As galinha foram tudo com a alagação."

H 80 - "Moro com meu filho, perderam foi tudo da roça, os pé de fruta, coco, jambo, milho, banana. As galinha foram se perdendo por aí mesmo."

H 25 - "Morava no Miritizal, mas aí com a alagação a prefeitura deu casa pra gente lá na estrada do aeroporto. Muita gente não gostou porque era longe do rio, teve gente que voltou pra beira do rio. Minha mãe mesmo voltou, ela não fica sem pescar o peixe dela."

- 4) Perdas simbólicas que aludem – Os trechos desses relatos trazem o sentimento de prostração frente às adversidades oriundas dos desastres silentes. Passada a agonia de lutarem para manterem-se vivos, tiveram que lidar com diversos tipos de sentimento, ora depressão, ora tristeza, ora incapacidade. Não bastasse lidar com as perdas materiais e simbólicas, tiveram que reinventar uma nova forma de continuar. Para quem pouco tem, perder a referência que o lar abriga é perder-se nos galhos no meio do rio. Sabe-se de importância de lutar pela vida, mas não encontra motivação para fazê-la. Nota-se que, num recorte de gênero, os homens preocuparam-se em dar provimento à vida pública, através da relação com o mercado, dos apetrechos de pesca, dos animais de criação; enquanto as mulheres preocuparam-se em contabilizar as perdas no âmbito privado, do cuidado com o lar, com as plantas domesticadas alocadas no quintal de casa, com a saúde da família. Ambos os sexos preocupados em voltar a estabelecer as condições que outrora funcionou perfeitamente no seio da família. Houve até quem dissesse que morar na várzea novamente, nunca mais. Dentre os sentimentos mais apontados pelos relatos estão a tristeza e o sentimento de impotência.

M 40 - "A gente só acredita porque vê, né? Porque se não vê, não acredita. Todo mundo doente da alagação, todo mundo adoeceu com a dor da perda na alagação. Aqui em casa minha santinha foi embora, ainda ficou na parede o quadro do Irmão José, homem bom que passou aqui."

H 50 - "Rapaz, mas foi a coisa mais triste que eu já vi nos meus cinquenta anos, foi isso. Nunca tinha visto eu passar uma tristeza assim de ver o desespero, né?"

H 37 - "Pendeu foi a coragem de ter que começar tudo do zero de novo, fazê o que, né?"

M28 - "Perdemo até a vontade de viver, mas não tem como, né. Ficamo numa tristeza só, pra todo canto que cê passava no Juruá, cê via aquela tristeza de todo mundo."

H 29 - "A mulher perdeu foto do pai dela, a imagem do Irmão José e até a Santinha que ganhou no novenário, ficou numa tristeza só"

H 31 - "Perdemo foi nosso canto, nossas coisa tudo, o sossego."

M 27 - "Perdemo a alegria, né? Coisa triste demais..."

M 63 - "Perdemo a esperança de começar de novo, né! Já penso eu velha desse jeito ter que fazer tudo de novo, plantá as coisinha tudo..."

M 26 e H 33 - "E agora a tristeza, ah, fiquemo por demais de triste, não sabia nem por onde começar. "

M 28 e H 31 - "A mulher perdeu os pé de planta do quintal, mas foi que conseguimos arrumá de novo noutra canto, graças a Deus"

H 27 - "Da alagação todo mundo tem medo, né? A peste da lagarta faz medo em todo mundo. De pegar no feijão, na macaxeira, couve, rama de mandioca... Aqui todo mundo tem medo de passar fome"

M 31 - "A gente fica com a sensação que nada pode sem Deus, né. Só ele mesmo pra fazer começar tudo de novo."

H 61 e M 57 - "Perdemos foi a alegria, não tinha um aqui que não tava triste."

M 34 - "As coisinha da gente, né... Coisa que nem sei dizer o nome..."

H 34 - "o ano de 2008 foi muito sofrimento"

H 52 E m 48 - "fiquei foi com medo de morar na várzea, mas não tem jeito, tem que ficar porque a gente sabe é lidar com ascoisas da várzea."

H 80 - "A gente perde é a ciência da gente, não sabe mais quando é quando..."

H 25 - "Quando foi na alagação, antes da prefeitura dar a casa pra gente, ficamos na escola. Eu ficava morrendo de vergonha de ter que estudar lá e tá morando lá, tinha vergonha de não ter casa, de ter que morar na escola e atrapalhar os estudos"

5) Enfermidades que apareceram após alagação – Os relatos a seguir trazem as circunstâncias com que as comunidades tiveram que lidar com relação às enfermidades. Todas relatadas têm relação com doenças ligadas à veiculação hídrica, ou seja, são enfermidades contraídas a partir do contato direto e indireto com água contaminada. Os casos mais relatados foram de dores na barriga, diarreia e hepatite. Isto significa que além dos desafios quanto às perdas materiais e simbólicas, as comunidades que sofreram com a alagação de 2008 tiveram ainda que enfrentar os males de doenças de veiculação hídrica. Isso sem considerar que não havia tratamento especializado muito menos atendimento de emergência. As estratégias encontradas pelas comunidades eram sempre relacionadas aos medicamentos naturais, oriundos da própria floresta e do conhecimento tradicional. E, quando não eram as crianças e adultos enfermos, eram os animais.

M 40 - "Os menino depois ficaram tudo por aí, doente da barriga, com gripe e até malária deu nos menino da cumadre aqui do lado".

H 50 - Agora essa peste depois da alagação morreu tudo. Aqui dá mais doença é no verão: febre, dor de barriga, diarreia. Deu muita hepatite também. Mas pra mim falou que tou com hepatite malária é a mesma coisa que gripe, atoa. Eu já sei o que cura, é o remédio da mata mesmo. Lá em casa eu to criando 18 filhos, nunca fui comprar remédio indicado por ninguém, quando precisa vou cá na mata."

H 37 - "Nos menino deu gripe, dor na barriga, malária aqui não deu, mas teve em gente que deu. Deu mal das planta na mandioca, mandaruvá na mandioca, passou tempo pra firma de novo"

M 28 - "Aqui em casa, graças a Deus não deu malária, deu uma dorzinha de barriga qualculá, mas sarô rapidinho."

H 29 - "Nos menino, graças a Deus não deu. Mas eu apercebi que os animais quando comiam as plantas da alagação ficavam tudo doente."

H 31 - "Doente da barriga todo mundo ficou, daí era só toma o chá da árvore da diarreia que ficava bom."

M 27 - "Adoeceu os menino tudo, com febre, diarreia, gripe."

M 63 - "Os menino da minha menina ficaram tudo adoecido, dor na barriga, febre, gripe."

M 26 e H 33 - "Agora os menino tudo doente, com febre, gripe, deu malária por aí tudo."

M 28 e H 31 - "Adoeceu não."

H 27 - "Deu hepatite na comunidade e nos menino..."

Deu hepatite nos menino, a barriga inchou porque bebemos a água do rio..."

M 31 - "Deu hepatite nos menino, a barriga inchou porque bebemos a água do rio"

H 61 e M 57 - "Graças a Deus não deu doença nos menino, aqui com a gente não..."

M 34 - "Os bicho adoeceu, mas os menino não, com a graça de Deus..."

H 34 - "Adoece não adoeceu não"

H 52 e M 48 - "Os menino pegou uma dorzinha de barriga acolá, e malária foi todo mundo da comunidade."

H 80 - "Deu dor de barriga, mas não pode nem dizer que é por conta da alagação, toda vez dá..."

H 25 - "O pessoal de casa ficou tudo com malária, aqui em Cruzeiro deu em muita gente..."

- 6) Provimentos institucionais – Nesta parte dos relatos estão concentrados àqueles referentes aos provimentos institucionais. Houve relatos de denúncia a respeito da preferência do governo local atender ao pedido de ajuda somente nas comunidades onde o prefeito foi votado. Outro relato diz respeito à demora para distribuir as cestas básicas (sacolão, no regionalismo local) e os colchões. Houve também relato de pessoas que foram beneficiadas com o abate de uma vaca, onde cada qual ficou com uma parte do animal. Segundo a análise dos relatos, as ações de resposta foram insuficientes, paliativas e pouco representativas no quesito reconstrução. Isto por que as medidas usadas não atingiram, nem de longe, as necessidades locais.

M 40 - "A prefeitura ajudou dando sacolão, só. Isso quando dava pra todo mundo".

H 50 - "O transporte da vila é pouco. Se o cara não tinha como sair, tinha que esperar, ele morria. Veio chegar aqui depois da avalanche, que mandaram o barco que foi deixando alguma comida, um feijão pra alguns. Se nós tivesse esperado tinha morrido de fome, até hoje ainda não foram. Foram nunca."

H 37 - "Prefeitura passou de barco aí, distribuiu sacolão, mas não foi todo mundo que recebeu, não. Pra dá pra todo mundo tinha que vim pelo menos mais cinco canoa daquela"

M 28 - "Prefeitura andô passando por aí, deu sacolão pras família, mas não foi todo mundo que ganhou, não. Eu mesma nem vi passando"

H 29 - "A prefeitura não ajudou, só algumas famílias. Muito menos avisaram da alagação grande que ia ter, daí pegou de surpresa."

H 31 - "A prefeitura ajudou com sacolão, mas não foi todo mundo que ganhou. Teve gente por esses cantos aí que ficou sem tê o que comer."

M 27 - "A prefeitura passou cadastrando as famílias, mas não voltaram com sacolão, não"

M 63 - "Prefeitura passou fazendo cadastro com o pessoal, deu sacolão, mas aqui em casa não veio, não."

M 26 e H 33 - "Prefeitura só ouvi dizer, mas não vi sacolão nenhum..."

M 28 e H 31 - "Vi sacolão nenhum por aqui, não..."

H 27 - "Prefeito ajudou com nada, não..."

M 31 - "A prefeitura não ajudou, colocaram um canoa pra ajudar todo mundo..."

H 61 e M 57 - "Não, veio ninguém aqui pra dar sacolão, não"

M 34 - "A prefeitura ajudou com sacolão, mas deu pra um mês só e não foi pra todo mundo. Teve gente mesmo que aqui na comunidade não recebeu."

H 34 - "Prefeitura veio e mandou matar um boi, cada um pegou um pedaço qual culá e foi só"

H 52 e M 48 - "Prefeitura mandou matar um boi aí, sacolão deu pra um ou dois, mas eu não recebi"

H 80 - "Não, ajudou não"

H 25 - "Prefeitura ajudou com a casa no mutirão, sacolão, mas não foi todo mundo que recebeu"

Os relatos revelam, pois, que houve uma nítida discrepância entre a forma como as comunidades viveram a alagação do ano de 2008 e a forma como as autoridades conduziram a definição da situação e as práticas diante a mesma. Para as comunidades, tratou-se de um desastre, que deixou muitas marcas em suas vidas. Para as autoridades, não. Estas não decretaram emergência e, por decorrência, não houve portaria federal de reconhecimento, sonhando-se o caso na contabilização institucional nos três níveis do SINPDEC (municipal, estadual e federal). Essa situação corresponde apenas uma pequena parte das muitas situações que se repetem ano a ano. Os eventos extremos têm sido cada vez mais frequentes e os provimentos cada vez menos eficientes. Isso devido à pouca visibilidade que se tem das verdadeiras situações de desastres nos rincões do país. Afinal, espera-se manter o título de país livre de desastres, pois sua legalização como acontecimento trágico e não rotineiro está implícito na hegemonia brasileira de manter tudo sob o controle do Estado federal.

4.2.4. Estratégias comunitárias de enfrentamento dos desastres

Trazemos agora uma síntese dos enfrentamentos vividos pelas pessoas que vivenciaram o desastre. As medidas de resistência comunitária ribeirinha à alagação excepcional foram, dentre outras: 1) manterem-se próximas, umas das outras, as famílias da vizinhança; 2) não sucumbirem à tentação enganadora de mudarem a residência para o núcleo urbano; 3) retirarem as casas circunstancialmente de lugar, compartilhando os pertences com vizinhos e parentes que foram afetados; 4) voltarem a cultivar os campos agricultáveis em seguida, iniciando novamente a criação de animais e aguardando um novo ciclo de pesca.

Embora haja muitos desafios a serem enfrentados quanto ao cenário de drásticas mudanças no regime flúvio-dinâmico na bacia amazônica, o enfrentamento social precisa ser validado segundo o conhecimento prévio dos povos do lugar, adquirido através do conhecimento empírico e do seu próprio sentido de ser-no-mundo.

Para elucidar tais estratégias, trazemos um registro fotodocumental (Figura 125) feito pelo técnico do SEAPROF na ocasião da alagação de 2008 que diz respeito a uma moradia improvisada, tal como segue a seguir:

Figura 126: Estratégias de enfrentamento – cabana improvisada para abrigar a família na alagação, pois a casa foi destruída.

Parentes e vizinhos prestaram acolhida às pessoas que precisaram de abrigo na ocasião da alagação de 2008:

Figura 127: Famílias que abrigaram outras famílias na alagação de 2008. Fonte: Erisberto (SEAPROF/AC).

A impressão que tivemos, através das entrevistas com os moradores ribeirinhos do Juruá, é que o sentimento de segurança da comunidade frente a esses e outros perigos se dá pela própria existência da comunidade como tal, isto é, pelo conjunto de práticas de acolhimento de vizinhos, amigos e familiares que formam a comunidade. Não haveria tempo hábil à garantia da vida e dos bens essenciais se houvesse estrita ou prioritariamente a dependência comunitária da providência das

autoridades e dos meios operacionais de emergência. Isso não implica descartar o atendimento público, mas demanda que o mesmo ganhe a agilidade devida para que as grandes perdas, danos e prejuízos sejam minimizados. Talvez o que essencialmente falte para viabilizar um bom atendimento dos meios operacionais aos sucessivos grupos sociais afetados seja incorporar as práticas e o conhecimento desses povos às medidas de intervenção em desastres desse tipo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa apresentada teve como objetivo central descrever e analisar sociologicamente a produção social de desastres relacionados a eventos hidrometeorológicos no contexto da Amazônia brasileira, focalizando especialmente o caso de um desastre, ocorrido no ano de 2008, na Reserva Extrativista do Alto Juruá (RESEX Alto Juruá), Acre. Especificamente, o trabalho buscou:

1. Descrever as estratégias comunitárias de utilização da água doce nas rotinas de autoconsumo e segurança alimentar, as quais são fundamentais à reprodução social no contexto da Amazônia acreana. Sobre este aspecto, vimos que as cacimbas são utilizadas como fonte para o consumo doméstico de água e, quando inviabilizadas, são substituídas pelas águas dos rios sem qualquer tipo de tratamento.

2. Caracterizar as distinções entre as interpretações que correspondem à ideia de desastre na perspectiva da comunidade local afetada e na perspectiva do olhar institucional e suas correspondentes práticas, cuja diferenciação foi descrita ao longo dos Capítulos 2 e 3. Distinguiu-se dois desastres: um, na perspectiva local que corresponde, dentre outros, aos medos que são produzidos a partir da iminência da morte, de forma que se lida a todo momento com as perdas havidas, sejam simbólicas, materiais ou da própria vida. E, a outra, que se relaciona à interpretação do discurso tecnocientífico que opera nessas ocasiões, a qual está baseada na perspectiva dos desastres serem naturais, desonerando qualquer responsabilidade sobre os agravos sofridos nessas circunstâncias. Em função dessa divergência de interpretação e significados do que sejam os desastres, as ações estão longe de serem eficientes, pois não consideram sequer as especificidades das reais condições dos modos de vida frágeis perante as mudanças atípicas do cenário ambiental.

3. Identificar as práticas da comunidade, no recorte etário e de gênero, relacionadas a técnicas emergenciais que dão provimento às necessidades vitais e sociais em contexto de desastre, que foi detalhada no Capítulo 3. Para este objetivo, foi analisado que homens e mulheres exercem papéis diferenciados mesmo em circunstâncias de desastres. Como, por exemplo, enquanto as mulheres mais velhas da casa juntam os pertences importantes (pequenas quantias de roupas e documentos, essencialmente), as meninas cuidam dos irmãos mais jovens. Já os homens, nesse tempo, aprontam a canoa para buscar as mulheres e os pertences na

casa. Os meninos, se em idade para acompanhar, ajudam o pai na tarefa de aprontar a canoa, senão são vigiados pelas irmãs mais novas dentro de casa. Foi analisado também que os comunitários se amparam mutuamente, com relação à improvisação da moradia, do alimento, das vestimentas ou de qualquer outra necessidade imediata de seus parentes, amigos e vizinhos que sofreram com as circunstâncias dos desastres.

Concluimos que os desastres não podem ser caracterizados apenas como fenômenos da natureza, assunto abordado no primeiro pilar. Existe uma questão social subjacente à materialização dos desastres que recorrentemente afetam os grupos sociais mais fragilizados. É preciso, portanto, atentar ao olhar/experiência dos grupos afetados, o qual não tem sido considerado para se definir o que é o desastre, muito menos quando se trata de povos e comunidades tradicionais. As ações do meio técnico operacional não consideram a vivência e experiência desses grupos que sofreram e sofrem os agravos decorrentes das circunstâncias de desastre.

Concluimos que as ações do meio tecnocientífico responsável não convergem para solucionar o problema, mas para tratá-lo de maneira paliativa, insuficiente e superficial, uma vez que as ações não consideram as especificidades das questões sociais, de moradia e de modo de vida. São ações realizadas numa ordem decrescente, de forma padronizada e que atende aos interesses imediatos.

O Plano de Contingência do município de Marechal Thaumaturgo (Anexo 1) responsabiliza os acontecimentos trágicos à escolha dos moradores por optarem viver à margem do rio. Essa culpabilização reproduz as ações da Defesa Civil no município, de forma que sejam justificadas a violência com que são tratadas.

A não oficialização de certos desastres, está implícito no discurso de que no Brasil não há grandes desastres, tais como furacões, tornados e vulcões. O discurso institucional do aparato tecnocientífico dos desastres no Brasil reside na arena da natureza de seus acontecimentos. E, oficializar esse tipo de desastre significa oficializar que o Estado reconhece sua fragilidade e, portanto, o seu não reconhecimento torna esse mesmo Estado conivente e responsável com os desafios que seu povo em território nacional enfrenta.

O modo de vida ribeirinho da Amazônia acreana está intimamente ligado ao fluir natural das águas, de modo que suas práticas e hábitos estão concernentes a esse ciclo sazonal, que ora encharca as várzeas, ora secam as praias. No entanto,

eventos hidrometeorológicos atípicos, como foi o caso da alagação de 2008, interferem negativamente nesse modo de vida particular. E essa interferência age como um fator desafiador sobre esse modo de vida susceptível às adversidades fora do arcabouço cultural daquela racionalidade. Diante essas mudanças, estratégias comunitárias são empreendidas, as quais estão para além da capacidade institucional de interceder por suas vidas, pois reside na arena dos enfrentamentos que eles mesmos criam para manterem-se vivos.

Nossa reflexão parte da pontuação de que há grande necessidade de se adentrar no nível microssocial das circunstâncias de desastres, para que haja maior informação acerca daquilo do que, de fato, se trata o desastre. Privilegiadamente através da fala do afetado podemos dizer do que um desastre é feito e de que maneira as estratégias são definidas para lidar com os desafios. Para subsidiar políticas públicas, no entanto, é preciso que se conheça especificidades dos agravos sofridos e, portanto, através da vocalização de quem os sofre na região.

Recomenda-se que estudos concernentes aos desastres relacionados às secas sejam feitos, os quais merecem tanta atenção quanto aqueles sobre os enfrentamentos oriundos das alagações atípicas.

A “alagação ofende” não apenas por seus povos no Acre não terem habilidades históricas e práticas para saberem lidar com as adversidades de um fenômeno adverso e atípico como a alagação de 2008, mas, sobretudo, ofende porque as necessidades dos povos tradicionais, mais especificamente da região do Alto Juruá, não são atendidas, suas vozes não são propagadas e suas agruras não são sanadas por quem tem o dever de fazê-las. Só o são porque eles próprios criam essas estratégias de enfrentamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, H., MELLO, C.C.A., BEZERRA, G de N. **O que é Injustiça Ambiental**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2009, 160 p.

ACSELRAD, H. **Vulnerabilidade Ambiental, processos e relações**. Comunicação ao II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais, FIBGE, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://www.fase.org.br/projetos/clientes/noar/noar/UserFiles/17/File/VulnerabilidadeAmbProcRelAcsehrad.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2012.

ADGER. W. N; KELLY, P. M. **Theory and practice in assessing vulnerability to climate change and facilitating adaptation**. Climatic Change 47, 2000.

AGAMBEN, G. **O que é um dispositivo?** Outra travessia 5. Ilha de Santa Catarina, 2º semestre de 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/article/download/12576/11743>.

ALBUQUERQUE, G.R. de. Cultura e Natureza, oralidade e escrita em áreas de florestas e cidades do vale do Juruá, Amazônia acreana. **Amazônica** 4 (2): 354-383, 2012.

ALMEIDA, M.W. B. **As colocações como forma social, sistema tecnológico e unidade de recursos naturais**, São Paulo. Rio Branco – Ac, 1988. mimeo.

ALMEIDA, M.W.B. **Plano de Desenvolvimento da Reserva Extrativista do Alto Juruá**, 1999. CNPT/ASAREAJ/UNICAMP.

ALMEIDA, M.W.B. DIREITOS À FLORESTA E AMBIENTALISMO: seringueiros e suas lutas. **Revista brasileira de ciências sociais** - VOL. 19 Nº. 55, 2004.

ALMEIDA, A.W. de. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto**: terras tradicionalmente ocupadas. 2. ed. Manaus: PGSCA – UFAM, 2008.

ALMEIDA, M. W. B.; CARNEIRO DA CUNHA, M.M. Populações Tradicionais e Conservação Ambiental. Pp. 184-193. In Capobianco, J. et al. (eds.), **Biodiversidade Amazônica. Avaliação e Ações prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios**. São Paulo, 2001.

ARCHELA, S.R., GRATÃO, H.B.L. e TROSTDORF, S.M. O lugar dos mapas mentais na representação do lugar. **Revista Eletrônica** – V.13, n.1, jan-jun e 2004. Londrina. Disponível no site <http://www.geo.uel.br/revista>.

ARRIEGUA BLOGSPOT – Minha cidade está debaixo da água. Disponível em: : http://www.arriegua.blogspot.com.br/2008_01_01_archive.html. Acesso em: janeiro de 2013.

ATLAS DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Marechal Thaumaturgo**. 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/perfil/>. Acesso em: dezembro de 2013.

BACHELARD, G. **A poética do espaço**; seleção de textos de José Américo Motta Pessanha ; traduções de Joaquim José Moura Ramos . . . (et al.). — São Paulo : Abril Cultural, 1978. (Os pensadores).

BARROS, R.P. de; CARVALHO, M. de; FRANCO, S.; MENDONÇA, R. **DETERMINANTES IMEDIATOS DA QUEDA DA DESIGUALDADE DE RENDA BRASILEIRA**. Texto para discussão no. 1253 IPEA. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2161/1/TD_1253.pdf Acesso em 04 de maio de 2013.

BARROS, M. de. **Livro das Ignorâncias**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

BERGO, C.L. A agricultura do Estado do Acre. A Amazônia brasileira em foco, Comissão Nacional de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia, n. 21, p. 60-66, 1993.

BERKES, F., FOLKE, C. Linking social and ecological systems for resilience and sustainability. In: Berkes, F., Folke, C. (Eds.), **Linking Social and Ecological Systems**. Cambridge University Press, Cambridge, pp. 1–25, 1998.

BOSI, E. A pesquisa em memória social. **Psicologia USP**, S. Paulo, v.4, n.1/2, p.277-286, 1993.

BOURDIEU, P. **Esboço de uma teoria da prática**. In: ORTIZ, R. (Org.). *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática (Col. Grandes Cientistas Sociais), 1983.

BOURDIEU, P. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 5 de outubro de 1988. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm Acesso em: 20/08/2013.

BRASIL, 2007 Decreto No 6.040, de 07 de Fevereiro de 2007. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais** – PNPCT. Diário Oficial da União, Brasília, Seção 1 Edição Número 28, quinta-feira, pg. 317, 08 de fevereiro de 2007.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Diretoria de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Populações Tradicionais – **DIUSP.TERMO DE REFERÊNCIA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE MANEJO PARTICIPATIVO - FASE 1 DA RESERVA EXTRATIVISTA ALTO JURUÁ/AC**, 2009. 13 p.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. **Plano Nacional de Habitação**. Brasília: Ministério das Cidades, 2009.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Plano de Manejo Participativo**: Reserva Extrativista do Alto Juruá. Marechal Thaumaturgo/Acre: 2011. 129 p.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres. **Anuário brasileiro de desastres naturais: 2011** / Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres. - Brasília: CENAD, 2012.

BRASIL. Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012. **Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC)**. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12608.htm>. Acesso em: novembro de 2013.

BRITTON, N.R., LINDSAY, J. Demonstrating the Need to Integrate City Planning and Emergency Preparedness: Two Case Studies. **International Journal of Mass Emergencies and Disasters**, Vol.13, No.2, p.161-178, 1995.

BULLARD, R.D. (ed.), **Confronting Environmental Racism**: Voices From the Grassroots. Boston: South End Press, 1993.

CAPLAN, S. Using focus group methodology for ergonomic design. **Ergonomics**, v. 33, n. 5, p. 527-33, 1990.

CAREGNATO, R.C.A.; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, Out-Dez; 15(4): 679-84, 2006.

CARNEIRO DA CUNHA, M.C da. **Tastevin, Parrisier**: Fontes sobre índios e seringueiros do Alto Juruá. Rio de Janeiro: Museu do Índio (série monografias), 2009, 272p. + mapas.

CASTRO, A. L. C. **Glossário de Defesa Civil, Estudos de Riscos e Medicina de Desastres**. Brasília: MP, 1998. Disponível em: <<http://www.defesacivil.gov.br/publicacoes/publicacoes/glossario.asp>>. Acesso em: 29 jul. 2010.

_____. **Manual de desastres**: desastres naturais. Brasília (DF): Ministério da Integração Nacional, 2003. 182 p.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano**: 1, Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

CONFALONIERI, U. Variabilidade climática, vulnerabilidade social e saúde no Brasil. **Terra Livre**, São Paulo, ano 19, v. 1, n. 20, p. 193-204, 2003.

CORRÊA, R.L. Formas simbólicas e espaço - algumas considerações. **GEOgraphia** – Ano IX – No 17; 2007.

COSSETTE, J. Cartes cognitives et organisations. Sainte-Foy: **Presses de l'Université Laval**, 1994, 229 p.

DIEGUES, A. C. **Etnoconservação**: novos rumos para a conservação da natureza. NAQUPUB – núcleo de apoio à pesquisa sobre populações humanas e áreas úmidas brasileiras. São Paulo. USP. 2000, 289 p.

_____. (Org.) **Povos e Águas**: inventário de áreas úmidas. Cap. Populações Tradicionais em Áreas Úmidas – 2ª Ed. – São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2002.

DIEGUES, A.C.S.; ARRUDA, R.S.V. (Orgs). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2001, 176 p.

DOWNS, R.M.; STEA, D. Cognitive maps and spatial behavior: Process and products. In R. Downs & D. Stea (Eds.). **Image and environmental**. Chicago: Aldine, 1973.

DUBOIS, P. **Ato Fotográfico e outros ensaios**. Campinas: Ed. Papirus, 1993

ESTRATÉGIA INTERNACIONAL PARA LA REDUCCIÓN DE DESASTRES (EIRD/ONU), Organización das Nações Unidas. Organización das Nações Unidas. **Aplicacion de la Estrategia Internacional para la Reducción de los Desastres – Informe del Secretario General**. Informe A/61/229, 2007. Disponível em: http://www.unisdr.org/eng/about_isdr/basic_docs/SG-report/SG-report-61-229-pa.pdf. Acesso em 30 de março de 2013.

_____. **Vivir con el riesgo**: informe mundial sobre iniciativas para la reducción de desastres. [S.l.]: Secretaría Interinstitucional de la Estrategia Internacional para La Reducción de Desastres, Naciones Unidas (EIRD/ONU), 2004. Disponível em: <http://www.eird.org/vivir-con-el-riesgo/index2.htm>. Acesso em: 30 de março de 2013.

EMPERAIRE, L.; ALMEIDA, M.W.B. “Seringueiros e seringas”, in M. Carneiro da Cunha e Mauro W. B. Almeida (orgs.), **A enciclopédia da floresta**. O Alto Juruá: práticas e conhecimentos das populações, São Paulo, Cia. das Letras, pp. 285-309, 2002.

FAPESP – Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – Pesquisa FAPESP 217. **Um Oceano nos ares**, março de 2014.

FISCHER, G.N. **Psychologie de l'environnement social**. 2 ed. Atualizada. Paris: Dunod, 1997.

FLORIANI, D. Diálogos interdisciplinares para uma agenda socioambiental: breve inventário do debate sobre ciência, sociedade e natureza. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 1, p. 21-39, jan./jun. 2000. Editora da UFPR.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. Laura F. A. Sampaio. Campinas: Loyola, 1996.

GARCIA ACOSTA, V.G. El riesgo como construcción social y la construcción social de riesgos. In: Desacatos. **Revista de Antropología Social**. Nº 19, p. 11-24, 2005.

GENTE DE OPINIÃO BLOGSPOT – Enchente desabriga mil pessoas em Cruzeiro do Sul. Disponível em: <http://www.gentedeopinioao.com.br/lerConteudo.php?news=29614>. Acesso em janeiro de 2013.

GOERL, R.F.; KOBIYAMA, M. Considerações sobre as inundações no Brasil. In: **SIMPÓSIO BRASILEIRO DE RECURSOS HÍDRICOS**. 16. João Pessoa. Anais... João Pessoa: ABRH, 2005. p.10. 1 CD-ROM.

GRUBITS, S. A Casa: cultura e sociedade na expressão do desenho infantil. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v.8, número especial, p.97-1005, 2003.

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. Tradução Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HEWITT, K., (Ed.), "The Idea of Calamity in a Technocratic Age", In: **Interpretations of Calamity**. Allen and Unwin, London, 1983.

HIGGINS, S.; PEREIRA, C. "The Effects of Brazil's Taxation and Social Spending on the Distribution of Household Income." In Lustig, N., C. Pessino and J. Scott, editors, **"Fiscal Policy, Poverty and redistribution in Latin America,"** Special Issue, *Public Finance Review*, forthcoming, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico 2010**: Características da população e dos domicílios - resultados do universo. São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/resultados_do_universo.pdf>. Acesso em: outubro de 2012.

_____, cidades. **Marechal Thaumaturgo**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 23 ago. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Diagnóstico Geoambiental e Socioeconômico** - Área de Influência da BR-364 Trecho Rio Branco/Cruzeiro do Sul. Rio de Janeiro: IBGE e IPEA, 1994.

INGOLD, T. **he perception of the environment**: essays on livelihood, dwelling and skill. London: Routledge, 2000.

IPCC - PAINEL INTERGOVERNAMENTAL DE MUDANÇAS DO CLIMA. *Climate Change 2001: Impacts, Adaptation and Vulnerability*. Contribution of Working Group II to the Third Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change, J.J. McCarthy, O.F. Canziani, N.A. Leary, D.J. Dokken and K.S. White, Eds., **Cambridge University Press**, Cambridge, 1032 pp.

IPCC - PAINEL INTERGOVERNAMENTAL DE MUDANÇAS DO CLIMA. **Mitigação das mudanças climáticas**. Bancoc - Tailândia, 2007b.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA), **Duas décadas de desigualdade e pobreza no Brasil medidas pela PNAD/IBGE**. Documento número 159, 2013. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/131001_comunicadoipea159.pdf. Acesso em março de 2013.

KIRSCHENBAUM, A. Disaster Preparedness: A Conceptual and Empirical Reevaluation. **Internacional Journal of Mass Emergencies and Disasters**, Março/2002, Vol.20, No.1, p. 5-28.

KOZEL T. S.; NOGUEIRA. A. R.B.A. Geografia das Representações e sua aplicação pedagógica: contribuições de uma experiência vivida, In: **Revista do Depº de Geografia de São Paulo**. FFLCH-USP. (1999, (13)239-257).

LAVELL, A. **Los Desastres Non Son Naturales**. Andrew Maskrey (Comp.). LA RED – Red de Estudios Sociales em Prevención de Desastres em América Latina, 1993.

LAVELL, A. “Un encuentro con la verdad: los desastres en América Latina durante 1998”, **Anuario Social y Político de América Latina y El Caribe**, Flacso-Editorial Nueva Sociedad, Caracas, pp. 164-172, 1998.

LEDROUT, R. **Les images de la ville**. Paris: Anthropos, 1973, 338p.

LITTLE, P. E. **Ecología Política del Cuyabeno**: el Desarrollo No Sostenible de la Amazonía. Quito: ILDIS; Abya-Yala, 1992.

LITTLE, P. E. **Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil**: Por uma antropologia da territorialidade. Brasília, Universidade Nacional de Brasília (UnB), 2002.

LYNCH, A. **The Image of the City**. Cambridge: MIT Press, 1960, 194p.

MARCHEZINI, V. **Desafios de Gestão de Abrigos Temporários**: Uma Análise Sociológica de Inseguranças e Riscos no Cotidiano de Famílias Abridadas. Tese de Doutorado apresentado ao Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, 2010.

MARENGO, J.A. VALVERDE, M.C. Mudanças Na Circulação Atmosférica Sobre A América Do Sul Para Cenários Futuros De Clima Projetados Pelos Modelos Globais Do IPCC Ar4. **Revista Brasileira de Meteorologia**, v.25, n.1, 125 – 145, 2010.

MARENGO, J. A. **Mudanças climáticas globais e seus efeitos sobre a biodiversidade** – caracterização do clima atual e definição das alterações climáticas para o território brasileiro ao longo do século XXI. 2. ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, v.1, 2007. p.214.

MARENGO, J. A. Hydro-climatic: and ecological behaviour of the drought of Amazonia in 2005. *Philosophical Transactions of the Royal Society of London. Biological Sciences*, v.21, p.1-6, 2008a.

MARENGO, J. A. et al. The drought of Amazonia in 2005. *Journal of Climate*, v.21, p.495-516, 2008b.

MARENGO, J. A. Água e Mudanças Climáticas. *Estudos Avançados* 22 (63), p.83-96, 2008c.

MARENGO et al. Interdecadal variability and trends of rainfall across the Amazon basin. *Theoretical and Applied Climatology*, n.78, p.79-96, 2004.

MARENGO, J. A.; TOMASELLA, J.; ALVES, L.; SOARES, W. Eventos extremos sazonais: secas de 2005 e 2010 e enchentes de 2009. In.: **RISCOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO BRASIL** - Análise Conjunta Brasil-Reino Unido Sobre Os Impactos Das Mudanças Climáticas E Do Desmatamento Na Amazônia. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), 2011, 56p.

MARQUES, M.I.M. Lugar do Modo de Vida Tradicional na Modernidade. In. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros (orgs.). **O Campo no Século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa amarela e Paz e Terra, 2004. (p. 145-158).

MARTINS, J. de S. O senso comum e a vida cotidiana. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, v.10, n.1, p.1-8, maio, 1998.

_____. **Sociologia da Fotografia e da Imagem**. 1. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

MAUSS, M. **Ensaio sobre a dádiva**. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: *Sociologia e Antropologia*. v. II. São Paulo: [1923-24] Edusp, 1974.

MEEHL G.; COVEY, C.; DELWORTH, T.; LATIF, M.; MCAVANEY, B.; MITCHELL, J. F. B.; STOUFFER, R. AND TAYLOR, K. The WCRP CMIP3 multimodel data set. A new era in climate change research. *Bull. Am. Meteorol. Soc.*, 88(9), 1383–1394, 2007.

MESQUITA, E. **Ver de perto pra contar de certo: as mudanças climáticas sob os olhares dos moradores da floresta do Alto do Juruá**. -- Campinas, SP: [s.n.], 2012. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

MINISTÉRIO DAS CIDADES (Brasil); IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas. **Mapeamento de riscos em encostas e margens de rios**. Carvalho, C.S., Macedo, E. S., Ogura, A.T. (Organizadores). Brasília: Ministério das Cidades; Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT. 2007.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Sistema Integrado de Informações sobre Desastres** - S2ID. Disponível em: <<http://s2id.integracao.gov.br/>>. Acesso em: junho de 2013.

MINTZ, S.W. Encontrando Taso, me descobrindo. Tradução Mario Grynszpan. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, 27(1): 45-58, 1984.

NASREEN, M. Disaster Research: Exploring Sociological Approach to Disaster in Bangladesh. **Bangladesh e-Journal of Sociology**. Vol. 1. No. 2. July, 2004.

NETO, O.C. O trabalho de campo como descoberta da criação. In: MINAYO, M.C.S.(Org), **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

NOTÍCIA E FATOS BLOGSPOT – Enchente do Rio Juruá preocupa ribeirinhos de Thaumaturgo, 2008. Disponível em: <http://noticiaefatos.blogspot.com.br/2012/01/enchente-do-rio-jurua-preocupa.html>. Acesso em janeiro de 2013.

O'BRIEN, K. et al. **What's in a word?** Conflicting interpretations of vulnerability in climate change research. CICERO Working Paper, 2004.

O'BRIEN, K. **The social, institutional and human context: a missing chapter of the IPCC Fourth Assessment Report?** IPCC Working Group II Scoping Meeting on Extreme Events and Disaster, 2007.

OLIVER-SMITH, A. Global changes and the definition of disaster. In: E. L. Quarantelli.(ed) **What is a disaster?** Perspectives on the question. Routledge: London and New York. 1998. p.177- 194.

PAILHOUS, J. (1970), La représentation de l'Espace urbain: l'Eexemple du chauffeur de taxi. Paris: **Presses Universitaire de France**, 102 p.

PAULA, E.A de; VALENCIO, N.; CORREIA, D. Entre desastres catastróficos e mobilidades controladas: das idas e vindas de camponeses brasileiros à chegada dos imigrantes haitianos no “reino deste mundo amazônico”. **Contemporânea**, v.3, n.1 p. 45-71 Jan.-Jun., 2013.

PERRY, R.W., LINDELL, M.K. **Preparedness for Emergency Response: Guidelines for the Emergency Planning Process**. Disasters, 2003, Vol.27, No.4, p.336-350.

PETCHENIK, B. B. Cognição e cartografia. **Geocartografia**. n.6, São Paulo: USP, 1995.

PORTAL DO GOVERNO DO ACRE, Municípios. Disponível em: <http://www.ac.gov.br/wps/portal/acre/Acre/estado-acre/municipios>. Acesso em: janeiro de 2014.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Relatório de Desenvolvimento Humano, 2010. **A Verdadeira Riqueza das Nações: Vias para o Desenvolvimento Humano**.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Relatório de Desenvolvimento Humano, 2013. **A Ascensão do Sul**: Progresso Humano num Mundo Diversificado. Disponível em: <http://www.un.cv/files/HDR2013%20Report%20Portuguese.pdf>. Acesso em: outubro de 2013.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Relatório de Desenvolvimento Humano, 2014. **Sustentar o Progresso Humano**: Reduzir as Vulnerabilidades e Reforçar a Resiliência. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/arquivos/RDH2014pt.pdf>. Acesso em: setembro de 2014.

PORTARIA **INCRA/P/Nº627**, de 30 de Julho de 1987. Disponível em: http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/institucional/legislacao--/portarias/portarias-de-1987/portaria_incra_p627_300787.pdf. Acesso em abril de 2013.

QUARANTELLI, E.L. Social Aspects of Disasters and their Relevance to Pre-Disaster Planning. Apresentado para o **London Technical Group Seminar**, the Royal Society, London, England, Junho, 1976.

QUARANTELLI, E. L. Introduction: the basic question, its importance, and how it is addresses in this volume. In: _____(Org). **What is a disaster?** Perspective on the question. London and New York: Routledge, 1998.p.1-7.

QUARANTELLI, E. et al. **What is a disaster?** New Answers to Old Questions. (R. W. Quaranteli, E. L.; Perry, Ed.) (p. 442). USA: International Research Committee on Disasters, 442p. 2005.

QUEIROZ, M. I. P. Relatos Oraís: do “indizível” ao “dizível”. In: **ENSAIOS**. CERU/Departamento de Ciências Sociais, FFLCH, USP, 1987.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. V. **Manual de investigação em Ciências Sociais**. Lisboa: Gradiva, 1992.

RADAMBRASIL. Levantamento de Recursos Naturais, Vol.13, Folhas SB/SC 18 Javari/Contamana: Geologia, Geomorfologia, Pedologia, Vegetação e Uso Potencial da Terra. Rio de Janeiro: Departamento Nacional de Produção Mineral, 1977.

Rondônia AO VIVO – Acre - Cheia do Rio Juruá pode afetar Cruzeiro do Sul. Disponível em: http://www.rondoniaaovivo.com/noticias/acre-cheia-do-rio-juruá-pode-afetar-cruzeiro-do-sul/35930#.VB1DE_lDXfg. Acesso em janeiro de 2013.

SACHS, I. Brasil rural: da redescoberta à invenção. **Estud. Av.** [online]. 2001, vol.15, n.43, pp. 75-82. ISSN 0103-4014.

SAHLINS, M. “O ‘pessimismo sentimental’ e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um ‘objeto’ em via de extinção”. **Mana** 3(1): 41-73 e (2): 103-150, 1997.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 2ª Edição. São Paulo: Hucitec, 1997.

SECRETO, M. V. A ocupação dos “espaços vazios” no governo Vargas: do “Discurso do rio Amazonas” à saga dos soldados da borracha. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, no 40, julho-dezembro de 2007, p. 115-135.

SENNET, R. Um caráter voltado para fora (Cap. 9). In: SENNET, R. **Respeito**: a formação do caráter em um mundo desigual. Rio de Janeiro: Ed. Record. P. 259-279, 2004.

SIENA, M. A Política de Assistência Social em Contexto de Desastres Relacionados às Chuvas: um estudo sobre o município de Ribeirão Preto/SP. In: VALENCIO, N. (org). **Sociologia dos Desastres**: construção, interfaces e perspectivas no Brasil. Volume III. São Carlos: RiMa Editora, 2012. p. 38-61.

SANTOS, Boaventura de Sousa. "A filosofia à venda, a douda ignorância e a aposta de Pascal", **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 80, 11-43, 2008.

TAYLOR, S.J.; BORGAN, R. **Introducción los métodos cualitativos de investigación**: La búsqueda de significados, ediciones PAIDOS, Barcelona, Buenos Aires, México, 1992.

TRIPOLDI, T. et al. **Análise da Pesquisa Social**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.

TRENBERTH, K. E. et al. Observations: Surface and Atmospheric Climate Change. In: SOLOMON, S. D. et al. (Ed.) **Climate Change 2007**: The Physical Science Basis. Contribution of Working Group I to the Fourth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Cambridge, United Kingdom, New York: Cambridge University Press, 2007.

TUAN, Y. F. Medos: passados e presente (Cap. 16). In: _____ **Paisagens do Medo**. São Paulo: Ed. UNESP. P. 333-345, 2005.

TURNER II., B.L., KASPERSON, R.E., MATSON, P.A., MCCARTHY, J.J., CORELL, R.W., CHRISTENSEN, L., ECKLEY, N., KASPERSON, J.X., LUERS, A., MARTELLO, M.L., POLSKY, C., PULSIPHER, A., SCHILLER, A.. **A framework for vulnerability analysis in sustainability science**. Proceedings of the National Academy of Sciences US 100, 8074–8079, 2003.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Centro Universitário de Pesquisa e Estudos sobre Desastres**. Capacitação básica em Defesa Civil / [Textos: Janaína Furtado; Marcos de Oliveira; Maria Cristina Dantas; Pedro Paulo Souza; Regina Panceri]. - Florianópolis: CAD UFSC, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. **Atlas brasileiro de desastres naturais 1991 a 2010: volume Brasil**. Florianópolis: CEPED UFSC, 2012. 94 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. **Atlas brasileiro de desastres naturais 1991 a 2010: volume Acre** / Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. Florianópolis: CEPED UFSC, 2011. 46 p. : il.

UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization) **DECLARAÇÃO UNIVERSAL SOBRE A DIVERSIDADE CULTURAL**, 2002. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>, acesso em 21 de março de 2013.

UN-ISDR – United Nations International Strategy for Disaster Reduction. **Living with Risk**. A global review of disaster reduction initiatives. Inter-Agency Secretariat International Strategy for Disaster Reduction (ISDR), Genebra, Suíça. 152pp., 2004. Disponível em <http://www.unisdr.org>. Acesso em setembro de 2006.

VALENCIO, N. F. L. S.; MARCHEZINI, V.; ZAGO, J. R.; BARBOSA, A. R. Desastres no imaginário infantil: expressão gráfica e percepção dos danos no uso de um esquema classificatório de defesa civil. **Políticas Educativas** – Campinas, v.2, n.1, p.118-133, dez. 2008 – ISSN 1982-3207.

VALENCIO, N.F.L.S. et al. (Orgs). **Sociologia dos desastres** – construção, interfaces e perspectivas no Brasil. São Carlos: RiMa Editora, v.1, 2009. 280 p.

VALENCIO, N F. L. S. **Para Além do ‘Dia do Desastre’**: o caso brasileiro. Curitiba: Appris Editora, 2012a.

VALENCIO, N F. L. S. **Sociologia dos desastres**: construção, interfaces e perspectivas no Brasil. Volume III. São Carlos: RiMa Editora, 2012b.

VELSEN, J. V. (1987) A análise situacional e o método de estudo de caso detalhado. In: FELDMAN-BIANCO, B. (Org.). **Antropologia das sociedades contemporânea** – métodos. São Paulo: Global Universitária, p.345-374.

VELTHEM, L. H. van, KATZ, E. A “farinha especial”: fabricação e percepção de um produto da agricultura familiar no vale do rio Juruá, Acre. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi**. Cienc. Hum., Belém, v.7, n.2, p. 435-456, maio-ago. 2012.

VENTURATO, R. D., ANTONIO, L. S., OLIVEIRA, C., MOURA, E. Organização comunitária no contexto dos riscos: prevenção e desafios da reconstrução local (Cap. 10). In: CARMO & VALENCIO (Orgs.) **Segurança humana no contexto dos desastres** – São Carlos: RiMa Editora, 2014.

WALKER, W.; BACCINI, A.; SCHWARTZMAN, S.; RIOS, S.; MIRANDA, M.O.; AUGUSTO, C.; RUIZ, M.R.; ARRASCO, R.C.S.; RICARDO, B.; SMITH, R.; MEYER, C.; JINTIACH, J.C.; CAMPOS, E.V. Forest Carbon in Amazonia: The Unrecognized Contribution of Indigenous Territories and Protected Natural Areas, **Carbon Management**, DOI: 10.1080/17583004.2014.990680, 2014. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/17583004.2014.990680>. Acesso em: 18 de dezembro de 2014.

WANDERLEY, M. de N. A ruralidade no Brasil moderno. Por un pacto social pelo desenvolvimento rural. En publicacion: **¿Una nueva ruralidad en América Latina?**. Norma Giarracca. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001. ISBN: 950-9231-58-4. Disponível em : <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf>. Acesso em: 21/12/2012.

WATSON, R.; ZINYOWERA, M.; MOSS, R.; DOKKEN, D. J. (Eds). **The Regional Impacts os Climate Change**: as assessment of vulnerability. Intergovernmental Panel on Climate Change, 1997. Disponível em: http://www.mct.gov.br/upd_blob/0004/4343.pdf. Acesso em: 24/05/2011.

WOLFF, C.S. Mulheres da Floresta: outras tantas histórias. **Revista Estudos Amazônicos**, Vol. VI, No 1 (2011), pp. 21-40.

WORLD BANK. **Social gains in the balance** – A fiscal policy challenge for Latin America & the Caribbean. Documento f the World Bank 85162, Febrery 2014.

ZHOURI, A.; OLIVEIRA, R. Quando o lugar resiste ao espaço: Colonialidade, modernidade e processos de territorialização. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. (Org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. p. 439-462.

ANEXOS

PLANO DE CONTINGÊNCIA DO MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO

1. **Hipótese de Desastre:** Transbordamento do canal principal do Rio Juruá, trecho que constitui o município de Marechal Thaumaturgo.

- 1.1 **Tipificação: Enchentes ou inundações graduais**

- 1.2 **Codar Alfabético: NE. HIG**

- 1.3 **Codar Numérico: 12.301**

} Codificação de desastres naturais.

2. **Finalidade:** Estabelecer procedimentos padrões reguladores de conduta dos Órgãos Setoriais, na hipótese da ocorrência de enchente em Marechal Thaumaturgo – AC.
3. **Objetivo:** Mobilizar e integrar o Sistema de Defesa Civil por meio dos diversos Órgãos Setoriais na esfera Municipal e em parceria com a Defesa Civil do Estado. Cujas mobilização objetiva canalizar esforços para “implementação” das ações de resposta ao desastre tipificado, minimizando danos e prejuízos à população afetada.
4. **Área de Abrangência:** Espaço territorial do Município de Marechal Thaumaturgo, compreendendo a zona urbana e rural.
5. **Contextualização**

- 5.1 ***Os desastres naturais e a sua incidência no contexto global***

No contexto global de incidência de desastres naturais, está evidenciado que os mesmos ocorrem com maior frequência e causam mais danos e prejuízos que conflitos bélicos. Assim, as mudanças climáticas globais vêm ocasionando transformações profundas no meio ambiente e funcionam como fator catalisador dos desastres naturais. Tsunamis, secas, estiagens, enchentes e incêndios florestais são alguns dos exemplos que podem ser citados.

- 5.2 ***Localização geográfica da cidade de Marechal Thaumaturgo***

- 5.3 ***Histórico da Cidade***

O município de Marechal Thaumaturgo originou-se do Seringal Minas Gerais, em terras ocupadas por seringueiros brasileiros, invasores de terras peruanas a partir de política

expansionista financiada pelo Governo do Amazonas. Com a formalização do Tratado de Petrópolis (1903) entre o Brasil e a Bolívia, ficou estabelecida a extensão do Acre e, portanto, do Brasil até as cabeceiras do rio Purus.

Assim o território brasileiro adentrava-se em terras consideradas como pertencentes ao Peru até o nascente do rio Purus.

Foto 1 - Vista Parcial de Marechal Thaumaturgo – Fonte Luiz Ferreira

Dessa forma, o Tratado de Petrópolis, assinado entre a Bolívia e o Brasil, também passou a definir os limites com o Peru, o que resultou em uma série de conflitos entre o PERU e seringueiros brasileiros no ano de 1904.

Disto resultou a assinatura do Tratado do Rio de Janeiro (1909), que definiu novos limites do Brasil com Peru, e onde aproximadamente 40.000 km² de terras da bacia do alto rio Purus foram reconhecidas como pertencentes ao Peru. Entretanto, no vale do alto rio Juruá, o governo brasileiro comprou as terras até então habitadas por seringueiros brasileiros, consolidando-se as novas fronteiras com a assinatura do Tratado do Rio de Janeiro, em 1909, entre Brasil e Peru.

Seus limites “começam no encontro do divisor de águas entre os rios Juruá e Tarauacá com o limite internacional, segue pela fronteira internacional até o marco Brasil/Peru nº 48, localizado próximo à nascente do igarapé Triunfo, ponto de partida”.

Somente em 28 de abril de 1992 foi criado o município de Marechal Thaumaturgo, a partir de um desmembramento do município de Cruzeiro do Sul. O seu nome é uma homenagem ao militar Gregório Thaumaturgo de Azevedo, que fundou a cidade de Cruzeiro do Sul e foi prefeito do Alto Juruá após a anexação do Acre ao Brasil, com o Tratado de Petrópolis de 1903.

A sede do município situa-se à margem esquerda do Rio Juruá, na foz do rio Amônia a 558 km da Capital Rio Branco.

Foto-2 vista aérea de sua localização

Os transportes fluviais e aéreos são os únicos meios de acesso a Marechal Thaumaturgo. O município possui uma forte dependência econômica com Cruzeiro do Sul, através do rio Juruá.

Fotos – 3 e 4 Meios de transporte

Sua economia é insipiente, baseada na agricultura de subsistência e na pecuária. Os agricultores da região costumam cultivar as praias dos rios Juruá, Amônia e Tejo com feijão, arroz, milho, macaxeira, batata-doce, amendoim e melancia. As atividades extrativistas (látex e açaí) estão praticamente extintas devido à inviabilidade econômica e social.

O Município conta atualmente, segundo o senso do IBGE de 2010, com uma população aproximada de 14.111 habitantes.

Quando o nível do Rio Juruá ultrapassa cerca de um metro da cota de transbordamento (10,00m), as águas invadem algumas ruas da cidade de Marechal Thaumaturgo, atingindo lavouras, residências e deixando muitas famílias desalojadas e/ou desabrigadas, conforme se vê na foto 5. Todos os anos esse fato acontece, havendo a necessidade de deslocar muitas famílias para casas de parentes e até mesmo espaços públicos.

Foto – 5 Enchente na cidade

Todos os anos o município de Marechal Thaumaturgo é atingido, em maior ou menor intensidade, pelo fenômeno das enchentes. O período chuvoso, que se estende de novembro a abril, afeta as áreas inundáveis do Marechal Thaumaturgo, localizadas na Planície de inundação dos rios Juruá e Amônia.

5.4 Rio Juruá

O Juruá é um [rio](#) de águas barrentas, que banha e divide a cidade de Cruzeiro do Sul em dois distritos. O nome Juruá é de origem indígena, é uma derivação do nome "Yurá", usado pelos indígenas que habitavam suas margens.

Foto 06: Rio Juruá-fonte Luiz Ferreira.

O rio nasce no Peru e, com 2.410 [quilômetros](#) de extensão, é o [43º maior rio do mundo](#) e o 4º da Região Norte do Brasil. Possui dois períodos distintos: no [inverno](#), especialmente de dezembro a abril, é a época das enchentes, quando ele invade todas as terras baixas.

O período de verão é de junho a novembro, quando suas águas baixam de tal maneira que os barcos e balsas de maior porte não conseguem chegar a Marechal Thaumaturgo, isso se deve principalmente ao grande número de cachoeiras existentes ao longo do rio. O Rio Juruá banha o município de Marechal Thaumaturgo em toda sua extensão, tanto na zona urbana quanto na zona rural.

Foto - 7: Cheia de 2008, fonte: Defesa Civil-AC

Na zona urbana, em consequência de um volume de ocupação mais acentuado, os riscos atingem uma parcela significativa da população do município.

As áreas sujeitas a inundações, bem como os riscos associados a esse tipo de desastre, são de conhecimento da população e também do poder público.

Ocorre que, uma vez essas áreas ocupadas, pouco pode ser feito em curto prazo. Por isso, as áreas ainda não ocupadas, devem ser submetidas a um planejamento a fim de que sejam ocupadas apenas aquelas áreas sem risco de alagamento.

O rio Juruá ainda sofre influencia de vários afluentes importantes da região, destaca-se, por exemplo, o rio Amônia que deságua já no perímetro urbano do município, influenciando na inundação da cidade de Marechal Thaumaturgo.

5.5 Enchente e inundações

Enchente e cheia são sinônimos e representa o mesmo fenômeno. Este ocorre quando há o transbordamento do curso d'água da calha principal, vindo a atingir de forma efetiva as habitações ali instaladas.

Enchente é um fenômeno natural que consiste na elevação do nível de um determinado curso d'água.

Todo rio tem sua área natural de inundação e esse fenômeno não é sinônimo da catástrofe. O problema só surge quando o homem desrespeita os limites das condições naturais do meio em que vive.

Esse problema surgiu em Marechal Thaumaturgo, em função de a cidade ter iniciado seu processo de formação às margens do rio Juruá/Amônia, ou seja, a população desavisada, ou por falta

Foto 8: Marechal Thaumaturgo

Fonte: Semas

Foto 9 - Com 1m da cota de transbordamento, ruas se transformam em rio

Fonte: 4º BEPCIF

de orientação, de um Plano Diretor, foi construindo suas casas em áreas baixas e afetadas, todos os anos, pelo transbordamento desse rio.

Por se tratar de um fenômeno rotineiro, as enchentes transformaram-se num problema histórico-social que ao longo dos tempos vem acarretando grandes prejuízos econômicos e sociais às pessoas que residem em áreas atingidas pelas cheias. Esse fenômeno atinge também diretamente o poder público que tem legalmente a atribuição de atender as pessoas atingidas.

Vários são os fatores que contribuem para a ocorrência dos desastres causados pelas enchentes e inundações. Dentre eles podem-se destacar os naturais, ocasionados pela climatologia e hidrografia da região e os humanos, resultado do processo de ocupação desordenada dos espaços urbanos. A ocorrência de enchentes e inundações está intimamente ligada à densidade ocupacional de uma determinada região vulnerável.

O processo desordenado de ocupação do solo no município de Marechal Thaumaturgo, inicialmente sem seguir as orientações técnicas de um Plano Diretor Municipal, fez com que muitas famílias ocupassem áreas impróprias e de alto risco.

Uma enchente de grandes proporções necessita do somatório dos esforços de vários segmentos governamentais, não governamentais e sociedade civil organizada, na busca de se minimizar os prejuízos da população afetada.

5.6 Perfil econômico das pessoas que moram em áreas alagadas.

É importante ressaltar que as pessoas habitantes das áreas de risco de enchentes e inundações integram uma parcela da população com um nível de renda considerado baixo.

Esse é um dos motivos mais fortes da permanência dessas pessoas nessas áreas, uma vez que o poder aquisitivo não proporciona condições de as mesmas construir moradia uma área de terra melhor.

Foto 10: Vista parcial de uma rua alagada

A grande maioria dessas pessoas tira seu sustento ou o complementa com a pesca de subsistência, lavagem de roupa e outras atividades que dependem da proximidade dos rios para sua execução.

Além do mais, ao longo dos anos, vai vão construindo raízes no local. É a conversa com a comadre, com o compadre, com amigo do boteco e, às vezes, com os próprios parentes que moram ali perto. Só mesmo uma ação forte do poder público para retirar as famílias que moram em áreas alagadas.

5.7 Histórico das últimas cheias em Marechal Thaumaturgo

Ao longo de sua existência, a cidade de Marechal Thaumaturgo tem sido atingida por enchentes de grande vulto que ocasionaram em prejuízos de ordem econômica e social.

Foto 11: Rua se transforma em rio no período das cheias de 2008

Dentre várias enchentes ocorridas, pode ser citada a de 2008, quando o rio Juruá atingiu a cota de 11,84m. Nesse ano, muitas casas foram atingidas, cujas famílias tiveram que buscar abrigos em espaços públicos ou de parentes e amigos.

A enchente ocorrida no ano de 2008 no município de Marechal Thaumaturgo foi considerada histórica, no Vale do Juruá, ocasionaram impactos significativos no que diz respeito aos danos (materiais e ambientais) e prejuízos (econômicos e sociais).

Em 2008 muitas famílias tiveram que deixar suas casas e buscar abrigo em residências de parentes, amigos e em espaços cedidos pela Prefeitura do município.

5.8 Alerta e alarme

Na cidade de Marechal Thaumaturgo, o rio Juruá tem sua cota de alerta em 09m e a cota de transbordamento de 10,00m. A primeira é definida como a cota que sinaliza a iminência do transbordamento.

Foto 12: Semas

Já a segunda, traduz-se pela concretização do transbordamento do rio de seu leito normal, isto é, da calha principal. A partir dos 10,00m, as residências construídas nas áreas de riscos começam a ser afetadas pelas águas.

6. DADOS DAS MAIORES ALTAS DO NÍVEL DO RIO JURUÁ – de 2008 À 2012

Dados	2008	2009	2010	2011	2012
Nível	11,84m	-	10,68	-	10,84
Dia/mês	14/Jan	-	20/Jan	-	08/Jan

a) 2008 11,84m

b) 2010 10,68m

As três maiores altas no período (2008 a 2012):

6.1 Nível do Rio Juruá em Marechal Thaumaturgo de 2008 a 2012

Gráfico 01 – Nível do rio Juruá (nas 3 maiores cheias)

6.2 Ações de Resposta

A população atingida deve ser retirada pelas equipes do sistema municipal de Defesa Civil e encaminhada à residência de parentes/amigos e abrigos fornecidos pela Secretaria municipal de Ação Social de Marechal Thaumaturgo.

Todos os anos essa ação se repete, quando o nível das águas sobe as famílias mais afetadas pedem ajuda ao poder público para sair do local. Porém quando as águas baixam, retornam novamente para o mesmo local. Há aquela que hesitam em sair e ficam até as águas cobrirem o piso/assoalho de suas casas.

Percebe-se que essas pessoas não demonstram interesse ou não se esforçam para fixar residência em outros locais que não ofereçam risco de enchente. Inclusive, esse trabalho de saída e retorno já faz parte da cultura de muitas famílias.

6.3 Ruas atingidas (Rua Raimundo Bezerra, Rua Luiz Martins, Rua Cinco de Novembro, Rua Francisco Bezerra, Rua Beira Rio Juruá, Rua União e Rua da Serraria)

6.4 Impactos causados (não foi quantificado)

Foto 13: Mudança de desabrigados da cheia

Fonte: 4º BEPCIF

Os trabalhos de *resposta aos desastres* são desenvolvidos no município de Marechal Thaumaturgo pelos órgãos mencionados na Portaria municipal nº 001, de 22 de Fevereiro de 2012 (que dispõe sobre os membros da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil-COMDEC, Marechal Thaumaturgo e na portaria nº 002, de 07 de Março de 2012 (que dispõe sobre a Criação do Conselho Municipal de Defesa Civil).

Além dos órgãos abaixo mencionados, poderão integrar o sistema municipal de Defesa Civil, quando necessário, todos os demais órgãos da Administração Pública Municipal, Estadual e Federal, sediados no município referenciado e, ainda, os clubes, entidades religiosas e Organizações Não Governamentais.

O grupo de trabalho fica constituído pelos órgãos e instituições abaixo relacionadas.

1) Coordenação: COMDEC

2) Execução: órgãos de apoio:

- a) Secretarias Municipais de Marechal Thaumaturgo;
- b) Corpo de Bombeiro Militar do Acre;
- c) Polícia Militar do Acre;
- d) DEPASA;
- e) Exército Brasileiro (61 BIS);
- f) Organizações não Governamentais.
- g) ICMBIO

7.2 Ações de socorro a serem desenvolvidas

a) Estabelecimento de Abrigos

Abrigo humano é uma estrutura ou um recurso natural que fornece proteção contra as intempéries (frio, calor, chuva, neve e vento), perigo ou pragas de insetos. O homem primitivo, infelizmente, construía seus abrigos de uma maneira muito grosseira.

Hoje, com o advento da humanização e o avanço tecnológico, devem ser proporcionadas aos seres humanos as condições dignas de sobrevivência. De forma que um abrigo destinado a pessoas, retiradas de áreas de risco, deve oferecer condições seguras à dignidade da pessoa humana.

Sendo que para garantir o bom funcionamento de um abrigo coletivo (com várias famílias convivendo juntas), embora sensível à situação das pessoas desabrigadas, deve-se adotar algumas normas, tais como:

- Qual a área que cada família pode ocupar;
- Quais os objetos que cada família pode trazer para o abrigo;
- Onde serão guardados seus pertences;
- Restrições sobre animais;
- Proibições do consumo de álcool;
- Horário de silêncio;
- Horário de entrada e saída;
- Restrições dos trajes;
- Rotina de arrumação e limpeza do local; e
- Disciplina para o uso de equipamentos comuns, como fogão, tanque e chuveiros.

b) Retirada da população das áreas de risco

Para a retirada da população das áreas de risco, será designada equipe, devidamente cadastradas, a fim de manter o controle do pessoal envolvido.

A retirada das famílias, das áreas atingidas pela cheias, será realiza por uma equipe coordenada por um integrante da COMDEC.

Como geralmente as pessoas só saem quando a residência está quase submersa, a retirada será feita com a utilização de barco sob o controle da COMDEC ou voluntários.

c) Transporte para os abrigos.

O transporte das famílias para os abrigos em veículos e barcos sob o controle da COMDEC ou voluntários. Sendo que todas as famílias conduzidas pelas equipes da COMDEC deverão ser cadastradas ao chegarem ao abrigo, a fim de que a Defesa Civil tenha o controle do quantitativo de pessoas ocupando abrigos.

Caso a família atingida queira, as equipes da COMDEC poderão transportá-la para casa de parentes ou amigos.

7.3 Assistência:

- a) Assistência Médica;
- b) Assistência Social;

- c) Assistência Alimentar;
- d) Segurança nos abrigos e nas residências, evitando-se os saques.

7.4 Reabilitação do Cenário Afetado

As ações de reabilitação do cenário se constituem em:

- a) Saneamento básico: Desinfecção e Dedetização de casas atingidas.
- b) Obras Públicas.

8. ÓRGÃOS E INSTITUIÇÕES ENVOLVIDOS:

COMDEC - Coordenadoria Municipal de Defesa Civil.

SEMPINP - Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento.

SEMSAU - Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento.

SEME - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

SEMAS - Secretaria Municipal de Assistência Social.

SEMATUR - Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo.

SEMOVU - Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo.

DEPASA - Departamento Estadual de Água e Saneamento.

ASSECOM - Assessoria de Comunicação.

SEMGOV - Secretaria de Governo.

9. ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES

ÓRGÃO OU INSTITUIÇÃO	ATRIBUIÇÃO/RESPONSABILIDADE
COMDEC	- Coordenar as atividades e articular o sistema.
Secretaria de Finanças e Planejamento	- Viabilizar o suporte financeiro para as ações de Defesa Civil. - Destinar, dentro do orçamento de cada órgão, os recursos necessários para apoiar as ações de Defesa Civil.
Secretaria de Saúde Municipal	- Promover ações básicas de saúde pública nos abrigos; - Efetuar consultas médicas nos abrigos;

	<ul style="list-style-type: none"> - Agir preventivamente no controle de epidemias. - Proceder à vacinação do pessoal (profissionais) envolvido nas ações de resposta.
Secretaria de Saúde Estadual	<ul style="list-style-type: none"> - Oferecer assistência pré-hospitalar; - Remoção de feridos; - Montagem de ambulatório para atendimento aos atingidos.
Secretarias Estadual e Municipal de Educação	<ul style="list-style-type: none"> - Dispor a estrutura das edificações da rede municipal de ensino para que, emergencialmente, sirvam de abrigos temporários; - Disponibilizar servidores durante o período de anormalidade; - Disponibilizar viaturas e outros materiais necessários ao atendimento da população atingida.
Secretaria Municipal de Assistência Social	<ul style="list-style-type: none"> - Efetuar a triagem socioeconômica e cadastramentos das famílias vulneráveis afetadas pelo desastre; - Gerenciar os abrigos temporários; - Coordenar campanhas de arrecadação e de distribuição de alimentos, roupas e outros; - Promover ações de fortalecimento da cidadania com atendimento individualizado;
Secretaria de Obras, Viação e Urbanismo	<ul style="list-style-type: none"> - Disponibilizar servidores, durante o período de anormalidade, para o auxílio na retirada das famílias atingidas; - Disponibilizar viaturas e outros materiais necessários ao atendimento da população atingida; - Limpeza e conservação dos abrigos; - Fornecer alimentação para o pessoal operacional envolvido no evento. - Identificação de locais de risco. - Construção de boxes nos abrigos temporários, visando oferecer privacidade às famílias; - Fornecimento de kits de limpeza para residências afetadas; - Recuperação de ruas afetadas;
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo	<ul style="list-style-type: none"> - Disponibilizar servidores durante o período de anormalidade; - Disponibilizar viaturas e outros materiais necessários ao atendimento da população atingida; - Execução de medidas estruturais de reabilitação dos cenários afetados; - Avaliação de Impactos Ambientais

	- Ações para Correção de Impactos Ambientais
DEPASA	- Fornecer água potável para os abrigos temporários; - Levantamento de danos sofridos pela rede de abastecimento de água potável e de esgoto, durante a ocorrência do desastre.
Assessoria de Comunicação Municipal	- Campanha informativa; - Divulgação das ações do poder público municipal, voltadas para a minimização dos danos e prejuízos.
Secretaria de Governo Estadual	- Fornecer combustível. - Disponibilizar técnicos para o suporte nas ações de resposta.
Secretaria Municipal de Agricultura e SEAPROF	- Articular e colaborar nas ações de resposta aos afetados residentes na zona rural do município de Marechal Thaumaturgo. - Avaliação de danos ambientais;
Polícia Militar	- Viabilizar segurança preventiva para os abrigos; - Interditar as áreas sinistradas.
Polícia Civil	- Segurança repressiva;
61º BIS	- Apoio com recursos humanos na área de saúde, transporte e outros; - Apoio em campanha de arrecadação e distribuição de alimentos e donativos;
Aeronáutica	- Repasse de informações meteorológicas durante o período chuvoso; - Apoio com recursos humanos.
Guáscor	- Efetuar corte e suspensão do fornecimento de energia das áreas atingidas pelas cheias.
Ass. de Moradores	- Apoio com pessoal; - Apoio na arrecadação e distribuição de alimentos e donativos;

10. ÁREAS DE RISCO

10.1 Desbarrancamento e inundações:

Bairro😊	Rua	Casas	Pessoas
---------	-----	-------	---------

Centro	Francisco Bezerra	12	38
	Serraria	70	418
	União	10	56
	Cinco de Novembro	08	38
	Raimundo Bezerra	07	32
	Luiz Martins	05	25
	Beira Rio Juruá	30	150

☺ O levantamento de áreas de risco de desbarrancamento e enchentes foi realizado pela secretaria Assistência Social

* Quantitativo aproximado de casas atingidas pelas cheias do rio Juruá 142.

☀ Chegou-se ao quantitativo aproximado de 699 pessoas estabelecendo-se uma média de 05 pessoas por residências.

11. PREVISÃO ORÇAMENTARIA

Deverá existir previsão orçamentária na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentária) e na LOA (Lei Orçamentária Anual), para o desenvolvimento das ações de Defesa Civil nos períodos de normalidade e de anormalidade, para as ações preventivas e de socorro.

12. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente plano traça linhas gerais sobre as ações de resposta a ocorrências de enchentes e inundações no município de Marechal Thaumaturgo. Dessa forma, cada órgão dentro de sua esfera de atribuição, deverá elaborar seu planejamento estratégico setorial, com foco na sua operacionalização diante do evento referenciado.

As ações de resposta ao referido evento, mesmo disponibilizando de muitos recursos, para fazer frente a ocorrências, só serão bem sucedidas se existir uma sincronia (sinergia) entre todos os Órgãos envolvidos.

Cada órgão ou instituição deverá delegar um servidor (ponto de contato) com poder de decisão de acionar os meios e recursos atinentes a sua esfera de atribuições e que esteja disponível quando do acionamento deste Plano de Contingência.

Este Plano será utilizado pela Coordenadoria Municipal de Defesa Civil-COMDEC para orientação das atividades de Defesa Civil, por ocasião das cheias do Rio Juruá, no municio de Marechal Thaumaturgo. Sendo que este poderá ser aperfeiçoado com novas informações, após consulta ao Prefeito e/ou ao Coordenador referenciados neste Plano.

Marechal Thaumaturgo – AC, 07 de Março de 2012.

Maurício José da Silva Praxedes
Prefeito

José Dutra de Oliveira Tem QOM
Rep. Da Defesa Civil Estadual

Luiz Ferreira
Coordenador Municipal de Defesa Civil

Construindo comunidades seguras: *Preparando para a ação cidadã em **Defesa Civil***

“DEFESA CIVIL SOMOS TODOS NÓS”